

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Direito

Rodrigo Wagner Santos Ribeiro Filho

**A INSURREIÇÃO NO AGORA: comuna, novas formas-de-vida e a desinstituição da
representação política**

Belo Horizonte

2021

Rodrigo Wagner Santos Ribeiro Filho

**A INSURREIÇÃO NO AGORA: comuna, novas formas-de-vida e a desinstituição da
representação política**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Linha de pesquisa: História, poder e liberdade.

Área de estudo: Filosofia Radical e Teoria Crítica do Direito e do Estado.

Orientador: Professor Doutor Andityas Soares de Moura Costa Matos

Belo Horizonte
2021

R484i Ribeiro Filho, Rodrigo Wagner Santos
A insurreição no agora [manuscrito]: comuna, novas formas-de-vida e a desinstituição da representação política / Rodrigo Wagner Santos Ribeiro Filho. - 2021.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

1. Direito - Teses. 2. Revoluções - Teses. 3. Comunismo - Teses.
4. Democracia - Teses. I. Matos, Andityas Soares de Moura Costa.
II. Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Direito.
III. Título.

CDU: 323.27

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO E JUSTIÇA
BEL. RODRIGO WAGNER SANTOS RIBEIRO FILHO

Aos dezanove dias do mês de agosto de 2021, às 10h00, via plataforma virtual, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora constituída de acordo com o art. 73 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, e das Normas Gerais de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, integrada pelos seguintes professores: Prof. Dr. Andityas Soares de Moura Costa Matos (orientador do candidato/UFMG); Prof. Dr. Marco Antonio Sousa Alves (UFMG); Profa. Dra. Joyce Karine da Sá Souza (Nova Faculdade) e Profa. Dra. Jonnefer Francisco Barbosa (PUC-SP), designados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, para a defesa de Dissertação de Mestrado do **Bel. RODRIGO WAGNER SANTOS RIBEIRO FILHO**, matrícula nº , intitulada: "**A INSURREIÇÃO NO AGORA: COMUNA, NOVAS FORMAS-DE-VIDA E A DESINSTITUIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**". Os trabalhos foram iniciados pelo orientador do candidato, Prof. Dr. Andityas Soares de Moura Costa Matos, que, após breve saudação, concedeu ao candidato o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para fins de exposição sobre o trabalho apresentado. Em seguida, passou a palavra ao Prof. Dr. Marco Antonio Sousa Alves, para o início da arguição, nos termos do Regulamento. A arguição foi iniciada, desta forma, pelo Prof. Dr. Marco Antonio Sousa Alves, seguindo-se-lhe, pela ordem, os Professores Doutores: Joyce Karine da Sá Souza, Jonnefer Francisco Barbosa e Andityas Soares de Moura Costa Matos. Cada examinador arguiu o candidato pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, assegurando ao mesmo, igual prazo para responder às objeções cabíveis. Cada examinador atribuiu conceito ao candidato, tendo se verificado o seguinte resultado:

Prof. Dr. Andityas Soares de Moura Costa Matos (orientador do candidato/UFMG)
Conceito: Aprovado com 100 (cem) pontos

Prof. Dr. Marco Antonio Sousa Alves (UFMG)
Conceito: Aprovado com 100 (cem) pontos

Profa. Dra. Joyce Karine da Sá Souza (Nova Faculdade)
Conceito: Aprovado com 100 (cem) pontos

Profa. Dr. Jonnefer Francisco Barbosa (PUC-SP)
Conceito: Aprovado com 100 (cem) pontos

A Banca Examinadora considerou o candidato aprovado, com nota de 100 (cem pontos). Nada mais havendo a tratar, o Professor Doutor Andityas Soares de Moura Costa Matos, orientador do candidato, agradecendo a presença de todos, declarou encerrada a sessão. De tudo, para constar, eu, Fernanda Bueno de Oliveira, Servidora Pública Federal lotada no PPG Direito da UFMG, mandei lavrar a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e com o visto do candidato.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Andityas Soares de Moura Costa Matos (orientador do candidato/UFMG)



Prof. Dr. Marco Antonio Sousa Alves (UFMG)



Profa. Dra. Joyce Karine da Sá Souza (Nova Faculdade)



Profa. Dr. Jonnefer Francisco Barbosa (PUC-SP)



- CIENTE: Rodrigo Wagner Santos Ribeiro Filho (Mestrando)

AGRADECIMENTOS

Em 2015, quando recebi meu exemplar do livro *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade*, o autor escreveu, na dedicatória, “Ao Rodrigo, mais este convite à rebelião”. Não sei se efetivamente precisava de um convite para me rebelar. Sempre existiu uma parte de mim que se recusava a aceitar. Aceitar o mundo como era, aceitar que as coisas não poderiam ser de outra maneira. Mas, sem dúvidas, não há quem se rebele sozinho. O convite feito à época ecoou em mim em cada encontro, em cada momento coletivo em que via meu fragmento rebelde refletir nos olhos e nos corações daqueles que por mim passaram.

O Comitê Invisível, esse grupo anônimo que me afetou de forma tão intensa, afirmou que o amor “não põe em relação indivíduos, antes, ele opera um corte em cada um deles, como se fossem repentinamente atravessados por um plano especial no qual se encontram caminhando juntos pelo mundo”. E não há nada mais rebelde do que amar verdadeiramente. Quando dois corpos se atravessam, eles deixam de ser quem eram e passam a compartilhar uma nova relação consigo mesmos. É a recusa em caminhar sozinho, é dizer para o mundo que agora já não se é mais um, mas dois, que enfrentam juntos a realidade da vida. O Gabriel foi esse descolamento de mim mesmo, o encontro que me possibilitou ir além do que acreditava ser possível e ter forças para continuar, continuar a caminhar com a certeza de estaríamos juntos. A ele serei eternamente grato. E ao Astolfo, que entrou em nossas vidas e trouxe um amor inteiramente novo, cheio de inocência, felicidade e vida, meu pequeno companheiro de todas as horas.

O amor que senti e vivi em conjunto com todos está refletido na vontade de tentar, mesmo que minimamente, viver uma vida que valha a pena. É o amor da minha mãe, Fernanda, do meu pai, Rodrigo, do Bruno e da Priscila, das minhas irmãs Isa, Maria Vitória e Valentina, que me constituíram e me trouxeram até aqui. São meus avôs e avós, tios e tias, sogro, sogra e cunhada; enfim, todos aqueles que estiveram ao meu lado com uma palavra de carinho, com o cuidado e a alegria que só os vínculos cultivados com afeto podem trazer.

São os amores eletivos, aqueles que nada me obrigou a querer, mas que eu quis intensamente, que mostram a possibilidade de viver em conjunto. De sentir prazer e alegria em compartilhar cada momento. São xs amigxs Ana, Aline, Bruna, Chantal, Gabriela, Giovanni, Giulia, Pedro e tantos outros a quem sou tão grato pelas trocas sinceras, intensas, que estão não apenas ao lado, mas se confundem com o que sou.

O amor à pesquisa e à rebelião fizeram com que as Andityanas caminhassem ao meu lado por todos esses anos. Pessoas que mostraram que a academia pode ser menos árida, que a

competição não precisa pautar nossas relações. Não cito nominalmente sob o risco de deixar alguém de fora, erro pelo qual jamais me perdoaria, mas espero que cada uma saiba o quanto sou grato. Um bom vinho e uma discussão honesta valem mais do que muitos anos de convivência morna. Também sou grato a todos das equipes dos Gabinetes do Cristiano Silveira e do Reginaldo Lopes, que tiveram a generosidade de me fazer sentir parte de seus projetos e vidas.

Ao Andityas, meu orientador e, ousado dizer, amigo. Hoje, mais de seis anos depois daquela dedicatória, acho que o convite à rebelião faz mais sentido do que nunca. A *aposta*, palavra cheia de potência, que tenho hoje em uma insurreição democrática, devo também ao seu cuidado, dedicação e força para dizer não ao mundo e sim à vida que há de vir. Obrigado.

RESUMO

A necessidade de ruptura com a forma Estado-capital é um marcador das lutas democrático-radicais que ganharam vida nos últimos séculos. Esses *acontecimentos* insurrecionais carregam conexões e identificações entre si, perfazendo uma trilha subterrânea de potências coletivas – ainda que brevemente vividas, mas que iluminam o caminho para outras realidades possíveis. Tendo como marco principal as discussões desenvolvidas pelo coletivo Comitê Invisível, busca-se pensar em práticas que permitam a emergência de novas formas-de-vida no presente, identificando possibilidades de rupturas com os dispositivos que pretendem se consolidar como a razão do mundo moderno, como a representação política, o Estado e o indivíduo. Para refletir sobre a desinstituição dos dispositivos que dão sustentação ao estado de coisas atual, o trabalho se inicia com uma crítica radical ao que chamamos de democracia representativa, forma predominante nos Estados ocidentais; passando, a seguir, pelo estudo de um mosaico de lutas do passado e do presente, com o objetivo de apontar direções, precárias e cambiantes, para a subversão do mundo atual. Por fim, aposta-se na comuna como um nome possível para as insurreições do cotidiano, como eventos de vivência *em comum* que colocam em ação um jogo livre e potente entre as singularidades e seu entorno, escapando das determinações do Estado-capital e abrindo, à força, portas para outros mundos.

Palavras-chave: Insurreição. Comuna. Forma-de-vida. Democracia radical.

ABSTRACT

The need for a rupture with the State-capital form is a marker of the democratic-radical struggles that have come to life in recent centuries. These insurrectional events carry connections and identifications among themselves, making up an underground trail of collective potencies – albeit briefly lived, but that light the way to other possible realities. Based on the discussions developed by the Invisible Committee collective, we intend to think about practices that allow the emergence of new forms of life in the present, identifying possibilities of ruptures with the devices that intend to consolidate themselves as the reason for the modern world, as political representation, the State and the individual. To reflect on the disinstitution of the devices that support the current state of things, the work begins with a radical critique of what we call representative democracy, the predominant form in Western States; then, through the study of a mosaic of past and present struggles, with the aim of pointing out precarious and changing directions for the subversion of the current world. Finally, we bet on the commune as a possible name for everyday insurrections, as events of common experience that put into action a free and powerful game between the singularities and their surroundings, escaping from the determinations of the capital-State and opening, by force, doors to other worlds.

Keywords: Insurrection. Commune. Forms-of-life. Radical Democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PERSPECTIVAS CRÍTICAS: DESINSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	16
1.1 Origens da representação: os caminhos do medievo	23
1.2 A representação e o interregno da Modernidade.....	27
1.3 A representação política enquanto cisão fundamental.....	36
1.4 Democracia representativa como oxímoro	39
1.5 A armadilha das grandes nações: o uso político da espacialidade	47
1.6 Democracia radical, a tradição subterrânea da democracia	51
2 ORGANIZAR A INSURREIÇÃO: O MEIO COMO REALIZAÇÃO DO FIM.....	62
2.1 Considerações sobre a organização revolucionária: uma abordagem situacionista	64
2.2 Entre o espontaneísmo e a organização: a potência viva da comuna de Paris...78	
2.3 O contrapoder dos soviets	92
2.4 Revolução espanhola: o poder anarquista.....	102
2.5 O movimento zapatista mexicano: outros mundos são possíveis <i>agora</i>	120
3 COMUNA COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DE SINGULARIDADES ORGANIZADAS	132
3.1 Comunismo, comum e comuna.....	133
3.2 Vínculo comunal: por uma vida mais forte do que a separação	153
3.3 Comuna como partilha do sensível.....	162
3.4 Por uma geografia do comum.....	174
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS	188

@acrataartes



INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido nas próximas páginas constitui, fundamentalmente, uma aposta político-filosófica na emergência de novas formas-de-vida no agora, ao afirmar que é possível vivenciar, desde já, configurações sociais e políticas diversas das que hoje nos são impostas. Trata-se apenas de uma aposta, mas “de uma das que vale a pena, pois é política. E toda política de verdade [...] não pode ser mais do que aposta”.¹ Tal aposta tem como elemento mais promissor a noção de comuna, estudada aqui não como um objeto de pesquisa fechado, mas enquanto possibilidade aberta e múltipla. Nessa perspectiva, a comuna pode apenas ser debatida enquanto potência criativa e mutante, nunca descrita com significados intrínsecos ou analisada enquanto uma estrutura histórica constituída *a priori*. Segundo o Comitê Invisível:

O que constitui a comuna é o juramento mútuo prestado pelos habitantes de uma cidade ou de uma área rural de se *manterem juntos*. A comuna é, portanto, o pacto de enfrentar o mundo em conjunto. É contar com suas próprias forças como fonte de liberdade de cada um. Não é uma entidade que visa a si mesma: *é um laço qualitativo e uma forma de estar no mundo*. É um pacto, portanto, cujo efeito só poderia ser a implosão do monopólio burguês de todas as funções e de todas as riquezas, bem como do desenvolvimento da hegemonia estatal.²

Nesse sentido, a noção de comuna aqui debatida é, entre diversas acepções possíveis, a que se faz presente em certa coletividade de singularidades que, vivendo conjuntamente e se relacionando com o espaço em que vivem, fazem desaparecer *desde já* o mundo contra o qual se voltaram, como se verá detidamente nos capítulos a seguir. A comuna funciona não apenas como um anticampo,³ isto é, “onde e quando o futuro divergente da utopia se presentifica não

¹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade*: uma aposta anárquica na multidão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 71.

² COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos*: crise e insurreição. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições: 2016, p. 237 e 238.

³ A ideia de anticampo desenvolvida por Andityas Matos pode ser melhor compreendida se pensada em relação ao conceito de campo para Giorgio Agamben. Em suas reflexões sobre os campos de concentração instituídos na Alemanha Nazista, Agamben teoriza um conceito de campo no qual as regras do direito são suspensas e os corpos submetidos experimentam total desamparo, onde tudo é possível de ser realizado pela decisão soberana. O campo, segundo o filósofo, “é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra. Nele, o estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento com base numa situação factícia de perigo, ora adquire uma disposição espacial permanente que, como tal, permanece, porém, estavelmente fora do ordenamento normal” (AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer* I, p. 175-176). Para Agamben, o campo não é simplesmente um local delimitado, mas a possibilidade permanente de suspensão total do direito, em qualquer lugar. Andityas Matos, por sua vez, lança a ideia de anticampo como a contraposição ao campo agambeniano, um não-lugar que não submete os sujeitos à decisão excepcional permanente, mas que possibilita a vivência de futuros utópicos no presente, criando espaços nos quais o que é suspenso é a separação entre os sujeitos, permitindo a presentificação de outros mundos potenciais. (MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade*: uma aposta anárquica na multidão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 65).

como projeto ou plano imaginário, mas enquanto realidade da potência”,⁴ mas também como um desativador ativo dos mecanismos do poder separado do Estado-capital contemporâneo.

As múltiplas dimensões da comuna serão mais bem exploradas em aspectos como a espacialidade e a relação dos sujeitos com o local em que vivem; a formação de vínculos subjetivos comunais e sua organização coletiva; a conjugação de uma teoria vivenciada na prática em formas-de-vida alternativas e a erupção de movimentos insurrecionais que puderam vivificar a comuna no presente. Tais aspectos atuam para a desinstituição⁵ dos dispositivos⁶ do poder separado e do capitalismo atual, o que leva à necessidade de se estudar a organização prática dessas alternativas de mundos, devendo-se pensá-las a partir das condições do presente.

Cabe dizer, de início, que a comuna é um verdadeiro rastro da potência democrática durante a história humana. Muito além dos soviets russos e da Comuna de Paris, é possível rastrear os impulsos democráticos que perpassam a esfera comunal nas *jacqueries* francesas do século XVI e nas lutas por direitos na Inglaterra do século XVII. Os *Croquants*⁷ e os *Diggers*,⁸ ao lado dos habitantes de Rojava,⁹ dos nativos zapatistas¹⁰ e dos guerrilheiros anarquistas

⁴ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade: uma aposta anárquica na multidão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 65

⁵ Uma ação desinstituinte é o movimento que nega as condições do capitalismo e do Estado no presente, rompendo com as estruturas institucionais dominantes de seu tempo, o que possibilita, ao mesmo tempo, a emergência de novas formas de viver. Nas palavras de Andityas Matos: “Para realizar tal projeto é necessária uma força desinstituidora que avance contra aspectos institucionais e concretos do capitalismo e do Estado, abrindo espaço para a produção de novas subjetividades, novos usos e novas juridicidades que nascerão a partir do poder constituinte permanente” (MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. *Revista Direito & Práxis*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 07, n. 4, p. 43-95, 2016, p. 75). Voltaremos a esse assunto no capítulo dois.

⁶ Conforme esclarece Giorgio Agamben, recuperando, em parte, o sentido foucaultiano de dispositivo, este seria “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra travessia*, Florianópolis, p. 9-16, 2. Semestre/2005, p. 12)

⁷ Revolta camponesa francesa, por volta de 1594, com intenso caráter comunal e elementos democráticos.

⁸ Grupo inglês que em 1649 tomou para si terras desocupadas, proclamando a necessidade da independência econômica dos camponeses para que pudessem ser sujeitos políticos.

⁹ Rojava, conhecida como “Curdistão Sírio” é uma região autônoma, tendo sido declarada independente pelo movimento dos curdos, grupo étnico-cultural que não tem pátria reconhecida pelas nações da região. Atualmente, além estabelecerem uma sociedade autônoma, vivem em permanente conflito bélico e político com os países vizinhos – principalmente Síria e Turquia –, além de grupos paraestatais, como o Estado Islâmico. As autoras Ana Clara Simões e Joyce Souza defendem que a experiência curda é uma alternativa democrático-radical, “uma vez que nega os pilares clássicos da sociedade capitalista e do estado soberano assentados nas noções de hierarquia, representação e poder patriarcal” (SIMÕES, Ana Clara; SOUZA, Joyce Karine de Sá. Mulheres curdas: radicalidade, desinstituição e an-arquia no Oriente Médio. In: MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SOUZA, Joyce Karine de Sá (Orgs.). *Democracia Radical: potências (des)constituintes entre a revolução e an-arquia*. Belo Horizonte: Initia Via, 2019).

¹⁰ Referência aos zapatistas, movimento mexicano iniciado na década de 1990 e que dura até os dias atuais. Coloca-se contra o Estado Mexicano e a favor da autonomia política, concentrando-se em regiões como Chiapas e Oaxaca. Tem forte recorte étnico, por ser formado majoritariamente por nativos locais, também sendo um movimento anticapitalista que reivindica o uso comunal das terras.

espanhóis,¹¹ conectam-se à tradição dos oprimidos,¹² criando eventos que abrem fissuras significativas na narrativa unitária do poder separado, possibilitando vislumbres de outras formas-de-vida.¹³

O trabalho pretende demonstrar a necessidade de ruptura com a democracia liberal e seus diversos dispositivos de poder, implicando a libertação da forma de produção capitalista e do falseamento espetacular de todos os aspectos da vida, como será explorado no primeiro capítulo, sendo também preciso encarar as questões práticas e teóricas de uma insurreição potencial. É imperativo encontrar novas categorias para pensar o processo insurrecional da multidão,¹⁴ na tentativa de escapar dos dispositivos de poder que atuam constantemente para capturar as potências democráticas. Contra a reprodução das condições capitalistas e espetaculares da sociedade atual, só podemos apostar em um levante multitudinário que carregue em seu processo a capacidade de produzir novos mundos, ao mesmo tempo que consiga desinstituir as próprias condições de sua existência no velho mundo que foi gerado.

Trata-se, portanto, de aceitar a abertura incontrolável dos eventos insurrecionais, apontando para realidades imprevisíveis, sem garantias sobre qual mundo emergirá das cinzas do antigo. Como afirma Matos, “por ser incomensuravelmente aberta, tal potência não está

¹¹ O movimento anarquista espanhol remonta ao século XIX, mas teve seu período de maior potência na Guerra Civil Espanhola, entre os anos de 1936 e 1939.

¹² BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 226

¹³ Sobre o conceito de forma-de-vida, adota-se o sentido empregado por Giorgio Agamben, que será explorado com mais profundidade no capítulo três. De forma resumida, Agamben define, em *Altíssima Pobreza*, a forma-de-vida como a dimensão prática na qual vida e regra se confundem: “não se trata tanto de aplicar uma forma (ou uma norma) à vida, mas de *viver* de acordo com aquela forma, ou seja, de uma vida que, no ato de a seguir, ela própria se torna forma, coincide com ela” (AGAMBEN, Giorgio. *Altíssima pobreza: Regras monásticas e forma de vida* [Homo Sacer, IV, 1]. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 72). Ainda, o autor afirma que a forma-de-vida é “uma vida que nunca pode ser separada de sua forma” (AGAMBEN, Giorgio. *Uso dos corpos*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 233). Isso significa dizer que o modo de viver é inseparável do próprio viver, o uso das potências das vidas humanas conforma sua forma-de-vida. Neste texto, partindo-se do termo agambeniano, busca-se expandir o conceito para implicar as possibilidades de vivências comunais que estão no campo do devir insurgente.

¹⁴ Os termos “multidão” e “multitudinário” que aparecem neste texto são derivados do conceito de multidão desenvolvido por Hardt e Negri, que pode ser explicado, de forma breve, pelo seguinte trecho da obra *Multidão*: “o povo é uno. A multidão, em contrapartida, é múltipla. A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares”. Tradução nossa. No original: “‘the people’ is one. The multitude, in contrast, is many. The multitude is composed of innumerable internal differences that can never be reduced to a unity or a single identity-different cultures, races, ethnicities, genders, and sexual orientations; different forms of labor; different ways of living; different views of the world; and different desires. The multitude is a multiplicity of all these singular differences.”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio, *Multitude: war and democracy in the Age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004, p. XIV). Esse tema será debatido novamente no capítulo três.

determinada por nada, nem mesmo pela ideia de democracia radical”,¹⁵ uma vez que se rechaça o vanguardismo e o autoritarismo. Isso significa dizer que o novo mundo não pode ser imposto nos programas revolucionários, mas nascer autonomamente das relações entre os sujeitos que o conjurarem. A abertura para o novo implica estar disposto a enfrentar projetos ainda piores dos que vivemos hoje, mas também compreender que a potência revolucionária está em disputa permanente, e é preciso enfrentar os dilemas que decorrem de um evento de libertação e indeterminação. Contudo, por partir da crítica ao mundo atual, rechaçando o modelo econômico capitalista e as estruturas políticas do Estado contemporâneo, é razoável assumir que os movimentos radicais de ruptura objetivam criar um mundo que não se assemelhe ao atual. A alternativa à aposta na livre ação dos sujeitos é o dirigismo, a hierarquização e as relações de autoridade, elementos que são combatidos em um projeto democrático-radical de insurreição. Como defende Andityas Matos:

Qualquer indivíduo ou grupo que deseje se integrar a um movimento crítico deve estar consciente desse seu caráter contestatório. Ainda que as revoluções críticas possam e devam aceitar as mais diversas estratégias para atingir seus objetivos locais e globais e, de maneira semelhante, não neguem e até mesmo encorajem as singularidades e diversidades sociais, elas não estão abertas a todos os fins e a todas as pessoas, mas somente àquelas que se sentem mal em uma sociedade de opressão e, por isso mesmo, querem mudar o atual sistema político-econômico mundial.¹⁶

Uma famosa e potente exortação de Rosa Luxemburgo fornece os elementos para a introdução do presente trabalho. A militante e filósofa espartaquista escreveu, pouco antes de morrer, que “existe todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade? Nós conseguiremos!”.¹⁷ O *experimentum vitae* realizado na trajetória de Rosa Luxemburgo preenche essas linhas com um significado ainda mais radical e vigoroso, prelúdio ideal para introduzir as ideias que serão desenvolvidas adiante.¹⁸

Inicialmente, portanto, como nos recorda a frase de Rosa Luxemburgo, é necessário destruir ou, alterando um pouco o dito para melhor adequação às teorias aqui estudadas, desinstituir “o velho mundo”. Isto é, romper com as condições do presente que impedem o novo de emergir e que constantemente oprimem e dominam a imensa maioria das pessoas no mundo

¹⁵ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. *Revista Direito & Práxis*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 07, n. 4, p. 43-95, 2016, p. 72.

¹⁶ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade: uma aposta anárquica na multidão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 148.

¹⁷ LUXEMBURGO, Rosa. A socialização da sociedade (1918). In. LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 173-178.

¹⁸ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 274.

atual. São múltiplos os aspectos perniciosos do atual sistema político-econômico que impera em quase todo o globo, marcado por estruturas como o Estado de Direito e a realidade capitalista-espetacular.¹⁹

Entre esses diversos mecanismos que atuam para a perpetuação das condições do presente, o recorte feito neste trabalho passa, no primeiro capítulo, por uma crítica das democracias representativas, fórmula do exercício do poder político largamente utilizada atualmente. É feita, portanto, breve contextualização histórica do surgimento e consolidação da democracia representativa enquanto alternativa viável de governo, com foco especial no dispositivo da representação política e em sua vinculação ao conceito de democracia. Como será discutido, a escolha por trabalhar uma perspectiva crítica da democracia representativa deve-se ao fato de que essa estrutura é fundamental para todo o funcionamento do mundo contemporâneo, atuando para a manutenção da alienação e da submissão dos sujeitos, assim como impedindo a atuação de potências constituintes democráticas que poderiam abrir portas para outros mundos possíveis.

Para além da crítica, o primeiro capítulo posiciona as discussões aqui realizadas na área de influência das teorias sobre a democracia radical, sendo esse conceito fundamental para compreensão das apostas políticas e filosóficas empreendidas na pesquisa. A democracia radical, como se estudará mais detidamente adiante, é “*la fuente vital de energía en el centro de toda política vivente*”,²⁰ uma condição de existência em luta que pressupõe a vivência imediata e permanente do poder político pela totalidade dos sujeitos de uma comunidade. Em uma realidade radicalmente democrática, “os sujeitos que estão na base da pirâmide são exatamente os mesmos que governam e decidem, tornando inútil a estrutura representativo-

¹⁹ Para Guy Debord, o principal autor a trabalhar o conceito de sociedade do espetáculo, o espetáculo é “uma relação social entre pessoas mediada por imagens” (DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017, p. 38). É a condição atual do mundo, a forma pela qual o capitalismo opera nas vidas e atua separando os sujeitos de si mesmos e dos outros, em um processo de criação de uma realidade espetacular que falseia qualquer perspectiva de vida autônoma e livre. Joyce Souza afirma que os situacionistas “percebem que o espetáculo é o modo dominante das relações humanas, garantindo assim a manutenção de uma estrutura social alienada”, atuando principalmente para unir as pessoas enquanto separadas, por ser a forma de relação alienada. (SOUZA, Joyce Karine de Sá. *Desalienar o poder, viver o jogo: uma crítica situacionista ao direito*. São Paulo: Max Limonad, 2020, p.108). Ainda, nas palavras de Andityas Matos e Joyce Souza: “o conceito-chave da sociedade do espetáculo é o de alienação, pelo qual o ser humano passa a ser considerado espectador-consumidor ao mesmo tempo em que é mercadoria. (...) O espetáculo é a cisão consumada no interior do ser humano, o exílio da sua potencialidade. Toda a vida humana está subordinada às leis que resultam da economia capitalista em uma sociedade do espetáculo” (MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SOUZA, Joyce Karine de Sá. Poder como alienação na sociedade do espetáculo. In: Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política, 2., 2017, Buenos Aires, *Ponencias* [...] Buenos Aires: Grupo de Estudios sobre estructuralismo y postestructuralismo, 2017, p. 1-12, Mesa 47. Disponível em: <http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/wp/index.php/mesas-y-ponencias-2017/>. Acesso em: 05 jul. 2021, p. 3).

²⁰ LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 39.

hierárquica”,²¹ sendo uma prática que rejeita, portanto, a hierarquia entre os sujeitos; a representação política, como experimentada nos Estados de Direito; a capacidade de uns terem poder de mando sobre outros e as relações de produção e propriedade capitalistas. Contra esses elementos, a democracia radical é constituída pela horizontalidade, pela vivência comum das singularidades de determinada coletividade e pela dissipação do poder entre a totalidade dos sujeitos envolvidos na experiência política.

Em seguida, no segundo capítulo, é realizado um estudo sobre as questões envolvidas na organização dos movimentos de ruptura, pensados sob uma perspectiva democrático-radical. É necessário tensionar, inclusive, a ideia tradicional de *organização* dos movimentos revolucionários, geralmente ligada a órgãos e movimentos estruturados, constituídos para determinada finalidade revolucionária. Propõe-se, ao contrário, refletir em termos de circulações de subjetividades organizadas, fluidas e livres de hierarquias, ou ao menos capazes de tensioná-las criticamente.

Ao pensar na (des)organização dos movimentos que se contrapõem aos mecanismos despoticizantes das forças da multidão, o que se busca é estudar as formas possíveis de ruptura na dimensão da *práxis*, em uma investigação referenciada pelas experiências históricas e pelas teorias filosóficas que possibilitam compreender novas formas de se viver no agora. Assim, o segundo capítulo será destinado, majoritariamente, a breves estudos de caso de eventos políticos cujas práticas se aproximam, em diversos aspectos, dos conceitos de democracia radical e comuna apresentados neste trabalho.

Ao fim do percurso, no terceiro capítulo, passa-se a tecer algumas considerações sobre as possibilidades de se pensar filosoficamente em novas formas-de-vida e na criação de novos mundos, sempre sob o viés das práticas insurrecionais do passado e do presente, que fornecem as perspectivas e categorias do pensar engajado na concretude da luta. Serão debatidos conceitos como o de comum, multidão, formas-de-vida e outros elementos que abrem espaço para a reflexão crítica do mundo atual, em um esforço voltado para encontrar e evidenciar as potências insurrecionais presentes no mundo agora. A comuna emerge, portanto, como uma fenda no tempo presente, uma descontinuidade que permite a subversão das estruturas conhecidas para abrir o caminho para novas possibilidades de existir no mundo.

Nesse sentido, ao longo do trabalho pretende-se demonstrar a necessidade de ruptura com as democracias representativas (e, não obstante, com o próprio Estado de Direito), compreendendo essas estruturas como dispositivos de subjugação e opressão, atuando para

²¹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade*: uma aposta anárquica na multidão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 178.

negar liberdade e a democracia aos seres que vivem sob seu jugo. Buscando se alicerçar na tradição de lutas, o resgate de eventos insurrecionais como a Comuna de Paris e a Guerra Civil Espanhola é também a prova cabal de que é possível viver de formas radicalmente diversas do modelo dominante em determinada época, possibilitando pensar em insurreições no presente que possam negar as atuais estruturas do poder e constituir experiências comunais potentes.

1 PERSPECTIVAS CRÍTICAS: DESINSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Tudo está por fazer no que diz respeito a um processo insurrecional. Nada parece menos provável do que uma insurreição, mas nada é mais necessário.

Comitê Invisível, *A insurreição que vem*, p. 109.

Ao propor uma investigação que tenha como premissa a desinstituição da democracia representativa, é importante justificar, ou ao menos esclarecer, a pertinência da incursão aqui empreendida, antevendo algumas críticas comuns em debates similares. Intelectuais e militantes do campo “progressista”,²² ligados à tradição política popularmente chamada de *esquerda* política,²³ levantam a ponderação de que seria inoportuno dirigir pesadas críticas à democracia liberal neste momento, objetando que os defensores da democracia radical realizam um desserviço para as lutas das ditas esquerdas políticas e, assumindo a lógica do velho substituísmo bolchevique,²⁴ para as lutas em favor dos interesses do “povo” em geral. Essa linha argumentativa compreende que as forças autoritárias, antipopulares e intensamente ligadas às elites financeiras estão empreendendo esforços em todo o mundo justamente contra

²² O termo progressista é usado, geralmente, por correntes políticas que se contrapõem aos reacionários e/ou conservadores. Contudo, assim como ressaltado na nota sobre a “esquerda”, é um termo que não remete a nenhum conteúdo político efetivo, sendo mais um elemento do léxico político esvaziado de sentido. A utilização de ambos os termos – progressista e esquerda, justifica-se apenas para fins de contextualização, uma vez que são amplamente empregados nas discussões midiáticas e estão difundidos no senso comum. Não significa, todavia, que acreditamos que há alguma posição de “progresso” que seja intrínseca àqueles que se dizem progressistas, como se houvesse uma linearidade na história que colocasse algumas experiências como melhores ou mais evoluídas que outras “primitivas”. Ao contrário, rejeitamos fortemente essa visão de progresso socio-político.

²³ Como nos lembra Douglas Lummis, o significado histórico de *esquerda* “é uma metáfora política que provém do lado no qual se sentavam os representantes do povo na Assembleia Nacional Francesa de 1789. Não significa nada mais que ‘no lado do povo’” (LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 38) Assim, passou-se a denominar um vasto conjunto de partidos, militantes, organizações sindicais e sociais como sendo à esquerda do espectro político, presumindo-se que defendiam medidas vistas como favoráveis ao povo. Contudo, atualmente esse é um conceito tão amplo e abstrato que perdeu qualquer valor para descrever efetivamente realidades políticas.

²⁴ Na teoria de Lênin, como discutido nas obras *O que fazer?* e *O Estado e a revolução*, o “substituísmo” surge como a ideia de que é necessário constituir uma sólida organização de vanguarda para levar a cabo a revolução. O partido de vanguarda poderia (e deveria) assumir o lugar da totalidade da classe proletária na luta de classes, sendo um “verdadeiro destacamento de vanguarda da classe mais revolucionária” (LÊNIN, Vladimir Illitch. *O que fazer?* Trad. Edições Avante. São Paulo: Boitempo, 2020. *E-book*, p. 189). O termo, contudo, é utilizado especialmente pelo jovem Trotsky, como uma crítica a essa ideia, compreendendo o caráter antidemocrático presente nela. O pensamento de Trotsky é exposto no libelo *Nossas tarefas políticas*, lançado em 1904, ao afirmar que, no substituísmo, “tenemos un partido que *piensa* por el proletariado, que lo *substituye* politicamente” e, ainda, alerta que esse mesmo processo se repete internamente no partido, levando ao surgimento de um ditador que substituiria todo o conjunto partidário – como de fato ocorreu com Stálin. (TROTSKY, León. *Nuestras tareas políticas*. Barcelona: Edicions internacionals Sedov/Grupo Germinal, [s.d.]. Disponível em: http://grupgerminal.org/?q=system/files/1904-NuestrastareasPort_2.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021, p. 37-39).

essa mesma democracia liberal, especificamente contra seus aspectos vistos como salvaguardas das minorias políticas e das liberdades individuais e coletivas.

Nesse sentido, sustenta-se que as estruturas da democracia liberal e dos mecanismos de representação tradicionais apresentam evidentes sinais de desgaste. A fórmula de governo que se espalhou por todo mundo ocidental, consolidada após a Segunda Guerra Mundial, vê sua legitimidade sendo posta em questão. A chamada “crise da democracia representativa” é tomada por esse momento de tensionamento das estruturas políticas que eram tidas como perenes e incontestes.²⁵ Esquece-se, contudo, que a crise é justamente o *ethos* dos governos ocidentais, ou seja, não só é admitida internamente à democracia representativa, como é necessária para o discurso de legitimação da autoridade, como bem nos recorda o Comitê Invisível:

Ao adotar a gestão da crise como técnica de governo, o capital não se limitou apenas a substituir o culto do progresso pela chantagem da catástrofe, ele quis reservar para si a inteligência estratégica do presente, a visão de conjunto sobre as operações em curso (...) não há uma “crise” da qual é preciso sair, há uma guerra que precisamos ganhar.²⁶

O que parece prestes a suplantar ou, ao menos, solapar a democracia representativa é o recrudescimento do autoritarismo, a emergência de dispositivos e práticas tipicamente fascistas e o fortalecimento de figuras poderosas que desprezam procedimentos e práticas institucionais consagradas pelo Estado de Direito nos dois últimos séculos. Esses movimentos de viés populista estão angariando cada vez mais apoio e atingindo grande número de pessoas desapontadas com os resultados concretos das velhas práticas políticas. Como notado por um escritor indiano, ao observar a emergência desse movimento em seu país, um de seus aspectos nefastos é o apelo por *menos* democracia e mais concentração do poder político em lideranças fortes:

²⁵ O tema da crise da democracia se tornou cada vez mais presente no debate público. O livro *Como as democracias morrem*, lançado em 2018, dos autores estadunidenses Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, foi um dos mais vendidos em 2018 pela Amazon, conforme notícia da agência Bloomberg (BILLER, David. Portuguese Version of ‘How Democracies Die’ Becomes Amazon Bestseller in Brazil. *Bloomberg*, New York City, 22 out. 2018, Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-10-22/dying-democracies-book-turns-amazon-bestseller-amid-brazil-vote>. Acesso em: 05 jul. 2021). Na obra, os autores tratam da ascensão de líderes de extrema direita como Donald Trump como um sintoma da corrosão da democracia que, segundo eles, existe nos países ocidentais. Outro exemplo é a obra de MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

²⁶ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições: 2016, p. 19.

Trata-se do princípio do despotismo esclarecido. Diante da ineficiência corrupta e do caos da governança democrática, muitos anseiam por uma dose poderosa de liderança autoritária – ousada, decisiva, moral e não maculada pela poluição da política.²⁷

Atualmente, há diversos exemplos de movimentos políticos pelo mundo que questionam certos aspectos da tradição constitucionalista liberal e, nesse diapasão, a própria democracia representativa. São iniciativas que se declaram antissistema, de forte viés populista, como o *Brexit* e os movimentos dele decorrentes, no Reino Unido; Viktor Orban, na Hungria; o partido “Frente Nacional Francesa”, de Marine Le Pen; o “Partido da Liberdade”, austríaco, e o alemão “Alternativa para Alemanha”. Da mesma forma, podemos citar o governo de Trump, nos EUA, além de casos nos países periféricos do capitalismo, como Turquia, Brasil e Filipinas, que elegeram (e reelegeram, em alguns casos) líderes populistas de extrema direita. Esses movimentos apontam, possivelmente, para a tendência de um novo estilo de governança mundial, apesar das especificidades de cada um dos exemplos citados.

No plano discursivo, muitos desses movimentos se opõem, por vezes de forma explícita, às tradições políticas liberais consolidadas em seus respectivos países. Suas críticas são dirigidas exatamente contra as poucas conquistas obtidas por grupos historicamente oprimidos, como os direitos das chamadas minorias sociais; liberdades individuais e coletivas (a exemplo dos direitos das populações LGBT, de pessoas negras e de grupos étnicos); as políticas públicas que visam à redução de desigualdades sociais (principalmente no caso dos países periféricos) e a abertura das fronteiras para povos estrangeiros (no caso dos chamados países centrais, principalmente EUA e Europa).

É importante observar que todas essas conquistas citadas, sem exceção, só foram possíveis após muita luta dos grupos sociais envolvidos, sendo necessário forçar os limites da democracia representativa instituída e de suas estruturas estatais, que foram (e ainda são) verdadeiros obstáculos aos pleitos em questão. Apenas ilustrativamente, podem-se citar o movimento dos direitos civis da população negra nos Estados Unidos;²⁸ episódios como a rebelião de *Stonewall*, no âmbito da população LGBTQI+²⁹; a luta indígena por

²⁷ CHATTERJEE, Partha. Três caminhos para a democracia radical. Trad. Milton Camargo Mota. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, n. 89, p. 169-189, 2013, p. 181.

²⁸ Um dos momentos mais famosos é a Marcha sobre Washington por Trabalho e Liberdade, em 1963, conduzida por Martin Luther King para pedir o fim da discriminação contra negros nos EUA e a garantia de igualdade perante as leis.

²⁹ Um dos marcos iniciais do movimento organizado pelos direitos LGBTQI+ foi a Rebelião de *Stonewall*, ocorrida em Nova York (EUA), em 1969, que iniciou uma mudança no comportamento dessas minorias, não mais admitindo o tratamento violento que as polícias geralmente lhes conferiam. Nas décadas seguintes, o movimento se consolidou e passou a lutar por liberdades e direitos.

reconhecimento, em países como a Bolívia e Equador;³⁰ entre outros, todos eles, vítimas de severa repressão, violência e censura por parte do Estado de Direito que vigora nos respectivos países.

Nesse cenário, as estruturas geralmente relacionadas ao Estado Democrático de Direito, como as eleições livres, o sufrágio universal e os direitos humanos são vistos como salvaguardas imprescindíveis, ou seja, a garantia última das liberdades e direitos dos cidadãos. Se os novos discursos autoritários da extrema direita populista se dirigem contra esses elementos, muitos dizem que o papel das forças progressistas seria o de defendê-los. Contra aventuras políticas potencialmente antidemocráticas, a democracia representativa seria o colete salva-vidas que nos impediria de afundar em águas perigosamente desconhecidas.

Tal entendimento parte do pressuposto fundamental de que a democracia representativa constitui um avanço civilizatório ou, ao menos, um modelo de governo e distribuição de poder mais justo. É simbólico lembrar a célebre frase de Winston Churchill, dita ao Parlamento britânico em 1947, ao afirmar que “tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos”.³¹ Nesse excerto, o conceito de democracia é justamente o da democracia representativa de viés liberal, que constituiu uma das formas políticas predominantes no mundo pós-Segunda Guerra (em oposição ao modelo político soviético), consolidando, no imaginário popular, a supremacia qualitativa dessa fórmula política em detrimento das demais, notadamente, das autocracias fascistas e do governo tecno-burocrático soviético.³²

Portanto, os setores progressistas que levantam questionamentos sobre a pertinência da crítica à democracia representativa, nesse momento, acreditam que esse sistema é, em alguma medida, mais vantajoso que os demais. Dentro do bojo das práticas representativas, seria possível lutar contra o autoritarismo, e as estruturas desse sistema nos forneceriam elementos de proteção aos direitos e liberdades fundamentais contra os quais os novos movimentos populistas de extrema direita estão avançando.

³⁰ Mesmo após os processos de independência de alguns países latino-americanos em relação às metrópoles europeias, a população indígena continuou a ser oprimida pelas elites locais. Apenas com um longo – e ainda incompleto – processo de reconhecimento formal, com as novas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009), foi possível, em alguns casos, conferir o *status* de Estados plurinacionais a esses países, que reconheceram as nações indígenas ali existentes.

³¹ No original: “*Democracy is the worst form of government except from all those other forms that have been tried from time to time*”. Frase extraída de um discurso na House of Commons, em 11 de Novembro de 1947. (PARLIAMENT BILL. *Orders of the day*, 11 nov. 1947, v. 444, cc. 203-321. Disponível em: https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1947/nov/11/parliament-bill#column_207. Acesso em: 07 jul. 2021)

³² RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Trad. Ângela Leite Lopes. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018, p. 107.

O que se busca discutir, neste capítulo, é precisamente o caráter intrinsecamente autoritário, oligárquico e antidemocrático das estruturas da democracia liberal, pensadas para afastar a massa popular dos espaços de poder e para garantir a perpetuação das elites financeiras no poder. Há vasta bibliografia sobre esses aspectos, em muitos casos admitidos pelos próprios arquitetos modernos da representação. Como se verá, dispositivos como o da representação política não fornecem o caminho para ações contramajoritárias ou de resistência, mas são as próprias razões da dominação e da opressão que impera no mundo contemporâneo. Não é um acaso, ademais, o fato de governantes antidemocráticos terem chegado ao poder hoje exatamente graças ao sistema representativo-liberal, sem nenhum golpe de Estado ou algo semelhante.

É preciso desmistificar, ainda, a defesa feita por muitos em relação à democracia liberal, compreendendo que combater as tendências autoritárias não significa que o objetivo comum de atores políticos como os social-democratas seja a plena democracia e a libertação dos sujeitos, mas apenas outra conformação do poder que melhor atenda aos interesses daqueles que lutam. Lembrando as palavras do Comitê Invisível: “não é pelo fato de se lutar contra um tirano que se luta pela democracia – pode-se tanto lutar por um outro tirano, quanto pelo califado ou pelo simples prazer de lutar”.³³

Por fim, a aposta que é feita por parte dos chamados “militantes progressistas” em defender ou, no mínimo, não criticar a democracia liberal, revela a aceitação das condições fundamentais que sustentam os problemas sociais, políticos e econômicos que eles pretendem modificar. Isto é, ao excluir do centro da crítica esses mecanismos, paradoxalmente são fortalecidas as estruturas de poder separado, hierarquia e desigualdade econômica. A ideia central deste trabalho é da impossibilidade de se travarem lutas que buscam romper com os vícios do mundo atual sem atacar os próprios fundamentos desse mundo, negando, assim, qualquer prática reformista ou conciliadora que se dê no terreno criado pelas elites, pois seus mecanismos farão delas eternas vencedoras.

Desde já, cabe justificar, brevemente, a escolha da palavra insurreição para nomear os movimentos comunais, em detrimento, por exemplo, de revolução. O termo revolução tem vasto conteúdo histórico, como expõe Hannah Arendt na obra *Sobre a revolução*, defendendo que a ideia de revolução como conhecemos hoje surgiu apenas na Modernidade, quando a “questão social”, isto é, a desigualdade e a pobreza, passaram a constituir o motor das lutas

³³ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 63.

revolucionárias, como se observou primeiramente na Revolução Francesa (1789).³⁴ Por sua vez, o *Dicionário de política*, famosa enciclopédia de termos políticos, define revolução como a “tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica”.³⁵ Nos eventos da Revolução Francesa e da Revolução americana – guerra de independência dos Estados Unidos da América (1776), consolidou-se a ideia de revolução como um grande episódio de convulsão social que objetiva impor mudanças profundas na realidade política de determinada comunidade, muito relacionada à forma de governo e às instituições formais do Estado. Ainda, o *Dicionário de Política*, em linhas gerais, afirma que a revolução existe quando há grande participação popular para “subverter fundamentalmente as esferas política, social e econômica”.³⁶

Ademais, em uma leitura marxiana, as revoluções estariam relacionadas essencialmente às mudanças na propriedade e na forma de produção que, por serem a estrutura mais importante da sociedade, acarretariam mudanças radicais também no Estado e na vida política. Marx e Engels sustentam, no Manifesto do Partido Comunista, que a Revolução Francesa “suprimiu a propriedade feudal em prol da propriedade burguesa”,³⁷ sendo a revolução comunista do proletariado a ruptura radical com as relações de propriedade burguesa, além de ser o momento no qual o proletário assume o poder como classe dominante.³⁸ Revoluções como a russa em 1917 e a Revolução Cultural Chinesa acrescentam mais significados para o conceito polissêmico de revolução. Contudo, para evitar a repetição do termo *insurreição*, poderá ser usada, também, a palavra *revolução* como sinônimo de *insurreição*, conscientemente ressignificando seu conceito ao se contrapor às discussões canônicas sobre o significado da expressão *revolução*.

Para fazer referência aos movimentos e práticas de ruptura, foi adotado preferencialmente o termo *insurreição*, em consonância com a terminologia empregada nas obras dos grupos Comitê Invisível e Tiquun. A *insurreição* é entendida como a ação coletiva que objetiva criar novos espaços e novas formas de viver no mundo, como a ocupação Kasa

³⁴ ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 93.

³⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1121.

³⁶ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1121.

³⁷ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 33.

³⁸ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 44.

Invisível em Belo Horizonte,³⁹ ou a criação da Zona Autônoma de Capitol Hill, em Seattle,⁴⁰ orientadas por ideias como horizontalidade; recusa da autoridade estatal e das relações capitalistas; apoio mútuo; entre outros aspectos que coincidem, também, com os elementos da democracia radical. A insurreição não depende de grandes movimentos políticos, da tomada do Estado ou a mudança abrupta das instituições e da economia em grandes porções do território. Como afirma o Comitê Invisível, “o que está em jogo nas insurreições contemporâneas é a questão de saber o que é uma forma desejável de vida e não a natureza das instituições que a subjagam”, denotando que o processo insurrecional está mais relacionado às subjetividades e à tentativa de realizar uma forma-de-vida diferente no presente do que com uma revolução vitoriosa que tome o poder estatal.

Nesse sentido, Hakim Bey, na obra *TAZ: Zona Autônoma Temporária*, afirma que as palavras sublevação/insurreição/levante são utilizadas por historiadores para nomear as revoluções fracassadas.⁴¹ Porém, o autor entende que o conceito de revolução é carregado de um sentido de progresso histórico, uma “roda da fortuna” destinada a se repetir, com a revolução levando à formação de um novo Estado que, por sua vez, seria deposto por uma nova revolução. Além disso, as revoluções também fracassam, sendo que o que as diferenciaria das insurreições seria apenas o tempo de duração, com as insurreições sendo breves momentos de apogeu. Mas a insurreição é justamente a aposta nesses momentos, mesmo que breves, de intensidade, que dão “forma e significado para uma vida inteira”, uma operação independente que busca ver o mundo e modificá-lo “a partir de ‘um ângulo impossível’”.⁴² Ela se trata, enfim, de táticas utilizadas para se opor ao mundo e criar uma diferença em relação a ele: enclaves que podem surgir dentro e contra o Estado, sem que seja preciso fazer um confronto total e aberto a seu respeito. Esse tópico será debatido com profundidade no capítulo três.

³⁹ “A Kasa Invisível é uma casa ocupada por um coletivo anticapitalista, autônomo e horizontal, localizada no centro de Belo Horizonte – MG/Brasil. O espaço carrega a proposta de ser um ponto de resistência no centro da cidade, abrigando cursos, debates, gráfica popular, oficinas, reuniões de coletivos, cinema, biblioteca, espaço de encontro e conhecimento, eventos beneficentes, horta urbana”. (WIKI PÚBLICA. *We.riseup.net*. Disponível em: <https://we.riseup.net/kasainvisivel>. Acesso em: 07 jul. 2021).

⁴⁰ A Zona Autônoma de Capitol Hill surgiu no bojo das revoltas iniciadas pela morte de George Floyd pelos policiais estadunidenses em março de 2020. Com as intensas movimentações sociais que se despertaram após o assassinato de Floyd, grupos radicais de Seattle instituíram uma zona autônoma na cidade, constituída por alguns quarteirões, nos quais a polícia e demais autoridades estatais foram rechaçadas, criando novas formas de convivência e organização social. (ROSA, Erick. O nascimento da zona autônoma de Capitol Hill. *Mídia 1508*, Rio de Janeiro, 09 jun. 2020. Disponível em: <http://www.midia1508.org/2020/06/09/o-nascimento-da-zona-autonoma-de-capitol-hill/>. Acesso em: 07 jul. 2021).

⁴¹ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 15.

⁴² BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 16.

1.1 Origens da representação: os caminhos do medievo

Ao analisar o dispositivo da representação política, é fundamental realizar, ainda que brevemente, o resgate histórico desse conceito e de suas transformações ao longo dos séculos, uma vez que diversos aspectos atuais da representação encontram suas origens e paralelos em momentos muito distintos da experiência humana. Se o presente trabalho pretende propor rupturas radicais com as estruturas do poder, a representação política desponta como elemento fundamental para a crítica, uma vez que ocupa importante papel na concretude dos governos contemporâneos. Ainda mais importante, a representação constitui o cerne do discurso e do imaginário político nos Estados ocidentais.

A representação política é um dos dispositivos que participam da “economia geral da representação”,⁴³ sendo diretamente relacionada ao poder político e às estruturas de governo. Contudo, o tema da representação é vasto, perpassando por artes, linguagem, símbolos e muitos outros aspectos da cultura humana. Pietro Costa afirma que representar significa, etimologicamente, fazer presente o ausente, “aquele que não está ‘aqui’ e ‘agora’ é novamente ‘trazido à presença’”.⁴⁴ O ato de representar é, então, o de presentificar em determinado espaço-tempo aquele que não se encontra autonomamente presente, como se vê no teatro, por exemplo, quando atores dão vida e voz aos seus representados ausentes.

Andityas Matos pontua que, de um lado, existe a perspectiva ontológica da representação, que significaria o ato de visibilizar, dar cognoscibilidade ao mundo – inescapável aos processos de compreensão e experimentação da vida; por outro lado, há a representação na Filosofia Política, que, ao contrário da ontologia, posiciona a representação com um início bem definido na história humana.⁴⁵ Neste último sentido, a representação política constitui um dispositivo de unificação do poder, atuando para a hierarquização das relações políticas, além de contribuir no processo de retirada do poder político da totalidade social, concentrando-o nas mãos de poucos indivíduos que passam a ter o poder de mando sobre os demais, em uma prática alienante das potencialidades multitudinárias. Esses elementos da representação política serão estudados nas próximas páginas.

⁴³ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 105.

⁴⁴ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 15.

⁴⁵ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 106.

Neste trabalho, o recorte adotado posiciona as origens da representação nos primeiros séculos depois de Cristo, em uma operação da Igreja Católica para a conformação de seu poder temporal. Não é o objetivo desta investigação, contudo, proceder a uma arqueologia completa do conceito, nem mesmo afirmar categoricamente quando se deu o início efetivo da representação. Ao contrário, partindo de autores que realizaram pesquisas mais amplas sobre o tema da representação, busca-se apenas posicioná-la conceitualmente e ilustrar os contextos históricos nos quais estava inserida.

Andityas Matos defende que a representação ingressa na realidade político-social com o movimento do catolicismo de representar Deus, até então irrepresentável no judaísmo. Isso se dá mediante figuras humanas, como o Papa e o Imperador Romano, ou por meio da vasta iconografia sacra que foi então desenvolvida.⁴⁶ Não obstante, a própria concepção de Cristo é “a primeira grande estrutura representativa”, uma vez que ele se põe como mediador entre o humano e o divino, o imanente e o transcendente.⁴⁷

É na religião, em especial o catolicismo, que a representação assume dimensões operativas na criação de sentido e unidade da realidade. Práticas como a comunhão católica, na qual a hóstia representa o corpo de Cristo, serão desenvolvidas e incorporadas na ritualística católico-medieval para evocar constantemente a representação do divino no mundo dos seres humanos.⁴⁸ Não só a simbologia, mas a própria concepção da representação de Deus por homens de carne e osso, sendo a feição do divino na terra, é uma ideia fundamental para a trajetória da representação política. Os representantes da religião não só falavam e realizavam a obra de Deus, como também interpretavam as Escrituras, estando em uma posição elevada na pirâmide da ordem social. Nesse sentido, Matos afirma que a representação emergente, de cunho teológico, atua para “conferir unidade a uma organização política que encontra em seu vértice não uma realidade totalmente humana, mas um conceito abstrato”,⁴⁹ tendo no poder transcendente de Deus o fundamento para a configuração política da sociedade.

Como é sabido, a Igreja Católica foi um pilar fundamental durante toda a Idade Média, sendo uma das estruturas que garantiram coesão e unidade mínimas para a multiplicidade de realidades feudais que existiam na Europa. Matos defende que a lógica representativa

⁴⁶ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 134.

⁴⁷ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 129-130.

⁴⁸ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 137.

⁴⁹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 134.

inicialmente posta pela Igreja seria a da *representação simbólica*, justamente pelo comparecimento de elementos alegóricos e de presentificação do divino na realidade humana.⁵⁰ Contudo, o autor diferencia essa prática inicial de seus desdobramentos posteriores no decorrer do medievo, que se dariam pela fusão dos elementos católicos com concepções advindas da herança do Império Romano, conformando formas de *representação corporativa*.

A representação corporativa, diferentemente da simbólica, baseia-se na “metáfora unificante do *corpus*”, sendo a Igreja comparada a um corpo vivo.⁵¹ Essa concepção, contudo, não se restringiu à Igreja, estendendo-se às agremiações de ofício, guildas e outros agrupamentos que dividiam a vida social, dando origem à ideia de corporações (conceito derivado de *corpus*). Conforme explica Andityas Matos, “frisava-se a necessidade de a corporação agir como uma única entidade”, sendo a corporação o meio para que isso se efetivasse, pela representação da totalidade de seus membros.⁵² Por sua vez, tal prática se dividiria, ainda, em representação por identidade e representação funcional.⁵³ Não nos aprofundaremos nesses conceitos, apesar da riqueza que suas nuances oferecem, optando por fazer, nesta seção, um panorama mais abrangente da representação na Idade Média.

Pietro Costa, por seu turno, afirma que uma das principais características da representação na Idade Média é a compreensão que aquela sociedade tem de que a ordem política, aí inclusa a representação teológica, é um dado natural e originário, ou seja, a continuidade regular de uma realidade sempre existente. De acordo com o autor:

*Para el jurista o el teólogo medieval [...] la realidad misma se considera esencialmente ordenada: el ser está compuesto de entes ontológicamente diferenciados y jerárquicamente alineados. Dios, los ángeles, los hombres, los seres animados; el emperador, el vasallo, el siervo, son diferentes peldaños de una misma pirámide: tanto el cosmos como la sociedad humana subsisten en la medida en que están alineados según una estructura desigual y jerárquica que culmina en un vértice.*⁵⁴

Costa sustenta que a sociedade medieval é dominada por um discurso que a coloca em analogia com o corpo, um organismo vivo. E, como tal, ela só funciona plenamente em uma articulação permanente entre as várias partes que a constituem, atuando em harmonia; porém,

⁵⁰ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 137.

⁵¹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 137,

⁵² MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 137.

⁵³ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 137 a 139.

⁵⁴ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 17.

assim como em um corpo, cada parte está destinada a exercer determinada função. Havia diferenças qualitativas em relação a cada grupo social. Alguns, tidos como a “parte excelente” no vértice da hierarquia, tinham por função natural comandar – assim como a cabeça, por exemplo, dá ordens para as demais partes do corpo. Outras apenas executavam seu papel, seu trabalho, como as mãos que alimentam o corpo (camponeses), assim por diante. Enquanto um corpo unitário, hierarquia e desigualdades conformam uma unidade política. Mesmo que internamente diferenciada, a totalidade social é uma.⁵⁵

Portanto, a desigualdade social – traduzida em elementos como a divisão em estamentos, as distinções por nascimento e as diferentes funções sociais – era compreendida como fato incontestado, parte de uma unidade inscrita na ordem ontológica do mundo. Nesse sentido, a representação política da Idade Média surgia apenas enquanto transcrição de uma realidade já dada anteriormente, independentemente de atos de vontade dos sujeitos que constituíam determinada comunidade política. Não se trata, então, de um construto artificial, como será visto na fundamentação do poder da modernidade, mas, sim, de uma composição orgânica e “natural” segundo os olhos dos seus contemporâneos. Claro que há artificialidade na construção desse discurso, ele não é um fato dado, mas uma invenção da Igreja em uma operação teológica que sustentava a narrativa dominante. Porém a lógica operativa da representação, naquele momento, funcionava como um dos elementos de uma realidade transcendente totalizante, que não abria espaço nem mesmo para pensar criticamente os porquês da configuração política da sociedade.

Nesse sentido, Matos sustenta que a estratégia representativa na Idade Média era a de redução da multiplicidade à unidade.⁵⁶ Isso significa que as diversas realidades sociais, como as distinções entre os estamentos, os ofícios, as particularidades territoriais, entre outros, eram unificadas na ideia de um corpo social único. Essa lógica funde a parte ao todo, uma vez que não é possível que a parte sobreviva sem o restante do corpo, assim como o corpo depende de cada parte para existir enquanto tal. Assim, tem-se que a noção de representação na Idade Média utiliza a identificação como elemento de coesão e legitimidade, pois a parte precisa se identificar, entender-se presente no todo, da mesma forma que o todo está presente nas partes,

⁵⁵ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 18

⁵⁶ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 136.

enquanto seu representante abstrato.⁵⁷ É por isso que Costa sustenta que “representar significa, de algum modo, revelar a presença do todo na parte”,⁵⁸ isto é, não há uma separação absoluta entre os representantes e os representados, mas uma integração e coincidência entre os extremos da relação de representação.

O caminho da representação no medievo é acidentado, não havendo um único significado atrelado a uma experiência política específica, mas sim um desenvolvimento com nuances que refletiu as condições sociais da época. A junção de elementos romanos com a teologia católica, por exemplo, demonstra que a representação, enquanto dispositivo político, também está em movimento. Contudo, de forma geral, é possível afirmar que a representação, durante a Idade Média, serviu como elemento de unidade, comparecendo em um papel central no discurso teológico que imperou por mais de mil anos.

1.2 A representação e o interregno da Modernidade

A partir do século XV, assistiu-se ao esfacelamento das condições objetivas que permitiam à sociedade medieval estabelecer sua grande narrativa político-teológica. Isso se dá principalmente após o surgimento dos protestantismos e das guerras religiosas que vieram em seguida, como a Guerra dos Trinta Anos. A ruptura radical que ocorre nesse momento, no qual é colocado em questão o domínio exclusivo da Igreja Católica sobre a interpretação da Bíblia e a visão de que a Igreja seria a representação de Deus na Terra, é também uma fratura com a narrativa de um fundamento transcendente do poder, uma vez que abre espaço para outras visões de mundo – inclusive outras perspectivas transcendentais do protestantismo.

Não é mais possível, portanto, sustentar a lógica da estrutura social medieval. Consequentemente, cai por terra o esquema representativo até então em prática, que era compreendido como mera transcrição de uma realidade sempre existente e fundamentada na vontade divina. Nesse sentido, com as fissuras no discurso da ordem medieval, o poder político passa a ser reconfigurado, seja em experiências absolutistas, como seria desenvolvido na França, seja no modelo parlamentar inglês, que ganha força com a Guerra Civil inglesa e a vitória de Cromwell, no século XVII. Como o grupo Tiquin sustenta, diante da fragmentação

⁵⁷ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 18

⁵⁸ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 27

e das incertezas que acometeram a Europa nos primeiros anos da modernidade, “o Estado moderno surgiu então como portador do projeto de recomposição” da unidade perdida no medievo, sendo uma “artificialidade consciente”,⁵⁹ por ser pensado precisamente enquanto um construto humano e racionalizado, diferentemente da visão organicista da ordem na Idade Média.

Assim, com a passagem do Medievo para a Modernidade, surgem diferentes teorias que procuram legitimar os regimes e sistemas políticos, aparentemente privados de seu fundamento transcendente, embora a transcendência permaneça na teologia política, em um processo de secularização do conceito. Esse aspecto legitimador do poder político separado e da ordem hierárquica estará presente em grande parte das teorias subsequentes, em um movimento que prima pelo afastamento das massas populares do poder e pela constituição de minorias governantes, que se diferenciem qualitativamente dos governados, tendo na representação política um dispositivo fundamental.⁶⁰

Autores como Hobbes e, posteriormente, Sieyès e Burke, rompem com a concepção medieval de representação, ao buscarem o fundamento do poder na ordem social imanente, postulando que esta é artificialmente construída. Conforme defende Pietro Costa, na Idade Média, a representação política era meramente declarativa, reafirmando uma realidade pré-existente. Já na Modernidade, a representação é constitutiva da própria sociedade enquanto unidade política ordenada.⁶¹ É preciso ressaltar, contudo, que não se trata de uma recomposição simples e pacífica. A ruptura da qual a Idade Moderna se origina é um verdadeiro trauma aberto que, em muitos sentidos, jamais foi superado ao longo da Modernidade. Também por isso, as novas justificativas filosófico-políticas que surgem nesse momento são pensamentos *de crise* e *em crise*, que não encontram soluções duradouras e incontestes para as novas configurações de poder.

Thomas Hobbes foi um dos mais importantes teóricos da representação política na Modernidade ainda incipiente. Para o filósofo, ao contrário da ideia medieval predominante, o dado natural do ser humano é a liberdade para a realização de suas vontades, o que implica o necessário confronto com outros seres humanos – seja porque querem a mesma coisa, seja pela

⁵⁹ TIQQUN. *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 59

⁶⁰ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 21-29.

⁶¹ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 27.

desconfiança mútua, ou, ainda, pela necessidade de obter glória com o conflito.⁶² Nesse sentido, a famosa “guerra de todos contra todos”⁶³ postulada por Hobbes parte da premissa de que, antes da constituição de um soberano e, por consequência, do Estado, os homens vivem em permanente conflito, não configurando nem mesmo uma sociedade política, mas sim uma *multidão* desordenada e caótica.

Para escapar desse cenário de caos e insegurança, as pessoas, em um ato de vontade, abrem mão dessa liberdade selvática para transferi-la para o Estado. Este, por sua vez, assume a forma de um poder político absoluto, capaz de pacificar a sociedade pela força e pelo medo, uma vez que detém a capacidade (mediante a violência legitimada) de fazer cumprir a ordem posta.⁶⁴ Como afirma o autor:

A causa final ou desígnio do homem (que naturalmente ama a liberdade e o domínio sobre outros) na introdução dessa restrição sobre eles mesmos, em que os vemos viver em comunidades, está na previsão de sua própria preservação e de uma vida mais contente, portanto; isto é, em saírem daquela condição miserável de guerra que é necessariamente consequência, como foi mostrado, das paixões naturais dos homens quando não há poder visível para mantê-los em reverência e amarrá-los pelo medo da punição para o cumprimento de suas obrigações.⁶⁵

Como se pode observar, Hobbes imagina um ato fundacional da sociedade política organizada. Esse ato consiste na ação coletiva dos sujeitos pré-políticos em concordarem na autolimitação de sua liberdade, criando, assim, o Estado – encarnado, preferencialmente, na figura de um soberano. Os seres humanos escolhem, portanto, constituir o Estado, mas o mesmo ato que confere legitimidade ao Estado é, também, o ato que cria o povo enquanto sujeito político,⁶⁶ uma vez que, anteriormente a esse momento, o povo não existia enquanto coletividade organizada. São os *muitos* desorganizados – a *multidão* – que se transformam em uma unidade política – o povo:

⁶² HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford University Press: New York, 1998, p. 82-86.

⁶³ HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford University Press: New York, 1998, p. 86

⁶⁴ Tradução nossa. No original: “*And covenants, without the sword, are but words, and of no strength to secure a man at all. Therefore notwithstanding the laws of nature (which every one hath then kept, when he has the will to keep them, when he can do it safely) if there be no power erected, or not great enough for our security; every man will, and may lawfully rely on his own strength and art, for caution against all other men*”. HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford University Press: New York, 1998, p. 111

⁶⁵ Tradução nossa. No original: “*The final cause, end, or design of men (who naturally love liberty, and dominion over others) in the introduction of that restraint upon themselves, in which we see them live in Commonwealths, is the foresight of their own preservation, and of a more contented life thereby; that is to say, of getting themselves out from that miserable condition of war which is necessarily consequent, as hath been shown, to the natural passions of men when there is no visible power to keep them in awe, and tie them by fear of punishment to the performance of their covenants*”. HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford University Press: New York, 1998, p. 111

⁶⁶ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 23.

Uma multidão de homens é feita uma pessoa, quando ela é por um homem, ou uma pessoa, representada; que seja feito com o consentimento de cada um daquela multidão em particular. Pois é a unidade do representante, não a unidade do representado, que torna a pessoa uma. E é o representante que carrega a pessoa, e apenas uma pessoa: e a unidade, ao contrário, não pode ser compreendida na multidão.⁶⁷

Nesse sentido, a representação política em Hobbes assume uma dimensão constitutiva da sociedade enquanto estrutura política organizada. É apenas o pacto (*covenant*) entre as pessoas que faz surgir o poder político constituído enquanto tal, sendo esse mesmo poder a garantia do cumprimento e da manutenção do pacto social. Há, portanto, uma relação direta entre o Estado (soberano) e o povo, uma vez que é o próprio soberano quem encarna – representa – a unidade política do povo. Segundo Andityas Matos, é com o autor inglês que “surge efetivamente a técnica político-representativa pela qual a multidão se reduz à unidade pessoal e simbólica (estatal) do soberano que a representa, ou seja, age em seu lugar”.⁶⁸ O preço pago pelas pessoas pela segurança conferida por esse pacto é a retirada do poder político da esfera civil (social), passando a ser assunto exclusivo do Estado. Note-se que Estado e sociedade são dois polos da relação. Apesar de se originarem do mesmo ato fundador e serem codependentes para existirem, não se confundem na prática da organização política.

Na estrutura representativa formulada por Hobbes, é central a ideia de autores e atores, uma articulação teatral que a representação política contemporânea ainda carrega em certos sentidos. Para o pensador, assim como nos pactos privados (contratos), também a autoridade para realizar determinada ação política pode ser fundamentada por um pacto entre autor, aquele que detém o direito, e o ator, ao qual será delegada a capacidade de realizar a ação em nome do primeiro.⁶⁹

Assim, a pessoa coletiva (mas unitária) que assume o papel de Povo nas nações modernas é o grande autor da sociedade, isto é, é o titular inicial da autoridade para agir. Tal coletividade só pode existir em paz e perenemente caso transfira seu poder para um ou mais representantes separados do próprio Povo, concordando em anular-se politicamente enquanto soma de atores efetivos em favor dos representantes escolhidos, não necessariamente pelo voto, mas pelo pacto fundante da sociedade. Essa fórmula de representação política surge, então,

⁶⁷ Tradução nossa. No original: “*A multitude of men, are made one person, when they are by one man, or one person, represented; so that it be done with the consent of every one of that multitude in particular. For it is the unity of the representer, not the unity of the represented, that maketh the person one. And it is the representer that beareth the person, and but one person: and unity, cannot otherwise be understood in multitude*”. HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford University Press: New York, 1998, p. 109

⁶⁸ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 165.

⁶⁹ HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford University Press: New York, 1998, p. 107

como a única maneira de garantir a existência mesma das nações modernas, como Hobbes explicita:

A única maneira de erigir tal poder comum [...] é conferir todo o seu poder e força a um homem, ou a uma assembleia de homens, que pode reduzir todas as suas vontades, por pluralidade de vozes, a uma só vontade. [...] Isso é mais do que consentimento, ou concordância; é uma verdadeira unidade de todos eles, em uma mesma pessoa, feita por aliança de cada homem com cada homem, de tal forma, como se cada homem dissesse a cada homem, eu autorizo e desisto do meu direito de me governar, a este homem, ou a esta assembleia de homens, nessas condições, que desistes do seu direito para ele, e autorize todas as suas ações da mesma maneira. Feito isso, a multidão unida em uma pessoa, é chamada de COMMONWEALTH, em latim, CIVITAS.⁷⁰

No entanto, vale a ressalva de Andityas Matos de que o único ato de efetivo poder político do Povo é justamente a transferência de tal autoridade para o soberano monárquico ou o parlamento, dissolvendo-se enquanto sujeito político logo após tal delegação. Segundo o autor, no esquema hobbesiano não é possível a convivência de dois sujeitos políticos, porque se exige do representante (soberano) o monopólio da autoridade sobre o corpo social.⁷¹

Com o avançar da Modernidade, diversas mudanças sociais ocorrem nas sociedades europeias. Justamente por ser a era das múltiplas narrativas, sem um elemento unificador como havia na Idade Média, as experiências políticas dos países são também plurais, embora seja possível traçar paralelos e identificar estruturas comuns que serão replicadas, com suas particularidades, nos diferentes Estados. A teoria da representação de Hobbes, lastreada em grande medida pelo absolutismo, sofre alterações e releituras ao longo dos séculos vindouros.⁷² No caso inglês, já no século XVII, com eventos como a Guerra Civil e a Revolução Gloriosa, as condições de aplicabilidade dos postulados hobbesianos ficam, em parte, comprometidas. Por outro lado, na França, no decorrer do século XVIII, o contexto que levaria à Revolução Francesa também exige novas formas de encarar a representação política.

Autores como Edmund Burke, Jean-Jacques Rousseau e Emmanuel Sieyès são importantes para a reconfiguração da representação no séc. XVIII. Não se trata, contudo, de

⁷⁰ Tradução nossa. No original: “*The only way to erect such a common power, [...] is, to confer all their power and strength upon one man, or upon one assembly of men, that may reduce all their wills, by plurality of voices, unto one will. [...] This is more than consent, or concord; it is a real unity of them all, in one and the same person, made by covenant of every man with every man, in such manner, as if every man should say to every man, I authorize and give up my right of governing myself, to this man, or to this assembly of men, on this condition, that thou give up thy right to him, and authorize all his actions in like manner. This done, the multitude so united in one person, is called a COMMONWEALTH, in Latin CIVITAS*”. HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford University Press: New York, 1998, p. 114

⁷¹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 175 e 176.

⁷² COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 22.

simples superação da teoria hobbesiana, mas, ao contrário, da utilização de conceitos fundamentais para o autor inglês, atualizando-os para as novas realidades sociais, impulsionadas principalmente por movimentos revolucionários e reivindicações populares contrárias às formas estabelecidas de poder político.

Edmund Burke, sustentando a tradição inglesa da teoria parlamentar, reafirma a supremacia do Parlamento sobre a sociedade representada, ao negar a relevância dos sujeitos enquanto atores ativos na constituição da comunidade política. Para o autor, como expõe Pietro Costa, a ordem política não deriva da confluência de vontades e ações de indivíduos para delegar seu poder para seus representantes. Segundo Burke, o Parlamento – e a representação política – encontra sua fundamentação em uma ordem jurídica objetiva cujas bases são a tradição e a história política do país.⁷³ Nesse sentido, os representantes estão desvinculados dos sujeitos, ligando-se à nação como um todo, em um movimento representativo que se arroga a própria soberania nacional, sendo o Parlamento verdadeira instância autônoma de tomada de decisões, como expõe Costa:

*Permanece, no obstante, la idea de un parlamento que, como pars pro toto, representa no tanto a los sujetos individuales cuanto a la nación, a la totalidad del cuerpo político. [...] el parlamento representa a la nación, ya no significará evocar el nexo identitario del parlamento con los estamentos y cuerpos y, por lo tanto, con la civitas en su conjunto, sino señalar en el parlamento el lugar de decisiones políticas autónomas.*⁷⁴

No bojo de tal compreensão, acentua-se a cisão entre o poder político detido pelos representantes e o corpo social, os representados; os primeiros, então, podem e devem agir livremente, rompendo qualquer vínculo de identificação entre eles e seus representados, como sustenta Costa: “*la representación no valoriza a los sujetos como tales, a los representados, sino que legitima a los representantes como voz auténtica de la nación*”.⁷⁵ Com esse movimento teórico, Burke se distancia da teoria hobbesiana, uma vez que, para ele, os sujeitos são fundamentais na criação e autorização do soberano. Tanto é assim que Burke nega, com veemência, o mandato imperativo, entendendo que os representantes têm total liberdade para agir em nome do interesse coletivo da nação.

⁷³ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 23; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 127.

⁷⁴ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 23.

⁷⁵ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 24.

Ao deslocar o fundamento do poder para uma constituição jurídica objetiva, dada paradoxalmente *a priori* na história, pois existe e se reafirma constantemente através das estruturas político-jurídicas historicamente situadas, Burke possibilita uma forma de representação que deve ser referenciada apenas nos interesses gerais da nação. Por óbvio, tal interesse geral não pode ser mais do que uma abstração, que só se concretiza nas decisões tomadas pelo próprio Parlamento.⁷⁶ Isto é, os representantes criam objetivamente as supostas diretrizes que deveriam orientá-los, conformando uma esfera completamente autônoma, pois sua ação decisória dá forma ao seu próprio fundamento.

Em outra perspectiva, Emmanuel Sieyès, padre e revolucionário francês, encara a questão da representação de maneira diversa. Em sua obra *O que é o Terceiro Estado?*, o autor lança críticas à concepção inglesa de representação defendida por Burke, postulando a necessidade de igualdade entre todos os cidadãos franceses, contra as distinções por privilégios dos “Estados”⁷⁷ do Antigo Regime: “na Inglaterra só são privilegiados os nobres a quem a Constituição outorga uma parte do poder legislativo. Todos os outros cidadãos se confundem no mesmo interesse⁷⁸”. Vê-se, nesse excerto, um resumo da ideia burkeana de que o instrumento jurídico concreto (Constituição) fundamenta o poder de alguns – os representantes –, excluindo os demais da ação política concreta e fundindo-os em um conceito abstrato genérico chamado de “nação”.

Sieyès estava empenhado principalmente em lutar contra os privilégios políticos dos nobres e do clero, afirmando a igualdade de todos os cidadãos para a escolha dos representantes.⁷⁹ Uma vez assegurada tal igualdade, seria possível a constituição de uma ordem política justa, uma nação fundamentada na vontade da totalidade dos cidadãos que a compunham. Essa concepção retoma, em certo sentido, a ideia hobbesiana do pacto social baseado na ação coletiva dos sujeitos em conferir poder para seus representantes; afastando-se,

⁷⁶ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 126

⁷⁷ Na França absolutista, até a Revolução Francesa, a sociedade era dividida e estruturada em três Estados sociais distintos: os nobres, definidos por nascimento e agraciados com privilégios políticos, econômicos e sociais, conformando o Primeiro Estado; o Segundo Estado composto pelo clero; e, por fim, o Terceiro Estado que congregava todos os demais. Segundo os cálculos de Sieyès, o Primeiro e Segundo Estados contariam com cerca de duzentas mil pessoas, enquanto o Terceiro Estado teria cerca de vinte e cinco milhões de pessoas (SIEYÈS, Joseph. *A Constituinte Burguesa (Qu'est-ce que le Tiers État?)*. Org. Aurélio Wander Bastos. Trad. Norma Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. *E-book*, p. 29-30).

⁷⁸ SIEYÈS, Joseph. *A Constituinte Burguesa (Qu'est-ce que le Tiers État?)*. Org. Aurélio Wander Bastos. Trad. Norma Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. *E-book*, p. 35.

⁷⁹ SIEYÈS, Joseph. *A Constituinte Burguesa (Qu'est-ce que le Tiers État?)*. Org. Aurélio Wander Bastos. Trad. Norma Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. *E-book*, p. 27

por outro lado, da concepção de Burke, que nega tal vinculação entre os sujeitos e a totalidade política constituída e representada pelo Parlamento.

Para Sieyès, portanto, a noção de nação coincide com as pessoas que habitam determinado território: a nação está “nas quarenta mil paróquias que abrangem todo o território, todos os habitantes e todos os contribuintes da coisa pública. Aí está, sem dúvida, a nação”.⁸⁰ Devido à complexidade social, grande extensão territorial e quantidade populacional, as pessoas devem enviar seus representantes para a Assembleia, para que estes possam, por fim, decidir sobre a positivação da nação. Conforme expõe o autor:

É impossível criar um corpo para um determinado fim sem dar-lhe uma organização, formas e leis próprias para que preencha as funções às quais quisemos destiná-lo. Isso é que chamamos a constituição desse corpo. É evidente que não pode existir sem ela. E é também evidente que todo governo comissionado deve ter sua organização; e o que é verdade para o geral, o é também para todas as partes que o compõem. Assim, o corpo dos representantes, a que está confiado o poder legislativo ou o exercício da vontade comum, só existe na forma que a nação quis lhe dar. Ele não é nada sem suas formas constitutivas; não age, não se dirige e não comanda, a não ser por elas⁸¹.

Assim, a concepção da representação política passa por um processo constituinte de afirmação da nação pelo ato concreto de uma Assembleia que decide sobre a Constituição dessa nação,⁸² isto é, a vontade dos indivíduos somados, conformando uma coletividade política, designa seus representantes para constituírem formalmente a nação política organizada. Apesar de a nação ser anterior à sua constituição jurídica, ela só pode ser entendida como tal após esse ato de vontade dos sujeitos que a compõem, até mesmo para garantir as condições de existência livre e igual desses mesmos sujeitos.⁸³ Segundo Andreas Kalyvas:

Sieyès tenta reduzir o conceito a um sujeito nacional homogêneo e orgânico, *la nation*, entendido como uma comunidade pré-política que habita um estado de natureza sem norma que provou ser de maior sucesso, mas de pernicioso efeito político (Sieyès, 1970, pp. 180-91; Jaume, 2007, p. 84). Ele inaugurou a doutrina da soberania nacional à custa da democracia.⁸⁴

Nesse sentido, o pensamento de Sieyès está alicerçado na lógica da unidade do povo convertido em nação política. Essa unidade poderia ser traduzida em um “interesse comum”

⁸⁰ SIEYÈS, Joseph. *A Constituinte Burguesa (Qu'est-ce que le Tiers État?)*. Org. Aurélio Wander Bastos. Trad. Norma Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. *E-book*, p.39

⁸¹ SIEYÈS, Joseph. *A Constituinte Burguesa (Qu'est-ce que le Tiers État?)*. Org. Aurélio Wander Bastos. Trad. Norma Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. *E-book*, p. 37-38.

⁸² COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 29.

⁸³ SIEYÈS, Joseph. *A Constituinte Burguesa (Qu'est-ce que le Tiers État?)*. Org. Aurélio Wander Bastos. Trad. Norma Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. *E-book*, p. 38.

⁸⁴ KALYVAS, Andreas. Democracia constituinte. Trad. Florência Mendes Ferreira da Costa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 89, p. 37-84, 2013, p. 60.

fictício, mas representável pela Assembleia dos escolhidos pela coletividade.⁸⁵ É interessante notar, assim como o faz Pietro Costa, que essa ideia também está presente na teoria de Burke, ao sustentar a existência de um Parlamento que representa o interesse geral da nação,⁸⁶ muito embora, como já dito acima, existam diferenças fundamentais entre os dois autores.

Não obstante, por mais que Sieyès seja um crítico dos privilégios da nobreza, ele ainda se afasta, em diversos aspectos, de uma concepção democrática, uma vez que defende não só certas exclusões do corpo civil (como as mulheres e os miseráveis),⁸⁷ mas também um salto qualitativo para os designados representantes, devendo ser aqueles homens que “recebam uma educação liberal, cultivem sua razão e, enfim, podem interessar-se pelos assuntos públicos”. E prossegue: “Vejam se não dispõem de muitos cidadãos cultos, honestos, dignos, em todos os sentidos, de serem representantes da nação”.⁸⁸ Trata-se, portanto, de uma teoria da representação política que mantém as distinções e o afastamento entre os muitos – a multidão – e os aptos a representá-los, assim como de decidir efetivamente por eles. Conforme aduz Pietro Costa:

*La paradoja de la representación nace precisamente del contraste entre el dualismo que ella evoca (la representación como puente o nexo entre dos entidades) y el giro monista que experimenta durante los primeros compases de la ‘modernidad’. Caído el antiguo nexo identitario entre la parte y el todo, entre el representante y el representado, el representante sustituye a la nación representada y precisamente, en cuanto la sustituye, la realiza.*⁸⁹

Os séculos XVIII e XIX são marcados pela emergência de uma miríade de teorias cujo objetivo central era o de fornecer justificativas para as diferentes formas de governo, buscando conferir fundamento ao poder político dominante. Grande parte dessas teorias têm, na representação política, um elemento fundamental, motivo pelo qual esse dispositivo será utilizado com múltiplos significados e em contextos variados, não raro contraditórios. Considerando a disputa político-filosófica sobre o próprio conceito de representação política, desvelar seu processo de evolução e seus fundamentos elementares é de extrema importância para pensarmos em rupturas possíveis em relação a tal dispositivo.

⁸⁵ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 171-173.

⁸⁶ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 25

⁸⁷ SIEYÈS, Joseph. *A Constituinte Burguesa (Qu’est-ce que le Tiers État?)*. Org. Aurélio Wander Bastos. Trad. Norma Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. *E-book*, p. 28.

⁸⁸ SIEYÈS, Joseph. *A Constituinte Burguesa (Qu’est-ce que le Tiers État?)*. Org. Aurélio Wander Bastos. Trad. Norma Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. *E-book*, p. 29.

⁸⁹ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 27.

1.3 A representação política enquanto cisão fundamental

Para compreender a crítica da democracia representativa que será feita na próxima seção, dois movimentos são necessários. O primeiro, feito até aqui, é a leitura historicamente posicionada do dispositivo da representação política, demonstrando como sua aplicabilidade foi pensada para as mais diversas estruturas de poder e formas de governo, não sendo relacionada diretamente à democracia. Em segundo lugar, é preciso abordar mais detidamente alguns aspectos do dispositivo representativo, objetivando apontar o caráter separador e intrinsecamente alienante da representação política, conformando uma verdadeira impossibilidade de se articular com sociedades radicalmente democráticas.

Nesse sentido, é fundamental compreender o movimento de síntese disjuntiva operado pela representação política.⁹⁰ Isso quer dizer que o dispositivo representativo atua na separação (disjunção) dos sujeitos políticos entre si, formando indivíduos atomizados dentro de um conjunto populacional, assim como separa esses mesmos sujeitos do poder político, que fica confinado no topo das estruturas de poder e governo. Por outro lado, realiza a síntese desses sujeitos atomizados em uma unidade abstrata e totalizante, o povo uno, que é também o objeto do poder político separado. Como afirma Andityas Matos: “a representação política é ao mesmo tempo uma técnica de concentração e de alijamento do poder: intensificação do poder nas mãos das elites governantes e afastamento do povo em relação às esferas do poder”.⁹¹

Tal operação pode ser vista nas teorias citadas nas seções anteriores, nas quais sempre há a cisão entre governantes e governados, configurando um esquema referencial que opõe constantemente o poder político e os sujeitos submetidos a ele. Seja no duplo ato de criação do soberano/povo de Hobbes ou na supremacia parlamentar de Burke, é possível identificar o caráter alienante da representação política em relação às pessoas que compõem o corpo social, capturando a legitimidade necessária na multidão, mas negando a ela qualquer possibilidade efetiva de ação política dentro da ordem política criada. Não obstante, esse aspecto permanece

⁹⁰ Antônio Negri e Michael Hardt afirmam, na obra *Multidão*, que a representação é uma síntese disjuntiva, pois simultaneamente junta e separa, conecta e corta. Nas palavras dos autores: “a representação cumpre duas funções contraditórias: conecta a multidão ao governo e, ao mesmo tempo, os separa. A representação é uma síntese disjuntiva no sentido que simultaneamente conecta e afasta, junta e separa”. Tradução nossa. No original: “*representation fills two contradictory functions: it links the multitude to government and at the same time separates it. Representation is a disjunctive synthesis in that it simultaneously connects and cuts, attaches and separates*” (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio, *Multitude: war and democracy in the Age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004, p. 241).

⁹¹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 202.

vivo e cada vez mais acentuado na realidade contemporânea, embora constantemente reconfigurado, como bem expõe o Comitê Invisível:

É necessário que o poder esteja suficientemente desligado do mundo, que tenha produzido um vazio suficiente em torno do indivíduo e em torno de si próprio, que tenha produzido um espaço suficientemente desértico entre os seres para que possa, a partir daí, questionar-se sobre como agenciar todos esses elementos discordantes desligados entre si, como reunir o separado *enquanto separado*. O poder cria o vazio. O vazio invoca o poder.⁹²

O coletivo anônimo trata a questão da separação entre os sujeitos como a fragmentação governável dos seres, tratando-se de um projeto de poder dos governos atuais para criar “bolhas imunizantes”,⁹³ isto é, afastar por completo uns dos outros e possibilitar a gestão da massa de pessoas despotencializadas e privadas de qualquer vínculo comum. Esse mundo perfeitamente gerenciável tem, como consequência, a criação de uma unidade puramente operacional, que constrói a própria realidade a partir de agenciamentos e dispositivos de subjetivação, vigilância e controle.⁹⁴ O mundo contemporâneo seria marcado, portanto, pela produção de uma ordem abstrata, calcada em elementos como o controle cibernético e a dessubjetivação realizada pelo capitalismo espetacular. Os seres viveriam, então, na realidade projetada pelo poder político-econômico, despojados de qualquer contato com sua própria potência e as potências comuns de seus pares.

Não nos aprofundaremos nesses argumentos agora. Tais ponderações servem apenas para demonstrar a importância do esquema separador/unificante essencial para a representação política, uma vez que ele está presente das teorias medievais às formas atuais de dominação. Fazendo coro a essa ideia, Pietro Costa sustenta a existência de um dualismo insuperável na representação política, por implicar um necessário salto qualitativo entre governantes e governados.⁹⁵ É certo que qualquer governo que tenha na representação um de seus elementos constitutivos sempre trará o signo da segregação e da divisão social, uma vez que a operação de alienação do poder cria necessariamente disparidades entre os sujeitos de determinada comunidade, ao constituir uma hierarquia governativa, seja ela eleita ou encarnada por um governo despótico. Ainda, nas palavras de Andityas Matos:

⁹² COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 93.

⁹³ COMITÊ INVISÍVEL, *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinicius Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2017, p. 58

⁹⁴ COMITÊ INVISÍVEL, *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinicius Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2017, p. 55-56

⁹⁵ COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y María Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004, p. 38

No dispositivo da representação política, aquele que é o verdadeiro dono do poder não pode utilizá-lo, sendo que toda tentativa nesse sentido acaba veementemente desencorajada pelos corpos hierárquicos subordinados. [...] Em uma estrutura representativa, o poder reside sempre na hierarquia, na ordem sagrada que é capaz de ligar ou desligar os circuitos do poder.⁹⁶

No movimento de dividir a sociedade, a representação política possibilita que o poder político escape do corpo social e, assim, cria uma massa de sujeitos impotentes para agir politicamente, utilizando os mais diversos dispositivos para tanto, seja pela simples força e submissão, seja pela criação de aparatos jurídicos e formais que conferem caráter de legitimidade ao poder separado. Contudo, para que seja possível afirmar a existência dessa transferência do poder e a consequente anulação dos sujeitos enquanto atores políticos, é preciso aceitar que o poder político e os sujeitos de tal poder não coincidem. As operações de alienação do poder são o problema engendrado pela representação, fato contra o qual um projeto democrático deve fundamentalmente se insurgir.

Nesse sentido, Andreas Kalyvas sustenta que “os muitos são a base última da política, o limite social absoluto de qualquer política, que sobrevive à dissolução de governos, à disrupção de sistemas legais e ao colapso de poderes instituídos”, isto é, o poder é imanente à vida social, está intrinsecamente ligado à multidão e existe para além de qualquer governo e ordem de comando.⁹⁷ O fundamento de qualquer organização político-social não pode ser outro senão os próprios sujeitos que a constituem, fato reforçado pela grande maioria dos autores clássicos da representação apresentados até aqui. Ao fundamentarem o poder, essas organizações precisam constantemente se apoiar na legitimidade conferida pelo corpo social, mesmo que forçadamente, implicando a necessária relação de dependência que o governo e o poder constituído têm na multidão, na comunidade que os constitui. Não é possível existir um governante sem que existam governados. O contrário, porém, não é verdadeiro, sendo plenamente possível – e não cessa de ocorrer por toda a história – a existência de multidões sem governo.

Momentos revolucionários, pequenas insurgências internas aos países, guerras de independência e até mesmo comunidades permanentes experimentaram, ao longo dos séculos, formas-de-vida que prescindiam de governantes. Mikahil Bakunin, em seus comentários sobre a Comuna de Paris, nos lembra sobre a ficção que constitui o Estado, apoiando-se na expropriação da potência real dos sujeitos que foram por ele subjugados:

⁹⁶ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 89.

⁹⁷ KALYVAS, Andreas. *Democracia constituinte*. Trad. Flôrcia Mendes Ferreira da Costa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 89, p. 37-84, 2013, p. 74

É evidente que os chamados interesses gerais da sociedade que o Estado pretende representar, e que na realidade não são outra coisa que a negação geral e consciente dos interesses positivos das regiões, das comunas, das associações e do maior número de indivíduos submetidos ao Estado, constituem uma ficção, uma abstração, uma mentira, e que o Estado é como um açougue, ou como um cemitério onde, à sombra e com o pretexto desta abstração, comparecem generosamente, beatamente, a se deixar imolar ou enterrar todas as aspirações reais, todas as forças vivas de um país.⁹⁸

São tais “forças vivas” que constituem verdadeiramente qualquer sociedade, nas diversas formas de organização que elas podem assumir. O poder político separado, a hierarquia social, a divisão entre governantes e governados são algumas das estruturas que se apropriam da potência da multidão, mas que não podem existir por si sós. Essa constatação é fundamental para compreender o caráter nocivo de qualquer governo representativo, marcado pela necessária captura do poder multitudinário. Como afirma Andityas Matos:

a representação política não é um tipo de mediação necessária entre os sujeitos sociais do poder político e o próprio poder político, mas sim um dispositivo teológico secularizado que tem por função cindir a totalidade ontológica que originalmente os incluía (sujeitos e poder político).⁹⁹

É esse movimento de cisão que possibilita a criação de estruturas governativas hierárquicas, experiência dominante na história ocidental. A aposta político-filosófica de ruptura com a representação política reside na insurgência pela reapropriação da força dos sujeitos em comunidade, na defesa da imanência do poder e de sua necessária coincidência com a sociedade; lembrando as palavras de Karl Marx em *A guerra civil na França*: “o regime comunal teria restaurado ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo parasita estatal, que se alimenta da sociedade e obstrui seu livre movimento”.¹⁰⁰ Como se nota, propugnar o fim da representação política não é um delírio romântico idealizado, como muitos insistentemente acusam. Ao contrário, trata-se de romper com a ficção impossível e forçadamente imposta pelas nações e governos contemporâneos, fazendo emergir a condição ontológica do sujeito-poder que nega soberanos e abstrações legitimadoras do poder separado.

1.4 Democracia representativa como oxímoro

Como discutido nas seções anteriores, a representação política tem uma historicidade própria, existindo antes e para além de sua vinculação a formas de governo supostamente

⁹⁸ BAKUNIN, Mikahil. A Comuna de Paris e a noção de Estado. In: BAKUNIN, Mikahil. *Obras completas*. Tomo 2. Trad. Diego Abad de Santillán. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1977, p. 87.

⁹⁹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 207

¹⁰⁰ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 59.

democráticas. O conceito de democracia representativa também é resultado de um projeto político específico, não podendo se confundir com o significado próprio de democracia, configurando-se, ao contrário, como uma estrutura própria de governo e de concentração do poder político. É preciso, portanto, investigar o que se quer dizer de fato quando se fala em “democracia representativa” atualmente, escapando da reprodução acrítica desse conceito.

Ellen Woods, em seu livro *Democracy against capitalism*, argumenta que há significativa diferença entre o que se considera ser a primeira experiência democrática, em Atenas, e a retomada do conceito de democracia empregado atualmente. Este último tem suas origens dispersas na Idade Média e na Modernidade, em episódios como a Magna Carta¹⁰¹ e a Revolução Gloriosa,¹⁰² que traçaram o esboço dos princípios liberais e do constitucionalismo moderno desenvolvidos ao longo dos séculos posteriores.¹⁰³ A autora defende que houve uma completa ressignificação da palavra *democracia*, sendo empregada para designar uma ideia que contrariava frontalmente seu significado original de autogoverno do *demos*, tema que será enfrentado com maior profundidade na próxima seção.

Diversos são os aspectos que afastam a experiência ateniense da atual concepção de democracia. Um aspecto fundamental são as “implicações sociais do ‘governo pelo *demos*’ – o equilíbrio do poder entre ricos e pobres – como o principal critério da democracia”.¹⁰⁴ Isso porque, para os atenienses, o aspecto econômico era intrinsecamente relacionado à noção de democracia, de modo que não era possível falar em governo democrático sem se considerar o papel da economia na vida da cidade, como será melhor desenvolvido na seção 1.6. Por isso, defende Wood, o camponês-cidadão é a figura mais representativa da primeira experiência democrática, ao conjugar o papel de produtor (trabalhador) e de governante, sendo a liberdade desse camponês a liberdade dos cidadãos sem mestres, que não se reportavam a ninguém, a não ser ao conjunto da pólis.¹⁰⁵

¹⁰¹ Documento de 1215 que reduz os poderes do monarca inglês e garante direitos (de propriedade) e liberdades (econômicas e políticas) para os barões da Inglaterra.

¹⁰² Evento que marca o fim do absolutismo político na Inglaterra, em 1688, e a supremacia do Parlamento.

¹⁰³ WOOD, Ellen. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995, p. 204.

¹⁰⁴ Tradução nossa. No original: “*the social implications of 'rule by the demos' - such as the balance of power between rich and poor - as the central criterion of democracy*”. WOOD, Ellen. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995, p. 204.

¹⁰⁵ A democracia desenvolvida pelos atenienses está longe de ser perfeita. Trata-se de uma experiência que manteve mecanismos de opressão presentes na sociedade da época, notadamente expressos na exclusão das mulheres dos direitos políticos, uma vez que nem ao menos eram consideradas cidadãs. Da mesma forma, o tratamento dispensado aos escravos também era bastante grave, uma vez que estes eram entendidos como objetos desprovidos das prerrogativas de ação política. Contudo, o valor da experiência democrática na antiguidade se dá pela radical novidade constituída, ao romper as hierarquias de nascimento, propriedades e quaisquer títulos que diferenciavam os homens, radicalmente iguais na capacidade de decidir e acessar os espaços de poder. Essa prática, por não ter sido retomada em quase lugar algum nos próximos dois mil anos, serve de exemplo para demonstrar a

Por outro lado, na segunda experiência, que culminou na atual forma de democracia representativa, as figuras principais são o nobre feudal e a aristocracia, que incorporavam o papel da “nação política”, isto é, eram os que exerciam ativamente papéis políticos e de ação civil e militar. Porém o faziam para se contrapor à monarquia e ao absolutismo, mantendo a estrutura de privilégio civil e econômico em relação aos camponeses medievais, que eram constantemente subjugados e impedidos de participar politicamente.¹⁰⁶ Essa lógica perdurou por todo período moderno, no qual muitos movimentos republicanos e liberais incorporaram os ideais dos nobres medievais, tais como a defesa da propriedade e de certas liberdades individuais e a limitação política do Estado como sendo princípios democráticos, sempre contrapostos à outra opção, supostamente mais terrível: o despotismo absolutista.

Essa concepção foi acompanhada pela consolidação da representação política, uma vez que apenas os nobres proprietários falavam por todo o conjunto da sociedade, grande parte excluída social e economicamente das decisões políticas. Na Inglaterra, onde a noção de representação política como instrumento institucional se desenvolveu mais precocemente, a nação política exclusiva tomou forma com o Parlamento, que era considerado a corporificação de todos os sujeitos ingleses, mesmo daqueles que não podiam votar ou serem eleitos para uma vaga de representante.¹⁰⁷ O Parlamento substitui o povo, sendo ele o único legitimado a fazer política, como visto na teoria de Burke.

O que se observou, com o passar do tempo e o desenvolvimento do Estado de Direito, é que quanto mais inclusivo é o conceito de “povo”, abarcando a quase totalidade da população, mais o Parlamento (ou similar) avoca para si a exclusividade da política. Isto é, quanto mais formalmente democrática é uma sociedade, menos materialmente democrática de fato ela é, ou seja, há mais concentração de poder nas mãos de poucos cidadãos. Todos podem ser incluídos no corpo de cidadãos, mas a política é controlada no topo, e entre a multidão e o espaço de poder há o filtro da representação.¹⁰⁸

Isso ocorre porque a democracia liberal permite um corpo cidadão maior, abrangendo quase todos – diferentemente da concepção ateniense clássica –, mas reduz os poderes da cidadania conferida ao corpo dessa nação política ao conferir o monopólio da capacidade de

capacidade das sociedades humanas em criarem comunidades que rompem com as formas dominantes do poder de sua época.

¹⁰⁶ WOOD, Ellen. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995. p. 205.

¹⁰⁷ WOOD, Ellen. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995. p. 205.

¹⁰⁸ WOOD, Ellen. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995. p. 206.

ação política às instituições de poder verticalizadas, alienadas e restritas a um pequeno grupo de eleitos. Assim, reforça-se a ideia de uma cidadania passiva, que garante direitos e liberdades, mas despotencializa a força da militância civil e da atividade social que não esteja contida nas formas institucionalizadas da política¹⁰⁹.

Jacques Rancière, em sua obra *O ódio à democracia*, realiza uma análise dos diversos conflitos que as sociedades travam em relação ao conceito de democracia, com o objetivo de demonstrar que sempre houve grande resistência a uma concepção alternativa de democracia, que se coloque contrariamente às práticas da democracia representativa, isto é, que busque recuperar o sentido radical da democracia, desmistificando o falseamento impresso ao conceito pelas elites dominantes. Para Rancière, representação política não é sinônimo de democracia e, ao aproximar esses dois elementos – democracia e representação –, o que se faz é mascarar que, na verdade, ao se falar em democracia representativa, estamos lidando com um conceito diverso do que a democracia poderia significar.

Nesse sentido, um dos argumentos centrais para Rancière relaciona-se à questão dos títulos para governar. Segundo o autor, a democracia é, em síntese, o governo de *qualquer um*, no qual todos os sujeitos são desprovidos de títulos específicos que os qualifiquem como mais aptos para o governo; títulos esses que podem ser a riqueza, o nascimento ou a sabedoria, características comumente evocadas para justificar o governo de uns sobre os outros.¹¹⁰ Nas palavras do autor: “A democracia é a indistinção entre governantes e governados, ausência de título particular para o governo político dos homens reunidos, a ausência de títulos como um todo”¹¹¹.

O significado desse argumento tem implicações grandiosas, uma vez que qualquer forma de escolha (*e.g.*: eleições) que objetive conferir o poder político a alguém está embasada, de alguma forma, nas características – títulos – que tal pessoa possua e os demais, não. A exceção seria o sorteio, no qual não está em jogo nenhum fundamento de legitimidade ou capacidade, apenas o acaso, que iguala todos os cidadãos. Por outro lado, a base da democracia representativa é precisamente a distinção oligárquica entre governantes e governados, ao realizar a prática da escolha, via eleições, de alguns representantes “melhores” que irão governar a totalidade dos cidadãos.

¹⁰⁹ WOOD, Ellen. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995. p. 208.

¹¹⁰ RANCIÈRE, *O ódio à democracia*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 54-66, páginas nas quais o autor desenvolve a noção de título como forma de justificação do poder oligárquico, desde a cultura ateniense até os dias atuais.

¹¹¹ RANCIÈRE, *O ódio à democracia*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 118.

Em consequência dessa caracterização de democracia, Rancière desenvolve a crítica de que os governos que se autoproclamam democráticos são, na verdade, formas de oligarquias, ao invocarem como base de legitimidade a escolha de alguns, entendidos como mais capazes para governar a totalidade da sociedade. Segundo o autor, há uma distorção na ideia de que a democracia representativa seja, de fato, uma forma de democracia. Em suas palavras:

Sendo assim, a palavra democracia não designa propriamente nem uma forma de sociedade nem uma forma de governo. A ‘sociedade democrática’ é apenas uma pintura fantasiosa, destinada a sustentar tal ou tal princípio do bom governo. As sociedades, tanto no presente quanto no passado, são organizadas pelo jogo das oligarquias.¹¹²

Ao falar em oligarquia, é possível retomar a origem grega do termo, como empregado por Aristóteles, que implica uma forma de distribuição do poder político na qual poucos (*oligoi*) detêm o poder de governar os demais.¹¹³ Como visto anteriormente, a fórmula representativa atua sempre mediante a cisão entre o corpo social e o poder político, conferindo este a um pequeno grupo de escolhidos que devem governar a totalidade. Nesse sentido, é certo que a representação opera na lógica oligárquica, permitindo o governo dos poucos em detrimento do governo multitudinário ou, ainda, de governo nenhum.

Outro ponto fundamental é o aspecto eminentemente capitalista assumido pelas democracias liberais. Como observado por Luciano Canfora, para perpetrar a deturpação do conceito de democracia, desde o final do século XX os países ocidentais fizeram a opção política de submissão ao capital internacional, abrindo mão inclusive de parte da “soberania nacional”, permitindo, assim, o direcionamento efetivo das políticas internas e externas pelo poder econômico, não só nas áreas reconhecidamente financeiras, mas em todas as dimensões sociais. Ainda na visão de Canfora, os Estados modernos, em síntese, adotaram uma política “que privilegia ‘o permanente plebiscito dos mercados mundiais’, em comparação ao mais óbvio e incompetente ‘plebiscito das urnas’”.¹¹⁴ Segundo o autor:

Na verdade, é impróprio definir como “democracia” um sistema político no qual o voto é mercadoria no mercado político, e a admissão ao Parlamento requer um “dispêndio” eleitoral fortíssimo por parte do aspirante a “representante popular”. Esse aspecto entristecedor (mais ainda no plano ético do que no democrático) e fundamental do sistema parlamentar permanece, em grande parte, obscuro. Contudo,

¹¹² O autor continua: “(...) E não existe governo democrático propriamente dito. Os governos se exercem sempre da minoria sobre a maioria. Portanto, o ‘poder do povo’ é necessariamente heterotópico à sociedade não igualitária, assim como ao governo oligárquico. Ele é o que desvia o governo dele mesmo desviando a sociedade dela mesma. Portanto, é igualmente o que separa o exercício do governo da representação da sociedade” (RANCIÈRE, *O ódio à democracia*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 68).

¹¹³ ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 105 a 118.

¹¹⁴ CANFORA, Luciano. *Crítica da retórica democrática*. Trad Valéria Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2007, p. 37.

é o pilar básico do sistema. A camada política representa tendencialmente as classes médio-altas e abastadas¹¹⁵.

Para além disso, é importante analisar um elemento do constitucionalismo liberal que embasa e legitima toda a lógica do Estado de Direito. Esse é o poder constituinte, que seria a forma assumida pela vontade popular no momento fundacional da ordem político-jurídica. Nesse sentido, o processo de operacionalização da democracia representativa tem como elemento fundamental o estabelecimento de uma cisão entre constituído e constituinte, entre ato e potência.¹¹⁶ Nessa operação, a democracia é vista apenas em sua dimensão *constituída*, passa a ser limitada, posicionada no tempo e no espaço por uma Constituição ou conjunto normativo, perdendo qualquer carácter de indeterminação ou abertura que possibilitaria novas configurações políticas. Sobre esse carácter ilimitado do constituinte, Antonio Negri afirma:

O poder constituinte manifesta-se como expansão revolucionária da capacidade humana de construir a história, como ato fundamental de inovação e, portanto, como procedimento absoluto. O processo desencadeado pelo poder constituinte não se detém. Não se trata de limitar o poder constituinte, mas de torná-lo ilimitado. O único conceito possível de constituição é o de revolução: poder constituinte concebido como procedimento absoluto e ilimitado.¹¹⁷

Portanto, o que se objetiva com essa separação e conseqüente supervalorização do constituído sobre o constituinte é o esvaziamento do termo democracia, despotencializando sua capacidade de revelar uma realidade diversa daquela que nos foi imposta no presente, tema que será melhor explicado na seção 1.6, ao tratar da anterioridade da democracia em relação aos governos instituídos. Ao retirar da democracia seu carácter ingovernável, capaz da criação constante de mundos imprevisíveis e, por isso mesmo, tão ameaçadores para a ordem instituída, a Modernidade consolidou uma forma de governo *sobre* as pessoas, que controla e conforma todos os seres, com procedimentos estabelecidos e molduras consagradas contra as quais não é permitida qualquer transgressão, a não ser que ela seja perpetrada pelos próprios guardiões da ordem. É o governo constituído que se antagoniza constantemente em relação à potência constituinte. Andrea Kalyvas também desenvolve essa crítica, ao analisar o processo de esvaziamento do poder constituinte:

¹¹⁵ CANFORA, Luciano. *Crítica da retórica democrática*. Trad. Valéria Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2007, p. 31.

¹¹⁶ Sobre o assunto, Antonio Negri sustenta a impossibilidade de continuar existindo um poder constituinte quando já está consolidado um poder constituído: “Que a potência, ao se institucionalizar, não possa senão negar a si mesma, parece-nos uma primeira afirmação relevante e irreduzível” (NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad. Adriano Pilatti. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 24). A suposta dialética entre constituinte e constituído é uma fábula, na medida em que o constituinte é apenas potência, nunca ato.

¹¹⁷ NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad. Adriano Pilatti. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 26

Durante o século XIX, na América do Norte e na Europa Ocidental, o poder constituinte acabou sendo desviado, domesticado, neutralizado ou diminuído. Sua absorção gradual pela ordem constituída não apenas o privou de seus atributos democráticos e revolucionários, como também o degradou ao transformá-lo em ideologia indeterminada, abstrata, maleável, à mercê das elites governantes que competiam por poder.¹¹⁸

Por esses fatos, é possível observar que, de um lado, está o discurso que sustenta as estruturas das democracias representativas. Esse é o discurso que posiciona a democracia representativa como uma evolução social e humana, uma fórmula necessária para a civilização repleta de promessas e objetivos pretensamente realizáveis no paradigma democrático-representativo. Por outro lado, opõe-se a isso a realidade fática das sociedades que vivem sob o jugo de governos “democráticos” e as análises teóricas dos fundamentos que sustentam o conceito da representação política.

A democracia representativa, portanto, é um dispositivo que não nos garante proteção contra os autoritarismos e os novos movimentos da extrema-direita populista. Ao contrário, é o próprio mecanismo que permite a ascensão desses movimentos. Isso se dá por não ser a representação política, de fato, uma prática que evoca o autogoverno do povo ou a possibilidade de resistência frente às ameaças às minorias, mas, antes, o sistema que permitiu a contínua exploração e submissão da maioria dos sujeitos a pequenos grupos de interesse e poder. É nesse sentido que o termo “democracia representativa” constitui um oxímoro, isto é, aproxima dois termos que são, na verdade, opostos, sendo apenas um recurso retórico que não remete a um conteúdo claro. Dizer *democracia representativa* é falar-se em dois conceitos – democracia e representação – que não se ligam logicamente, uma vez que a representação, como visto, é um dispositivo de hierarquização e alienação do poder, justamente o contrário do que democracia realmente significa, ao evocar o poder horizontal e distribuído entre o conjunto da comunidade.

Sobre a necessidade de se romper com o sistema democrático-representativo, o Comitê Invisível sustenta que o estágio atual do sistema demonstra o completo esvaziamento de sua legitimidade, assim como a acentuada incapacidade das democracias para promoverem efetivas mudanças conforme as necessidades da população ou encontrarem soluções para os problemas que a sociedade enfrenta, relegando a participação popular à completa impotência.¹¹⁹ Essa percepção é fundamental para se entender que um ataque contundente à democracia representativa significa nos livrar, definitivamente, de um mito que já não serve para nada a

¹¹⁸ KALYVAS, Andreas. *Democracia constituinte*. Trad. Florência Mendes Ferreira da Costa. Lua Nova, São Paulo, n. 89, p. 37-84, 2013, p. 62.

¹¹⁹ COMITÊ INVISÍVEL, *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinicius Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2017.

não ser como máscara para o capital realizar a gestão do mundo e das pessoas. Para o Comitê Invisível:

Só restava ao Estado, para se justificar, a legitimidade plebiscitária das grandes eleições democráticas, mas agora essa última fonte de legitimidade se esgotou. Não importa qual seja o resultado de uma eleição presidencial, mesmo quando a opção é por um ‘poder forte’, o que se impõe já é um poder fraco. Tudo acontece como se a eleição não tivesse acontecido. A minoria que se mobilizou para fazer vencer seu favorito o colocou no comando de um barco à deriva.¹²⁰

É possível dizer, portanto, que a democracia representativa só existe, hoje, em uma perspectiva meramente discursiva, na retórica que a sustenta.¹²¹ Essa realidade não é, em si, uma contradição, pois as forças que dominam o mundo capitalista nunca se propuseram, de fato, a concretizar suas promessas democráticas, mas, ao contrário, utilizaram do discurso democrático apenas como o verniz de legitimidade para a manutenção do poder separado, dominando o conjunto da sociedade com dispositivos alegóricos, desprovidos de força revolucionária, como o voto, conforme elucida Andityas Matos:

De fato, se a democracia que temos – e sempre tivemos – não sobrevive para além da dimensão farsesca, não parece possível convencer seriamente as pessoas a participarem, em especial quando elas sabem, de maneira até intuitiva, que suas ações não influem em nada e servem apenas para legitimar o processo de homologação pública das decisões privadas característico da retórica democrático-representativa. (...) Prova disso é que o procedimento mais característico das democracias representativas nada tem de democrático: nas eleições não se decide sobre projetos políticos reais que afetam a comunidade de modo imediato, ao contrário, simplesmente são escolhidos alguns indivíduos – tidos como “os melhores” – para decidir sobre tais projetos no lugar das pessoas. Essas são chamadas a votar, nunca a decidir.¹²²

Ao desmistificar as eleições e, portanto, a lógica representativa embasada na outorga de um pretense poder popular a um grupo seletivo de escolhidos para falar pela totalidade da sociedade, resta apenas o vácuo de legitimidade que sempre existiu por trás da retórica democrática moderna. Lutar contra a narrativa democrática atual e pela desinstituição das decadentes estruturas das democracias representativas significa reabrir as possibilidades no presente, ao romper em absoluto com essa “figura de um poder que não promete mais nada e não tem outra finalidade senão trancar todas as saídas”.¹²³

¹²⁰ COMITÊ INVISÍVEL, *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinicius Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2017, p. 145.

¹²¹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 38.

¹²² MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 38.

¹²³ COMITÊ INVISÍVEL, *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinicius Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2017, p. 38.

O que se busca é destituir o poder separado de seu fundamento,¹²⁴ em larga medida apoiado pelo discurso democrático-liberal e em conceitos fictícios ou falseados como povo, legitimidade e representação. Se, como sustenta o Comitê Invisível, “toda criação nasce de uma ruptura em relação a tudo”,¹²⁵ é preciso que a retórica da democracia representativa seja firmemente combatida e reduzida ao seu verdadeiro elemento oligárquico e opressor, com o intuito de retirar toda a suposta legitimidade com a qual o sistema atual tenta se revestir. É por isso que a presente pesquisa passa pela aposta na desativação e na desinstituição do dispositivo da representação política. A concretização da comuna surge, então, como uma realidade que rejeita, por definição, a representação política e a alienação do poder, como será visto adiante.

1.5 A armadilha das grandes nações: o uso político da espacialidade

Um dos marcos para o giro semântico operado na palavra *democracia* se deu no bojo da revolução de independência dos Estados Unidos da América, quando os Pais Fundadores tiveram que fundar um novo modelo de diferenciação entre as massas e as elites. Já que haviam sido contrários aos privilégios da aristocracia inglesa, não poderiam aplicar o mesmo sistema no Novo Mundo. Sua tarefa prática era fundamentar o governo de uma oligarquia proprietária com o apoio eleitoral da multidão trabalhadora, em um esforço consciente de manter o poder nas mãos da elite. As vitórias antidemocráticas nos EUA redefiniram a noção de democracia.¹²⁶

Muitos dos Federalistas acreditavam no direito à liberdade de expressão e política dos mais pobres, as “*lowest people*”, mas defendiam que esses cidadãos humildes, sem escolaridade e dedicados aos trabalhos braçais e simplórios, não tinham as aptidões necessárias para exercerem os cargos de poder e para o debate público em geral. Com uma visão extremamente elitista, assim como quase todos os responsáveis por pensar o novo país que surgia, Hamilton defendia que cabia aos comerciantes (burgueses), o papel de representar os trabalhadores, devendo ser as vozes daqueles que não conseguiam falar, por suas limitações pessoais. Estaria aí, portanto, a necessidade da representação política como uma mediação entre as “pessoas inferiores” e os espaços de poder.¹²⁷

¹²⁴ COMITÊ INVISÍVEL, *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinicius Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2017, p. 91. Ainda, continuam os autores: “para tornar irreversível a destituição é necessário, portanto, começar renunciando à nossa própria legitimidade”.

¹²⁵ COMITÊ INVISÍVEL, *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinicius Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2017, p. 53.

¹²⁶ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 214.

¹²⁷ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 215.

Para os Federalistas, portanto, a representação não era uma forma de garantir a democracia, mas de limitá-la. Seu argumento não era o de que a representação era necessária em uma grande república, mas, ao contrário, o de que uma grande república é desejável para que a representação seja indispensável. E quanto menor a proporção entre representantes e representados e maior a distância entre eles, melhor. Essas ideias são bem expressas por Ellen Wood:

A república americana estabeleceu firmemente uma definição de democracia na qual a transferência de poder para "representantes do povo" constituía não apenas uma concessão necessária ao tamanho e à complexidade, mas antes a própria essência da democracia. Os americanos, então, embora não tenham inventado a representação, podem ser creditados por estabelecerem uma ideia essencialmente constitutiva da democracia moderna: sua identificação com a alienação do poder. (...) Os 'Pais Fundadores' não só conceberam a representação como um meio de distanciar o povo da política, mas defenderam isso pela mesma razão que os democratas atenienses suspeitavam da eleição: por ela favorecer as classes proprietárias. "Democracia representativa", como uma das misturas de Aristóteles, é democracia civilizada com um toque de oligarquia.¹²⁸

Madison, por sua vez, deixa claro que o efeito da representação é "redefinir e ampliar as opiniões públicas, passando-as pela mediação de um corpo de cidadãos escolhidos".¹²⁹ Uma república de grandes proporções é mais desejável por "ser mais favorável à eleição de guardiões adequados do interesse público".¹³⁰ A representação é, portanto, um filtro necessário, muito distante da ideia grega de isegoria, por entender que a massa de cidadãos é, por definição, incapaz de se governar.¹³¹ Como expõe Wood:

Estamos tão acostumados com a fórmula "democracia representativa" que tendemos a esquecer a novidade da ideia americana. Em sua forma federalista, pelo menos, significava que algo até então percebido como a antítese do autogoverno democrático era agora não apenas compatível, mas constitutivo da democracia: não o exercício do poder político, mas sua renúncia, sua transferência para outros, sua alienação.¹³²

¹²⁸ Tradução nossa. No original: "*The American republic firmly established a definition of democracy in which the transfer of power to 'representatives of the people' constituted not just a necessary concession to size and complexity but rather the very essence of democracy itself. The Americans, then, though they did not invent representation, can be credited with establishing an essential constitutive idea of modern democracy: its identification with the alienation of power. (...) Not only did the 'Founding Fathers' conceive representation as a means of distancing the people from politics, but they advocated it for the same reason that Athenian democrats were suspicious of election: that it favoured the propertied classes. 'Representative democracy', like one of Aristotle's mixtures, is civilized democracy with a touch of oligarchy*". (WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 217).

¹²⁹ HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *Federalists Papers*. Oxford University Press: New York, 2008, p. 53.

¹³⁰ HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *Federalists Papers*. Oxford University Press: New York, 2008, p. 53.

¹³¹ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 216.

¹³² Tradução nossa. No original: "*We have become so accustomed to the formula, 'representative democracy', that we tend to forget the novelty of the American idea. In its Federalist form, at any rate, it meant that something hitherto perceived as the antithesis of democratic self-government was now not only compatible with but constitutive of democracy: not the exercise of political power but its relinquishment, its transfer to others, its*

No artigo intitulado *The utility of the Union as a safeguard against domestic faction and insurrection*, Hamilton defende a necessidade de uma União forte para evitar “facções domésticas e insurreições”.¹³³ Dentro da discussão entre um Estado unitário e uma confederação de Estados menores, Hamilton deixa claro que mesmo a ideia de dividir a União em unidades federadas, como os territórios da Virgínia ou de Massachusetts, não era uma defesa de pequenas comunidades políticas, por entender que esses territórios, por si, eram espaços significativamente grandes. Evidencia-se, portanto, que, contrariando a famosa divisão entre os que defendiam um Estado unitário e os que perseguiam uma federação, ambos estavam do mesmo lado ao afirmar a necessidade de grandes espaços territoriais e populacionais na formação das estruturas políticas.¹³⁴ Para o autor, aqueles que criticavam a defesa de um Estado grande e forte, na verdade, denunciavam suas próprias limitações, pois não conseguiriam estender sua influência para além de um “estreito círculo de intriga pessoal”, como expõe no trecho seguinte:

ao nos dividirmos em uma infinidade de comunidades pequenas, invejosas, conflitantes e tumultuadas, os infelizes berçários da incessante discórdia e os miseráveis objetos da piedade ou desprezo universal. Alguns dos escritores que avançaram do outro lado da questão parecem ter consciência do dilema; e até mesmo têm ousadia suficiente para sugerirem a divisão dos Estados maiores como algo desejável. Tal política apaixonada, um expediente tão desesperado, poderia, pela multiplicação de ofícios mesquinhos, responder aos pontos de vista de homens que não possuem qualificações para estender sua influência além dos círculos estreitos de intriga pessoal, mas nunca poderia promover a grandeza ou felicidade do povo da América.¹³⁵

Dando sequência à discussão, Madison contrapõe a “pura democracia” à república, ressaltando que a diferença entre ambas é, justamente, a representação. Madison critica a defesa de igualdade das capacidades políticas entre os homens, entendendo que as situações de pura democracia são eivadas de conflitos e turbulências. Segundo o autor, uma democracia pura seria

alienation. WOOD, Ellen. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*” (WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 216).

¹³³ HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *Federalists Papers*. Oxford University Press: New York, 2008, p. 44.

¹³⁴ HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *Federalists Papers*. Oxford University Press: New York, 2008, p. 45.

¹³⁵ Tradução nossa. No original: “*of splitting ourselves into an infinity of little, jealous, clashing, tumultuous commonwealths, the wretched nurseries of unceasing discord and the miserable objects of universal pity or contempt. Some of the writers who have come forward on the other side of the question seem to have been aware of the dilemma; and have even been bold enough to hint at the division of the larger States as a desirable thing. Such an infatuated policy, such a desperate expedient, might, by the multiplication of petty offices, answer the views of men who possess not qualifications to extend their influence beyond the narrow circles of personal intrigue, but it could never promote the greatness or happiness of the people of America*”. HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *Federalists Papers*. Oxford University Press: New York, 2008, p. 45 e 46.

a situação na qual um pequeno número de cidadãos se reúne para administrar diretamente o governo, situação em que as “travessuras da facção” não teriam cura, abrindo caminho para os conflitos sociais.¹³⁶ O pensador sustenta que a democracia pura é incompatível com “a segurança pessoal ou os direitos de propriedade”, sendo a república – mediada pela representação – a fórmula para solucionar tais problemas.¹³⁷

Além do já exposto, os Federalistas usaram a distância geográfica como uma forma de conter a cultura democrática existente, contendo a cidadania ativa que floresceu muito nos anos anteriores à guerra. Ao deslocar para um centro único as decisões políticas, distantes do corpo de cidadãos impactados por elas, os líderes estadunidenses forjaram um modelo que retira a força das comunidades e das organizações parciais, definidas por motivos locais (moradores de uma mesma vila) ou por razões econômicas, como os trabalhadores de um mesmo ofício. Essa ideia centralizadora é bem expressa na fórmula “nós, o povo”, utilizada na Constituição do país. Trata-se de claro ato retórico, uma vez que o povo não está de fato ali, no local do poder (Washington, no caso) para dizer ou decidir o que quer que seja, mas é evocado como uma sombra que legitima os atos da elite que de fato governa.¹³⁸ Importante destacar que esse projeto aristocrático de poder era explicitado pelos próprios pais fundadores, como pode ser visto neste trecho de uma carta enviada por Alexander Hamilton, em 1777:

Quando os poderes deliberativos ou judiciais são total ou parcialmente transferidos para o corpo coletivo do povo, deve-se esperar erro, confusão e instabilidade. Mas a democracia representativa, onde o direito de eleição é bem assegurado e regulamentado e o exercício das autoridades legislativa, executiva e judiciária é investido em pessoas selecionadas, escolhidas realmente e não nominalmente pelo povo, será, na minha opinião, feliz, regular e durável.¹³⁹ (grifos do autor)

Matos aponta que essa foi a primeira vez que o termo “democracia representativa” foi utilizado para designar tal forma de governo.¹⁴⁰ A junção de *democracia* e *representação*, longe de remeter a estruturas correlatas, surgia nos escritos Federalistas como uma forma de mitigação

¹³⁶ HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *Federalists Papers*. Oxford University Press: New York, 2008, p. 51.

¹³⁷ HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *Federalists Papers*. Oxford University Press: New York, 2008, p. 52.

¹³⁸ HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *Federalists Papers*. Oxford University Press: New York, 2008, p. 217.

¹³⁹ Tradução nossa. No original: “*When the deliberative or judicial powers are vested wholly or partly in the collective body of the people, you must expect error, confusion and instability. But a representative democracy, where the right of election is well secured and regulated & the exercise of the legislative, executive and judiciary authorities, is vested in select persons, chosen really and not nominally by the people, will in my opinion be most likely to be happy, regular and durable*”. HAMILTON, Alexander. From Alexander Hamilton to Gouverneur Morris, 19 May 1777. *Founders Online*, National Archives, College Park, 19 mai. 1777. Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-01-02-0162>. Acesso em: 09 jul. 2021.

¹⁴⁰ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*, p. 66.

e controle da democracia pela representação. A representação é o dispositivo que, intencionalmente, é colocado contra a democracia.

A partir de então, a ideia de representação política passou a ser amplamente utilizada como dispositivo para sustentar os governos oligárquicos e antipopulares, atuando para dar o necessário verniz de legitimidade à estrutura política atual, sob a falsa desculpa de que seria um “mal necessário” para se adequar às necessidades das sociedades contemporâneas. Segundo Rancière, fazendo coro a Wood, a representação é um dispositivo pensado justamente para manutenção do poder separado das elites capitalistas, contrariando o discurso dominante de que ela seria uma tentativa de atenuar a distância entre governantes e governados.

Em outras palavras, a representação nunca foi um sistema inventado para amenizar o impacto do crescimento das populações. Não é uma forma de adaptação da democracia aos tempos modernos e aos vastos espaços. É, de pleno direito, uma forma oligárquica, uma representação das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns.¹⁴¹

A consolidação concomitante e intrinsecamente relacionada do Estado de Direito e dos grandes Estados nacionais implica uma série de interconexões entre a questão do espaço com os dispositivos do poder; como o direito e as instituições políticas modernas. Um desses aspectos, como destaca Andityas Matos, é o caráter ideológico na percepção difundida de que o espaço é único e imutável, o que impede que a espacialidade seja vista como algo que constitui os seres que vivem em determinado local, assim como o espaço é constituído e modificado por esses mesmos sujeitos.¹⁴² Nesse sentido, o caráter múltiplo do território, refletindo os conflitos e vivências que nele ocorrem, é ocultado pela ideologia dominante do poder, pois na lógica capitalista o espaço é homogêneo e funciona apenas como um meio para conectar a produção e o consumo das sociedades.¹⁴³

1.6 Democracia radical, a tradição subterrânea da democracia

O conceito de democracia é historicamente polissêmico, significando experiências muito diversas conforme o contexto em que é empregado. Como já visto, a ideia de democracia contemporânea, forjada na Modernidade, está intrinsecamente relacionada à representação política. Nos séculos XX e XXI, surgiram ainda outras acepções, como democracia real,

¹⁴¹ RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo 2014, p. 69.

¹⁴² MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*, p. 260.

¹⁴³ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*, p. 260.

participativa e deliberativa, geralmente influenciadas por teorias ou movimentos políticos que visam a reformar a democracia representativa. Desde Atenas e da Grécia Antiga, a democracia emerge no léxico político social enquanto possibilidade de organização sociopolítica das sociedades.

Como nos lembra Douglas Lummis, “(...) *de las palabras políticas existentes, no cabe duda de que democracia es una de las que más cruelmente se ha abusado*”.¹⁴⁴ Porém, assim como Lummis, não pretendemos abandonar o conceito devido aos falseamentos a ele impostos. Pelo contrário, parte-se da compreensão de que a democracia carrega consigo uma potência a ser realizada, despertando para formas-de-vida que podem ser bem diversas daquelas que estamos acostumados a chamar de democráticas. Para isso, o termo “democracia radical” aposta em um movimento de recuperar sentidos já esquecidos da palavra e, ao mesmo tempo, preenchê-la com novas dimensões das lutas reais de nosso tempo. Como Marx aponta, “para ser radical é preciso agarrar a raiz da questão”,¹⁴⁵ compreendendo qual é o conteúdo efetivo que perpassa as lutas por democracia ao longo da história e, dessa forma, encontrar nelas um meio potente para abrir novos horizontes de organização política e social.

Nesse sentido, a proposta de se pensar a democracia radical passa por restituir o conteúdo específico do poder político evocado pela palavra “democracia”,¹⁴⁶ que tem como fundamento essencial – inscrito na etimologia de *demos/kratos* – o autogoverno, isto é, a apropriação do poder político pelos sujeitos (povo) que são o objeto desse mesmo poder. Ainda, nas palavras de Andityas Matos:

Desse modo, o termo “radical” que se junta à palavra “democracia” não é, como muitos outros – “liberal”, “representativa”, “popular”, “cristã”, “social” etc. –, um verdadeiro qualificativo, mas sim um intensificador, que serve para demonstrar que quando falo de democracia radical, falo da democracia mesma, sem adjetivações que obscureçam a potência presente na ideia de poder do povo que se organiza sem intermediários e sem instituições governativas centralizadas e unificantes.¹⁴⁷

Essa ressignificação da democracia não se confunde com a retomada integral da democracia ateniense clássica ou, ainda, com uma tentativa por buscar um conceito essencializado de democracia, isto é, a descoberta do “verdadeiro” sentido da palavra. Trata-se,

¹⁴⁴ LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 25.

¹⁴⁵ Tradução nossa. No original: “*To be radical is to grasp the root of the matter*”. (MARX, Karl. A contribution to the critique of Hegel’s Philosophy of Right: an introduction. In: MARX, Karl. *Early writings*. New York: Penguin Books, 1975, p. 251).

¹⁴⁶ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*, p. 236.

¹⁴⁷ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*, p. 240.

antes, da percepção de que existem elementos extremamente inovadores e potentes no modelo adotado pelos gregos há quase três milênios, e que esses elementos passaram por um longo processo de desnaturação e captura por forças que acabaram por transformar os governos denominados como democráticos no exato oposto do que a palavra buscava exprimir. É preciso retomar criticamente alguns desses elementos, assim como propor a adequação do conceito à realidade atual.

Na tentativa de recompor o conteúdo político da democracia, é necessário analisar – mesmo que brevemente – alguns aspectos da democracia ateniense, explorando as raízes práticas desse conceito. Um elemento fundante que precisa estar atrelado ao conceito contemporâneo de democracia é a igualdade entre os sujeitos. Não se trata da igualdade formal das leis abstratas do Estado de Direito ocidental, mas sim de uma igualdade material de fato, como veremos adiante. Essa igualdade foi propiciada por um tipo de liberdade política próprio da experiência grega, baseada fundamentalmente na ideia de cidadania sem mestres (uma ironia, se considerarmos a existência expressiva dos escravos na composição das cidades).¹⁴⁸ Não havia diferenças qualitativas entre os cidadãos atenienses, nenhum título ou qualidade formal que criasse relações de subordinação e hierarquia entre aqueles que constituíam o corpo político da pólis – ressaltados, claro, aqueles que não eram considerados cidadãos, como estrangeiros e escravos. O cidadão ateniense não era servo de nenhum homem mortal, “a liberdade, *eleutheria*, decorrente de sua cidadania, era a liberdade do *demos* em relação ao senhor.”¹⁴⁹ Isso significava que o poder político do sujeito estava diretamente relacionado à sua liberdade e, por sua vez, conferia a ele a possibilidade real de libertação econômica, principalmente para os camponeses e pequenos artesãos, uma vez que não estavam subordinados a nenhuma exploração extra-econômica:

A cidadania democrática em Atenas significava que os pequenos produtores estavam, em grande parte, livres das cobranças extra-econômicas às quais sempre estiveram sujeitos os produtores diretos nas sociedades pré-capitalistas. Eles estavam livres, por exemplo, [...] da coerção direta da classe dominante espartana, explorando os hilotas por meio do que equivalia a uma ocupação militar; ou das obrigações feudais do camponês medieval, sujeito aos poderes militares e jurisdicionais dos senhores; ou da tributação do absolutismo europeu, no qual o cargo público era um instrumento primário de apropriação privada; e assim por diante. Enquanto os produtores diretos permanecessem livres de imperativos puramente "econômicos", a propriedade politicamente constituída permaneceria um recurso lucrativo, como um instrumento de apropriação privada ou, inversamente, uma proteção contra a exploração; e, nesse

¹⁴⁸ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 204.

¹⁴⁹ Tradução nossa. No original: “*he owed no service or deference to any lord, nor did he waste his labour to enrich a tyrant by his toil. The freedom, eleutheria, entailed by his citizenship was the freedom of the demos from lordship*” (WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 204).

contexto, o status cívico do cidadão ateniense era um ativo valioso com implicações econômicas diretas. A igualdade política não apenas coexistiu, mas modificou substancialmente a desigualdade socioeconômica, e a democracia era mais substantiva do que “formal”.¹⁵⁰

A noção de soberania popular constituída em Atenas era pautada pela igualdade, na medida em que rompia com a dualidade entre governantes e produtores,¹⁵¹ fato inovador nas experiências políticas até então. É recorrente nas teorias filosóficas e políticas – antes e depois da experiência ateniense – a defesa de uma cisão fundamental entre aqueles que exercem as liberdades políticas – governantes – e os que devem trabalhar para prover as necessidades materiais da sociedade. Tal concepção está presente, por exemplo, no pensamento de Platão, ao dividir a sociedade entre os homens de ouro (magistrados) e bronze (camponeses),¹⁵² assim como na divisão sociopolítica de grande parte do medievo, funcionando pela díade nobres com poder político e camponeses produtores. Ao garantir os mesmos direitos políticos aos produtores, a democracia ateniense aboliu formalmente as barreiras e divisões de caráter econômico, unificando a todos na categoria de cidadãos.¹⁵³

Wood afirma que na democracia liberal contemporânea a posição socioeconômica também não determina o direito à cidadania formal,¹⁵⁴ uma vez que todos os nascidos em determinado território teriam – em tese – o direito às liberdades políticas. Essa liberdade cívico-política supostamente universalizada é, inclusive, um dos principais definidores do caráter “democrático” das formas de governo presentes na maioria dos Estados capitalistas do Ocidente. Contudo, ao contrário da democracia ateniense, nas sociedades capitalistas existe a exploração capitalista do trabalho e a subordinação entre os sujeitos sem propriedades e recursos e os capitalistas. No capitalismo atual, portanto, o poder do capitalista de se apropriar da mais-valia

¹⁵⁰ Tradução nossa. No original: “*Democratic citizenship in Athens meant that small producers were to a great extent free of the extra-economic exactions to which direct producers in pre-capitalist societies have always been subject. They were free, for example, [...] or from the direct coercion of the Spartan ruling class, exploiting helots by means of what amounted to a military occupation; or from the feudal obligations of the medieval peasant, subject to the military and jurisdictional powers of the lords; or from the taxation of European absolutism, in which public office was a primary instrument of private appropriation; and so on. As long as direct producers remained free of purely 'economic' imperatives, politically constituted property would remain a lucrative resource, as an instrument of private appropriation or, conversely, a protection against exploitation; and in that context, the civic status of the Athenian citizen was a valuable asset which had direct economic implications. Political equality not only coexisted with but substantially modified socio-economic inequality, and democracy was more substantive than 'formal'.*” WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 201.

¹⁵¹ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 205

¹⁵² PLATÃO. *A República*. Trad. Pietro Nassetti. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 109.

¹⁵³ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 205.

¹⁵⁴ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 201

derivada do trabalho alheio não depende de um privilégio jurídico ou de um *status* civil diferenciado (há igualdade formal), mas sim das condições objetivas da vida econômica, que obriga os trabalhadores a se submeterem a tal relação de exploração. É por isso que a igualdade civil não afeta diretamente ou modifica significativamente a desigualdade econômica, e isso é um dos fatores essenciais para a limitação – e, em última instância, para a impossibilidade – da democracia no capitalismo. Em síntese, a igualdade civil na democracia liberal não apenas coexiste com a desigualdade socioeconômica “como a deixa fundamentalmente intacta”.¹⁵⁵

Ao analisar esses elementos presentes na concepção ateniense de democracia, é possível reiterar a relação necessária entre realidade econômica e estruturas políticas. Como visto na seção 1.4, o capitalismo tem papel fundamental no exercício do poder separado, realizando a operação de dissociação entre o aspecto formal da democracia e a realidade socioeconômica das populações envolvidas nas relações de poder. É certo que em sociedades desiguais não é possível falar em democracia de fato, uma vez que as liberdades políticas são efetivamente obstadas pelas barreiras sociais, pelas relações de trabalho, pela miséria e pela fome.¹⁵⁶ Essa análise nos leva a afirmar, por consequência, que pensar uma prática política com conteúdo radicalmente democrático passa por se contrapor às estruturas do capitalismo imperante na contemporaneidade.

O cidadão ateniense, portanto, recusa qualquer relação de subordinação com os demais, pois são iguais politicamente. E não é só isso, pois cada sujeito dessa relação social detém o direito à participação política efetiva nas instâncias de discussão e deliberação, sendo a isegoria um princípio basilar para a noção de democracia. Dessa forma, Cornelius Castoriadis afirma que, para os gregos, só é livre aquele que pode se autogovernar,¹⁵⁷ isto é, o sujeito que pode influir nos assuntos de governo, nas decisões comunitárias que incidirão, em última instância, sobre ele mesmo.

Os sujeitos livres, portanto, devem reconhecer que não há normas ou barreiras que lhes sejam externas e alienadas, há apenas os limites autoimpostos pelo exercício da liberdade

¹⁵⁵ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 201.

¹⁵⁶ Prova patente disso é o valor absurdo das campanhas políticas em todo o mundo. Como exemplo, podemos citar a eleição para o Governo do Estado de Minas Gerais, no subdesenvolvido e majoritariamente pobre Brasil. Nas eleições de 2014, o candidato vitorioso a governador gastou 52,2 milhões de reais em um Estado cuja renda *per capita* é de R\$ 1.224, pouco mais que um salário mínimo, segundo o censo do IBGE. (BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Panorama. Brasil, Minas Gerais. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em: 07 jul. 2021).

¹⁵⁷ CASTORIADIS, Cornelius. *La ciudad y las leyes: lo que hace a Grécia 2*. ed. Buenos Aires: Fonde de Cultura Económica, 2012, p. 238.

política.¹⁵⁸ É preciso salientar, contudo, que tanto na realidade grega quanto para o atual conceito de democracia radical, não é possível pensar nessas liberdades políticas de forma atomizada, como se o indivíduo agisse desconectado da coletividade. A prática política aqui exposta é sempre coletiva, e as autoconstituições são criações de comunidades de iguais.¹⁵⁹ Não obstante, como elabora Castoriadis ao tratar da questão da autonomia em sua dimensão social: “não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e que sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva”.¹⁶⁰ A democracia é, portanto, a dimensão coletiva de conjugação da liberdade política dos sujeitos autônomos, é “*el régimen que se instituye como autoinstitución explícita permanente y que al mismo tiempo, sabedor de que sólo él mismo puede limitarse, instaure las condiciones de su autolimitación*”.¹⁶¹

A autoinstituição das sociedades políticas é a pedra de toque da democracia radical, pois afirma a um só tempo a autonomia dos sujeitos e a importância da conjugação coletiva dessas autonomias, sempre múltiplas e variáveis. Essa ideia será fundamental nos capítulos 2 e 3, quando será debatida a importância das subjetividades e dos afetos organizados para a constituição das comunas, uma vez que só por meio de uma escolha livre e consciente pode-se realizar a autoconstituição comunal, como expõe também Andrea Kalyvas:

A partir dessa afinidade eletiva, a política constituinte democrática evoca o princípio da liberdade como autonomia política por meio do qual os membros da coletividade constituem deliberadamente as formas políticas da autoridade de maneira a organizar e institucionalizar suas vidas comuns. Os destinatários da lei tornam-se seus autores. Por isso, formular a soberania popular como poder constituinte é afirmar o valor democrático básico de autogoverno.¹⁶²

Ainda na análise do significado da palavra “democracia”, é imprescindível reiterar que esta só pode ser vivenciada nas situações em que o poder está efetivamente presente no corpo social,¹⁶³ quando os seres estão livres para agir e decidir diretamente sobre todos os aspectos da vida comunitária. A reapropriação do poder político pela multidão – pela totalidade dos sujeitos que compõem a comunidade – é um aspecto fundamental para uma democracia na qual o “titular desse poder não se divide, não se representa, não se especializa: são as pessoas mesmas

¹⁵⁸ CASTORIADIS, Cornelius. *La ciudad y las leyes: lo que hace a Grécia* 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 240.

¹⁵⁹ CASTORIADIS, Cornelius. *La ciudad y las leyes: lo que hace a Grécia* 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 239.

¹⁶⁰ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynard. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.129.

¹⁶¹ CASTORIADIS, Cornelius. *La ciudad y las leyes: lo que hace a Grécia* 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 240.

¹⁶² KALYVAS, Andreas. *Democracia constituinte*. Trad. Florência Mendes Ferreira da Costa. Lua Nova, São Paulo, n. 89, p. 37-84, 2013, p. 38.

¹⁶³ LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 30

em suas vidas cotidianas que, ao produzirem a sociedade, se põem como titulares absolutas do poder constituinte”.¹⁶⁴ A justificativa para tanto, como será explorado a seguir, é a defesa da democracia enquanto caráter fundante do poder.¹⁶⁵

Kalyvas sustenta que o ato de estabelecer/formar é superior ao ato de comandar,¹⁶⁶ porque a capacidade produtiva da multidão independe dos governos ou das estruturas instituídas para continuar a existir. Contudo, o contrário não é válido, uma vez que só é possível haver um governo e, conseqüentemente, a separação da sociedade entre aqueles que detêm o poder político de comando e aqueles que devem obedecer, caso exista, anteriormente, a comunidade de sujeitos sem governo. O autor continua afirmando que, “enquanto os muitos podem existir separadamente do Estado, este não pode viver separado daqueles”,¹⁶⁷ pois é necessário que se faça presente o objeto do poder. Sem um povo para ser organizado e subordinado ao poder político do Estado ou de uma instituição superior, essa instituição cessa de existir enquanto poder separado. A democracia radical existe precisamente nesse céu vazio que nega a qualquer Leviatã transcendente o poder de comandá-la.¹⁶⁸

Mesmo um teórico como Hobbes reconhece a antecedência das relações sociais entre os sujeitos em relação às formas instituídas de poder político.¹⁶⁹ Para além de qualquer teoria, é um fato lógico que a existência dos corpos viventes é o dado primordial. Ocorre, porém, que Hobbes supõe que a realidade anterior ao Estado é mera vida, ou seja, vida despossuída de caráter político. Ao contrário, as teorias da democracia radical sustentam que o político subsiste em qualquer relação humana coletiva, independentemente de qualquer construção *a posteriori*

¹⁶⁴ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte*. Revista Direito & Práxis. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, vol. 07, n. 4, pp. 43-95, 2016, p. 67.

¹⁶⁵ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 234.

¹⁶⁶ KALYVAS, Andreas. *Democracia constituinte*. Trad. Florência Mendes Ferreira da Costa. Lua Nova, São Paulo, n. 89, p. 37-84, 2013, p. 48

¹⁶⁷ KALYVAS, Andreas. *Democracia constituinte*. Trad. Florência Mendes Ferreira da Costa. Lua Nova, São Paulo, n. 89, p. 37-84, 2013, p. 48

¹⁶⁸ “*La democracia radical vislumbra al pueblo reunido en el espacio público, sin que el gran Leviatán paternal o la gran sociedad maternal se alce sobre ellos, sino sólo con el cielo vacío: el pueblo haciendo propio nuevamente el poder de Leviatán, con libertad de hablar, elegir, actuar*”. (LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 42).

¹⁶⁹ “Poderá porventura pensar-se que nunca existiu um tal tempo, nem uma condição de guerra como esta, e acredito que jamais tenha sido geralmente assim, no mundo inteiro; mas há muitos lugares onde atualmente se vive assim. Porque os povos selvagens de muitos lugares da América, com exceção do governo de pequenas famílias, cuja concórdia depende da concupiscência natural, não possuem qualquer espécie de governo, e vivem em nossos dias daquela maneira embrutecida que acima referi”. Tradução nossa. No original: “*It may peradventure be thought, there was never such a time, nor condition of war as this; and I believe it was never generally so, over all the world: but there are many places, where they live so now. For the savage people in many places of America, except the government of small families, the concord whereof dependeth on natural lust, have no government at all; and live at this day in that brutish manner, as I said before*”. HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford University Press: New York, 1998, p. 85.

forjada em um pacto social ou pela imposição de um governo separado dos muitos que compõem a comunidade. O poder está na imanência da vida social, e deve ser sempre entendido, de acordo com Kalyvas, como:

Intrínseco a relações concretas de associações mútuas, formada por reivindicações reais e promessas; em trocas, acordos, convenções, e contatos; em corporações, alianças, e federações. O conceito é relativo e plural e opera estritamente no plano da historicidade e imanência. Ele é profano e material; a afirmação dos poderes deste mundo, de mudança e contingência, de inícios e fins e o reconhecimento de que o mundo político é feito por seus participantes.¹⁷⁰

Trata-se, portanto, de extrair da realidade imanente das relações humanas o fundamento único do poder político, que deve ser sempre indissociável dos demais aspectos da vida social. A própria separação do poder político enquanto elemento específico das relações sociais deve ser abolida, fundindo-se ao leque de significações relacionais experimentadas pelo conjunto dos sujeitos. É nesse sentido que, segundo Andityas Matos, “na medida em que o poder político possa a coincidir com o poder social e esteja imerso na própria autoinstituição de sociedades multitudinárias e plurais, apresentando-se enquanto poder constituinte permanente”,¹⁷¹ caem por terra as justificações para um poder separado e externo a essa sociedade multitudinária.

Como apontado por Lummis, os governos constituídos são absolutamente reféns, em última instância, da aceitação – consciente ou não – das pessoas que são governadas. O caráter desinstituinte da democracia radical enquanto possibilidade de se realizar no presente surge, em certa medida, para demonstrar a fragilidade daquelas formas de governo que têm como fundamento a cisão do poder político. Basta que as pessoas desertem dos sistemas de crença e expropriação produtiva que constituem os regimes políticos contemporâneos, negando-se a dar continuidade à reprodução das condições de vida alienadas a que estão submetidas, para que esses regimes entrem em colapso imediato. Para o filósofo, o poder da deserção é extremamente potente:

*Incluso un ejército con las armas más temibles resulta inútil para el general si todos los soldados desertan, y la desertión en masa siempre es una posibilidad real. Cualquier régimen en cualquier época tiene el potencial de venirse abajo y convertirse en el Estado de la Democracia, aunque ello puede parecer psicológica y socialmente inconcebible en épocas y lugares determinados. El hecho de que la desertión masiva pudiera disolver el poder del estado significa poco en aquellas situaciones en que las creencias del pueblo le impiden actuar de dicho modo.*¹⁷²

¹⁷⁰ KALYVAS, Andreas. Democracia constituinte. Trad. Florência Mendes Ferreira da Costa. Lua Nova, São Paulo, n. 89, p. 37-84, 2013, p. 74.

¹⁷¹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 246.

¹⁷² LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 40.

O único poder que não tem necessidade de justificação é aquele que nunca se alienou e, portanto, não precisa criar um discurso legitimador sobre ele próprio para apresentar aos que serão governados. Os sujeitos que são objetos desse poder são os mesmos que o detêm, em uma dimensão imanente que extrai seu fundamento de existência da própria vida comum da multidão. As construções políticas contemporâneas que distorceram esse significado da democracia são apenas uma operação, em larga medida bem sucedida, para justificar a transferência do poder para outro *locus* que não o conjunto da vida social,¹⁷³ seja uma classe política eleita, ditadores autocráticos, instituições burocráticas ou um partido revolucionário.

Como apontado brevemente até aqui, alguns aspectos da democracia radical são a crítica ao capitalismo e a estruturas econômicas desiguais; a liberdade política de todos os sujeitos; a autoinstituição da sociedade em um movimento de autonomia real e a crítica ao poder separado do corpo social. É certo, portanto, que evocar a democracia radical não equivale a um apelo ao passado idílico ou a projetar uma ideia abstrata, tratando-se antes de uma aposta fundamentada e com conteúdo político próprio. Objetiva, em suma, escapar “do saudosismo da ágora ateniense e o fatalismo dos Parlamentos contemporâneos”¹⁷⁴ para apresentar outras saídas possíveis.

A essa altura, é necessário ressaltar que os elementos aqui expostos são integrantes do significado adotado na presente investigação e, apesar de serem essenciais para a aposta política aqui desenvolvida, não podem ser vistos como uma tentativa de limitar a democracia radical a eles. Não se trata, portanto, de estabelecer um rol taxativo de critérios que devem ser cumpridos para que determinada experiência possa ser chamada de radicalmente democrática, mas apenas um conteúdo mínimo que é percebido nas emergências das lutas e vivências democráticas.

As concepções de democracia radical surgem na história, mesmo que sem esse nome, em todos os momentos nos quais as pessoas efetivamente lutam para a concretização dos objetivos que estão encapados nesse conceito.¹⁷⁵ Aqui se esboça uma tentativa de estabelecer uma linha descontínua entre as lutas populares que evocaram os mesmos ideais que defendemos, expressando “solidariedade com os povos do passado e do presente que se

¹⁷³ LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 39.

¹⁷⁴ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 235.

¹⁷⁵ LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 28.

denominaram democratas radicais¹⁷⁶” e, ao traçar paralelos entre essas emergências revolucionárias, dar seguimento às lutas derrotadas do passado.

Nesse sentido, trata-se de uma perspectiva que nega radicalmente elementos como a hierarquia, a separação entre governantes e governados, a representação política e as diversas formas de alienação e dominação dos sujeitos. É uma prática que “não precisa ser justificada, pois ela pressupõe o caráter social, aberto, multitudinário e constantemente constituinte do poder político”.¹⁷⁷

Segundo expõe Andrea Kalyvas, a democracia “é definida por um princípio de ruptura: autoautorizada, desgovernada, contra a firmeza e a permanência do *nomos* estatista”,¹⁷⁸ posicionando a prática democrática enquanto um campo aberto às indeterminações sociais, sempre contingentes para se adequar e conformar às multiplicidades subjetivas dos seres que compõem determinado conjunto político organizado. Esse aspecto aberto e indeterminado da democracia radical é fundamental para se compreender como ela pode atuar na constante desinstituição dos dispositivos separadores que ela se nega a reproduzir, funcionando como um constante fluxo de poder e estruturas sociais, sem jamais permitir a cristalização destas em instituições constituídas e estáveis. Conforme define Matos:

Por seu turno, o que chamo de democracia radical assume a abertura total da realidade, sua indeterminação ôntica e a contínua reconstrução provisória e precária de fórmulas e procedimentos por meio de uma política dos afetos da qual não estão ausentes dimensões tidas como reprováveis pelos democratas diretos ou indiretos, tais como a oposição irresolúvel, o deboche, a fúria, a confiança cega, o jogo, a festa, a comunhão, o êxodo – em uma palavra: o perigo que nos ativa enquanto seres viventes reais, qualidades reais, ainda que cambiáveis, e não meras quantidades que decidem de forma imediata ou diferida.¹⁷⁹

Esse compromisso evocado pela democracia radical assume os riscos das discordâncias e dos conflitos que surgem em comunidades livres, sem oferecer garantias prévias de pacificação social. É essencial para tal aposta política que a multiplicidade nunca seja convertida em unidade, compreendendo que a *práxis* histórica dos movimentos de luta aponta para a negação da ordem unificadora, uma vez que a coletividade democrática só pode existir quando o livre jogo das subjetividades é colocado constantemente em prática. Como nos lembra o Comitê Invisível, “o que vem à luz em toda irrupção política é a irredutível pluralidade

¹⁷⁶ LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 36.

¹⁷⁷ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 236.

¹⁷⁸ KALYVAS, Andreas. *Democracia constituinte*. Trad. Florência Mendes Ferreira da Costa. Lua Nova, São Paulo, n. 89, p. 37-84, 2013, p. 71.

¹⁷⁹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 250.

humana, a insubmersível heterogeneidade dos modos de ser e de fazer – a impossibilidade da menor totalização”.¹⁸⁰

Pelos argumentos debatidos nesta seção, fica evidente o caráter subversivo da democracia radical em relação a quase todas as experiências políticas dominantes no presente,¹⁸¹ ao se contrapor aos dispositivos que dão sustentação às formas de governo separado estabelecidas nas sociedades contemporâneas. É por isso que se optou por posicionar a comuna dentro da área de influência das discussões em torno da democracia radical. Antes de investigar a fundo qual a aposta política específica que se faz neste trabalho, foi preciso compreender melhor quais são os objetos da crítica e os problemas que nos motivaram a pensar na saída comunal enquanto salto qualitativo na forma de vida social.

Precisamente pelo caráter subversivo ou, melhor colocando, insurrecional dos elementos da democracia radical, eles fornecem a base da crítica propositiva que será desenvolvida nos próximos capítulos. A seguir, adentraremos nas condições de organização dos possíveis movimentos de ruptura com a realidade política atual, pensando em *como* levar a cabo a tarefa proposta por Rosa Luxemburgo na introdução desse trabalho: destruir o velho mundo e construir o novo.

¹⁸⁰ COMITÊ INVISÍVEL, *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinicius Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2017, p. 77.

¹⁸¹ LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002, p. 39.

2 ORGANIZAR A INSURREIÇÃO: O MEIO COMO REALIZAÇÃO DO FIM

Muchas palabras se caminan en el mundo. Muchos mundos se hacen. Muchos mundos nos hacen. Hay palabras y mundos que son mentiras e injusticias. Hay palabras y mundos que son verdades y verdaderos. Nosotros hacemos mundos verdaderos. Nosotros somos hechos por palabras verdaderas.

Quarta declaración de la Selva Lacandona¹⁸²

O capítulo anterior concentrou esforços em explicitar o ponto de partida do projeto aqui empreendido, demonstrando as fragilidades da democracia representativa para justificar a necessidade de ruptura com as estruturas políticas predominantes nos Estados ocidentais, uma vez que o fundamento de legitimidade desse aparato jurídico-político reside justamente em um dispositivo antidemocrático e alienante, isto é, na representação política. Não obstante, também buscou-se delinear os contornos da aposta por nós assumida, trazendo os elementos da democracia radical como balizas para a pensabilidade de outros mundos possíveis, abrindo caminho para posicionar a comuna como experiência possível de insurreição no mundo presente.

Neste segundo capítulo, pretende-se explorar mais profundamente as características e formas da organização revolucionária, abordando exemplos históricos que permitem analisar aspectos considerados, pelo autor, como práticas democráticas e efetivamente transformadoras das comunidades envolvidas. O capítulo anterior objetivou demonstrar a necessidade premente de ruptura com as estruturas da democracia liberal representativa, enquanto este capítulo pretende avançar sobre as possibilidades práticas de caminharmos rumo a uma insurreição que não apenas deponha o velho mundo, mas que também abra caminhos para o novo.

Nesse sentido, Karl Marx, na segunda de suas *Teses sobre Feuerbach*, disse que “é na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento”,¹⁸³ sustentando a importância da prática na própria construção do pensar revolucionário. Experimentos revolucionários históricos, como a Revolução Russa de 1917, tinham, em parte, premissas teóricas sobre a forma e os destinos do movimento

¹⁸² DECLARACIONES de la Selva Lacandona. Palabra y Movimiento, 2012. E-book. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 42.

¹⁸³ MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. 1845. *Arquivo Marxista na Internet*. Transcrição autorizada. Edições Avante, 15 jan. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021.

insurrecional; mas tão logo a deflagração da ação ocorreu, a teoria se defrontou com a prática, expondo um jogo complexo e intrincado entre o que se pensa e as realidades emergentes.

Em seu texto *Como enganar o povo com as palavras de ordem da liberdade e da igualdade*, Lênin tece alguns comentários sobre dificuldades impostas à revolução pelos costumes e tradições do campesinato,¹⁸⁴ em um vislumbre das confrontações entre o preconizado pela teoria e o desenrolar prático da ação revolucionária; como afirma o autor: “quanto mais resolutamente derrubávamos todas as instituições que sustentavam o capitalismo, mais claramente surgia uma outra força que sustentava o capitalismo: a força dos costumes”.¹⁸⁵ Além disso, o país passava pelas terríveis privações decorrentes da participação russa na Primeira Guerra Mundial e da devastação causada pela Guerra Civil contrarrevolucionária. É certo que a cada experiência revolucionária – desde os grandes movimentos até as pequenas insurreições localizadas – enfrenta suas contradições, em grande parte provocadas pela própria maneira como a experiência foi conduzida. Não se trata simplesmente da transposição dos escritos para a ação, mas de um cenário sempre imprevisível, aberto, em constante mutação, que oferecerá seus desafios incalculáveis conforme seu desdobramento, exigindo a mesma abertura e flexibilidade do pensamento e da prática dos sujeitos imersos nesse processo. É nesse sentido, afirma Andityas Matos, que uma filosofia radical

precisa considerar a mudança estrutural das condições de pensabilidade do mundo não como um limitador que a impede de traçar planos gerais, mas como um ‘potencializador de potencialidades’. Pois fazer filosofia radical significa agora engajar-se profundamente nas práticas sociais sempre mutantes e carente de qualquer fundamento ontológico, abrindo a história ao inesperado.¹⁸⁶

Muito já foi escrito e discutido sobre os problemas entre a teoria e a práxis revolucionárias. Não é dessa discussão que este trabalho pretende ser tributário. Para além de debater qual o papel do pensar revolucionário e suas limitações sem a prática (e vice-versa), o que se pretende estudar nas próximas páginas são alguns exemplos históricos testados e os pensamentos potentes que sugerem caminhos possíveis para as ações insurrecionais, borrando o limiar entre a teoria e a prática ao compreender que nenhum dos dois pode existir autonomamente. Atendendo ao chamado de Marx:

¹⁸⁴ Há um teor preconceituoso na visão de Lênin sobre o campesinato, compreendendo-o como incapaz de aceitar as inovações propostas pelos revolucionários bolcheviques. Esse fator coaduna com a ideia de vanguarda revolucionária que predominou no desenrolar da ação bolchevique na Revolução Russa.

¹⁸⁵ LÊNIN, Vladimir. *Democracia e luta de classes: textos escolhidos*. Trad. Edições Avante; Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 51-52.

¹⁸⁶ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade: uma aposta anárquica na multidão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 24.

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). *A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionante.*¹⁸⁷ (Destaque do autor).

Por fim, cabe o reconhecimento de que esta pesquisa encontra, naturalmente, diversos limites em suas condições do pensar revolucionário. Não se pretende, portanto, estabelecer argumentos de autoridade ou prescritivos para as práticas multitudinárias autônomas e potentes; da mesma forma, não se busca estabelecer diretrizes ou um programa mínimo para a revolução. Este é um trabalho eminentemente teórico, é certo, mas mesmo consciente das impossibilidades que tal condição impõe, não se despreza a potência de se resgatar lutas caídas e de continuar a buscar caminhos possíveis para ver emergir novos mundos. Este capítulo pode ser encarado como uma resposta – precária e parcial – para aqueles que afirmam, por vezes jocosamente, que a revolução no tempo de agora é uma *utopia* impossível.¹⁸⁸

2.1 Considerações sobre a organização revolucionária: uma abordagem situacionista

Nos momentos de convulsão social, formas de organizações próprias emergem para dar conta das contingências das lutas. A história das revoluções revela a multiplicidade das formas assumidas pelas insurgências: assembleias, comitês, partidos, conselhos e exércitos, todos já foram meios para as multidões insurgentes canalizarem suas potências. Contudo, a pesquisa desenvolvida neste trabalho defende que a organização da revolução não pode ser apenas o meio para atingir uma finalidade, mas deve carregar em si as condições para o mundo que se pretende construir. A forma-de-vida coletiva que é engendrada nos momentos de insurgência não pode ser encarada como um elemento transitório, uma estrutura separada, sem ligação com a comunidade pela qual se luta.

¹⁸⁷ MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. 1845. *Arquivo Marxista na Internet*. Transcrição autorizada. Edições Avante, 15 jan. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021, Tese 3.

¹⁸⁸ O conceito de utopia, ao contrário de ser um cenário hipotético e inatingível, deve ser compreendido como um “projeto real de refundação da sociedade, baseado nas múltiplas possibilidades que o horizonte de indeterminação social em que vivemos abre à prática comunitária”, conforme expõe Andityas Matos (MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade: uma aposta an-árquica na multidão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 15). É, portanto, uma possibilidade concreta de criação de novos mundos, apostando na potência do devir multitudinário para abertura de caminhos que existem potencialmente no agora. A configuração atual do mundo é apenas uma dentre muitas outras possíveis.

Nesse sentido, as análises dos situacionistas contribuem para pensar em uma organização revolucionária que, fundamentalmente, se pautar por três noções básicas: a mitigação (ou eliminação) da especialização das estruturas revolucionárias, criando formas que se confundam com a totalidade das comunidades envolvidas no processo revolucionário; o rechaço às estruturas de representação política alienantes e separadoras, como visto no primeiro capítulo e, por fim, a tendência à autossupressão das formas organizativas que foram pensadas no mundo que se pretende abolir, sendo preciso negar a própria identidade no processo de abertura aos novos mundos.

Os situacionistas foram um conjunto de intelectuais, artistas e ativistas (majoritariamente franceses) que estiveram em atividade nas décadas de 1960 e 1970, publicando textos filosóficos e de agitação política. O expoente mais conhecido do movimento situacionista foi Guy Debord, cujas ideias contribuirão para as discussões desta seção; também serão estudados textos de René Riesel e Raul Vaneigem, além das produções coletivas que o movimento fazia, principalmente nas publicações da *Internationale Situationniste*, periódico do movimento situacionista. Esses autores se dedicaram, entre muitos outros assuntos, a discutir aspectos da organização revolucionária, analisando o contexto de mobilizações operárias e estudantis no século XX. A escolha da abordagem situacionista se justifica por se tratar de um pensamento radicalmente crítico da produção capitalista e das formas alienadas de ação política, além de serem autores que trataram da recusa de uma organização revolucionária especializada e separada, defendendo a necessidade da autonegação da estrutura organizativa da revolução (órgãos partidários, sindicatos, conselhos), preocupados com os aspectos democráticos do processo insurrecional.

Nos escritos sobre a organização revolucionária, os situacionistas apostam na figura dos conselhos operários como forma historicamente testada de ação revolucionária. Em seu texto *Preliminares sobre os conselhos e sobre a organização conselhistas*, publicado no volume nº 12 da *Internationale Situationniste*,¹⁸⁹ René Riesel expõe a aposta nos conselhos operários como forma de organizar a revolução, proclamando que eles “*son la única forma de dictadura antiestatal del proletariado y el único tribunal que podrá pronunciar el juicio contra el viejo mundo, al mismo tiempo que ejecutará la sentencia*”.¹⁹⁰ Ainda segundo Riesel, apesar de apontar como forma de organização em determinados momentos históricos, os conselhos não duraram

¹⁸⁹ Revista do movimento político e artístico de mesmo nome, publicada do fim da década de 1960 ao início de 1970.

¹⁹⁰ RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organización conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

por longos períodos de tempo em nenhum lugar, o que justificaria, em parte, as derrotas dos projetos revolucionários na primeira metade do século XX. Conforme define o autor, o conselho

*pretende ser la forma de unificación práctica de los proletarios, que se apropian de los medios materiales e intelectuales para cambiar todas las condiciones existentes y realizan soberanamente su historia. El Consejo puede y debe ser la organización en acción de la conciencia histórica. Ahora bien nunca ni en ningún lugar, el poder de los Consejos llegó a trasponer la separación que, congénitamente, comportan las organizaciones políticas especializadas, y las formas de falsa conciencia ideológica que estas producen y defienden. Además, si los Consejos, como agentes principales de un momento revolucionario, son normalmente Consejos de Delegados que coordinan y federan las decisiones de los Consejos locale.*¹⁹¹

Importante destacar que os conselhos operários não são uma descoberta dos situacionistas. Ainda no início do século XX, os conselhos são teorizados por autores como Rosa Luxemburgo, Anton Pannekoek e Hannah Arendt.¹⁹² Pannekoek lançou, em 1948, um importante livro sobre os conselhos operários, intitulado *Worker's Councils*, no qual define os conselhos operários como “a forma de autogoverno que irá substituir as formas de governo do mundo antigo”,¹⁹³ considerando uma forma de organização transitória enquanto perdurar a luta de classes dos proletários. Pannekoek acredita os conselhos serão dissolvidos quando “a vida e o trabalho em comunidade forem hábitos naturais, quando a humanidade controlar inteiramente a própria vida, a necessidade der lugar para a liberdade”.¹⁹⁴ Essa linha de pensamento, chamada de *comunismo conselhistas*, defende que a sociedade pós-revolucionária será uma comunidade de produtores livres, com o fim da separação entre política e economia, em um mundo que derrotou o modo de produção capitalista e aboliu as divisões de classe.¹⁹⁵

A ideia de conselhismo de Pannekoek é extremamente potente, embora a defesa do conselho enquanto elemento de transição possa causar distorções problemáticas. Esse ponto será mais bem debatido nas ideias situacionistas, muito embora o pensamento dos autores por

¹⁹¹ RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organización conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em Internationale Situationniste, nº 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

¹⁹² Rosa Luxemburgo discute os conselhos em diversos textos, como no artigo *Assembleia Nacional ou Governo dos Conselhos* (1918), e *O que quer a liga Espartaquista?* (1918). Neste último, Luxemburgo defende a necessidade de organizar o poder dos conselhos de operários e soldados na Alemanha, em contraposição às ideias parlamentaristas da social-democracia. Segundo a autora, “do degrau mais alto do Estado até o conselho mais pequeno, a massa proletária tem que substituir os órgãos superados da dominação burguesa de classe, isto é, o *Bundesrat*, os parlamentos, os conselhos municipais, pelos seus órgãos próprios de classe, quer dizer, os conselhos de operários e de soldados, tem que ocupar todos os postos, fiscalizar todas as funções, medir todas as necessidades estatais, segundo os interesses próprios de classe e os objetivos socialistas. Unicamente uma acção recíproca constante e viva entre as massas populares e os seus órgãos, os conselhos de obreiros e camponeses, pode lograr que a sua actividade induza o espírito socialista no Estado”. (LUXEMBURGO, Rosa. *O que quer a Liga Espartaco?* 1918. *Arquivo Marxista na Internet*, 16 abr. 2012. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/14.html>. Acesso em: 10 jul. 2021).

¹⁹³ PANNEKOEK, Anton. *Worker's Council*. Oakland: AK Press, 2003, p. 44.

¹⁹⁴ PANNEKOEK, Anton. *Worker's Council*. Oakland: AK Press, 2003, p. 44.

¹⁹⁵ PANNEKOEK, Anton. *Worker's Council*. Oakland: AK Press, 2003, p. 45.

vezes seja dúbio em relação a isso. Cabe dizer que é positivo que a estrutura revolucionária objetive sua supressão, como defendido desde o início desta seção. Contudo, essa discussão se dá em um limiar complexo, que se posiciona entre a tendência à autossupressão e a defesa de um etapismo transicional. A autossupressão será debatida adiante, entendida como a percepção consciente de que as estruturas revolucionárias devem ser sempre precárias e contingentes, sem se especializar em órgãos autônomos, para que o poder político permaneça no conjunto da comunidade, sendo facilmente dissolvidas as estruturas criadas para o cumprimento das tarefas insurrecionais. O que chamo de etapismo transicional, por sua vez, cria uma dualidade entre os revolucionários especializados e o restante da multidão, colocando verdadeiras instituições no centro da luta – como os partidos de vanguarda.¹⁹⁶ Essa última ideia deve ser combatida, uma vez que retira o poder político da sociedade para, em um momento posterior de vitória da revolução, transferi-lo novamente para a comunidade como um todo. Essas duas percepções estão no centro do debate que será feito a seguir, sendo o conselho operário a aposta em uma forma de organização que possa levar adiante a revolução sem cristalizar a potência multitudinária em estruturas estanques e separadas.

Cabe destacar a leitura de Hannah Arendt sobre os conselhos – embora não concordemos com as conclusões da autora, sua análise é interessante. Na obra *Sobre a revolução*, referenciando os conselhos em experiências como a Comuna de Paris, a Revolução de 1905 na Rússia e a Revolução Húngara de 1956, Arendt sustenta que os conselhos mostravam “uma forma de governo inteiramente nova, com um novo espaço público para a liberdade que se constituía e se organizava durante o curso da própria revolução”.¹⁹⁷ Para a autora, os conselhos eram uma estrutura que surgia “espontaneamente” no momento revolucionário, sendo espaços de liberdade e de construção coletiva horizontal. São o elemento que congrega aqueles que se contrapõem ao sistema partidário e ao parlamentarista, por entender que os partidos – principalmente os revolucionários – demandam a execução de programas previamente constituídos, enquanto o conselho clama por uma construção aberta e que incorpore, simultaneamente, o saber e o agir, conforme expõe:

Os conselhos fatalmente se rebelariam contra qualquer linha de ação desse gênero, porque a própria clivagem entre os especialistas do partido que ‘sabiam’ e a massa do

¹⁹⁶ René Riesel, por exemplo, sustenta que os “social-democratas e bolcheviques têm em comum a vontade de não querer ver nos Conselhos mais que um organismo do Partido e do Estado”, denotando a tendência à centralização e à autonomização das estruturas tradicionais de luta, como os partidos, relegando os conselhos à práticas secundárias. (RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organización conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021).

¹⁹⁷ ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 313.

povo que supostamente deveria colocar em prática esse saber não levava em conta a capacidade do cidadão médio de agir e formar opinião própria. Em outras palavras, os conselhos fatalmente se tornariam supérfluos caso prevalecesse o espírito do partido revolucionário. Sempre que o conhecer e o agir se separam, perde-se o espaço de liberdade.¹⁹⁸

Na visão de Arendt, o surgimento dos conselhos em revoluções distintas, sem existir uma continuidade programática ou ideológica entre eles, demonstra a importância e a magnitude desse fenômeno.¹⁹⁹ São os conselhos, portanto, que teriam a capacidade de efetivar o poder direto do conjunto dos cidadãos, dispensando as mediações partidárias e repudiando autoritarismos. Contudo, Arendt defende que a finalidade dos conselhos seria a fundação de uma nova república, ainda trabalhando com conceitos estatais como governo e estruturas fixas de poder, distanciando-se das ideias defendidas neste trabalho.²⁰⁰

Retomando a concepção situacionista, o grupo elege, a partir de uma análise histórica, o Conselho Operário como a organização revolucionária por excelência, identificando que o movimento real das forças operárias recorre, de tempos em tempos, à organização conselhistas como forma de ação e de constituição da sua práxis autônoma. O conceito de “conselho operário”, para os autores, aproxima-se do que chamamos de comuna, em uma tradição que Riesel considera iniciada na Comuna de Paris, onde primeiro despontam estruturas “pré-conselhistas”, quando o proletário pôde “afirmar a sua capacidade histórica para dirigir livremente a vida social no seu conjunto”.²⁰¹ Essas formas de organização surgem em diversos momentos de potência revolucionária ao longo do século XX, como a primeira tentativa de revolução na Rússia de 1905;²⁰² os soviets que se estruturaram no início da revolução russa de 1917; os marinheiros de Kronstadt²⁰³ e as experiências de greves operárias na Itália em 1919 e 1920.²⁰⁴

¹⁹⁸ ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 330-331.

¹⁹⁹ ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 329.

²⁰⁰ ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 331.

²⁰¹ VV. AA. *Da miséria no meio estudantil*. Trad. Júlio Henriques. Lisboa: Antígona, 2018, p. 35.

²⁰² Referência à série de eventos e movimentações populares que ocorreram na Rússia em 1905, quando se formaram as primeiras experiências de soviets dos trabalhadores urbanos, em São Petersburgo, com o Soviete de Representantes Operários.

²⁰³ Os marinheiros da cidade russa de Kronstadt foram considerados heróis da revolução russa iniciada em 1917. Contudo, em 1921, insatisfeitos com o governo dos bolcheviques, após problemas de racionamento de comida, imposição de horário de trabalho e a própria centralização antidemocrática do Partido, rebelaram-se, parando de trabalhar e reorganizando os soviets como estrutura política na cidade. Trotsky, ainda responsável pelo Exército Vermelho, esmagou o movimento por meio da força bruta.

²⁰⁴ Riesel narra um período de greves encampadas por conselhos operários na Itália, que começa nas fábricas de Turim e se espalha, como greve geral, por diversas regiões da Itália. Conforme o autor expõe: “*El 15 de marzo de 1920, los Consejos iniciaron la huelga con ocupación de las fábricas y pusieron en marcha la producción bajo su absoluto control. El 14 de abril, la huelga ya era general en el Piamonte y en los días siguientes alcanzó gran*

A aposta nesse tipo de organização, para além da análise histórica das condições reais do movimento operário feita pelos autores da Internacional Situacionista, liga-se diretamente à crítica mais ampla dos situacionistas, que denunciam a separação e a alienação total de um mundo que se encontra dominado pelo espetáculo. Na teoria situacionista, é premente a necessidade de uma crítica unitária, isto é, uma crítica global que não deixa escapar nenhuma dimensão da vida cotidiana. A organização revolucionária deve ser pensada precisamente nesse contexto, nunca *em separado*, mas em consonância com todos os aspectos da crítica. Como afirma Debord:

A organização revolucionária só pode ser a crítica unitária da sociedade, isto é, uma crítica que não pactua com nenhuma forma de poder separado, em nenhum ponto do mundo, e uma crítica pronunciada globalmente contra todos os aspectos da vida social alienada. [...] a organização revolucionária não pode reproduzir em si as condições de cisão e de hierarquia que são as da sociedade dominante. Ela deve lutar permanentemente contra a sua deformação no espetáculo reinante.²⁰⁵

Por não estar separada da vida cotidiana, a organização da prática revolucionária é compreendida pelos situacionistas não como uma estrutura estanque, mas como um processo que é, em si, constitutivo da nova comunidade que se pretende construir, sendo não apenas um meio, mas a própria realização permanente do fim, como demonstra Riesel ao afirmar que, para os Conselhos, “*los medios de su victoria son ya su victoria*”.²⁰⁶ A organização, portanto, não pode nunca se *especializar*, isto é, não deve se transformar em algo distinto dos objetivos que ela pretende alcançar:

É por isso que o futuro movimento revolucionário precisa de abolir no seu seio tudo quanto tenda a reproduzir os produtos alienados do sistema mercantil. Esse movimento precisa ser, simultaneamente, a crítica viva deste sistema e a negação que em si mesma contém todos os elementos da superação possível.²⁰⁷

É importante destacar que a organização defendida pelos situacionistas se opõe fortemente aos modelos organizativos predominantes no meio revolucionário da época, muito influenciados pela diretriz soviética, de um lado, e pelas tendências reformistas da social-democracia, de outro. A *práxis* dessas duas linhas de pensamento tendia a culminar na

parte del norte de Italia, sobre todo entre los ferroviarios y los estibadores”. (RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organización conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em Internationale Situationniste, nº 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021).

²⁰⁵ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017, p. 109.

²⁰⁶ RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organización conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em Internationale Situationniste, nº 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

²⁰⁷ VV. AA. *Da miséria no meio estudantil*. Trad. Júlio Henriques. Lisboa: Antígona, 2018, p. 40.

separação entre as instâncias decisórias e a grande maioria do proletariado, fato que impedia a constituição do poder autônomo dos sujeitos revolucionários. Para Lênin, afirma Riesel, os Conselhos deveriam ser, se muito, apenas um instrumento de pressão aos órgãos de poder, um apêndice de menor importância do Partido, sendo este o portador efetivo da missão revolucionária, o que representaria verdadeiro falseamento do caráter autônomo e democrático dos conselhos.²⁰⁸ Conforme expõem os autores na obra *Da miséria no meio estudantil*:

Muito cedo, o modelo russo impôs-se às organizações operárias do Ocidente, cujas respectivas revoluções foram uma única e mesma coisa. À ditadura totalitária da burocracia, nova classe dirigente, exercida sobre o proletariado russo, correspondia, no seio destas organizações, o domínio de uma camada de burocratas políticos e sindicais sobre a grande massa dos operários, cujos interesses se tornaram francamente contraditórios com os desses dirigentes²⁰⁹.

A defesa da separação entre duas instâncias organizativas do movimento revolucionário, uma sendo a organização de base (os conselhos), à qual a maioria dos sujeitos poderia ter acesso e expressar suas demandas sociais, mas desprovida de poder decisório; e outra, superior e qualitativamente mais importante que a primeira, reservada a alguns poucos dirigentes, na qual está concentrado todo poder e a legitimidade de decidir pela totalidade da população, foi a concepção que predominou no meio revolucionário. Essa crítica é central para os situacionistas, por representar um dos elementos que impedem uma organização efetivamente revolucionária se formar. Defendendo o oposto dessa separação, Debord sustenta que os conselhos operários devem concentrar as funções de decisão e execução, “federando-se por meio de delegados responsáveis diante da base e substituíveis a qualquer momento”, em um exemplo de estrutura precária e temporária, que não promove cisões no corpo social.²¹⁰

Em um pequeno texto intitulado *Definições mínimas das organizações revolucionárias*, publicado na *Internationale Situationniste* nº 11 e que fora aprovado na 7ª Conferência da Internacional Situacionista, são colocadas as condições de possibilidade para uma teoria situacionista da revolução. Apesar de extremamente curto, o texto de autoria de Debord é bastante potente. Segundo o autor, uma organização revolucionária “não pretende a autogestão do mundo existente pelas massas, mas a sua transformação ininterrupta”,²¹¹ isto é, não se trata

²⁰⁸ RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organización conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

²⁰⁹ VV. AA. *Da miséria no meio estudantil*. Trad. Júlio Henriques. Lisboa: Antígona, 2018, p. 36.

²¹⁰ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017, p. 107.

²¹¹ INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Definições mínimas das organizações revolucionárias*. Originalmente publicado em *Internationale Situationniste* n. 11, out. 1967. Disponível em: <http://guy-debord.blogspot.com/2009/06/definicoes-minimas-das-organizacoes.html>. Acesso em: 11 jul. 2021.

da tomada jacobina do Estado e do poder instituído, mas sim da constante realização de um novo mundo, que está aberto na dimensão do *jogo* situacionista.²¹² Ainda nesse sentido, a respeito da organização revolucionária, o autor defende que

tal organização impede toda a reprodução no seu interior das condições hierárquicas do mundo dominante. O único limite à participação na sua democracia total é o reconhecimento e a autoapropriação por todos os seus membros da coerência da sua crítica: essa coerência deve estar na teoria crítica propriamente dita e na correlação entre essa teoria e a atividade prática.²¹³

Esse pequeno excerto é, talvez, o que melhor resume um projeto verdadeiramente radical de organização. Assim como em outros momentos da teoria, é explicitada a necessidade de bloquear completamente a reprodução das características nocivas do mundo atual dentro da organização, como a hierarquia, para evitar que a nova sociedade nasça com as características que procurava abolir. Além disso, um aspecto fundamental dessa organização é sua “democracia total”, que pressupõe a autoapropriação da organização por seus membros, isto é, o limite da organização é sua estrita relação com os sujeitos que a constituem. Organização e sujeito devem corresponder um ao outro. Esses aspectos são reforçados em outras reflexões da teoria situacionista:

A revolução, tal qual a vida que anuncia, tem de ser reinventada. Se o projeto revolucionário continua fundamentalmente a ser o mesmo (a abolição da sociedade de classes), é porque as condições em que ele se forma não foram radicalmente transformadas em parte nenhuma do mundo. Trata-se de retomar este projeto com um radicalismo e uma coerência ampliados pela experimentada falência dos seus antigos portadores, para evitar que a sua realização fragmentária conduza a uma nova divisão da sociedade.²¹⁴

Os situacionistas, ao contrário do que pode parecer ao analisar a crítica feita ao autoritarismo e à burocracia bolchevique,²¹⁵ não eram adeptos do espontaneísmo

²¹² A noção de “jogo” para os situacionistas não se refere ao um jogo competitivo ou separado das demais dimensões da vida, mas, conforme afirmam Andityas Matos e Joyce de Souza: “os situacionistas desenvolveram a tese de que o jogo foi despotencializado com o desenvolvimento das forças produtivas, sendo agora necessário transformá-lo em uma ética revolucionária que efetivamente rompa com qualquer distinção entre brincadeira e seriedade ou entre arte e cotidiano. (...) Sem finalidade, culpa ou destino, simplesmente brinca com a realidade, criando-a, destruindo-a e recriando-a, como um castelo de areia, sem qualquer objetivo a não ser o próprio prazer do jogo”. (MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SOUZA, Joyce Karine de Sá. Poder como alienação na sociedade do espetáculo. In: Congresso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política, 2., 2017, Buenos Aires, *Ponencias* [...] Buenos Aires: Grupo de Estudios sobre estructuralismo y postestructuralismo, 2017, p. 1-12, Mesa 47. Disponível em: <http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/wp/index.php/mesas-y-ponencias-2017/>. Acesso em: 05 jul. 2021, p. 9)

²¹³ INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Definições mínimas das organizações revolucionárias*. Originalmente publicado em Internationale Situationiste n. 11, out. 1967. Disponível em: <http://guy-debord.blogspot.com/2009/06/definicoes-minimas-das-organizacoes.html>. Acesso em: 11 jul. 2021.

²¹⁴ VV. AA. *Da miséria no meio estudantil*. Trad. Júlio Henriques. Lisboa: Antígona, 2018, p. 40.

²¹⁵ Debord critica fortemente a constituição de uma burocracia estatal, como ocorreu em experiências ditas comunistas ao longo do século XX (União Soviética, Argélia e China), afirmando que “o próprio sucesso de uma burocracia no seu projeto fundamental de industrialização contém necessariamente a perspectiva de seu fracasso

descompromissado, lançando críticas aos anarquistas e “místicos da não-organização”²¹⁶ que rechaçam toda forma pré-definida de organização. Ao contrário, como afirma Riesel, “*los situacionistas evidentemente son partidarios de la organización y la existencia de la organización situacionista lo atestiguan*”.²¹⁷

Para melhor situar a organização revolucionária defendida pelos situacionistas, alguns elementos são recorrentes, perfazendo uma espécie de programa mínimo a ser adotado por aqueles que concretizarão a teoria na prática da revolução. Pode-se destacar, entre outros pontos importantes, os seguintes elementos fundamentais da organização: a não *especialização* da política, isto é, o agir político deve ser difuso e perpassar toda a organização, sem se diferenciar dos demais momentos da vida. Tal aspecto leva diretamente à segunda característica, a abolição da *hierarquia*, que impede a criação de órgãos e burocracias cuja função seja dirigir ou governar a totalidade, não sendo possível aceitar formas de representação política fixas, assim como a diferenciação entre dirigentes e dirigidos, entre líderes e a massa proletária. Por fim, a organização não pode comportar a *separação* da estrutura organizativa em relação à comunidade, pois a consequência da separação é a fragmentação da vida ao criar formas separadas de poder, que se autonomizam e alienam a realidade dos sujeitos históricos; como Debord afirma que a organização revolucionária “já sabe que *não representa* a classe. Deve apenas reconhecer-se como separação radical com o *mundo da separação*”.²¹⁸

Não por coincidência, as características desse tipo de organização são bastante similares à noção de democracia radical,²¹⁹ por conterem os elementos fundamentais de negação do mundo atual, que depende de certos dispositivos de mediação e controle, corretamente atacados tanto na teoria organizacional situacionista, quanto na posterior ideia de democracia radical. Isso denota o caráter potente da teoria, que certamente se projeta para além da mera organização instrumental da revolução, pensando conjuntamente uma nova forma-de-vida, que tem seus

histórico: ao acumular capital, ela acumula proletariado, e cria seu próprio desmentido”. (DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017, p. 105).

²¹⁶ RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organización conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em Internationale Situationniste, n° 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

²¹⁷ RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organización conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em Internationale Situationniste, n° 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

²¹⁸ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017, p. 109.

²¹⁹ “Uma teoria do direito radicalmente democrática – e isso quer sobretudo dizer: que recusa a representação – concebe apenas um poder continuamente constituinte, dado que o titular desse poder não se divide, não se representa, não se especializa: são as pessoas mesmas em suas vidas quotidianas que, ao produzirem a sociedade, se põem como titulares absolutas do poder constituinte” (MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. *Revista Direito & Praxis*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 07, n. 4, p. 43-95, 2016, p. 67).

elementos presentes na própria organização que surge no *agora*. Como bem resume Debord, a organização revolucionária

é o lugar onde as condições objetivas da consciência histórica estão reunidas; a realização da comunicação direta ativa, onde acabam a especialização, a hierarquia e a separação, onde as condições existentes foram transformadas «em condições de unidade». Aqui, o sujeito proletário pode emergir da sua luta contra a contemplação: a sua consciência é igual à organização prática de que ela se dotou, porque esta consciência é inseparável da intervenção coerente na história.²²⁰

Ademais, Andityas Matos sustenta que os conselhos operários, como abordado por Debord, são espaços nos quais “seria possível a comunicação direta e não alienada entre os sujeitos”, sem se especializar em “estruturas centralizadas e hierárquicas”, como os Parlamentos ou os sindicatos.²²¹ Há potência democrática nos conselhos pois eles concentram, em um só local, as funções de discussão, deliberação e execução das questões comunitárias, conferindo poder total aos seus membros, que passam a participar de todas as dimensões da vida social como sujeitos ativos. Matos identifica nos conselhos a possibilidade de desbloquear a comunicação entre os sujeitos, pois, ao recusar a mediação da representação política, coloca em circulação apenas a linguagem entre os seres como elemento definidor da relação política, uma vez que a discussão e a decisão são pensadas de modo “concomitante e co-implicado, gerando uma contextura política em que o próprio ato de discutir os problemas existentes é em si mesmo uma maneira de decidir”.²²² Esse aspecto é importante para romper com as estruturas parlamentares ou assembleares que predominam nos Estados ocidentais, nas quais a discussão e a decisão são momentos totalmente desvinculados, e a decisão é o ato que encerra a discussão. Perde-se, nos parlamentos, a dimensão aberta e precária de qualquer processo decisório democrático, uma vez que este implica a disposição para se modificar conforme as mudanças constantes da comunidade afetada.

Reconhecendo a potência revolucionária presente na teoria, alguns apontamentos se fazem necessários. Os autores situacionistas justificam a defesa de certos elementos como essenciais à organização revolucionária devido a uma análise histórica das condições já vividas pelos sujeitos revolucionários em determinados momentos, identificando as características que verdadeiramente se apresentaram capazes de romper com as estruturas dominantes, sem reproduzir as condições alienantes do mundo espetacular. Não se objetiva, com isso, criar um

²²⁰ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017, p. 117.

²²¹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 266.

²²² MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 268.

manual da revolução radical, estabelecendo diretrizes fixas para qualquer evento insurrecional. Esses elementos debatidos são apenas alguns pontos que, justificados na *práxis* histórica e na reflexão teórica, despontam como potentes na abertura de novas formas-de-vida. Na realidade concreta do evento revolucionário, outros elementos e necessidades podem se impor, cabendo ao pensamento radical refletir sobre as novas contingências do momento. Por outro lado, é importante reforçar que não há, aqui, o rechaço absoluto da organização, mas sim a compreensão de que uma organização revolucionária e sua teoria devem estar dispostos a constantemente se alterar radicalmente, assumindo a dimensão do devir, de que tudo e todos devem estar em permanente processo de constituição, de mutação constante, pois, lembrando as palavras de Antonio Negri: “que a potência, ao se institucionalizar, não possa senão negar a si mesma, parece-nos uma primeira afirmação relevante e irreduzível”.²²³

A tendência à institucionalização da organização revolucionária está presente na maioria das teorias que tratam sobre o tema, uma vez que, ao estabelecer requisitos e predeterminações fixas sobre *como* deve ser feita a revolução, a discussão é rapidamente essencializada, o que transforma os elementos inicialmente identificados na prática histórica em um dever-ser revolucionário. É possível perceber o constante cuidado dos situacionistas com esse tema, ao colocarem a necessidade de recusa e negação dos elementos de separação da sociedade espetacular como um elemento central da organização revolucionária. Faz-se necessário, portanto, refletir sobre meios para bloquear, efetivamente, a imposição de uma estrutura revolucionária que se solidifique e busque se *manter*. Após a revolução vitoriosa, a permanência da organização enquanto um meio acarretará, necessariamente, a separação entre uma estrutura gestada a partir das condições de um mundo já extinto e a nova sociedade que se pensa dentro de marcos distintos.

Por isso, discute-se aqui um aspecto fundamental na teoria-prática da revolução: a capacidade de autonegação da organização revolucionária, isto é, a disposição dos sujeitos que compõem determinada estrutura que tenha sido constituída no momento insurrecional de se suprimirem enquanto entidade separada da própria forma de vida sociopolítica que virá a surgir. O já citado texto publicado no volume nº 11 da Internacional Situacionista explicita esse aspecto, ao afirmar que a organização revolucionária “deve ter como objetivo explícito, com a

²²³ NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad. Adriano Pilatti. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 24.

sua vitória, o seu próprio fim como organização separada”.²²⁴ Debord reforça esse ponto na tese 120:

A organização revolucionária é a expressão coerente da teoria da práxis que entra em comunicação não unilateral com as lutas práticas, em devir para a teoria prática. Sua própria prática é a generalização da comunicação e da coerência nessas lutas. *No momento revolucionário, em que a separação social se dissolve, essa organização deve reconhecer sua própria dissolução como organização separada.*²²⁵ (Grifo nosso).

Importante frisar que não basta que a organização negue os vícios do mundo decadente que pretende combater para que, como em uma suprassunção dialética, possa negar a si mesma no momento posterior. É necessário que, desde o início, assumam-se conscientemente o caráter de precariedade da organização, que deve ser vista como uma contingência, uma *situação* a ser superada no momento da vitória da revolução.²²⁶

Deixando brevemente o campo situacionista, o filósofo Giorgio Agamben, em seu texto *Os limites da violência*, publicado em 1970, traça distinções entre as violências meramente executivas, isto é, que objetivam um fim específico, nelas incluída a violência que visa apenas a negar o Estado ou o mundo presente; e aquela violência efetivamente revolucionária, cuja característica fundamental é a capacidade de autonegação, evitando, assim, trazer para o novo mundo os resquícios que carrega da velha forma-de-vida com a qual a revolução rompeu. Conforme expõe Agamben:

Há uma frase de Marx, na Ideologia alemã, em que a capacidade da revolução para dar um novo início à história e para fundar a sociedade sobre novas bases é explicitamente relacionada ao caráter especial da experiência que a classe revolucionária nela realiza. Marx escreve que “a revolução não é necessária apenas porque a classe dominante não pode ser abatida de nenhuma outra maneira, mas também porque somente através da revolução a classe que a abate pode conseguir liberar-se de toda a velha sujeirada e, por isso, tornar-se capaz de fundar novamente a sociedade”. Ou seja, aquilo que confere à classe revolucionária a capacidade única de

²²⁴ INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Definições mínimas das organizações revolucionárias*. Originalmente publicado em Internationale Situationiste n. 11, out. 1967. Disponível em: <http://guy-debord.blogspot.com/2009/06/definicoes-minimas-das-organizacoes.html>. Acesso em: 11 jul. 2021.

²²⁵ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017, p. 109.

²²⁶ A ideia de situação é fundamental para esses autores, como denota o próprio nome do grupo, os situacionistas, isto é, aqueles que constroem e se inserem em situações. Nesse sentido, segundo Debord: “*Nuestra idea central es la construcción de situaciones, es decir, la construcción concreta de ambientes momentáneos de la vida y su transformación en una calidad pasional superior. Tenemos que poner a punto una intervención ordenada sobre los factores complejos de dos grandes componentes en perpetua interacción: el marco material de la vida; los comportamientos que entraña y que lo desordenan*”. (DEBORD, Guy. Informe sobre la construcción de situaciones y sobre las condiciones de la organización e la acción de la tendencia situacionista internacional. In: NAVARRO, Luis [coord. e trad.]. *Internacional Situacionista*. Textos íntegros en castellano de la revista Internationale Situationiste [1958- 1969]. Vol. 1 [La realización del arte], n, 6, ago. 1961. Madrid: Literatura Gris, 1999, p. 205-220).

abrir uma nova época histórica é o fato de que, na negação da classe dominante, ela experimenta a própria negação.²²⁷

Observa-se que há um elemento fundamental que justifica a necessidade de autonegação (ou autosupressão): a classe revolucionária, que organizará a insurreição e que perpetrará a violência, contém, em si mesma, a genética do mundo que a oprime, ela foi constituída e subjetivada dentro dos marcos do espetáculo que falseia a vida, do capitalismo explorador e do Estado opressor. Não pode haver uma nova forma política, uma outra experiência de vida, enquanto o DNA do velho mundo estiver constantemente impelindo os sujeitos a restaurar as condições de sua própria submissão.

Também por isso, Agamben ressalta que a violência, assim como a organização revolucionária, deve ter consciência da necessidade de sua autonegação. É o “terrível compromisso” que a classe operária assume, ao compreender que o ato que a liberta é o ato que a extingue:

Não a violência que é simplesmente meio para o fim justo da negação do sistema existente, mas a violência que na negação do outro faz experiência da própria autonegação e que na morte do outro traz à consciência a própria morte, é a violência revolucionária. Apenas na medida em que é portadora dessa consciência, isto é, apenas na medida em que diante da ação violenta sabe que é essencialmente a sua própria morte que, em todo caso, está em questão, a classe revolucionária adquire não mais o direito, mas assume, em vez disso, o terrível compromisso de recorrer à violência.²²⁸

Essa visão também pode ser apreendida a partir dos situacionistas, ao afirmarem que “não basta ser-se partidário do poder abstrato dos Conselhos Operários, é necessário mostrar seu significado concreto: a supressão da produção mercantil e, por conseguinte, a supressão do proletariado”.²²⁹ Isto é, retomando a análise econômica do problema, a classe proletária existe precisamente porque existem o capitalismo e a burguesia que a explora. Se as condições de sua exploração forem suprimidas, com o fim da produção mercantil alienada, o proletariado, enquanto classe separada, também será suprimido. Ainda, nas palavras de René Riesel:

La organización consejista -que sabe que está separada del proletariado- deberá dejar de existir en cuanto organización separada en el instante en que quedan abolidas las separaciones, incluso si la completa libertad de asociación garantizada

²²⁷ AGAMBEN, Giorgio. Sobre os limites da violência. Publicado originalmente em *Nuovi Argomenti*, n. 17, 1970, p. 154-174. Trad. Diego Cervelin. *Sopro 79 Panfleto Político-cultural*, Editora Cultura e Barbárie, out. 2012. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/violencia.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

²²⁸ AGAMBEN, Giorgio. Sobre os limites da violência. Publicado originalmente em *Nuovi Argomenti*, n. 17, 1970, p. 154-174. Trad. Diego Cervelin. *Sopro 79 Panfleto Político-cultural*, Editora Cultura e Barbárie, out. 2012. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/violencia.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

²²⁹ VV. AA. *Da miséria no meio estudantil*. Trad. Júlio Henriques. Lisboa: Antígona, 2018, p. 60.

*por el poder de los Consejos deja sobrevivir diversas organizaciones y partidos enemigos de este poder.*²³⁰

Observa-se que ainda se admite certa dimensão de separação. Ao dividir temporalmente o momento da revolução – o *antes*, o *durante*, e o *após*, Riesel confessa que a organização tem alguma dimensão de especialização e separação. O que ocorre, como dito anteriormente, é que os situacionistas ainda se prendem a uma certa noção de organização necessária e definida, o que acaba por limitar a compreensão de que a verdadeira organização revolucionária é aquela que *não se diferencia da vida* e que se relaciona não a planos gerais e abstratos, mas sim a contínuos processos de subjetivação.

Esses apontamentos sobre a organização são uma ponte importante para conectar a teoria e a prática, uma vez que nos fazem refletir sobre a possibilidade concreta de agir no presente para transformar o mundo em algo diverso do que ele se apresenta. Assim, ao compreender que existe um caminho possível para organizar a insurreição multitudinária que carregue, em si, a recusa dos elementos alienados, opressores e separados do poder atual, tornam-se mais claros os contornos mínimos que motivam a aposta em uma experiência radicalmente democrática de vida.

Tal prática pode ser chamada de ação desinstituinte, como proposto por Andityas Matos, que pensa a desinstituição como uma forma de uso do poder constituinte que seja orientada pela negação dos “dispositivos hierárquicos e apropriantes constituídos com base no capital”,²³¹ isto é, ao mesmo tempo em que se admite a dimensão de abertura do poder constituinte para a criação de novos mundos, também há uma dimensão que busca negar ativamente elementos do presente. A lógica é que, se há luta por um mundo novo, é razoável pensar que aspectos do mundo atual estão sendo rachados, sendo preciso construir comunidades que sejam, de alguma maneira, diferentes da sociedade com a qual se rompe nos momentos insurrecionais. O poder desinstituinte é o movimento que nega as condições do capitalismo atual, rompendo com as estruturas dominantes de seu tempo e possibilitando a emergência de novas formas de viver. Nas palavras de Andityas Matos:

Para realizar tal projeto é necessária uma força desinstituidora que avance contra aspectos institucionais e concretos do capitalismo e do Estado, abrindo espaço para a

²³⁰ RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organización conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

²³¹ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. *Revista Direito & Práxis*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 07, n. 4, p. 43-95, 2016, p. 72 e 73.

produção de novas subjetividades, novos usos e novas juridicidades que nascerão a partir do poder constituinte permanente.²³²

Se não há um projeto político delimitado sobre o que virá no mundo “pós-revolução”, certamente existem motivos ou inclinações, por mais que não estejam bem elaborados ou explícitos, que impulsionaram a reunião dos sujeitos que vivenciarão em conjunto a experiência insurrecional. Como aqui estamos nos referindo aos movimentos que objetivam a modificação efetiva e radical das condições postas, torna-se imperativo lançar mão de práticas desinstituintes das formas de produção e reprodução do capitalismo, assim como das estruturas alienantes e violentas do Estado, das polícias e de outros elementos absolutamente incompatíveis com uma noção democrático-radical, em um movimento de “fuga ou êxodo das formas institucionais pelas quais se expressa o poder político-econômico contemporâneo, traduzido em instituições como o Estado, os bancos e os mercados globais”.²³³ Em eventos revolucionários, algumas dimensões, subjetivas e objetivas, relacionadas aos dispositivos de poder e de subjetivação atuais, precisam ser desinstituídas concomitantemente às práticas insurrecionais, de maneira permanente.

Essas ponderações iniciais auxiliam na leitura das próximas seções, que serão breves estudos de caso sobre eventos históricos nos quais as características debatidas aqui foram, em alguma medida, colocadas em prática. São momentos de insurgência que forçaram os limites do possível, provando que o mundo presente é apenas uma versão da potência que subjaz em toda comunidade humana. A Comuna de Paris, os soviets russos, a Guerra Civil Espanhola e os zapatistas mexicanos são pontos de conexão das lutas libertárias, momentos nos quais abriram-se as portas para a realização das potências comuns, desinstituindo dispositivos e estruturas dominantes em suas épocas. Seja com o nome de conselho ou de comuna, as experiências narradas ecoam ainda hoje, em vários lugares do globo terrestre, inspirando as lutas com o exemplo das singularidades que apostaram a própria vida na construção de novos mundos.

2.2 Entre o espontaneísmo e a organização: a potência viva da comuna de Paris²³⁴

²³² MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. *Revista Direito & Práxis*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 07, n. 4, p. 43-95, 2016, p. 75.

²³³ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. *Revista Direito & Práxis*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 07, n. 4, p. 43-95, 2016, p. 73.

²³⁴ Alguns trechos dessa seção e das duas seguintes são similares às discussões apresentadas no capítulo de livro publicado por Andityas Matos e este autor, intitulado *Uma anarquologia da Comuna de Paris: sobre a potência*

Ao refletir sobre o processo insurrecional, exemplos concretos servem não como modelos, mas como faróis que iluminam a realidade sob perspectivas radicalmente novas. Nesse sentido, a Comuna de Paris surge como um exultante exemplo que marcou a tradição revolucionária mundial. Com pouco mais de setenta dias de existência, essa “esfinge que atormenta o espírito burguês”²³⁵ abriu uma fissura na temporalidade do poder e fez emergir a potência de outros mundos possíveis. Não só por seu ineditismo, mas pelo imenso impacto no imaginário revolucionário em todo mundo, a força da Comuna é potencializada por sua curta duração e pelas imensas dificuldades enfrentadas pelas mulheres e homens que lutaram na construção de uma outra forma de vida. As contradições e impossibilidades da teoria revolucionária puderam ser sentidas na prática pelos *communards* de Paris, colocando em movimento afetos, desejos, sonhos e objetivos coletivos em uma velocidade estonteante, rompendo limites que antes eram tidos como intransponíveis.

Entre a imensa gama de recortes epistemológicos possíveis ao analisar a Comuna de Paris, o objetivo da presente seção é posicionar essa experiência enquanto ponto nodal na tradição dos oprimidos, percebida dentro do campo de ação da democracia radical e dos levantes multitudinários. A importância está, portanto, em compreender a Comuna prioritariamente pela potência produzida na luta concreta e não pelos resultados objetivos de sua derrota, buscando identificar elementos que possam projetar a experiência comunal para as lutas do presente.

A França do século XVIII estava profundamente fraturada por interesses de classe conflitantes. Desde a Revolução Francesa de 1789, o país havia vivido duas repúblicas, uma monarquia constitucional e dois impérios em curtos espaços de tempo,²³⁶ estando em convulsão social permanente. Como afirma Kristin Ross, a França daquele momento era mais um “projeto em andamento” do que uma nação propriamente dita.²³⁷ Nesse contexto, o povo empobrecido (trabalhadores urbanos e rurais) estava cada vez mais alijado dos espaços de poder, sendo o

das práticas revolucionárias. (In: BATISTA, Flávio Roberto; MARTINS, Carla Benitez; SEFERIAN, Gustavo. (Orgs.). *Comuna de Paris, Estado e Direito*. Belo Horizonte: RTM, 2021).

²³⁵ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 168.

²³⁶ A Primeira República Francesa (1792-1804) foi o período iniciado com a Revolução Francesa, terminando com a ascensão de Napoleão e a criação do Primeiro Império Francês (1804-1815). Após a queda definitiva de Napoleão, os Bourbons restauraram a monarquia, que dura de 1815 até 1848, quando as revoltas do ano 1848 deram início à Segunda República (1848-1852). Por fim, em 1852 se desenrolam os eventos descritos por Marx em *O 18 de Brumário*, com o golpe de Napoleão III e a criação do Segundo Império, que durará até 1870, dando lugar à Terceira República Francesa (após o fim da Comuna de Paris). (MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011).

²³⁷ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 33.

Segundo Império (1852-1870) o auge do reacionarismo e da traição à classe trabalhadora, como Marx bem narra em *O 18 de Brumário*.²³⁸

Precisamente no contexto do governo despótico e elitista de Napoleão III, a França entra em guerra contra a Prússia, aumentando ainda mais o quadro de fome e privações dos mais pobres. Após a captura de Napoleão III pelos prussianos na Batalha de Sedan (setembro de 1870), as elites burguesas da França declaram uma nova República parlamentarista. Essa nova república, por sua vez, manteve as estruturas de privilégios e a submissão da grande maioria do povo francês, criando, segundo Marx, um abismo entre a classe dominante e o “corpo inteiro da sociedade situada fora de suas parcas fileiras”.²³⁹ É nesse cenário de instabilidade política e social, guerra e descontentamento popular que toma forma o movimento que viria a desembocar na Comuna de Paris.

Apesar de esse ser o contexto imediato, as raízes do movimento são bem mais profundas, tendo como memórias mais diretas as próprias aspirações da Revolução Francesa e as revoltas populares (e proletárias) de 1848, mas também se conectando com realidades e lutas ainda mais antigas e que extrapolavam em muito os limites do território francês.²⁴⁰ A participação de estrangeiros nos movimentos e nas discussões que antecederam a Comuna é significativa, tendo os membros da Primeira Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores) papel ativo.²⁴¹

Considerando a imensa potência da Comuna de Paris, é possível analisar o evento sob os mais variados aspectos. Mas o percurso que seguiremos se desdobra em dois momentos principais: primeiramente, um breve entendimento sobre as origens do movimento, seguido pelos aspectos da organização e da forma da Comuna propriamente dita.

Diversos escritos sobre a Comuna de Paris a compreendem como um ato de espontaneísmo, quando subitamente os trabalhadores proclamaram seu autogoverno e iniciaram

²³⁸ MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

²³⁹ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 55.

²⁴⁰ “Era um modo de estar intensamente no presente, possibilitado pela mobilização de figuras e frases do passado - antes de mais nada, da própria comuna, sua carga afetiva subjugando qualquer conteúdo semântico preciso, uma poderosa mistura de desejos pré-capitalista e pré ou extranacional, em partes iguais de revolução social, autonomia local e a memória da Comuna insurrecional que fez de Paris a capital da revolução em 1792. Comuna, naquela época, era um nome que ultrapassava tudo que ele deveria designar”. Tradução nossa. No original: “*It was a mode of being intensely in the present made possible by mobilizing figures and phrases from the past—first and foremost that of commune itself, its affective charge overwhelming any precise semantic content, a powerful mix of pre-capitalist and pre- or extranational desires, equal part social revolution, local autonomy, and the memory of the insurrectional Commune that had made Paris the capital of revolution in 1792. Commune, at that point, was a name that exceeded everything it was supposed to designate*”. (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 31).

²⁴¹ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 33.

uma nova experiência política. Exemplo disso é a opinião de Vladimir Lênin que, em artigo intitulado *Em memória da Comuna*, afirma que “a Comuna surgiu de maneira espontânea, ninguém a preparou consciente e organizadamente”.²⁴² Tal declaração contribui para a percepção de que a Comuna foi um movimento pouco organizado, sem objetivos, sem coesão e desprovido de enraizamento social, levando também à ideia de que sua derrota era inevitável. Contudo, é difícil imaginar que uma ação de proporções tão grandes seria engendrada de uma hora para outra, em um ato quase irracional de revolta ingênua.

Contra essa visão, Kristin Ross explora o contexto de Paris entre os anos 1868 e 1871, explicitando como as ideias que emergiram na Comuna já circulavam pela cidade nos anos anteriores, presentes em vários clubes que se formaram para encontros e debates da classe trabalhadora e membros da Internacional. Esses clubes performaram o papel de verdadeiras escolas, não só divulgando ideais socialistas, mas também debatendo concretamente os problemas do povo. Questões como o aumento dos salários das mulheres trabalhadoras e a garantia do pão para os mais pobres eram centrais nesses encontros.²⁴³ Como expõe a autora:

O que acontecia nas reuniões e nos clubes beirava uma fusão quase-brechtiana de pedagogia e entretenimento. Era cobrada uma taxa de entrada de alguns centimos para pagar a iluminação. As reuniões do clube forneciam instrução, embora a finalidade pedagógica estivesse aberta ao debate. Eram “escolas para o povo”, frequentadas, segundo o *communard* Elisée Reclus, por “cidadãos que, na sua maioria, nunca tinham se falado até então”; eram “escolas de desmoralização, perturbação e depravação”, nas palavras de outro observador contemporâneo.²⁴⁴

Futuros *communards* de destaque, como Gustave Lefrançais e Napoléon Gaillard, estavam imersos nesse ambiente de discussões, fazendo discursos e dialogando com pessoas de origens distintas: pequenos burgueses, trabalhadores, militantes, socialistas e comunistas. Cabe dizer que tais reuniões eram, inicialmente, proibidas pelo Império, e mesmo quando foram permitidas, ocorriam sob severa censura dos agentes imperiais, que interrompiam a reunião todas as vezes que as falas ficavam perigosas – ou revolucionárias – demais. É interessante notar que a organização desses encontros, mesmo que fossem presididos por algum sujeito específico, era bastante aberta, não tendo grandes restrições de conteúdo e sem muitos

²⁴² LÊNIN, Vladimir. Em memória da Comuna. In: LÊNIN, Vladimir. *Democracia e luta de classes: textos escolhidos*. Trad. Edições Avante; Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 187.

²⁴³ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 23.

²⁴⁴ Tradução nossa. No original: “*What went on in the reunions and the clubs verged on a quasi-Brechtian merging of pedagogy and entertainment. An entry fee of a few centimes to pay for the lighting was charged. Club meetings provided instruction, though to what pedagogical end was open to debate. They were ‘schools for the people’, frequented, according to Communard Elie Reclus, by ‘citizens, who, for the most part, had never talked to each other until then’; they were ‘schools of demoralization, disturbance and depravity’, in the words of another contemporary observer.*” (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 22).

formalismos (como o estabelecimento de tempo de fala), ficando a cargo dos ouvintes vaiarem quando se cansavam de determinado orador. Também era comum que pessoas desconhecidas aparecessem para discursar, sendo ouvidos da mesma forma que os já famosos oradores habituais.²⁴⁵

Essas reuniões duraram por mais de dois anos, entre o final de 1868 e o início de 1871. Denúncias contra a guerra Franco-Prussiana, críticas ao regime de Napoleão III e discussões sobre as condições materiais da classe trabalhadora dominavam as conversas. As reuniões não ocorriam apenas em locais fixos, existindo também clubes ambulantes, como o presidido por Louis-Auguste Blanqui, o *Club de la Patrie en danger*, que funcionava em um local diferente a cada semana. Essa movimentação, defende Ross, foi essencial para conectar pessoas e facções de diferentes áreas de Paris, possibilitando diálogos e encontros que seriam improváveis em outras condições.²⁴⁶

Nesse cenário pré-Comuna, alguns elementos são importantes. O primeiro deles é o caráter espacializado dos encontros, que ao mesmo tempo uniam comunidades de determinadas regiões em clubes fixos e promoviam o câmbio de ideias e anseios entre as diferentes localidades da cidade, não só pelos clubes ambulantes, mas também pelo próprio deslocamento dos oradores. Outro aspecto é a abertura para o diferente, aglutinando distintas facções, crenças e classes sociais em um mesmo ambiente, sem fazer emergir sectarismos, mas, ao contrário, encontrando convergências.²⁴⁷ Por fim, chama atenção o caráter imediato das discussões, que versavam sobre aquilo que verdadeiramente incomodava as pessoas ali reunidas, trazendo uma dimensão imanente e concreta para o debate; por outro lado, tais assuntos se relacionavam diretamente aos temas da teoria socialista, urdindo posições contra o Estado, as desigualdades e a pobreza.

Ainda sobre as estruturas formadas nesse cenário, a organização da Internacional em Paris, assim como dos comitês formados pela Guarda Nacional, era baseada pelos *arrondissements*, os bairros da capital, formando núcleos de auto-organização e de debates que primavam pela descentralização e autonomia desses espaços, como descreve Kristin Ross:

Essa estrutura, uma espécie de federação descentralizada de comitês operários independentes, locais e organizados por *arrondissement*, foi adotada pela seção de Paris da Internacional, com cerca de 50.000 membros na primavera de 1870. Era também a estrutura da Guarda Nacional, que tinha, naquele ponto, de fato “se

²⁴⁵ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 22-23.

²⁴⁶ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 23-24.

²⁴⁷ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 22.

federalizado”. Os membros da Internacional organizaram os primeiros Comitês de Vigilância com pessoas escolhidas nas reuniões públicas; estes então escolheram seus delegados para o Comitê Central dos Vinte Arrondissements, instalado em uma sala na Place de la Corderie, emprestada a eles pela Internacional.²⁴⁸

É possível observar, portanto, que diversas características que seriam implementadas na Comuna já estavam sendo testadas e vivenciadas pelas pessoas envolvidas. Esse aspecto é fundamental para romper com uma visão romântica do movimento, posicionando os sujeitos que declarariam a Comuna em março de 1871 dentro de um contexto maior, com trajetória de construção ativa, pedagógica e organizada. Tal organização, contudo, era descentralizada, sem regras gerais definidas, desprovida de lideranças personalistas e não devia obediência a nenhuma estrutura especializada (como partidos, sindicatos, etc.).

Ainda contra a ideia de que a Comuna foi conjurada de súbito na noite do dia 18 de março, Ross retoma o relato do *communard* Arthur Arnould. Para ele, a comuna de fato existia já desde janeiro de 1871, quando o governo liderado por Adolphe Thiers (o “anão disforme”, segundo Marx)²⁴⁹ saiu de Paris e se refugiou em Bordeaux e em Versalhes. Com o abandono da capital pelas autoridades, os cidadãos parisienses foram deixados à própria sorte, sob o cerco dos exércitos prussianos²⁵⁰. Episódios como a tomada do *Hôtel de Ville* (prefeitura de Paris) pelos trabalhadores em outubro de 1870 e as manifestações populares contra o tratado de paz em janeiro e fevereiro de 1871 reforçam a ideia de que Paris fervilhava com os movimentos críticos à República de Thiers e seus atos contrários à classe trabalhadora.

Convencionou-se marcar o dia 18 de março como o início da Comuna de Paris. Nesse dia, o governo de Thiers tentou recuperar parte da artilharia da Guarda Nacional que estava em Paris, contudo, a população parisiense resistiu à tentativa dos republicanos e tomou para si o controle dos canhões, com apoio da Guarda Nacional, que se negou a cumprir as ordens dos generais (fuzilando dois deles). A partir desse momento e pelos acontecimentos que se seguiram, foi declarada a Comuna.²⁵¹ Com esse breve relato histórico do desenrolar anterior à Comuna propriamente dita, é possível adentrar com mais intensidade nas vivências e na

²⁴⁸ Tradução nossa. No original: “*That structure, a kind of decentralized federation of local, independent worker-based committees organized by arrondissement, had been adopted by the Paris section of the International, some 50,000 members strong in the spring of 1870. It was also the structure of the National Guard, which had, by that point, in effect “federated itself.” Members of the International organized the early Vigilance Committees out of people chosen in the public reunions; these then chose their delegates to the Central Committee of the Twenty Arrondissements, installed in a room on the Place de la Corderie lent to them by the International*”. (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 24).

²⁴⁹ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 92

²⁵⁰ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 25

²⁵¹ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 48-49.

organização político-social que passaram a existir na cidade. Apesar de os acontecimentos entre os insurretos e o governo republicano serem de extrema importância, é mais significativo para o andamento deste trabalho a compreensão das formas alternativas de vida que foram ali tentadas.

A Comuna de Paris não pode ser compreendida simplesmente como um projeto revolucionário que objetivava uma vitória final e total. Inserida no complexo contexto narrado acima, ela foi a expressão de desejos, a realização de uma outra forma de vida aqui e agora, orientada por múltiplas ideologias e vontades. Quando se analisa a Comuna apenas enquanto revolução, salta aos olhos a estrondosa derrota militar dessa experiência, sem considerar que, como afirma Marx, seu maior êxito foi sua “própria existência produtiva”,²⁵² isto é, o ato de existir e resistir da Comuna foi a vitória que por tantas vezes escapou aos grandes projetos revolucionários anteriores. Como afirma o *communard* Arnould,

a Comuna de Paris foi algo além e diferente de um levante. Foi o advento de um princípio, a afirmação de uma política. Em outras palavras, não foi apenas mais uma revolução, foi uma nova revolução, carregando nas dobras de sua bandeira um programa totalmente original e característico”.²⁵³

Nesse sentido, pode-se entender o movimento do dia 18 de março como uma ruptura e uma continuidade. Ruptura com as estruturas políticas dominantes, com as formas de organização social e de distribuição da riqueza; ao mesmo tempo em que se reafirmava a continuidade dos diversos movimentos insurrecionais que ocorreram na França e na Europa nos anos anteriores, sendo a realização de um projeto que, em grande medida, já estava posto.

É por isso que a Comuna tem seu maior legado enquanto um exemplo vivido, a prova de que é possível transformar intensamente as condições políticas e sociais de determinado lugar. E não qualquer lugar, como afirma Bukunin:

é um fato histórico imenso que essa negação do Estado tenha se manifestado justamente na França, que foi até agora o país por excelência da centralização política, e que seja precisamente Paris, a cabeça e o criador histórico dessa grande civilização francesa, que tenha tomado essa iniciativa.²⁵⁴

²⁵² MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 64.

²⁵³ Tradução nossa. No original: “*The Paris Commune was something MORE and something OTHER than an uprising. It was the advent of a principle, the affirmation of a politics. In a word, it was not only one more revolution, it was a new revolution, carrying in the folds of its flag a wholly original and characteristic program*” (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 25).

²⁵⁴ BAKUNIN, Mikahil. A Comuna de Paris e a noção de Estado. In: BAKUNIN, Mikahil. *Obras completas*. Tomo 2. Trad. Diego Abad de Santillán. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1977, p. 80.

O acontecimento da Comuna no centro do mundo dito civilizado, no coração da Europa, é ainda mais simbólico, demonstrando que nenhuma localidade está fora do campo de ação das insurreições.

A Comuna foi, entre outras coisas, a negação do Estado enquanto ente centralizador da organização, separado da própria vida social e detentor do monopólio do poder político. Contra isso, os revolucionários propunham uma forma de federalismo democrático criado pela livre associação de comunas autônomas em todo o território: “a associação voluntária de todas as iniciativas locais, o concurso espontâneo e livre de todas as energias individuais, tendo em vista um objetivo comum: o bem-estar, a liberdade e a segurança de todos”.²⁵⁵ A Comuna nunca se viu como um enclave isolado, mas, ao contrário, entendia a importância vital de expandir e ampliar a área afetada pela experiência comunal, apostando na eclosão de movimentos pelo interior da França e na futura interconexão deles.²⁵⁶

Mais do que isso, o movimento defendia os ideais de uma República Universal, contrastando com a ideia imperialista de um republicanismo universal, uma vez que este último objetivava impor a forma republicana parlamentarista como modelo de governo. A República Universal, por sua vez, derrubava as fronteiras dos ainda incipientes Estados Nacionais, abolindo a questão da nacionalidade como marcador de sujeitos de direito. Prova disso foi a participação intensa de estrangeiros na Comuna: poloneses, italianos,²⁵⁷ alemães lutaram lado a lado com os cidadãos de Paris, tendo um deles, Leo Frankel, sido eleito para o Comitê da Comuna.²⁵⁸ A ideia de uma “República Universal”, segundo Ross,

alude a um conjunto de desejos, identificações e práticas que não podiam ser contidas ou definidas pelo território do Estado ou circunscritas pela nação, e dessa maneira diferenciava vividamente seus usuários de parlamentaristas ou liberais republicanos que acreditavam na preservação de uma forte autoridade estatal centralizada como fiadora da ordem social. A república universal significa o dismantelamento da burocracia imperial e, acima de tudo, seu exército permanente e sua polícia. “Não é suficiente emancipar cada nação em particular do domínio do rei”, escreveu Élisée Reclus. Ela deve ser libertada da supremacia de outras nações, seus limites devem ser abolidos,

²⁵⁵ Tradução nossa. No original: “*the voluntary association of all local initiatives, the spontaneous and free concurrence of all individual energies in view of a common goal: the well-being, the freedom and the security of all*” (MANIFESTO of the Paris Commune. 19 abr. 1871. *Marxist Internet Archive*. Trad. Mitch Abidor, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/france/paris-commune/documents/manifesto.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021).

²⁵⁶ “The Communards themselves seem clearly to have realized by early April that the provinces were in fact the Commune’s only hope of victory”. (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 81).

²⁵⁷ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 31.

²⁵⁸ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 25.

esses limites e fronteiras que tornam inimigos povos simpáticos... Nosso grito de guerra não é mais “Viva a república”, mas “Viva a república universal”.²⁵⁹

Esse caráter é fundamental para entender a comuna enquanto um experimento potente, que se conecta com lutas radicalmente democráticas do passado e do presente. Se o universal é o local sem muros, como sustenta o Comitê Invisível,²⁶⁰ as vivências localizadas em Paris puderam se universalizar ao colocar em xeque sua própria identidade enquanto um movimento parisiense, feito por sujeitos *franceses*. Quando Paris “abdica de sua coroa e proclama com entusiasmo sua própria decadência para dar a liberdade e a vida à França, à Europa, ao mundo inteiro”,²⁶¹ demonstra a necessidade de autonegação dessas características concebidas sob o domínio das estruturas que se pretende derrubar. Renunciando ao título de cidadão francês, alargando os conceitos de cidadania e negando a mera reprodução de formalismos burgueses, os *communards* puderam ser o exemplo universal de ação revolucionária, inventando, como Arnould afirma, sua própria maneira de fazer a revolução. Não por acaso, um dos atos mais emblemáticos da Comuna foi a queima de guilhotinas,²⁶² rompendo com o simbolismo do terror jacobino e com a lógica persecutória e autoritária que esses instrumentos representavam.

Não obstante, é preciso chamar atenção para as contradições vivenciadas pelos envolvidos naquela experiência. Apesar de críticos das estruturas liberais, o pouco tempo de existência e as condições extremas da Comuna são fatores que certamente impediram o desenvolvimento mais completo de certos aspectos.²⁶³ A Comuna se viu obrigada a operar em algumas dimensões postas, como a lógica da representação consubstanciada no Comitê da Comuna e no Comitê Central da Guarda Nacional, estruturas que centralizavam, contingencialmente, decisões políticas. A existência desses comitês não é uma contradição *per*

²⁵⁹ Tradução nossa. No original: “*alluded to a set of desires, identifications and practices that could not be contained or defined by the territory of the state or circumscribed by the nation, and vividly differentiated its users in this way from parliamentary or liberal republicans who believed in the preservation of a strong, centralized state authority as guarantor of social order. The Universal Republic meant the dismantling of the Imperial bureaucracy, and first and foremost its standing army and its police. ‘It is not enough to emancipate each nation in particular from under the thumb of the king,’ wrote Élisée Reclus. ‘It must be liberated from the supremacy of other nations, its boundaries must be abolished, those limits and frontiers that make enemies out of sympathetic peoples... Our rallying cry is no longer ‘Long live the Republic’ but ‘Long live the Universal Republic’.*” (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 26).

²⁶⁰ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 233.

²⁶¹ BAKUNIN, Mikahil. A Comuna de Paris e a noção de Estado. In: BAKUNIN, Mikahil. *Obras completas*. Tomo 2. Trad. Diego Abad de Santillán. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1977, p. 80.

²⁶² MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 119.

²⁶³ “A Comuna de Paris durou pouco tempo demais e foi obstaculizada demais em seu desenvolvimento interno pela luta mortal que teve de travar contra a reação de Versalhes, como para que tenha conseguido, não digo aplicar, mas elaborar teoricamente seu programa socialista”. (BAKUNIN, Mikahil. A Comuna de Paris e a noção de Estado. In: BAKUNIN, Mikahil. *Obras completas*. Tomo 2. Trad. Diego Abad de Santillán. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1977, p. 81).

se, mas aponta para os riscos de reprodução de certas estruturas (como o Parlamento) sob o pretexto (por vezes real) das exigências do momento. Importante lembrar que a Comuna de Paris esteve, do nascimento à morte, em constante ataque por parte dos exércitos republicanos de Thiers, além de estar sob o cerco permanente dos prussianos.

Contudo, a representação testada pelo movimento pouco se assemelhava à representação burguesa da República Francesa. Os mandatos eram revogáveis, os espaços de decisão, abertos à participação de todos, e havia a possibilidade constante de fiscalização e correção por parte do conjunto de sujeitos que compunham aquela coletividade (por serem mandatos imperativos).²⁶⁴ É importante, contudo, ter em conta que as características do movimento se colocavam enquanto tensão e contradição com a forma política estatal combatida pelos revolucionários; não sendo nem a simples reprodução das estruturas antigas, nem o resultado acabado de novas maneiras de organização política. Isso porque a Comuna, assim como qualquer outro movimento insurrecional que se pretenda radicalmente democrático, é sempre um projeto em constante construção, e não um evento mágico que destrói de uma só vez o mundo antigo e põe algo completamente novo no lugar. As ações da Comuna devem ser entendidas como precárias, contingentes e mutáveis, sendo apenas o início de uma experiência que pretendia ir muito além do que pôde ser. Como afirma Marx:

A classe trabalhadora não esperava milagres da Comuna. Os trabalhadores não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir par *décret du peuple*. Sabem que, para atingir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, tende irresistivelmente, terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm nenhum ideal a realizar, mas sim querem libertar os elementos da nova sociedade dos quais a velha e agonizante sociedade burguesa está grávida.²⁶⁵

A dimensão aqui percebida é a de que não é possível entender as ações de um momento radical, como a Comuna, a não ser enquanto um movimento que é pensado ao mesmo tempo que ocorre na prática. Como visto no capítulo anterior, a abertura e a indeterminação são inerentes a essas ocasiões, precisamente por não contarem com dirigentes autoritários ou programas rígidos que devem ser colocados em ação, mesmo que contrariem a realidade. Só é possível fazer uma teoria revolucionária de fato se ela estiver, em alguma medida, narrando a própria revolução; sem deixar de lado, todavia, a dimensão crítica e reflexiva sobre o momento, podendo constantemente ir além da realidade posta e continuar produzindo novos caminhos, desejos e sonhos. Como Kristin Ross muito bem afirma, “o pensamento de um movimento só

²⁶⁴ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 57-58.

²⁶⁵ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 60.

é gerado com e depois dele: desencadeado pelas energias criativas e pelos excessos do próprio movimento. Ações produzem sonhos e ideias, e não o contrário”.²⁶⁶

Entre as decisões da Comuna, várias dizem respeito à democratização das condições da vida. Como aponta Marx, foi estabelecido que os salários pagos para os agentes públicos não seriam superiores aos recebidos pelos operários, a magistratura passou a ser eleita e revogável, extinguiu-se o Exército regular e a polícia foi esvaziada de suas funções políticas, sendo “substituível a qualquer momento”.²⁶⁷ Além disso, a educação passou a ser encarada em uma perspectiva bastante libertária, assumindo papel de destaque nos esforços revolucionários, que estabeleceram o ensino integral, politécnico (transdisciplinar), livre para todos homens e mulheres. O objetivo era abolir a diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual.²⁶⁸ Louise Michel, uma jovem francesa, foi uma das *communards* que esteve à frente da verdadeira revolução no ensino que a Comuna iniciou.

Poucos são os aspectos da vida que foram deixados inalterados naquelas semanas. As artes, assim como a educação, sofreram transformações significativas. Com uma visão reconfigurada sobre a arte, esta deixa de ser um elemento especializado, apartado da vida social, e passa a compor a realidade da Comuna como parte essencial da formação de um “luxo comunal”, isto é, a noção de que a

[...] beleza floresce em espaços compartilhados em comunidade e não apenas em locais especiais privatizados, significando uma reconfiguração da arte para ser completamente integrada ao cotidiano da vida, e não apenas o ponto final de excursões especiais.²⁶⁹

A fundação da Federação dos Artistas, encabeçada por pessoas como Gustave Courbet e Eugène Pottier, buscava dar autonomia para os artistas criarem e se expressarem livremente, sem dependerem de subsídios e autorização de nenhuma entidade (como o Estado) para a produção e circulação das obras.²⁷⁰ Um exemplo ilustrativo dessa nova perspectiva é o *Château Gaillard*, uma barricada feita pelo sapateiro Napoléon Gaillard, que foi considerada uma obra

²⁶⁶ Tradução nossa. No original: “*the thought of a movement is generated only with and after it: unleashed by the creative energies and excess of the movement itself. Actions produce dreams and ideas, and not the reverse*”. (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 14).

²⁶⁷ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 57.

²⁶⁸ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 44-45.

²⁶⁹ Tradução nossa. No original: “*beauty flourish in spaces shared in common and not just in special privatized preserves means reconfiguring art to be fully integrated into everyday life and not just the endpoint of special excursions*”. (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 57).

²⁷⁰ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 51-58.

de arte e um exemplo do luxo comunal, por ser útil e projetada enquanto um feito artístico por seu idealizador.²⁷¹ Por outro lado, a derrubada da Coluna Vendôme, considerada um grande símbolo artístico e cultural pela burguesia francesa, foi uma ação emblemática da Comuna, sendo um ato que objetivava negar o que a Coluna representava, isto é, as conquistas imperiais de Napoleão Bonaparte, a guerra sem sentido entre os povos e a opressão dos ditadores.²⁷²

Outro aspecto de destaque no desenvolvimento do movimento foi a criação da *União das Mulheres para a Defesa de Paris e Ajuda para os Feridos*, protagonizada por uma russa, Elisabeth Dmitrieff, e que foi uma das maiores e mais efetivas organizações da Comuna, com comitês funcionando em quase todos *arrondissements* de Paris.²⁷³ Essa foi uma experiência sem precedentes de auto-organização das mulheres, contribuindo muito para o avanço de questões centrais como o papel da mulher enquanto trabalhadora, além do desenvolvimento de cooperativas de produção dos bairros para fornecer itens essenciais aos esforços comunais.²⁷⁴ Mais uma vez, a Comuna mostrava seu potencial de libertar os sujeitos envolvidos dos preconceitos e limitações vigentes na antiga sociedade, criando espaços que colocavam em prática ideias até então abstratas, como a igualdade de gêneros.

As cooperativas de produção tocam em um elemento fundamental para a experiência comunal, isto é, a reformulação das formas produtivas e a relação entre propriedade privada e os trabalhadores. Além de todas as transformações políticas e sociais que já foram aqui exemplificadas, a Comuna é, essencialmente, uma prática anticapitalista, clamando pela libertação dos trabalhadores e pela reapropriação das forças produtivas nas mãos de todos os sujeitos. Os *communards* consideravam que a servidão do proletariado era fruto de “exploração, especulação, monopólios e privilégios” mantidos pela antiga forma de governo, e contra esse cenário de opressão defendiam a “universalização do poder e da propriedade de acordo com as necessidades do momento, dos desejos dos interessados e dos fatos baseados na experiência”.²⁷⁵ É nesse sentido que Marx considera que a Comuna era

essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho. A não ser sob essa última condição, o regime

²⁷¹ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 55.

²⁷² MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 61.

²⁷³ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 30.

²⁷⁴ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 31.

²⁷⁵ Trechos extraídos do *Manifesto ao povo francês*, documento produzido pela Comuna (MANIFESTO of the Paris Commune. 19 abr. 1871. *Marxist Internet Archive*. Trad. Mitch Abidor, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/france/paris-commune/documents/manifesto.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021).

comunal teria sido uma impossibilidade e um logro. A dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe. Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.²⁷⁶

O pouco tempo de duração da Comuna não permitiu que seu plano econômico fosse concluído, mas sua condição de existência era justamente o ataque às desigualdades e opressões econômicas, visando à “expropriação dos expropriadores”. Algumas medidas, como suspensão das dívidas (letras de câmbio), devolução dos últimos três meses de aluguel²⁷⁷ e pagamento de salários justos para todos, foram essenciais para reverter o cenário de pobreza e endividamento não só dos trabalhadores, mas também da classe média, que se via cada vez mais empobrecida pela especulação dos grandes proprietários e capitalistas.

Ao negar as estruturas políticas e econômicas dominantes, a Comuna presentificou uma forma-de-vida comum radicalmente nova, conciliando elementos de um passado pré-capitalista e pré-moderno com um futuro ainda impensado pelos teóricos da revolução. Inscreve-se, nesse sentido, em “um inatural e cindido depois de amanhã”, como define Jonnefer Barbosa.²⁷⁸ Com efeito, a Comuna não foi uma tentativa pura e simples de retomar uma sociedade antiga ou de idealizar as formas comunais vivenciadas na Europa Medieval, já impossíveis de serem reproduzidas em 1871. Mas, no esforço de reinventar a sociedade, os exemplos do passado abrem linhas de fuga para realidades possíveis, uma vez que determinados aspectos já foram, de fato, vividos e experimentados, e podem ser retomados de forma crítica e remodelados para se acomodarem às exigências do presente. São as “sugestões exemplares”, referidas por Kristin Ross, que permitem criar fissuras na temporalidade para conectar passado, presente e futuro em projetos concretos. A autora afirma que para aqueles que viveram a Comuna, foi possível experimentar “um tipo de liberdade e de redes de solidariedades que foram realizadas, e da derrota local pode muito bem surgir um protótipo para futuras revoluções sociais”.²⁷⁹ Ainda, segundo Marx:

Criações históricas completamente novas estão geralmente destinadas a ser incompreendidas como cópias de formas velhas, e mesmo mortas, de vida social, com as quais podem guardar certa semelhança. Assim, essa nova Comuna, que destrói o poder estatal moderno, foi erroneamente tomada por uma reprodução das comunas medievais, que precederam esse poder estatal e depois converteram-se em seu substrato. O regime comunal foi confundido como uma tentativa de fragmentar em uma federação de pequenos Estados, como sonhavam Montesquieu e os girondinos,

²⁷⁶MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 59.

²⁷⁷MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 18.

²⁷⁸BARBOSA, Jonnefer. *Novos espartaquismos*. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 10.

²⁷⁹ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 71.

aquela unidade das grandes nações que, se originalmente fora instaurada pela violência, tornava-se agora um poderoso coeficiente da produção social. O antagonismo da Comuna com o poder do Estado foi erroneamente considerado uma forma exagerada da velha luta contra a hipercentralização.²⁸⁰

Autores que pensaram a Comuna após seu fim, como Elisée Reclus e William Morris, comparam-na com experiências como a da Islândia do século XIX, que ainda vivia uma realidade pré-capitalista, com terras comuns, pouca centralização do poder e vínculos sociais profundamente baseados na territorialidade das comunidades.²⁸¹ Da mesma maneira, é possível olhar para a Rússia e para suas estruturas de *obshchinas*,²⁸² vilas camponesas com terras comuns, não como formas de atraso civilizatório, mas enquanto potência de formas-de-vida com trabalho desalienado, rompendo com a lógica da propriedade privada e das opressões econômicas. Essas comparações – mesmo considerando anacronismos e discrepâncias – ajudam a ampliar o panorama da experiência de 1871, posicionando-a em uma rede de outras vivências que compartilhavam com ela alguns elementos importantes.

Pode-se concluir, portanto, que a comuna deve ser percebida enquanto produto da luta real que ocorreu não só em seus setenta dias de duração, mas durante os anos que a antecederam. As mulheres e homens envolvidos não buscaram seguir padrões predeterminados e idealizações de um passado idílico, nem objetivaram realizar um ideal superior e abstrato. Isso porque o próprio desenrolar da luta ali travada criava constantemente novas condições, possibilidades e demandas, realidades radicalmente novas e abertas para o desconhecido.²⁸³ É precisamente esse o caráter potente de um movimento como a Comuna de Paris; e a inexistência de hierarquias rígidas e a multiplicidade de ideologias e desejos ali presentes criou um ambiente de completa indeterminação. As próprias soluções só poderiam ser pensadas a partir das situações reais e concretas da insurreição diária, em um movimento desinstituinte para erigir formas-de-vida que nenhum dos envolvidos poderiam prever quais seriam. Ross posiciona o conceito de comuna enquanto uma parábola, afirmando que a

parábola não é sobre voltar ou reverter o tempo, mas sobre abri-lo – abrir uma rede de possibilidades. Nesse caso, a visão de um trabalho não alienado e de uma sociedade pré-classes é colocada ao lado dos tempos contemporâneos [...] como uma forma de mobilizar esperanças do passado para servir às necessidades do presente.²⁸⁴

²⁸⁰ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 58.

²⁸¹ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 67.

²⁸² ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 77.

²⁸³ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 87.

²⁸⁴ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 72.

Portanto, o próprio termo *comuna* designa uma forma indefinida, sendo ao mesmo tempo uma lembrança e uma projeção do futuro, um campo de disputa e potências. A mobilização de afetos, memórias e desejos esteve no centro do acontecimento da Comuna. É de extrema importância compreender o substrato de insatisfações que permeava as ruas de Paris nos meses anteriores à revolução de 18 de março, fazendo desse um movimento ao mesmo tempo espontâneo e organizado, explosivo e estruturado. Por ser lastreada nas vontades reais dos sujeitos envolvidos, a insurreição foi defendida com a vida daqueles que a construíram, pois aquela vida era vida construída livremente por pessoas que amargavam anos de sofrimento e privações. Nesse sentido, os elementos aqui expostos nos ajudam a entender porque a Comuna serve de exemplo e inspiração há quase duzentos anos para os revolucionários de todo o mundo. Ao preço de “inundar Paris com o sangue de seus filhos mais generosos”,²⁸⁵ os *communards* conjuraram um mundo novo e provaram ser possível o fazer *agora*.

A importância desta breve imersão na experiência da Comuna de Paris pode ser entendida como um ponto nodal da trajetória democrático-radical, não sendo propriamente seu início, mas apenas uma expressão bastante visível dessa potência latente, que se conectará com outros momentos da história antes e depois. A Revolução Russa de 1917 e a Guerra Civil Espanhola, que serão debatidas adiante, são outros nós dessa rede da potência multitudinária.

2.3 O contrapoder dos soviets

A potência experimentada na Comuna de Paris desencadeou violenta reação das forças dominantes da França e da Europa.²⁸⁶ Com a derrota do levante, dezenas de milhares de homens e mulheres foram executados na França sem julgamento ou defesa; outros tantos foram deportados e exilados.²⁸⁷ A repressão não se limitou aos envolvidos no levante; este serviu de alerta para que os detentores do poder em toda a Europa prestassem atenção aos movimentos revolucionários, perseguindo e oprimindo com mais severidade do que nunca sindicatos, movimentos operários e camponeses, partidos e organizações de esquerda, em suma, todos os elementos que representassem perigo para a *ordem*.²⁸⁸

²⁸⁵ BAKUNIN, Mikahil. *Obras completas*. Tomo 2. Trad. Diego Abad de Santillán. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1977, p. 7.

²⁸⁶ ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 35-36.

²⁸⁷ Os números são controversos, mas estima-se que cerca de 30 mil pessoas tenham sido executadas, 38 mil presos e 7 mil deportados. (MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 226).

²⁸⁸ Rocker afirma que entre a Comuna de Paris (1871) e a primeira década do século XX, o movimento revolucionário recuou devido à intensa repressão, tendo que se restringir a sobreviver, razão pela qual não houve

Após esse período, a luta insurrecional volta a se destacar no cenário europeu com a tentativa de revolução na Rússia em 1905. O país vivia sob o regime czarista autoritário, ainda em condições feudais no campo e com um regime de exploração internacional nas fábricas, uma vez que a Rússia ainda não havia desenvolvido plenamente as características de um Estado capitalista como a Inglaterra e Alemanha. A questão agrária, com a fome generalizada entre os camponeses, o enfraquecimento do governo do Czar Nicolau II após a guerra contra o Império Japonês e as terríveis condições dos trabalhadores das fábricas foram elementos que impulsionaram a revolta.²⁸⁹

Anton Pannekoek afirma que a insurreição de 1905 foi uma grande proliferação de greves nas fábricas, espalhando-se para as cidades e, com menor intensidade, para o campo. Contudo essas greves assumiram uma dimensão distinta das até então realizadas, sendo encaradas como instrumentos da ação revolucionária, não apenas como força de pressão contra os empregadores.²⁹⁰ Foi nesse momento que também surgiram os conselhos de trabalhadores – ou soviets –, sendo ao mesmo tempo a instância de decisão e a forma de organização resultante das demandas concretas surgidas das greves.²⁹¹ Uma vez que o movimento tomou grandes dimensões, a tarefa dos grevistas deixou de ser apenas a realização da greve em si, expandindo-se para o cuidado de questões como a segurança, a garantia dos serviços essenciais e dos bens necessários para a vida, como afirma Pannekoek:

Os soviets, essencialmente, eram simplesmente comitês de greve, como os que sempre surgem em greves selvagens. Como as greves na Rússia estouraram em grandes fábricas e se espalharam por cidades e distritos, os trabalhadores tiveram que manter contato contínuo. Nas oficinas, os trabalhadores se reuniam e discutiam regularmente após a jornada de trabalho, ou, em momentos de tensão, discutiam continuamente, o dia inteiro. Eles enviavam seus delegados a outras fábricas e aos comitês centrais, onde se trocavam informações, se discutiam as dificuldades, se tomavam decisões e se consideravam novas tarefas. Mas aqui as tarefas se mostraram mais abrangentes do que em ataques normais. Os trabalhadores tiveram que se livrar da pesada opressão do czarismo; eles sentiram que por sua ação a sociedade russa estava mudando em seus fundamentos. Eles tiveram que considerar não apenas os salários e as condições de trabalho em suas lojas, mas todas as questões relacionadas à sociedade em geral. Eles tiveram que encontrar seu próprio caminho nesses reinos e tomar decisões em questões políticas. Quando a greve estourou, se estendeu por todo

grandes avanços das lutas nesse período (ROCKER, Rudolph. *Os soviets traídos pelos bolcheviques*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007, p. 82).

²⁸⁹ PANNEKOEK, Anton. *Worker's Council*. Oakland: AK Press, 2003, p. 71-72.

²⁹⁰ PANNEKOEK, Anton. *Worker's Council*. Oakland: AK Press, 2003, p. 74-76.

²⁹¹ Apesar de autores como Pannekoek posicionarem o surgimento dos soviets em 1905, Antônio Negri chama atenção ao fato de que ainda no século XIX movimentos revoltosos instituíram formas de ação que podem ser comparadas às dos soviets. Segundo o autor: “Já na primeira onda de industrialização russa, nos anos 1870, se formaram as primeiras importantes formas de caixas operárias de resistência e de “conselhos” para organização da espontaneidade operária em luta. Em 1885, identifica-se, então, o surgimento de um primeiro conselho operário na zona têxtil adjacente à Moscou. A partir desse momento, a ação insurrecional operária se caracteriza, até 1917 e também depois, pela organização dos soviets”. (NEGRI, Antonio. *Soviete: Dentro e além do século breve*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 52).

o país, parou toda a indústria e o tráfico e paralisou as funções do governo, os soviets foram confrontados com novos problemas.²⁹²

Segundo autores como Pannekoek e John Reed,²⁹³ foi em 1905 que a possibilidade para uma nova forma de revolução se abriu, tendo nos conselhos operários o elemento potente capaz de levar a cabo uma insurreição em larga escala. Os soviets desempenharam o papel central no movimento, sendo importante destacar o quão pouco organizados os trabalhadores estavam antes da eclosão da revolução, não havendo ainda um partido de massas estruturado. Considerando a situação precária dos trabalhadores russos e a feroz ditadura do Czar, é interessante notar esse afloramento insurrecional como uma prova da força latente da multidão que conseguiu, por poucos dias, paralisar o governo russo e tomar de assalto fábricas e cidades. Rosa Luxemburgo afirma que o “fraco eco” do movimento de 1905 no resto da Europa contribuiu para sua derrota, assim como as condições desfavoráveis sob as quais tiveram que agir,²⁹⁴ mas é essa derrota que planta o germen da Revolução de 1917.

Tratar da Revolução Russa de 1917 é sempre um assunto complexo. Após mais de cem anos de seu início e algumas décadas depois do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), há milhares de páginas escritas sobre os mais variados aspectos da revolução e de seus desdobramentos. Nesse sentido, não se objetiva adentrar nas polêmicas sobre o papel dos bolcheviques e sua posterior traição aos soviets,²⁹⁵ ou ainda as consequências da revolução nos anos posteriores. Por essa razão, optou-se por não utilizar os textos dos bolcheviques sobre o momento, como Trotsky e Lênin, uma vez que existe vasta bibliografia que lê os eventos da revolução sob as lentes desses atores. O foco, neste momento, é analisar brevemente os soviets que surgiram nos meses iniciais do movimento, percebendo elementos

²⁹² Tradução nossa. No original: “*The soviets, essentially, were simply strike committees, such as always arise in wild strikes. Since the strikes in Russia broke out in large factories, and rapidly expanded over towns and districts, the workers had to keep in continual touch. In the shops the workers assembled and discussed regularly after the dose of the work, or in times of tension even continually, the entire day. They sent their delegates to other factories and to the central committees, where information was interchanged, difficulties discussed, decisions taken, and new tasks considered. But here the tasks proved more encompassing than in ordinary strikes. The workers had to throw off the heavy oppression of Czarism; they felt that by their action Russian society was changing in its foundations. They had to consider not only wages and labor conditions in their shops, but all questions related to society at large. They had to find their own way in these realms and to take decisions on political matters. When the strike flared up, extended over the entire country, stopped all industry and traffic and paralyzed the functions of government, the soviets were confronted with new problems*”. PANNEKOEK, Anton. *Worker’s Council*. Oakland: AK Press, 2003, p. 76.

²⁹³ REED, John. *Soviets in action*. Out. 1918. *Marxist Internet Archive*. 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/reed/1918/soviets.htm>. Acesso em: 11 jul. 2021.

²⁹⁴ LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Trad. Isabel Maria Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 63-64.

²⁹⁵ Rudolph Rocker publicou, em 1921, o livro intitulado *Os soviets traídos pelos bolcheviques*, no qual expõe os elementos que, já no início da Revolução Russa, demonstram os desvios cometidos pelo Partido Comunista e sua subversão do sistema de soviets. (ROCKER, Rudolph. *Os soviets traídos pelos bolcheviques*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007).

potentes e experiências que se conectam a uma corrente radical e libertária do agir revolucionário. A proposta, portanto, passa por compreender a constituição e as ações dos conselhos operários como uma esfera de existência radicalmente revolucionária, apostando nas formas de vida ali desenvolvidas como um caminho possível para uma insurreição que não se traia nem seja derrotada pelos próprios sujeitos que a engendraram.

A Revolução de Fevereiro (março, pelo calendário gregoriano)²⁹⁶ de 1917 foi o impulso inicial da grande revolução russa. Naquele momento, grupos liberais, moderados, social-democratas, socialistas, comunistas e anarquistas se uniram para a deposição do Czar e do governo absolutista, implantando uma República de cunho liberal que se proclamava titular da revolução proletária. São três as principais questões da época: a grande insatisfação pela participação russa na Primeira Guerra Mundial (a questão da paz), o permanente estado de miséria dos camponeses (a questão da terra) e dos operários (a questão do pão). A completa incapacidade do governo czarista em resolver essas questões foi o pano de fundo para criar as condições da revolução.²⁹⁷ Com a adesão do exército à causa revolucionária, a revolução é rapidamente bem sucedida, pondo fim à monarquia na Rússia.²⁹⁸

Contudo, tão logo a Revolução de Fevereiro ocorre, há quase imediata cisão entre dois governos. De um lado, o Governo Provisório, controlado pela burguesia e por elementos do antigo regime; de outro, o incipiente, mas potente, poder dos soviets.²⁹⁹ O reacionário Governo Provisório tentava mitigar os efeitos da revolução, controlando e limitando todas as tentativas de aprofundar as mudanças estruturais; mais importante: o novo governo foi incapaz de resolver as três grandes questões que haviam motivado a revolução (paz, terra e pão). Enquanto isso, os soviets agiam de fato. Eles aboliram as patentes do Exército e incentivaram a eleição de comitês nas unidades militares, constituindo centenas de Conselhos de Soldados para cerrar fileiras ao lado dos Conselhos de Operários e dos Conselhos de Camponeses.³⁰⁰

Mas o que eram os soviets, nesses primeiros meses após março de 1917? A palavra russa *soviet* significa, entre outras acepções, *conselho*, e o conceito “foi empregado para

²⁹⁶ A Rússia adotava, até 1918, o calendário juliano, que usa uma marcação de tempo distinta do calendário gregoriano, utilizado amplamente pela maioria dos países ocidentais atualmente.

²⁹⁷ SERGE, Victor. *Year One of the Russian Revolution*. Trad. Peter Sedgwick. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 51

²⁹⁸ Victor Serge afirma que o governo do Czar ordenou a ação armada contra os revoltosos, contudo o Exército passou a se confraternizar abertamente com o povo, selando o fim do absolutismo. (SERGE, Victor. *Year One of the Russian Revolution*. Trad. Peter Sedgwick. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 48-49).

²⁹⁹ SERGE, Victor. *Year One of the Russian Revolution*. Trad. Peter Sedgwick. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 49-50.

³⁰⁰ SERGE, Victor. *Year One of the Russian Revolution*. Trad. Peter Sedgwick. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 50.

designar um tipo de assembleia eleita pelas organizações econômicas da classe operária”.³⁰¹ Como já exposto, esses conselhos são herdeiros da tradição revolucionária russa de 1905 e ainda antes; surgem, geralmente, na iminência dos processos de revolta, servindo como instrumento de organização e como órgão executor das tarefas insurrecionais. Um Conselho Operário podia congrega os trabalhadores de uma única fábrica, abranger toda uma categoria ou até mesmo todos os trabalhadores da cidade, dependendo do contexto. Havia também os sovietes de soldados, geralmente restritos a uma companhia ou corpo de exército, sendo majoritariamente compostos pelas baixas patentes, contrapondo-se aos oficiais. Por fim, os últimos conselhos a aderirem à revolução bolchevique foram os camponeses, muito embora tenham sido pioneiros nas agitações e ações de reforma agrária contra os grandes proprietários.³⁰² John Reed, em artigo publicado em outubro de 1918, intitulado *Soviets in action*, narra a realidade dos sovietes nos primeiros meses da revolução, destacando o caráter aberto e flexível da estrutura, sem grandes definições fixas:

O SOVIET baseia-se diretamente nos operários das fábricas e nos camponeses do campo. No início, os delegados dos sovietes de operários, soldados e camponeses foram eleitos de acordo com regras que variavam de acordo com as necessidades e a população das várias localidades. Em algumas aldeias, os camponeses escolheram um delegado para cada cinquenta eleitores. Os soldados na guarnição elegiam um certo número de delegados para cada regimento, independentemente de sua força; o exército no campo, entretanto, tinha um método diferente de eleger seus sovietes. Quanto aos trabalhadores nas grandes cidades, eles logo descobriram que seus Sovietes se tornavam difíceis de manejar, a menos que os delegados fossem limitados a um para cada quinhentos. Da mesma forma, os dois primeiros Congressos Pan-russos dos Sovietes foram estimados aproximadamente em um delegado para cada 25 mil eleitores, mas na verdade os delegados representavam constituintes de vários tamanhos. Até fevereiro de 1918, qualquer pessoa podia votar em delegados para os Sovietes. Mesmo que a burguesia tivesse se organizado e exigido representação nos Sovietes, eles a teriam recebido. Por exemplo, durante o regime do Governo Provisório, havia representação burguesa no Soviete de Petrogrado – um delegado da União dos Profissionais que compreendia médicos, advogados, professores, etc.³⁰³

³⁰¹ REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. Trad. José Octávio. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. *E-book*, p. 21.

³⁰² PANNEKOEK, Anton. *Worker's Council*. Oakland: AK Press, 2003, p. 77.

³⁰³ Tradução nossa. No original: “*THE SOVIET is based directly upon the workers in the factories and the peasants in the field. At first the delegates of Workers', Soldiers' and Peasants' Soviets were elected according to rules which varied with the needs and population of various localities. In some villages the peasants chose one delegate for each fifty voters. Soldiers in garrison were given a certain number of delegates for each regiment, regardless of its strength; the army in the field, however, had a different method of electing their Soviets. As for the workers in the great cities, they soon found out that their Soviets became unwieldy unless the delegates were limited to one for each five hundred. In the same way, the first two All-Russian Congresses of Soviets were roughly based upon one delegate for each twenty five thousand voters, but in fact the delegates represented constituencies of various sizes. Until February 1918 anybody could vote for delegates to the Soviets. Even had the bourgeoisie organised and demanded representation in the Soviets, they would have been given it. For example, during the regime of the Provisional Government there was bourgeois representation in the Petrograd Soviet – a delegate of the Union of Professional Men which comprised doctors, lawyers, teachers, etc.*”. (REED, John. *Soviets in action*. Out. 1918. *Marxist Internet Archive*. 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/reed/1918/soviets.htm>. Acesso em: 11 jul. 2021).

Como é possível notar por esse relato, os sovietes se disseminaram por toda Rússia, nas diferentes camadas sociais. Com isso, devido, em parte, à orientação bolchevique de organização nacional para a constituição de uma ditadura do proletariado dominando o Estado, foi preciso criar mecanismos eleitorais e representativos para centralizar as decisões e ações dos sovietes, surgindo o Congresso Pan-Russo dos Sovietes, no qual os sovietes espalhados pelo país se faziam representar por delegados. Não só isso: como o trecho supracitado afirma, a própria formação dos sovietes era derivada de um processo eleitoral para escolher os membros do conselho, variando os critérios e os procedimentos para essa escolha. É importante salientar esse aspecto, uma vez que a aposta desenvolvida neste trabalho passa pela recusa da representação política, como exposto no capítulo um.

Contudo, alguns elementos precisam ser levados em conta. Em primeiro lugar, os sovietes são uma forma de organização revolucionária imersa na luta real por sobrevivência. Durante todo o Governo Provisório, foram diversos ataques diretos aos conselhos, tanto para dissolver a existência de sovietes específicos como para impedir sua união em instâncias nacionais. Abundam exemplos: em 20 de setembro de 1917, o Soviete em Tasquente³⁰⁴ foi atacado e suprimido pelas tropas do Governo Provisório; em outubro do mesmo ano, a artilharia do exército do Governo atira sobre o Soviete de Kalunga.³⁰⁵ O Exército e a Marinha impunham regras autoritárias para tentar reestabelecer a hierarquia e a ordem – sempre contra os sovietes dos soldados. Alguns apoiadores do Governo Provisório chegaram até mesmo a sugerir o abandono de Petrogrado, permitindo a conquista da cidade pelo exército alemão (uma vez que a Primeira Guerra Mundial ainda estava ocorrendo), para que os alemães liquidassem os revolucionários do Soviete de Petrogrado.³⁰⁶

Essa ponderação se faz necessária para compreender a precária condição de existência dos sovietes. Mal acabaram de lutar na Revolução de Fevereiro, já enfrentavam feroz contrarrevolução por parte dos reacionários no poder, além de todos os graves problemas vividos pelo povo russo, como guerra e fome, que impunham dificuldades objetivas para a realização da revolução. Nesse contexto, a realização de eleições para escolher os membros dos conselhos parece ser um elemento bastante secundário no cenário insurrecional russo. Não é possível dizer que essa operação consistia em representação política pura e simples. Os membros do conselho não ocupavam cargos em uma instância distinta: o soviete é o conjunto

³⁰⁴ Atualmente integra o Uzbequistão, mas em 1917 era parte da Rússia.

³⁰⁵ SERGE, Victor. *Year One of the Russian Revolution*. Trad. Peter Sedgwick. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 53.

³⁰⁶ REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. Trad. José Octávio. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. *E-book*, p. 44-45.

total dos seus membros, não apenas os eleitos; por necessidades imediatas, escolhiam-se pessoas para participar de reuniões em instâncias regionais e nacionais, assim como para lidar, contingencialmente, com as questões que se colocavam para resolução. A representação liberal vivida nas repúblicas burguesas da época era bastante distinta da realidade dos soviets, consistindo em um processo de deslocamento do poder para um Parlamento (ou similar), com mandatos fixos e independentes.³⁰⁷

Sobre isso, Pannekoek afirma que as atividades dos conselhos são “colocadas em ação pelos trabalhadores como órgãos de colaboração, eram guiadas pelo estudo constante e pela atenção estrita às circunstâncias e necessidades, cobrindo todo o campo social”.³⁰⁸ Os soviets viviam em uma dinâmica aberta e potente, na qual cada medida adotada era balizada na deliberação, discussão e ação dos trabalhadores, em uma relação de constante correspondência entre o que era decidido e o que era feito efetivamente. Isso porque a atividade do soviete está imersa na imanência da experiência dos trabalhadores, influenciando diretamente a vida dos sujeitos envolvidos nessa empreitada revolucionária.³⁰⁹ Era, portanto, um experimento radicalmente democrático no qual decisões burocráticas e formais nada significavam se não eram postas em prática pela própria população afetada, pois os soviets, enquanto estruturas isoladas, não tinham legitimidade nem condições para demandarem o cumprimento das ordens.³¹⁰ Outra evidência do caráter democrático dos soviets são os critérios mínimos de participação, bastando que fossem russos (ainda persistindo a problemática questão da nacionalidade) e trabalhadores que não tirassem seu sustento da exploração alheia.³¹¹ Antônio Negri resume bem essa dimensão democrática dos soviets:

³⁰⁷ A questão da representação política foi amplamente discutida no primeiro capítulo, razão pela qual não se faz aqui uma análise detida sobre o tema. Pelos elementos apresentados oportunamente, é possível perceber as evidentes distinções entre aquela forma de representação e o que ocorreu nesses soviets.

³⁰⁸ PANNEKOEK, Anton. *Worker's Council*. Oakland: AK Press, 2003, p. 48.

³⁰⁹ PANNEKOEK, Anton. *Worker's Council*. Oakland: AK Press, 2003, p. 48.

³¹⁰ REED, John. *Soviets in action*. Out. 1918. *Marxist Internet Archive*. 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/reed/1918/soviets.htm>. Acesso em: 11 jul. 2021.

³¹¹ “O direito era restrito aos: cidadãos da República Socialista da Rússia, de ambos sexos, que tivessem completado 18 anos no dia da eleição; todos que tivessem adquirido os meios de subsistência por meio de trabalho produtivo e útil para a sociedade e aqueles que fossem membros de sindicatos. Estavam excluídos do direito de votar: os empregadores de trabalhos com fins lucrativos; pessoas que viviam com ganhos imerecidos; mercadores e agentes de negócios privados; empregadores de comunidades religiosas; antigos membros da polícia e gendarmarie; a antiga dinastia governante”. Tradução nossa. No original: “*It restricted the franchise to: citizens of the Russian Socialist Republic of both sexes who shall have completed their eighteenth year by the day of election; all who have acquired the means of living through labour that is productive and useful to society and who are members of labour unions. Excluded from the right to vote were: employers of labour for profit; persons who lived on unearned increment; merchants and agents of private business; employers of religious communities; former members of the police and gendarmarie; the former ruling dynasty*”. (REED, John. *Soviets in action*. Out. 1918. *Marxist Internet Archive*. 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/reed/1918/soviets.htm>. Acesso em: 11 jul. 2021).

Os soviets são, portanto, uma figura originária de “democracia operária”, apresentando-se, imediatamente, como expressão da emancipação econômica e da liberdade política dos trabalhadores em luta. São portadores de uma democracia “de base” capaz de se generalizar por toda a estrutura industrial da Rússia. Ao longo do processo revolucionário russo a figura e a tarefa do soviete se transformaram. Antes de tudo, ele se generaliza como instrumento democrático de base e se espalha da fábrica para os soviets de soldados, dos camponeses e dos artistas etc. Em segundo lugar, ele se expressa como contrapoder político indicando ao mesmo tempo uma via constitucional específica: a do federalismo das instâncias de base, da organização de uma democracia fundada em conselhos de trabalhadores bem organizados e espalhados na produção. Observe-se que essa já era a organização adotada pela comuna de Paris quando um comitê central procurou organizar vários conselhos operários cidadãos da metrópole parisiense em luta.³¹²

É reveladora a comparação de Negri entre os soviets e a Comuna de Paris, demonstrando como essa tradição libertária e radical da insurreição se fez presente na Revolução Russa, por mais que tenha amainado posteriormente. Tariq Ali faz coro, afirmando que “alguns historiadores observaram que, durante o primeiro ano da Revolução, parecia que a Comuna de Paris estava sendo repetida”.³¹³ A percepção de que uma experiência como a Comuna de Paris, com seus setenta e dois dias de duração, foi reinterpretada e colocada novamente em prática na Rússia, levando a cabo uma das maiores revoluções da história, demonstra como a potência dos movimentos de revolta podem gerar frutos imprevisíveis e gigantescos, realizando feitos que excedem em muito qualquer tentativa de controlar e disciplinar a força da multidão.

Para que essa realidade fosse possível, era necessário que tudo mudasse. Rudolph Rocker afirma que, para o movimento revolucionário,

[...] são necessárias condições inteiramente diferentes se ele quiser alcançar seus objetivos. Pensamento independente, apreensão crítica das coisas, necessidade pessoal de liberdade e atividade criadora são as condições prévias mais importantes de sua vitória final.³¹⁴

As formas de vida desenvolvidas na área de influência dos soviets são conquistas imediatas dos sujeitos envolvidos, produzindo permanentemente as condições de suas vidas e tomando o controle dos elementos fundamentais da sobrevivência – à época, o trabalho e a autonomia política. Negri defende que a radicalidade dos conselhos está ligada à capacidade de criar o social, tomando para si aspectos econômicos e políticos ao mesmo tempo. Esta é, segundo o autor, “a mais alta prova da potência, da modernidade do soviete”, um novo conceito

³¹² NEGRI, Antonio. Soviete: Dentro e além do século breve. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 52.

³¹³ ALI, Tariq. As mulheres de outubro. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 84.

³¹⁴ ROCKER, Rudolph. *Os soviets traídos pelos bolcheviques*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007, p. 133.

de poder constituinte.³¹⁵ Os soviets, dessa forma, assumem a capacidade não apenas de organização para a revolução, mas de elemento constituinte das novas formas de vida, fundadas na autonomia da multidão.

Essa nova vida que tomava forma na Rússia em 1917 pode ser percebida em quase todas as esferas. Não só os trabalhadores de fábricas se organizavam politicamente, cocheiros e garçons das grandes cidades se mobilizavam pela revolução; os soldados se insurgiam contra os oficiais, recusando-se a permanecer em uma guerra imperialista que nunca havia feito sentido; o conhecimento e o saber foram disseminados como nunca por toda a Rússia, jornais e periódicos proliferavam; comícios, debates, centros de discussões, tudo isso se tornou abundante, “durante vários meses, em Petrogrado e em toda a Rússia, cada esquina era uma tribuna pública”, afirma John Reed.³¹⁶

Alguns casos narrados por Reed ilustram esse cenário de efervescência e liberdade. O primeiro é o dos trabalhadores de Obukhiv, cidade que atualmente faz parte da Ucrânia. Um dos membros do conselho local, o anarquista Petrovsky, foi comunicado de que a fábrica que produzia torpedos para a Marinha teria que fechar, deixando quatrocentos homens desempregados, uma vez que alguns tubos necessários para a produção estavam em falta. O operário, então, foi até a fábrica de tubos, conversou diretamente com os trabalhadores que controlavam essa fábrica e descobriu que havia um carregamento de tubos que não eram imediatamente necessários destinado a outro local. Rapidamente, pela solidariedade dos trabalhadores, os tubos foram enviados a Obukhiv e a fábrica não foi fechada. Outro exemplo ocorreu em Novgorod, quando o proprietário de uma fábrica de tecidos decidiu encerrar as atividades e deixou a cidade, devido às convulsões sociais causadas pela Revolução. No dia seguinte, os trabalhadores reabriram e assumiram a fábrica.³¹⁷ São situações que demandam a ação concreta e autônoma das coletividades, praticamente impossíveis de serem solucionadas com justiça caso a esfera decisória fosse terceirizada a um órgão político especializado.

Por relatos como os de John Reed, é possível perceber que a revolução, entre março e novembro (no calendário gregoriano), era vívida e potente. Enquanto não se consolidou nenhum poder central definido, os soviets e as iniciativas populares eram múltiplas, realizando diversos

³¹⁵ NEGRI, Antonio. *Soviete: Dentro e além do século breve*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 53

³¹⁶ REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. Trad. José Octávio. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. *E-book*, p. 34-35.

³¹⁷ Esses relatos estão no artigo: REED, John. *Soviets in action*. Out. 1918. *Marxist Internet Archive*. 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/reed/1918/soviets.htm>. Acesso em: 11 jul. 2021.

atos insurrecionais.³¹⁸ Por aparente ironia, quando os bolcheviques efetivamente tomaram o poder, isto é, quando sua ideia de revolução foi concluída, o conteúdo revolucionário do movimento passou a ser esvaziado. Como é notório, logo nos primeiros anos após a Revolução, o Estado que emergiu nada tinha de similar a um processo de revolução permanente, carregando em si elementos que buscavam destruir: a separação entre poder e povo, o autoritarismo e a burocracia alienante.³¹⁹ China Miéville analisa esse caráter efêmero, mas potente, da revolução, destacando as vitórias reais do movimento:

Outubro traz, por um instante, um novo tipo de poder. De forma fugaz, há uma guinada para o controle dos trabalhadores sobre a produção e os direitos dos camponeses à terra. Igualdade de direitos para homens e mulheres no trabalho e no casamento, direito ao divórcio, apoio à maternidade. A descriminalização da homossexualidade, cem anos atrás. Movimentos pela autodeterminação nacional. Educação gratuita e universal, expansão da alfabetização. E com a alfabetização vem uma explosão cultural, uma sede de aprender, o desenvolvimento de universidades, de séries de palestras e de escolas para adultos. Uma mudança na alma. E ainda que esses momentos não tenham demorado a ser extintos, revertidos, transformados em tristes piadas e lembranças, poderia ter sido de outra forma. Poderia ter sido diferente, pois esses foram apenas os primeiros passos.³²⁰

É possível perceber como diversas narrativas, mesmo as descritivas do momento, como a de Victor Serge e John Reed, encaram o movimento russo desde a perspectiva dos bolcheviques, do grupo organizado mais destacado.³²¹ Citam, quando muito, apenas lateralmente o papel dos soviets, sempre vinculando-os às ações de revolucionários individuais, como se fossem as orientações dos bolcheviques que tivessem elevado os soviets ao papel revolucionário. Mas nessas mesmas narrativas pode-se vislumbrar o texto subentendido: a multidão de operários, soldados e camponeses russos era grande e diversa demais para se deixar levar tão radicalmente por alguns sujeitos específicos. A potência surgia na imanência da vida dessa multidão, motivada por suas próprias necessidades, ambições e desejos. Se assim não fosse, não seria necessária a tentativa de negociação, feita pelo governo bolchevique em relação aos soviets, que culminou na constatação de que, não sendo possível controlá-los, seria preciso destituir sua capacidade de ação paulatinamente.³²²

³¹⁸ SERGE, Victor. *Year One of the Russian Revolution*. Trad. Peter Sedgwick. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 94.

³¹⁹ ROCKER, Rudolph. *Os soviets traídos pelos bolcheviques*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007, p. 29.

³²⁰ MIÉVILLE, China. Depois de outubro. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 200.

³²¹ O livro de Victor Serge, *Year one of the Russian Revolution*, utilizado nesta seção, é um exemplo disso. Apesar de analisar aspectos dos soviets, a linha narrativa desenvolvida é totalmente centrada no papel dos bolcheviques.

³²² Rocker afirma que “quem não está cegamente de acordo com os *diktats* e as idéias dos homens no poder em Moscou e de seus pequenos seguidores no estrangeiro, vê-se irremediavelmente etiquetado como “contra-revolucionário” e estigmatizado como traidor do movimento operário. Toda a polêmica dessas pessoas visa, por

A rememoração dos soviéticos é importante na construção de uma narrativa que enxergue a potência das experiências radicais e democráticas ao longo da história, trazendo para o centro do debate perspectivas que são, muitas vezes, apagadas da memória coletiva, em uma operação que Marcelo Tarì chama de *damnatio memoriae*, em analogia à prática romana de eliminar todos os traços de existência de uma pessoa que era considerada traidora ou hostil ao sistema dominante.³²³ Perceber que essas formas de vida efetivamente existiram e prosperaram pode contribuir para a construção das insurreições do presente, como Negri nota ao projetar a memória do soviético nas ocupações das praças e nos movimentos de ocupação das cidades a partir de 2011.³²⁴ Assim como a Comuna da Paris, os soviéticos são exemplos concretos de fissuras potentes, momentos de abertura e força criadora capaz de forjar um mundo novo; servem de inspiração, assim, para que os movimentos do presente apostem em formas radicais da revolta política, econômica e social.

2.4 Revolução espanhola: o poder anarquista

A Revolução Espanhola (ou Guerra Civil Espanhola), ocorrida entre 1936 e 1939, fornece elementos para vastas análises sobre poder, anarquia, organização revolucionária e outros pontos debatidos neste trabalho. Se, por um lado, os soviéticos foram traídos logo no início da Revolução Russa e os bolcheviques tiveram sucesso em sua total descaracterização, as experiências potentes da Espanha – como as coletivizações camponesas, as guerrilhas anarquistas e as experiências de autogestão em Barcelona – existiram e resistiram por todo o período revolucionário, embora em constante conflito com seus “aliados” republicanos e comunistas, sofrendo represálias e contenções.

Assim como nos casos da Comuna de Paris e dos soviéticos russos, é muito importante analisar as movimentações anteriores ao levante que desencadeou a sangrenta guerra civil no país ibérico. Como Hans Magnus Enzensberger demonstra no livro *O curto verão da anarquia* (1970), as ideias anarquistas de Mikhail Bakunin foram difundidas na Espanha ainda no século

assim dizer, ao envenenamento moral dos poços”. (ROCKER, Rudolph. *Os soviéticos traídos pelos bolcheviques*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007, p. 29).

³²³ TARÌ, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia, Itália 1970*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 75.

NEGRI, Antonio. Soviético: Dentro e além do século breve. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 57. Negri se refere a movimentos como o *Occupy Wall Street*, ocorrido em Nova Iorque em 2011 e o da Praça Tahrir, no Cairo, também em 2011. Nesses movimentos, elementos como horizontalidade, autogestão, formas democráticas de decisão e enfrentamento radical ao sistema econômico e político reforçam certa semelhança com os soviéticos.

XIX, tendo grande adesão dos proletários e militantes.³²⁵ Mais de sessenta anos antes da eclosão da revolução, os camponeses e trabalhadores espanhóis começaram a ter contato com uma teoria revolucionária extremamente radical, que enraizou ideias nas pequenas vilas e, posteriormente, no movimento operário espanhol.

Exemplo disso pode ser visto em diversas vilas andaluzas, antes da década de 1930, que se revoltaram contra a opressão e os desmandos das elites agrárias e da *Guardia Civil*, “seguindo à risca, sem sabê-lo, os ensinamentos de Bakunin”.³²⁶ Nessas sublevações, os camponeses realizavam atos que podem ser considerados, do ponto de vista atual, muito sofisticados, como a abolição do dinheiro e a exploração comum da terra, executando e prendendo militares, padres e burocratas. Enzensberger ainda narra uma curiosa figura, os “apóstolos das ideias”, homens que percorriam o sul da Espanha a pé ou em mulas, como *messias ibéricos*, sendo muito bem recebido nas casas dos trabalhadores. A função desses homens era promover a circulação do pensamento revolucionário, auxiliando, ainda, na formação e no letramento dos trabalhadores. Como afirma Enzensberger:

Desta forma, um verdadeiro processo de aprendizagem de massa pôe-se em andamento. Por toda parte começaram a ser vistos trabalhadores e camponeses que já conseguiam ler, e entre os analfabetos havia muitos que sabiam de cor artigos inteiros de jornais e panfletos do movimento. Em cada aldeia havia pelo menos um ‘ilustrado’, um ‘trabalhador consciente’.³²⁷

O contexto da Espanha até a década de 1930 é bastante peculiar e ajuda a explicar as origens e razões da guerra civil. O país era essencialmente agrário, dominado por uma elite aristocrática que se apoiava nas forças armadas e no clero. A Espanha não passou por mudanças significativas inspiradas nas revoluções e reformas liberais que varreram a Europa nos séculos XVIII e XIX, permanecendo, em grande medida, com estruturas quase feudais.³²⁸ Justamente por manter aspectos do feudalismo, o interior agrário do país ainda usufruía de terras comunais e uso mais ou menos livre do solo pelos camponeses;³²⁹ aspecto similar, cabe notar, ao da Rússia antes da Revolução de 1917, como destacado na seção 3 deste capítulo.

³²⁵ Em 1868, o italiano Giuseppe Fannelli, discípulo de Bakunin, andou pela Espanha divulgando as ideias do militante anarquista. (ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 31).

³²⁶ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 31

³²⁷ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 34.

³²⁸ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 32.

³²⁹ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 32.

Nesse sentido, o avanço dos interesses financeiros internacionais no início do século XX levou a um precário processo de modernização e industrialização do país. A grande repercussão disso para os camponeses foi justamente o confisco das terras comunais, a privação do uso do solo e a abolição de práticas centenárias que mantinham as condições mínimas de vida para milhões de espanhóis. Segundo Enzensberger, “na Espanha, a palavra liberalismo não significou outra coisa senão o aniquilamento da antiga propriedade comunal, sua ‘livre’ venda, o confisco de bens dos camponeses e a constituição de uma economia de latifúndios”.³³⁰ Não obstante, nas grandes cidades, em especial Barcelona, centro industrial espanhol, os trabalhadores viviam em terríveis condições, recebendo salários irrisórios e sem qualquer legislação social que os amparasse.³³¹ São múltiplos, é certo, os motivos e condições que fomentaram o movimento de 1936, mas infelizmente não é possível adentrar profundamente nesses fatores, sendo necessário concentrar esforços na análise dos anarquistas espanhóis e de seus feitos durante a revolução.

Um dos traços mais importantes da guerra civil na Espanha foi a existência de dois grupos ideológicos com distinções claras, mas com força e organização junto aos trabalhadores: os socialistas e os anarquistas. Em 1889, foi criada a *Unión General de Trabajadores* (UGT), central sindical de maioria socialista, controlada pelo Partido Socialista Espanhol (PSOE) e, em 1910, fundou-se a entidade anarco-sindicalista *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), em Barcelona.³³² Essas duas forças serão as mais atuantes antes e durante o movimento de 1936, juntamente com os republicanos (parte da burguesia liberal) e, ainda, os comunistas, que, embora minoritários durante a revolução, foram importantes em razão do papel da União Soviética no conflito.

Em 1936, a coligação Frente Popular, composta pelo PSOE, pelo Partido Comunista da Espanha (PCE) e por outras forças republicanas e liberais, vence as eleições gerais espanholas – note-se, contudo, que os anarquistas não ingressaram formalmente na Frente. A plataforma da Frente Popular envolvia tímidos acenos a reformas sociais, assim como a abertura política com a anistia de presos políticos.³³³ Mas a direita, que governou o país até 1935, não aceitou o resultado das eleições e a coalizão nacionalista (representantes das elites, militares e os

³³⁰ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 32-33.

³³¹ SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 39.

³³² SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 31-37.

³³³ SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 84 e 85.

Falangistas de Francisco Franco) iniciou as articulações para um golpe de Estado no dia seguinte ao pleito.

Conforme esclarece Glauco Bruce Rodrigues, “a causa fundamental da Guerra Civil foi a resistência completa das classes hegemônicas espanholas a qualquer tentativa de transformação das estruturas de dominação”.³³⁴ Em uma sociedade profundamente desigual, marcada por abismos sociais, políticos e econômicos que dividiam uma pequena elite e a grande massa de camponeses e operários, havia uma tensão latente entre as forças revolucionárias. Nesse contexto, a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) e seu braço voltado à ação direta, *Federación Anarquista Ibérica* (FAI), mantiveram-se na mobilização e na organização dos espanhóis. Apesar de não terem boicotado as eleições de 1936 como fizeram em 1933, tinham uma visão desapaixonada do processo eleitoral, sabendo que mesmo que a Frente Popular ganhasse, as pessoas precisariam tomar as ruas para efetivar mudanças profundas na sociedade espanhola.³³⁵

Esse é o contexto, bastante resumido, do clima do país logo antes da eclosão da guerra civil. Contudo, neste momento, é necessário recuar para compreender melhor o que eram a CNT e a FAI, assim como o funcionamento da área de ação anarquista na Espanha. Como já explicitado, tanto a CNT quanto a FAI eram grupos de orientação anarquista, especialmente embasada nas teorias de Bakunin. Infelizmente, não é possível adentrar na riquíssima construção teórica de grandes autores anarquistas como Bakunin, Kropotkin e Malatesta, muito embora esses escritos sejam de extrema importância para pensar a revolução em perspectivas ainda pouco debatidas na atualidade. É tema para futuras pesquisas. Contudo, Enzensberger faz uma boa síntese do pensamento anarquista que os espanhóis partilhavam:

Os anarquistas nunca se consideraram um partido político: entre seus princípios inclui-se não participar de eleições parlamentar e não aceitar cargos administrativos. Eles não querem apoderar-se do Estado, e sim aboli-lo. Mesmo em suas próprias ligas, os anarquistas combatem a concentração de poder no cume da organização, ou seja, na central sindical. Suas federações são orientadas pelas bases: cada grupo local goza de uma ampla autonomia, e, pelo menos na teoria, a base não é obrigada a curvar-se a decisões do comando. Isso depende, naturalmente, das condições concretas de como esses princípios são efetivados na prática.³³⁶

³³⁴ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021.

³³⁵ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 112.

³³⁶ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 36.

A CNT contava, em 1936, com um número de filiados entre quinhentos mil e um milhão, a depender da fonte consultada.³³⁷ Mas sua atuação é bem anterior, sendo esta uma organização bastante ativa desde sua fundação, em 1910, seja na realização de greves, seja em ações diretas de fito revolucionário. Entre as décadas de 1910 e 1920, a CNT organizou diversas greves gerais, boicotes, confrontos armados e outras táticas de combate para garantir condições melhores para os trabalhadores, chegando a conquistar as famosas oito horas diárias de trabalho para os operários de Barcelona.³³⁸ Seus objetivos nunca eram os de simplesmente negociar com os patrões, mas sim impor-lhes derrotas para que eles tivessem que implementar o que quer que estivesse sendo pedido. Exatamente por isso, os governantes, aliados aos burgueses e militares, reprimiram duramente os membros da CNT, em uma onda de prisões e execuções sangrentas.³³⁹

O movimento anarquista estava arraigado nos trabalhadores espanhóis. Nas ações encabeçadas pela CNT, os trabalhadores recusavam-se a ser mero instrumento de conciliação de classes, rejeitando acordos trabalhistas e lutas pontuais por melhorias de salário. Estavam voltados para a revolução e para a abolição da exploração do trabalho, utilizando-se da greve e da guerrilha para atingir seus fins.³⁴⁰ Dessa forma, percebe-se que a luta dos anarquistas era unitária, entendendo que pequenas conquistas e melhorias sociais não poderiam estar dissociadas da ruptura com as condições de reprodução do capitalismo. Essa noção acerca da luta contribuiu para que os anarquistas permanecessem fora do sistema partidário e da dinâmica do sindicalismo clássico, uma vez que não acreditavam nas promessas da democracia burguesa ou nos supostos avanços que o liberalismo e a evolução tecnológica poderiam trazer.

Outro aspecto importante é a forma de organização da CNT. A *Confederación* não tinha praticamente nenhum aparato burocrático próprio, contando apenas com a militância orgânica de seus membros; além disso, não recebia quase nenhuma contribuição financeira, não tendo quaisquer funcionários remunerados. Os líderes da CNT tampouco recebiam salários pela organização, vivendo do que ganhavam em seus trabalhos ou de doações dos outros membros. Isso foi fundamental para que não se formasse uma elite burocrática sindical e, como afirma Enzensberger, “por isso a CNT jamais produziu dirigentes trabalhistas isolados das massas,

³³⁷ Enzensberger afirma que a CNT ultrapassava um milhão de filiados em 1936, enquanto Francisco Salvado estima em 550 mil integrantes. (ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 36; SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 87).

³³⁸ SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 43-44.

³³⁹ SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 45-46.

³⁴⁰ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 36 e 37.

com todas as deformações tradicionais e inevitáveis da burocracia de pelegos”.³⁴¹ A *práxis* do movimento era orientada pelas condições dos trabalhadores, estando imersa e se confundindo com a base que a compunha, em um processo que prescindia da alienação característica das organizações revolucionárias mais comuns da época. Além disso, cabe ressaltar que, para os anarquistas, todos os setores da sociedade poderiam ingressar nas fileiras do movimento, contrapondo-se à visão de que seriam apenas os proletários os sujeitos revolucionários. Até mesmo intelectuais e pequenos burgueses poderiam ser bem recebidos, desde que renunciassem a seus privilégios e tivessem o genuíno propósito de lutar ao lado dos demais, apesar de reconhecerem a importância das relações entre vida/trabalho/economia.³⁴²

Para garantir a operacionalização de práticas fundamentais na sustentação do movimento, fundou-se a *Federación Anarquista Ibérica* (FAI), responsável por práticas como o fornecimento de armas e dinheiro (por vezes provenientes de roubos), ações diretas violentas e libertação de detentos.³⁴³ Era uma entidade sem grandes formalismos, existindo no limiar da legalidade, uma vez que operava quase sempre na clandestinidade, funcionando como “um movimento de massas espontâneo dirigido por um grupo sólido de revolucionários profissionais atuando na clandestinidade”.³⁴⁴ Por “dirigido”, contudo, não se entenda uma hierarquia consolidada e investida de autoridade, pois era comum que alguns sujeitos se dedicassem mais ao movimento, cabendo a eles a execução dessas tarefas. É claro que essa forma de organização, pouco estruturada formalmente, que dificultava até mesmo a afirmação precisa de quem eram seus membros, gerava também problemas, a exemplo da imputação de crimes, por parte das autoridades, que não tinham qualquer relação com a FAI, além de problemas de planejamento e de eficiência nas suas ações.³⁴⁵

Um exemplo de como as ações eram realizadas pode ser visto no relato de Gastón Leval, que narra como marinheiros e estivadores, membros da CNT, haviam fundado e mantido uma escola comunitária na cidade de La Coruña. O dinheiro para a escola foi obtido com o assalto à mão armada de uma casa de câmbio por Buenaventura Durruti, figura excepcional que será

³⁴¹ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 36 e 37.

³⁴² ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 101.

³⁴³ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 38.

³⁴⁴ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 38.

³⁴⁵ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 39.

um dos líderes da Revolução, morrendo por ela.³⁴⁶ Aliás, a prática de abrir escolas e centros culturais era comum, uma forma garantir escolaridade para os trabalhadores e, é claro, ampliar o alcance das ideias anarquistas.³⁴⁷ Para isso, também contribuiu o jornal do movimento, o *Solidaridad Obrera*, de importante circulação principalmente em Barcelona.

Um fato curioso ligado ao jornal também ajuda a ilustrar o método irreverente e pouco ortodoxo de ação dos anarquistas. Já sob o governo republicano, a gráfica do jornal foi fechada em um ato de censura e o Governo colocou a leilão o maquinário. Durante o leilão, Durruti e os anarquistas deram a oferta de vinte pesetas para arrematar todo o conjunto de máquinas, que era um valor irrisório. Contudo, cada vez que alguém dava lances maiores, os anarquistas os ameaçavam silenciosamente com um revólver nas costas; invariavelmente, todos recuavam da proposta. Os anarquistas recuperaram o maquinário formalmente, com chancela do leiloeiro, por um valor extremamente baixo.³⁴⁸ É uma forma de ação que em muito lembra as *situações* dos situacionistas.

O caráter descentralizado da CNT, que era uma federação bastante capilarizada, também foi fundamental para que se formasse uma cultura revolucionária autônoma, avessa ao centralismo autoritário; como afirma Arthur Lehning, “a CNT possuía uma estrutura federativa: cada província tinha seu comitê regional, que por sua vez defendia uma linha própria. Dessa forma, as decisões nem sempre eram unânimes”.³⁴⁹ Essa característica permitia que determinado comitê regional da CNT fizesse um levante mesmo que as outras regiões não concordassem, o que de fato ocorreu em algumas ocasiões antes da eclosão da grande revolução de 1936.

Nesse sentido, Augustín Guillamón, importante estudioso da Revolução Espanhola de 1936, explora, em seu livro *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona*, como os *Comités de Defensa* despontam como elemento central na difusão e organização do pensamento libertário na Espanha. Os *Comités de Defensa* surgem na década de 1930, sendo reformulados em 1934, após os militantes da CNT perceberem a necessidade de planejar e estruturar uma máquina revolucionária, rompendo com uma tradição de espontaneísmo e completa

³⁴⁶ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 49.

³⁴⁷ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 48.

³⁴⁸ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 100.

³⁴⁹ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 107.

desvinculação entre as iniciativas regionais.³⁵⁰ Eram células revolucionárias compostas por seis militantes anarquistas mais ativos, abrangendo pequenas unidades territoriais, geralmente uma subdivisão dentro dos bairros. Esses comitês tinham funções como mapear os inimigos em suas áreas; coletar informações e manter relações com os moradores; investigar pontos estratégicos e elaborar planos para o levante futuro.³⁵¹ Eram, em síntese, pequenas unidades de milícia clandestina que se ligavam a comitês municipais, regionais e, por fim, ao comitê nacional, criando uma rede de informação e atividade nas principais cidades de influência da CNT, em povoados e no interior rural.

As atividades desses comitês eram bastante imbricadas com os sindicatos, atuando tanto no fornecimento de armamento e treinamento dos trabalhadores nas habilidades de combate quanto na “intendência”, isto é, na gestão e repasse de alimentos, víveres, criação de hospitais, escolas, entre outros aspectos essenciais à vida dos trabalhadores.³⁵² Percebe-se, portanto, uma construção ativa das condições para a revolução, uma vez que a CNT e os anarquistas compreendiam que apenas uma guerra civil e não a tomada jacobina do Estado possibilitaria a libertação a que tanto ansiavam.³⁵³ Essa forma de encarar a ação radical rompe com a lógica de esperar as condições objetivas para uma revolução e, ao contrário, aposta na transformação concreta da realidade desde já, efetivando um modo de organização da vida social que se antecipe ao evento insurrecional. Guillamón explicita como a organização revolucionária dos anarquistas se confundia com os demais aspectos da vida:

La CNT no era sólo el sindicato. En casi todos los barrios barceloneses existía el comité de barrio, que abarcaba toda la vida social, cultural y familiar del trabajador, creando un espacio de lucha y solidaridad muy bien definido y conocido, que permitía

³⁵⁰ GUILLAMÓN, Agustín. *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)*: de los cuadros de defensa a los Comités revolucionarios de barriada, las Patrullas de control y las Milicias populares. 5. ed. Barcelona: Editorial Descontrol, licencia Creative Commons, 2018. Disponível em; <https://www.portaloaca.com/historia/ii-republica-y-guerra-civil/13526-libro-los-comites-de-defensa-de-la-cnt-en-barcelona-1933-1938.html>. Acesso em: 10 jul. 2021, p.7-8.

³⁵¹ GUILLAMÓN, Agustín. *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)*: de los cuadros de defensa a los Comités revolucionarios de barriada, las Patrullas de control y las Milicias populares. 5. ed. Barcelona: Editorial Descontrol, licencia Creative Commons, 2018. Disponível em; <https://www.portaloaca.com/historia/ii-republica-y-guerra-civil/13526-libro-los-comites-de-defensa-de-la-cnt-en-barcelona-1933-1938.html>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 9.

³⁵² GUILLAMÓN, Agustín. *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)*: de los cuadros de defensa a los Comités revolucionarios de barriada, las Patrullas de control y las Milicias populares. 5. ed. Barcelona: Editorial Descontrol, licencia Creative Commons, 2018. Disponível em; <https://www.portaloaca.com/historia/ii-republica-y-guerra-civil/13526-libro-los-comites-de-defensa-de-la-cnt-en-barcelona-1933-1938.html>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 11.

³⁵³ GUILLAMÓN, Agustín. *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)*: de los cuadros de defensa a los Comités revolucionarios de barriada, las Patrullas de control y las Milicias populares. 5. ed. Barcelona: Editorial Descontrol, licencia Creative Commons, 2018. Disponível em; <https://www.portaloaca.com/historia/ii-republica-y-guerra-civil/13526-libro-los-comites-de-defensa-de-la-cnt-en-barcelona-1933-1938.html>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 12.

una relación natural con vecinos, amigos y compañeros, facilitando la formación ideológica, la información y las plataformas reivindicativas.³⁵⁴

O espaço de ação anarquista/libertário na Espanha dos anos 1930 era bastante diverso, sendo os *Comités de Defensa* apenas uma das formas de organização desenvolvida no período. Outras células de ação eram os *grupos de afinidad*, ligados à FAI, que tinham um caráter mais aberto, transitório e autônomo que os *Comités de Defensa*, não conformando uma estrutura definida, mas uma união de esforços dos militantes na consecução de determinadas tarefas que poderiam abarcar desde atividades culturais ao armamento dos revolucionários.³⁵⁵ Como é característico dos movimentos descentralizados e autônomos, o cenário dos anarquistas espanhóis era bastante heterogêneo, existindo ramificações dentro da CNT, conflitos de ideias entre a CNT e a FAI, além de embates e discordâncias que afloravam nos momentos de ação.³⁵⁶ Contudo, quando eclodiu a Revolução de julho de 1936, todos os grupos e vertentes libertárias se uniram no combate aos fascistas e na tentativa de fazer emergir um mundo novo.

Com essas breves explanações sobre o movimento anarquista na Espanha na década de 1930, é possível analisar os aspectos mais relevantes da Revolução de 1936 e de suas vivências potentes, que se conectam às propostas deste trabalho. Como dito anteriormente, quando a esquerda venceu as eleições gerais de 1936, as forças reacionárias começaram a planejar o golpe de Estado. Generais como José Sanjurjo, Emilio Mola e Francisco Franco lideravam os militares em aliança com católicos, conservadores, monarquistas e outros elementos da direita espanhola, iniciando um levante contra o Governo Republicano eleito.³⁵⁷ O país já estava profundamente convulsionado, com greves e rebeliões que agravavam a inabilidade do governo de Manuel Azaña Díaz em promover ações de pacificação social. Além disso, os anarquistas –

³⁵⁴ GUILLAMÓN, Agustín. *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938): de los cuadros de defensa a los Comités revolucionarios de barriada, las Patrullas de control y las Milicias populares*. 5. ed. Barcelona: Editorial Descontrol, licencia Creative Commons, 2018. Disponível em; <https://www.portaloaca.com/historia/ii-republica-y-guerra-civil/13526-libro-los-comites-de-defensa-de-la-cnt-en-barcelona-1933-1938.html>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 15.

³⁵⁵ GUILLAMÓN, Agustín. *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938): de los cuadros de defensa a los Comités revolucionarios de barriada, las Patrullas de control y las Milicias populares*. 5. ed. Barcelona: Editorial Descontrol, licencia Creative Commons, 2018. Disponível em; <https://www.portaloaca.com/historia/ii-republica-y-guerra-civil/13526-libro-los-comites-de-defensa-de-la-cnt-en-barcelona-1933-1938.html>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 16.

³⁵⁶ Guillamón cita, por exemplo, os posicionamentos destoantes dos grupos que participaram do Pleno de Grupos Anarquistas de Barcelona de 1936, que objetivava discutir o papel dos anarquistas nos acontecimentos que se desdobravam. (GUILLAMÓN, Agustín. *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938): de los cuadros de defensa a los Comités revolucionarios de barriada, las Patrullas de control y las Milicias populares*. 5. ed. Barcelona: Editorial Descontrol, licencia Creative Commons, 2018. Disponível em; <https://www.portaloaca.com/historia/ii-republica-y-guerra-civil/13526-libro-los-comites-de-defensa-de-la-cnt-en-barcelona-1933-1938.html>. Acesso em: 10 jul., p. 21-23).

³⁵⁷ SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 135-137.

maioria nos movimentos de trabalhadores – não estavam satisfeitos com o governo republicano, como resume Francisco Ascaso, importante militante anarquista, em discurso em março de 1936: “se dermos carta branca à burguesia, de nada adiantará nossa vitória, pois então os partidos de esquerda também terão de fazer uma política de direita”.³⁵⁸ É nesse cenário que, em 17 de julho de 1936, o Exército Nacional inicia seu golpe de Estado, ocupando militarmente diversas regiões da Espanha e declarando o fim do governo de Azaña.

Em Barcelona, centro nevrálgico para o movimento anarquista e maior polo econômico do país, os revolucionários estavam prontos. No dia 18 de julho, concretizavam-se os resultados da longa preparação que remontava ao início da década, mas que fora potencializada pela acertada análise dos anarquistas de que, após a vitória eleitoral da esquerda, era uma questão de tempo até as forças reacionárias golpearem o governo republicano. Os *Comités de Defensa*, espalhados por toda a cidade, fizeram seu trabalho, mapeando as guarnições do exército, os pontos estratégicos da cidade, o fornecimento de energia elétrica, as principais vias de acesso e saída, entre outros elementos estrategicamente importantes para a vitória contra os reacionários.³⁵⁹ Finalmente, quando os anarquistas e os trabalhadores atacaram, eles conquistaram Barcelona e evitaram a efetivação do golpe militar na cidade. Iniciativas como essas foram coordenadas em grande parte do território espanhol, sendo bem-sucedidas em diversas localidades (como Madri, Valência e Vitória, grandes cidades da província de Aragão e da Andaluzia). Contudo, porção significativa da Espanha tinha sido dominada pelos “nacionalistas”,³⁶⁰ como ocorreu na Galícia, em Navarra e em Leão, bastiões conservadores e católicos que aderiram aos golpistas com certa alegria.³⁶¹ Os anarquistas, portanto, conseguiram evitar o sucesso total dos militares reacionários, ao mesmo tempo em que estabeleciam áreas de ação para finalmente darem vazão aos seus pleitos e anseios históricos. Mas o país, como se vê, estava brutalmente dividido, sem que nenhum dos lados conseguisse declarar vitória definitiva.

A guerra civil, nesse caso, se apresentava como um embate existencial: cada um dos lados percebia o outro como ameaça às suas formas-de-vida, sendo necessário exterminar um ao outro. Como nos lembra o grupo Tiqqun na obra *Contribuição para a guerra em curso*, a

³⁵⁸ ENZENSBERGER, Hans Magnus. O curto verão da anarquia, p. 113.

³⁵⁹ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 121.

³⁶⁰ Durante os anos da Guerra Civil Espanhola, os campos de disputa se dividiam entre os nacionalistas, grupo reacionário, e os republicanos, entre os quais os anarquistas se posicionavam, muito embora não se confundissem com os políticos e militantes de esquerda que apostavam na restauração da República parlamentar.

³⁶¹ SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 137-140.

guerra civil é uma condição permanente no mundo, uma vez que o jogo entre as formas-de-vida cria, a todo momento, amizades, inimizades e hostilidades, deixando sempre em aberto a possibilidade do uso da força, do confronto bruto.³⁶² A chama Guerra Civil Espanhola seria apenas “um belo episódio” da guerra social, no qual a permanente guerra civil é evidenciada para além dos dispositivos que geralmente a mantêm sob controle.³⁶³ Cabe dizer, portanto, que o evento iniciado em 1936 é uma excepcionalidade, na medida em que os insurgentes conseguiram romper com o domínio do Estado sobre a guerra civil, colocando efetivamente em risco os dispositivos de poder e a forma-de-vida das elites dominantes.

Os acontecimentos da Revolução Espanhola são fascinantes, mas não serão debatidos em detalhes nesse momento. Como são infinitas as abordagens sobre o assunto, serão analisadas apenas duas das principais experiências: as coletivizações rurais e a relação dos trabalhadores com as fábricas, em especial em Barcelona. Com a vitória parcial dos anarquistas em diversas localidades, “a questão do poder já estava resolvida, a partir do momento em que ele caíra praticamente nas mãos da CNT-FAI, que domina as Milícias na frente de Aragón, a segurança pública e a economia na retaguarda”,³⁶⁴ isto é, o poder de ação e decisão estava efetivamente com os anarquistas, o que implicava em um poder popular concreto. Contudo, as comunidades envolvidas no levante vitorioso se viram no dilema entre a abolição imediata do governo republicano (aliado dos anarquistas na resistência contra o golpe dos nacionalistas) e a pactuação com essas forças, principalmente com a *Generalitat* catalã, responsável pelo governo regional. Alguns defendiam a *Generalitat* deveria ser usada para “coletivizar a terra e pôr as indústrias nas mãos dos sindicatos. Os trabalhadores da cidade passarão a ser automaticamente membros da CNT e os trabalhadores do campo, membros das comunas coletivas”.³⁶⁵ A discussão arrastou-se pelos meses seguintes, deixando escapar o poder efetivo – uma vez que não o reafirmavam – para as instituições catalãs e republicanas que não eram construídas pelos anarquistas e trabalhadores.

Cabe dizer, nesse ponto, que essa é uma discussão equivocada em sua premissa. Ao compreender que a “tomada do poder” era um ato formal de declaração da república anarquista ou a deposição ou não do governo republicano, os anarquistas barceloneses perderam de vista

³⁶² TIQQUN. *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 26.

³⁶³ TIQQUN. *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 49.

³⁶⁴ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 146.

³⁶⁵ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 147.

aquilo que em muitos locais as comunidades compreenderam instintivamente: o poder é a capacidade de colocar a vida e realizar livremente as potências dos sujeitos implicados. Se os anarquistas podiam – e efetivamente podiam – transformar toda a estrutura produtiva de Barcelona, coletivizar e democratizar as fábricas, subjugar qualquer força militar ou paramilitar governista e contar com a participação ativa de milhares de pessoas na construção coletiva de novas formas-de-vida, não havia nada a ser decidido em termos de onde está o poder. O poder estava dissipado nos *Comités de Defensa* dos bairros, nas juventudes da CNT, nos centros culturais populares, nas milícias de trabalhadores, enfim, realizava-se enquanto verdade imediata e irrepresentada.

Essa é a dimensão que por vezes escapa dos movimentos revolucionários. A pergunta sobre o que fazer depois da revolução deveria ser uma impossibilidade, uma vez que a própria revolução é a realização do “depois”, uma afirmação total de um presente que se projeta para o futuro. Como visto no início deste capítulo, a separação entre o momento insurrecional e um depois hipotético e abstrato é um erro não apenas tático, mas de construção radical dos movimentos revolucionários. A revolução não é um meio para um fim diverso dela mesma, mas a vivência concreta das formas-de-vida que se expandem e transbordam no próprio ato revolucionário. Como afirma o Comitê Invisível, “sem uma ideia concreta do que seria uma vitória, só podemos ser derrotados”,³⁶⁶ porque a ideia dessa vida que vale a pena ser vivida, a vida pela qual se luta, precisa ser gestada e incentivada durante a revolução, não depois dela.

As coletivizações agrárias e os comitês das fábricas são, nesse sentido, reações imediatas a essa decisão que não deveria ser debatida sobre onde está o poder. Como afirma Glauco Rodrigues, as ações dos anarquistas nesse momento foram pautadas pelos seguintes princípios: “abolição da propriedade privada e do Estado; coletivização dos meios de produção; autogestão política e econômica da sociedade; distribuição justa da riqueza socialmente produzida; horizontalidade das relações de poder”.³⁶⁷ Isso foi possível devido ao sucesso dos insurgentes em desinstituir antigos dispositivos de poder, que ficaram combalidos e inoperantes após a eclosão da revolução, conforme define Rodrigues:

A paralisação, colapso ou desorganização da administração pública se deu com maior intensidade justamente na escala do cotidiano imediato da população, ou seja, nas cidades, distritos e *pueblos*, onde a administração pública municipal enfrentou o maior grau de desorganização e decomposição se comparada às províncias e ao governo central de Madri. Além disso, parte significativa da estrutura produtiva do campo

³⁶⁶ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 162.

³⁶⁷ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 85.

republicano também sofreu com uma paralisação imediata, na medida em que vários proprietários de fábricas, empresas, estabelecimentos comerciais e de serviços, proprietários de terras alinhados com o campo nacionalista abandonaram suas propriedades, causando uma paralisação temporária nas atividades econômicas.³⁶⁸

Em um cenário de desestruturação dos mecanismos de manutenção e controle da vida social, experiências potentes puderam ser realizadas pelos trabalhadores, colocando em prática objetivos que, por vezes, ficam restritos às declarações e manifestos revolucionários. No processo de permanente luta contra os fascistas (nacionalistas), as regiões de maior atividade anarquista puderam também reinventar seu cotidiano, não só em relação às formas de produção e trabalho, mas à estrutura política e social. Nesse cenário, as *coletivizações* surgiram como o mais importante instrumento de transformação, “instituindo a autogestão política e econômica da estrutura produtiva e dos corpos políticos”.³⁶⁹ As coletivizações consistiam na tomada, por parte dos trabalhadores, de propriedades privadas – fábricas, comércios, latifúndios – que passavam a ser de uso comum. Essas coletivizações podiam ser feitas diretamente, por um grupo de trabalhadores, que expropriavam o antigo dono (expulsando-o ou coisa pior), sem um rito jurídico ou indenizações. Também era possível que o Estado republicano estatizasse, pelos meios juridicamente apropriados, determinada propriedade, e depois a passasse para o controle de grupos de trabalhadores.³⁷⁰

Enzensberger narra como, em Barcelona, até mesmo hotéis e restaurantes foram requisitados pela CNT, organizações de classe ou pela *Generalitat*. Além disso, ocorriam iniciativas espontâneas como a criação de restaurantes populares e o confisco de víveres, que eram tomados dos comerciantes que especulavam sobre os produtos, para distribuição gratuita para a comunidade.³⁷¹

As fábricas passaram para o controle dos trabalhadores, que formavam comitês e cooperativas para administrá-las e geri-las. Na maioria dos casos, tornavam-se de uso comum, mas também havia acordos com os antigos proprietários, que se tornavam parte da nova

³⁶⁸ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 84.

³⁶⁹ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 86.

³⁷⁰ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 86 e 87.

³⁷¹ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 192 e 193.

estrutura de gestão, desde que concordassem com o controle dos trabalhadores.³⁷² Estima-se que, de cerca de 12 milhões de pessoas abrangidas pelo território controlado pelos republicanos, quase 2 milhões estiveram diretamente envolvidas com os processos de coletivização, abarcando também cerca de 18,5% das terras cultivadas nessas porções da Espanha.³⁷³ Era um processo gigantesco de destituição da propriedade privada, principalmente quando consideramos que a destinação dos meios de produção e terras foi para comunas populares e autogeridas, em uma prática radicalmente democrática e potente.

O modo de organização dos sujeitos envolvidos nessas práticas era bastante diverso das formas representativas e estatais que dominavam o cenário político europeu – incluindo a União Soviética. Não só na esfera produtiva, mas em todos os aspectos da vida social, os revolucionários buscaram efetivar a autogestão na cultura, na educação e na política, criando formas de “exercício coletivo de poder que se expressavam através das assembleias, do sistema de delegação e, por fim, da constituição de comitês de trabalhadores (também chamados de comitês populares ou revolucionários)”.³⁷⁴ As assembleias eram a instância de deliberação e decisão, surgiram em todos os locais da vida comunitária, das fábricas às escolas e hospitais. Nas assembleias havia a livre expressão, com a participação direta dos sujeitos afetados pelas decisões tomadas. Muitas vezes, para executar a vontade expressa nas assembleias, constituíam-se delegados provisórios, como explica Glauco Rodrigues:

O delegado, teoricamente, assume basicamente duas funções: a de porta-voz e de coordenador de ações e atividades definidas pela coletividade em assembleias nas quais ele participa de corpo presente, onde é eleito. Enquanto porta-voz, ele deve levar para outros espaços de debate e deliberação aquilo que foi decidido, como, por exemplo, as propostas de organização da luta dos trabalhadores de uma fábrica para a assembleia da federação regional. Enquanto coordenador, o delegado tem a função de executar e coordenar as ações e tarefas que foram definidas na assembleia, como, por exemplo, produzir um jornal, coordenar uma comissão técnica, organizar um curso de formação política, etc. O mandato de um delegado geralmente é de curta duração para evitar a cristalização de poder e a consequente constituição de hierarquias e relações heterônomas. Dependendo das necessidades e interesses da coletividade, esse mandato pode ter uma duração maior (quando o delegado é extremamente competente e único na sua função, ou quando existe o objetivo de dar mais experiência no desempenho da função). A coletividade exerce controle sobre as atividades do delegado através de um sistema no qual este deve prestar contas de suas ações e receber novas instruções periodicamente da coletividade. Dessa forma a coletividade

³⁷² RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 193.

³⁷³ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 87.

³⁷⁴ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 85.

pode avaliar de forma mais eficaz o trabalho desempenhado pelo delegado e decidir sobre a recondução ou não do seu mandato.³⁷⁵

Como se vê, os delegados não eram representantes apartados das coletividades que os escolheram, havendo uma noção de precariedade, contingência e controle sobre as suas atividades, estando os delegados constantemente vinculados à comunidade e aos objetivos para os quais foram escolhidos. Para garantir a execução das tarefas, formavam-se os comitês, órgãos executores (não deliberativos), que abrangiam diversos aspectos da vida, como segurança, abastecimento de alimentos, fornecimento de energia elétrica, limpeza pública e outros.³⁷⁶ Como aponta Rodrigues, os comitês

surgiram justamente para preencher o espaço deixado pela decomposição do aparelho de Estado e também como uma iniciativa dos trabalhadores para cuidar de seus próprios interesses, introduzindo um novo tipo de gestão da política, dos serviços e das unidades produtivas.³⁷⁷

Eram, portanto, formas de organização social que denotavam uma tentativa de maior horizontalidade, democracia e aproximação entre o corpo social e os espaços decisórios.

Havia, é claro, centenas de derivações desse modelo organizacional. Cada setor de interesse poderia constituir suas próprias assembleias, delegados e comitês (ou estruturas equivalentes). O modo de organizar determinado serviço ou atividade variava conforme as necessidades e a comunidade envolvida. Um exemplo interessante, nos introduz Glauco Rodrigues, é o dos barbeiros barceloneses. Após a vitória em 1936, os barbeiros se uniram para resolver o problema dos baixos salários, jornadas pesadas e falta de emprego. Decidiram pela redistribuição das barbearias por zonas na cidade de Barcelona, fechando cerca de 900 barbearias e mantendo apenas 240. Além disso, organizaram-se de forma que os estabelecimentos ficassem abertos por mais tempo, com um revezamento entre os trabalhadores, que não trabalhavam por mais de seis horas e meia. Assim, conseguiram economizar com aluguel e outros custos, chegando a quase dobrar os salários dos barbeiros

³⁷⁵ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 85 e 86.

³⁷⁶ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 86.

³⁷⁷ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 86.

após alguns meses da revolução.³⁷⁸ Práticas semelhantes ocorreram nas padarias e na gestão dos serviços públicos como transporte e energia elétrica, que objetivavam readequar seu funcionamento para atender melhor aos interesses dos beneficiários e dos trabalhadores, com a redução de tarifas e a melhoria na prestação dos serviços.

Por fim, as coletivizações agrárias são outra dimensão importante da Revolução espanhola. Nessas iniciativas, tem-se a participação ativa dos camponeses, com formulações potentes do uso comum das terras e a socialização da produção. Cada região da Espanha desenvolveu métodos distintos de coletivização das terras, com experiências que variam conforme o caso estudado. Geralmente, os moradores dos *pueblos* e cidades rurais decidiam pelo estabelecimento das coletividades em determinadas faixas do território, expropriando os antigos donos (principalmente grandes latifundiários). Essas áreas poderiam ou não coincidir com as antigas delimitações administrativas, o que colocou em marcha um processo de ressignificação da própria divisão geopolítica espanhola, criando espaços de vida comunal que não se restringiam às fronteiras territoriais artificialmente criadas.³⁷⁹

Hans Enzensberger narra uma assembleia que ocorreu em uma localidade de Aragão. Na reunião, discute-se tudo: desde quem está legitimado a participar da decisão até a fórmula que será adotada para a divisão da colheita.³⁸⁰ Não há uma instância superior para normatizar o processo, são os sujeitos imediatamente envolvidos que decidem o procedimento (se a decisão será por votação ou consenso, por exemplo) e o resultado, em constante abertura para mudanças que podem surgir no caminho. Aragão, aliás, foi uma província que viu florescer diversas coletividades agrárias. Em um congresso das coletividades campesinas, realizado em Caspe, Aragão, em fevereiro de 1937, estiveram presentes membros de 275 coletividades, que somavam mais de 140 mil filiados diretos.³⁸¹

Frank Mintz, no seu livro *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria*, traz diversos relatos de pessoas que vivenciaram diretamente as coletividades. Conforme a obra expõe, em algumas localidades funcionavam, em paralelo aos comitês das comunas, sindicatos de agricultores da CNT, o que colaborou para uma certa identidade entre

³⁷⁸ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 89.

³⁷⁹ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 91.

³⁸⁰ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 192 e 193.

³⁸¹ SANTILLÁN, Diego Abad. *Por qué perdimos la guerra: Una contribución a la historia de la tragedia española*. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1940, p.100.

as comunas espalhadas pelas regiões do país.³⁸² As ligações entre as coletividades permitiam, ainda, que o dinheiro fosse praticamente abolido, sendo utilizado apenas em último caso: geralmente ocorriam trocas entre as comunidades, cada uma fornecendo produtos específicos de acordo com suas aptidões.³⁸³ Além disso, as coletividades se ocuparam em garantir vida digna aos idosos, educação às crianças e condições dignas aos seus partícipes, com jornadas reduzidas que permitiam aos sujeitos se dedicarem ao lazer e à cultura.³⁸⁴ Isso porque as coletividades estabeleciam relações profundas entre os camponeses, a terra e a comunidade, dando vazão aos seus interesses e aspirações que extrapolavam o simples propósito comercial e de subsistência.

Nos exemplos mais potentes, as coletividades agrárias eram espaços democráticos e horizontais, estabelecendo uma nova dinâmica política e econômica, na qual a força do Estado centralizado era desinstituída, e sobre seus escombros surgiam formas de autonomia nas quais o poder político era distribuído pela totalidade dos membros da comunidade. Uma demonstração da vitalidade desses organismos é o esforço comum, presente em quase todas as coletividades, de encontrar soluções para o aumento da produtividade da terra, promovendo capacitação dos camponeses; técnicas para aprimorar plantio e colheita; melhoria dos sistemas de irrigação e uso de ferramentas e tecnologias para facilitar o trabalho dos agricultores.³⁸⁵ Tais preocupações eram quase inexistentes em um sistema de exploração, no qual o material humano era abundante e os senhores latifundiários poderiam obter os lucros às custas das vidas do campesinato. Como afirma Glauco Rodrigues, a mudança radical operada na economia do campo se deu uma vez que

o processo de trabalho era organizado para satisfazer as necessidades diretas dos trabalhadores, que, pela primeira vez, detinham o controle dos meios de produção e do processo de organização da produção. As coletividades e os sindicatos passaram a controlar grande parte do comércio dos produtos agropecuários, o que criava condições muito mais favoráveis à sua produção e estabelecia uma desigualdade competitiva em relação aos proprietários individuais.³⁸⁶

³⁸² MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo em la España revolucionaria*. Madrid: Traficante de sueños, 2006, p. 190.

³⁸³ MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo em la España revolucionaria*. Madrid: Traficante de sueños, 2006, p. 193.

³⁸⁴ MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo em la España revolucionaria*. Madrid: Traficante de sueños, 2006, p. 191 e 192.

³⁸⁵ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 92.

³⁸⁶ RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 91.

Contudo, não é possível idealizar tudo o que ocorreu na área de influência republicana e anarquista. Esses exemplos são apenas uma parte da realidade. Como toda experiência, os espanhóis enfrentaram contradições, traições, interesses pessoais mesquinhos, vinganças, roubos e outros problemas. O que se objetiva não é afirmar de modo universal o sucesso da experiência, mas, ao contrário, demonstrar a existência de formas-de-vida que escaparam das condições impostas e buscaram construir um mundo bastante diferente em relação à Espanha pré-1936. Como exemplo dos problemas reais que ocorreram no período, havia grave abuso no uso dos confiscos realizados pelos próprios revolucionários da CNT-FAI, como a retirada de alimentos dos restaurantes populares sem se preocupar com o reabastecimento, usando da simples prerrogativa de estarem armados e, genericamente, a serviço da revolução, deixando a população de cidades como Barcelona desabastecida.³⁸⁷ O relato de Simone Weil, descrito por Enzensberger, ilustra bem tais contradições:

Antes de mais nada, uma transformação social só pode ser julgada corretamente segundo a maneira pela qual ela atua no dia-a-dia do cidadão. Ora, não é fácil entrar no dia-a-dia do ‘povo’. Além disso, este cotidiano se modifica a cada minuto que passa. Coerção e espontaneidade, ideal e necessidade misturam-se ali de tal forma que uma confusão enorme surge não só nas situações objetivas como também na consciência daquele que, como agentes ou observadores, estão envolvidos nos acontecimentos. Nisso reside o caráter específico e talvez também o grande mal da Guerra Civil.³⁸⁸

Apesar dessa necessária reflexão, não é objetivo desse trabalho analisar todas as nuances das experiências aqui debatidas, mas sim lançar luz aos elementos de ação radical que foram efetivamente tentados e vividos. Para fazer a crítica do que deu errado, existe vasto material bibliográfico da historiografia dos vencedores. Para uma vivência ser potente ela não precisa ser perfeita, nem estar de acordo com uma cartilha pré-definida, que pode ser-lhe imposta *a posteriori*, mas sim abrir, no seu momento histórico, brechas que façam chegar até nós vislumbres de outros mundos possíveis.

Pressionados entre as ofensivas dos fascistas e as perseguições dos republicanos e comunistas, estes últimos, inclusive, com amplo apoio da URSS, os anarquistas foram perdendo a força no curso da ação revolucionária. Mas é certo que as experiências coletivas, independentemente do tempo de duração, legaram para o presente a prova viva de que é possível transformar grandes extensões territoriais, assim como uma complexa cidade industrial como Barcelona, desativando o discurso conservador que impinge a alcunha de delírio infantil aos

³⁸⁷ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 198 e 199.

³⁸⁸ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 199.

movimentos que pleiteiam a construção de novas formas-de-vida pautadas no comum e na democracia. As comunas emergiram na Espanha, na Rússia, em Paris e em muitos outros pontos de uma interminável rede de sentidos e lutas que não pode ser esquecida nem abandonada. É esse o tema da próxima seção.

2.5 O movimento zapatista mexicano: outros mundos são possíveis *agora*

Avançando na análise dos pontos nodais da contra-história dos oprimidos, passa-se à emblemática experiência dos zapatistas mexicanos. Entre a Revolução Espanhola e a década de 1990, são mais de cinquenta anos e, durante esse tempo, muitos eventos e movimentos continuaram levando adiante a chama da insurgência, a exemplo da Autonomia italiana³⁸⁹ e de Maio de 68. A escolha do movimento zapatista se dá, assim, pelo fato de ele ser temporalmente mais próximo ao momento atual e, também, tendo em vista sua inegável importância, por se tratar de um movimento latino-americano, fora do velho continente europeu. Como afirma John Holloway, na obra *Mudar o mundo sem tomar o poder*,

a Comuna de Paris discutida por Marx, os conselhos de trabalhadores teorizados por Pannekoek, os conselhos comunitários dos Zapatistas e assim por diante: todos são experimentos do movimento anti-fetichismo, a luta pelo fluxo coletivo de realizações, pela autodeterminação.³⁹⁰

Para pensar criticamente sobre o levante zapatista, priorizou-se a leitura dos textos produzidos pelos próprios insurgentes, mas também obras analíticas e teóricas sobre o movimento. Em primeiro de janeiro de 1994, enquanto o mundo celebrava mais um ano novo, o México via nascer um dos movimentos mais significativos para a luta libertária e radical recente, (r)existindo ainda hoje. Um grupo composto principalmente por indígenas da região mexicana de Chiapas, uma das mais pobres e isoladas do país, insurgiu-se contra o Governo mexicano, gritando “basta!” a centenas de anos de exploração, extermínio e sujeição. Esse movimento foi encabeçado pelo *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), grupo

³⁸⁹ A Autonomia foi um conjunto de acontecimentos e movimentações insurrecionais que ocorreram na Itália, durante a década de 1970, colocando-se contra o Estado, a polícia e, principalmente, o modo de produção capitalista. Segundo Marcello Tarì, a Autonomia era “o nome de um modo de se relacionar com o mundo, ou de da codificação estratégica da circulação subversiva entre todos aqueles coletivos, centros sociais, micro-organizações, grupos, lutas difusas e rádios livres que fervilhavam nas cidades e vila de toda a Itália, ou muitas outras coisas”. (TARÌ, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia, Itália 1970*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 73).

³⁹⁰ Tradução nossa. No original: “*The Paris Commune discussed by Marx, the workers’ councils theorised by Pannekoek, the village councils of the Zapatistas and so on and so on: all are experiments in the movement of anti-fetichism, the struggle for the collective flow of doing, for self-determination*”. HOLLOWAY, John. *Change the world without taking power*. Londres: Pluto Press, 2002. *E-book*, p. 65.

armado que objetivava marchar até a capital, Cidade do México, depor o presidente Carlos Salinas de Gortari e estabelecer uma nova realidade política no país. O nome *zapatista* resgata a memória de Emiliano Zapata, importante líder na Revolução Mexicana de 1910 e defensor das lutas indígenas e camponesas.

O movimento zapatista foi gestado e construído bem antes de sua eclosão, em 1994. Dez anos antes do início da revolução, como narrado na *Sexta Declaración de la Selva Lacandona*,³⁹¹ homens e mulheres, indignados com o cenário de exploração e pobreza, começaram a circular pelos vilarejos de Chiapas, ouvindo e conversando com os moradores. Juntaram forças secretamente, planejando e refletindo sobre a forma da ação político-militar e o mundo que queriam propor para os mexicanos.³⁹² Quando finalmente se sentiram prontos, já contavam com anos de acúmulo e milhares de adeptos.

As ações dos zapatistas, contudo, não remontam apenas aos dez anos anteriores ao levante. Como expõe Victoria Inés Darling, pesquisadora do tema e professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, o sucesso da experiência zapatista se deve, em parte, ao fato de se colocar enquanto resgate das práticas, tradições e culturas ancestrais dos povos que vivem no espaço de atuação do EZLN.³⁹³ São dezenas de povos, como os choles, tzotziles, tzeltales e tojolabales, que habitam Chiapas e contribuem, com suas tradições, para a composição dos modos de organização política e social da zona de influência zapatista. Trata-se de uma ligação consciente entre o passado e o presente, expressa na afirmação da *Segunda Declaración* de que “*en nosotros encuentra, otra vez, lugar la historia de lucha digna de nuestros antepassados*”³⁹⁴ e, ainda, na *Quarta Declaración*:

Estas fueron nuestras banderas en la madrugada de 1994. Estas fueron nuestras demandas en la larga noche de los 500 años. Estas son, hoy, nuestras exigencias. Quiere el soberbio apagar una rebeldía que su ignorancia ubica en el amanecer de 1994. Pero la rebeldía que hoy tiene rostro moreno y lengua verdadera, no se nació

³⁹¹ Trata-se da sexta, de um conjunto de seis declarações emitidas pelo comando geral do EZLN, isto é, pelos próprios insurgentes. São chamadas de *Declaraciones de la Selva Lacandona* e compreendem o período de 1994 até 2005. Nelas, é possível compreender melhor o contexto, as intenções e as propostas do grupo. Além das *Declaraciones*, existem centenas – talvez milhares – de comunicados, entrevistas, informes e outros textos produzidos pelos zapatistas (não só pelo EZLN) ao longo de seus mais de 20 anos de existência. Estão disponíveis em: *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

³⁹² *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 66.

³⁹³ DARLING, Victoria Inés. La Episteme Zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol.35 no.104 São Paulo, 2020 – Epub, May, 2020.

³⁹⁴ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 19.

*ahora. Antes habló con otras lenguas y en otras tierras. En muchas montañas y muchas historias ha caminado la rebeldía contra la injusticia.*³⁹⁵

Assim como destacado nos casos apresentados anteriormente neste capítulo, sempre procuramos demonstrar que as insurreições radicais e potentes demandam construção lastreada nas condições subjetivas – muito além das objetivas. A imensidão da iniciativa zapatista é possível porque está ancorada em acúmulos de afetos subjetivos que as sujeições do espetáculo neoliberal falham em apagar por completo, tema que será aprofundado no próximo capítulo.

Após o levante, em primeiro de janeiro de 1994, os zapatistas foram imediatamente atacados pelos exércitos do governo mexicano, não conseguindo avançar para além de algumas regiões de Chiapas. Nos primeiros anos, sua ação se circunscreveu a alguns municípios do Estado e, na impossibilidade de reformular a realidade de todo o país, iniciaram seu processo revolucionário nessas localidades, fundando os *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas* (MAREZ).³⁹⁶ Esses municípios autônomos são geridos por Conselhos Autônomos, e conformam, até hoje, a base da estrutura organizativa dos zapatistas, além de despontarem como embrião das formas mais bem acabadas de organização política que serão constituídas na década de 2000. Os conselhos são eleitos pelas assembleias dos municípios e são responsáveis pela execução das tarefas de saúde, educação, segurança, enfim, das dimensões da vida da comunidade. Os cargos são rotativos e não são remunerados, uma vez que o reconhecimento maior é o respeito pelos serviços prestados à coletividade.³⁹⁷

Como a ação inicial dos zapatistas despertou imediato interesse e solidariedade não só da sociedade civil mexicana, mas de todo o mundo,³⁹⁸ logo um cessar-fogo foi negociado e a guerra inicial deu lugar a um processo de diálogo entre o governo central mexicano e os insurretos. Ao longo das primeiras cinco *Declaraciones*, são descritos os processos que foram construídos pelos zapatistas para alcançar seus objetivos, nos quais adotaram diversas táticas, propostas e ações. Tais ações incluíram propostas de alterações legislativas; realização de nova assembleia constituinte; consultas públicas com os cidadãos mexicanos; eventos e festivais;

³⁹⁵ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. E-book. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 36.

³⁹⁶ ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las Juntas de Buen Gobierno y los Caracoles del Movimiento Zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, p. 215-233, 2006, p. 218.

³⁹⁷ DARLING, Victoria Inés. La Episteme Zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.35, n.104, p. 1-21, mai. 2020.

³⁹⁸ ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las Juntas de Buen Gobierno y los Caracoles del Movimiento Zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, p. 215-233, 2006, p. 217.

negociação de um acordo formal com o governo (Acordos de San Andrés)³⁹⁹; confronto armado, quando necessário e, por fim, até mesmo longos períodos de silêncio e ausência de comunicação formal com o governo.

Mas, afinal, o que quer o movimento zapatista? Em sua declaração inicial, os insurretos informam que querem garantir a democracia, a liberdade e a justiça para todos, orientando a luta pela conquista de “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, justiça e paz”.⁴⁰⁰ Um de seus motes famosos é a máxima “*para todos todo*”, isto é, tudo para todos, completando ainda com “*nada para nosotros*”,⁴⁰¹ denotando um aspecto central do EZLN: não reivindicam o governo para si. Trata-se, como visto, de um grupo armado que afirma usar as armas apenas como medida última, como salvaguarda da própria existência; mas que, desde o primeiro momento, passa a propugnar a paz e o diálogo para conseguir o que quer.⁴⁰²

Os zapatistas colocam-se contra o “mau governo” oficial do México, atribuindo os males do povo – em especial dos indígenas – à estrutura de poder e aos poderosos (políticos e a elite financeira). O México é um país extremamente desigual, marcado pelo domínio de elites que se perpetuaram no poder e permitiram que milhões de mexicanos vissem suas condições de vida piorarem, ano após ano, lançando-os em miséria, fome e exploração. Como afirmam os zapatistas:

*Todos comprendimos que los días del eterno partido en el poder, quien detenta para su beneficio el producto del trabajo de todos los mexicanos, no puede continuar más; que el presidencialismo que lo sustenta impide la libertad y no debe ser permitido, que la cultura del fraude, el método con el que se imponen e impiden la democracia, que la justicia sólo exista para los corruptos y poderosos, que debemos hacer que quien mande lo haga obedeciendo, que no hay otro camino.*⁴⁰³

Contudo, mesmo lutando contra uma institucionalidade corrompida, nas primeiras declarações, percebe-se forte aposta na conquista de espaços institucionais, com mobilizações para a aprovação de leis e garantia de direitos formalmente previstos. Não é possível saber até

³⁹⁹ Os acordos de San Andrés foram firmados em 1996 e são fruto de uma mesa de diálogo entre diversos atores, incluindo os zapatistas e o Governo. Suas propostas passam pela democratização da política mexicana, a garantia de direitos para os povos indígenas e o reconhecimento de certas autonomias e particularidades das comunidades (algo próximo ao que hoje chamamos de Estados plurinacionais). Contudo, o Governo mexicano ignorou e traiu o acordo, não executando praticamente nada do que era previsto.

⁴⁰⁰ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 11.

⁴⁰¹ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 30.

⁴⁰² *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 7.

⁴⁰³ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 14.

que ponto esses eram objetivos centrais para os zapatistas ou apenas táticas retóricas para manter certa legitimidade frente à sociedade e ao governo, uma vez que, à revelia de qualquer ação efetiva do governo, colocavam em prática uma outra forma de organização social em Chiapas, criando zonas autônomas *de facto*. Se tivessem abandonado tais pretensões legalistas, lastreadas no art. 39 da Constituição mexicana,⁴⁰⁴ talvez teria sido mais fácil para o governo declarar o movimento como terrorista ou separatista e esmagá-lo com força bruta.

Nos anos iniciais, foi o EZLN, braço militar do movimento, que coordenou os esforços de resistência e de construção de uma nova sociedade nos municípios autônomos – MAREZ – de Chiapas. Orientavam-se pela construção de uma “força política que não lute pela tomada do poder político, mas sim pela democracia de que quem mande, mande obedecendo”.⁴⁰⁵ O princípio de “mandar obedecendo” é um dos elementos mais importantes na sociedade zapatista, presente até hoje nos documentos produzidos pelo movimento, que remete à noções de horizontalidade e indistinção entre governantes e governados: se quem manda obedece, não se trata de hierarquia ou de poder de uns sobre outros, mas sim de mera organização de funções. Isso é reforçado quando afirmam que o único privilégio daqueles que ocupam posições na organização política deve ser a sensação de dever cumprido.⁴⁰⁶ Lutam contra a concentração da riqueza e a centralização do poder, defendendo uma realidade política com organização local que “cresça a partir da base” de seu sustento social. Trata-se de um projeto aberto e poroso, que objetiva incorporar distintas formas de luta, muitos níveis de participação e múltiplos esforços organizativos.⁴⁰⁷ Na sexta declaração, fazem ainda uma dura crítica ao neoliberalismo global, atualizando sua postura anticapitalista para o contexto dos anos 2000, compreendendo a dinâmica do capital internacional como responsável por agravar ainda mais a situação dos trabalhadores e dos povos oprimidos, e ainda destacando a necessidade de união com os movimentos revolucionários de todos os lugares e continentes.

Como se vê, trata-se de um movimento que pretende efetivar rupturas radicais com a estrutura política e econômica em vigor no México (e no mundo). Um dos elementos mais

⁴⁰⁴ Nas primeiras duas declarações, os zapatistas afirmam estar exercendo um direito previsto no art. 39 da *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*, que diga: “*La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo, todo poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de este. El pueblo tiene en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar su forma de gobierno*” (*DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021).

⁴⁰⁵ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 45.

⁴⁰⁶ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 89.

⁴⁰⁷ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 44.

significantes do zapatismo, que o distingue de outros movimentos insurrecionais, é que, apesar de declarar intenção de mudar todo o conjunto de estruturas de poder no país, os zapatistas não esperam a revolução total vitoriosa para colocar em prática seus objetivos. Enquanto lutavam (com armas ou no âmbito da opinião pública) contra o Governo mexicano, estavam colocando em prática seu projeto político em Chiapas, resistindo às tentativas de invasão por parte do Exército oficial e de grupos paramilitares, assim como às mentiras espalhadas para tentar desacreditar o movimento.⁴⁰⁸ O movimento acredita que “a questão indígena não terá solução se não houver uma transformação RADICAL do pacto Nacional”, defendendo o reconhecimento das características próprias a cada comunidade indígena, uma vez que “as autonomias não são separação, são integração das minorias mais humilhadas do México contemporâneo”.⁴⁰⁹ A ideia de autonomia como integração, uma unidade entre o local e o universal, dialoga com a defesa de confederações livres feita em momentos como a Comuna de Paris e por Abdullah Öcalan, em seus escritos que inspiram o atual movimento curdo de Rojava.

O EZLN, apesar de não se ver como vanguarda, mas como parte do movimento,⁴¹⁰ era efetivamente um braço militar, um exército que não se confundia com os demais membros das comunidades onde o zapatismo se instaurou. Com isso, surgiram problemas, como reconhecem os próprios zapatistas em sua *Sexta Declaración*, e exatamente por isso entendem a necessidade de negar a legitimidade do EZLN enquanto voz do movimento. Nesse processo, passam a se afastar das decisões políticas dos municípios autônomos, servindo apenas de aparato de luta armada na defesa bélica dos territórios. É quando nascem os *Caracoles* e as *Juntas de Buen Gobierno*, formas de constituição política que nos permitem analisar a potência do movimento zapatista enquanto possibilidade real de criação de um mundo novo. Conforme explicam na *Sexta Declaración*:

Y así, acciones y decisiones que antes hacía y tomaba el EZLN, pues se fueron pasando poco a poco a las autoridades elegidas democráticamente en los pueblos. Claro que se dice fácil, pero en la práctica cuesta mucho, porque son muchos años, primero de la preparación de la guerra y ya luego mero de la guerra, y se va haciendo costumbre de lo político-militar. Pero como quiera lo hicimos porque es nuestro modo que lo que decimos pues lo hacemos, porque si no, pues entonces para qué vamos a andar diciendo si luego no hacemos. Así fue como se nacieron las Juntas de Buen Gobierno, en agosto de 2003, y con ellas se continuó con el autoaprendizaje y ejercicio del "mandar obedeciendo". Desde entonces y hasta la mitad de 2005, la dirección del EZLN ya no se metió a dar órdenes en los asuntos civiles, pero acompañó y apoyó a las autoridades elegidas democráticamente por los pueblos, y,

⁴⁰⁸ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 50 e 51.

⁴⁰⁹ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 27.

⁴¹⁰ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 50.

*además, vigiló que se informara bien a los pueblos y a la sociedad civil nacional e internacional de los apoyos recibidos y en qué se utilizaron. Y ahora estamos pasando el trabajo de vigilancia del buen gobierno a las bases de apoyo zapatistas, con cargos temporales que se rotan, de modo que todos y todas aprendan y realicen esa labor. Porque nosotros pensamos que un pueblo que no vigila a sus gobernantes, está condenado a ser esclavo, y nosotros peleamos por ser libres, no por cambiar de amo cada seis años. El EZLN, durante estos 4 años, también le pasó a las Juntas de Buen Gobierno y a los Municipios Autónomos, los apoyos y contactos que, en todo México y el mundo, se lograron en estos años de guerra y resistencia. Además, en ese tiempo, el EZLN fue construyendo un apoyo económico y político que les permita a las comunidades zapatistas avanzar con menos dificultades en la construcción de su autonomía y en mejorar sus condiciones de vida.*⁴¹¹

Após quase dez anos de luta, no ano de 2003, o Exército Zapatista formalizou o processo de supressão de suas prerrogativas políticas, entendendo que, por ser uma entidade separada do conjunto da comunidade, não era possível que interferisse ativamente nas decisões tomadas pelos municípios autônomos. Desse processo resultou, portanto, a criação dos *Caracoles*, que são “espaços político-culturais de encontro das comunidades indígenas zapatistas e da sociedade civil que visita seus territórios”⁴¹². Foram cinco os primeiros *caracoles* formados,⁴¹³ correspondendo às cinco regiões zapatistas em que se agrupavam os MAREZ: *Altos-tzotzil, Norte-ch’ol, Altamirano-tseltal-tojolabal, Selva Tojolabal, Selva Tzeltal*.⁴¹⁴ Os zapatistas entendem esses espaços como locais de escuta, diálogo e promoção das ideias do movimento, servindo não apenas para criar conexões entre os povos indígenas que participam das autonomias zapatistas como também para a sociedade civil externa a essa experiência.

Conforme anunciado no documento *Chiapas: la treceava estela*, os *caracoles* tinham a função de ser as portas de entrada para as comunidades indígenas, assim como o caminho para que elas saíssem do âmbito local e se conectassem com o mundo: nas palavras deles, “*como ventanas para vernos dentro y para que veamos fuera*”.⁴¹⁵ São espaços de reflexão, contato

⁴¹¹ DECLARACIONES de la Selva Lacandona. Palabra y Movimiento, 2012. E-book. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p, 71 e 72.

⁴¹² ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las Juntas de Buen Gobierno y los Caracoles del Movimiento Zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, p. 215-233, 2006, p. 220.

⁴¹³ Conforme a declaração zapatista chamada *Chiapas: la treceava estela*, os cinco *caracoles* formados são: “*El Caracol de la Realidad, de zapatistas tojolabales, tzeltales y mames, se llamará ‘MADRE DE LOS CARACOLES DEL MAR DE NUESTROS SUEÑOS’*. *El caracol de Morelia, de zapatistas tzeltales, tzotziles y tojolabales, se llamará ‘TORBELLINO DE NUESTRAS PALABRAS’*. *El Caracol de la Garrucha, de zapatistas tzeltales, se llamará ‘RESISTENCIA HACIA UN NUEVO AMANECER’*. *El Caracol de Roberto Barrios, de zapatistas choles, zoques y tzeltales, se llamará ‘EL CARACOL QUE HABLA PARA TODOS’*. *El Caracol de Oventik, de tzotziles y tzeltales, se llamará ‘RESISTENCIA Y REBELDÍA POR LA HUMANIDAD’*” (SUBCOMANDANTE Insurgente Marcos. *Chiapas: la treceava estela. Palabra EZLN*, Tercera parte, México, jul. 2003. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_07_c.htm. Acesso em: 11 jul. 2021).

⁴¹⁴ AGUILAR, Lola Cubells. Las Juntas de Buen Gobierno zapatistas: la construcción del pluralismo a través de la lucha por la autonomía. In: CIFUENTES, Ordóñez; ROLANDO, José Emilio (coords.). *Pluralismo jurídico y pueblos indígenas*: XIII Jornadas Lascasianas Internacionales. Ciudad de México: UNAM, 2005, p. 40.

⁴¹⁵ SUBCOMANDANTE Insurgente Marcos. *Chiapas: la treceava estela. Palabra EZLN*, Tercera parte, México, jul. 2003. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_07_c.htm. Acesso em: 11 jul. 2021

com o outro e consigo mesmo, um dos mecanismos para fomentar a coesão e a troca entre os mundos.

Além dos *caracoles*, formaram-se as *Juntas de Buen Gobierno* (JBG), que são as estruturas de organização política propriamente ditas e eram sediadas nas mesmas localidades dos *caracoles* (portanto, são cinco JBG). Elas são entes regionais autônomos de decisão e execução das necessidades das comunidades zapatistas, compostas por vários municípios autônomos. As Juntas são formadas pela diretoria, as comissões, os coordenadores e os operadores. As diretorias, instância central das JBG, são compostas por membros eleitos que têm mandatos de apenas uma semana, possibilitando a rotatividade com os membros dos Conselhos Autônomos dos municípios. Não recebem salários, pois as atividades são consideradas obrigações dos membros dos municípios autônomos, e os mandatos são revogáveis pelos municípios caso se conclua que os delegados descumpriram seus objetivos ou “se corromperam”.⁴¹⁶ Não se trata de mera representação, mas antes de um mandato complexo, que é “um cargo de responsabilidade que deve responder-se com capacidade de mediar e liderar processos e conflitos sociais”.⁴¹⁷ Como explica Manuel Espinoza, as estruturas das Juntas funcionam da seguinte forma:

*La Dirección se conforma con 1 o 2 delegados de cada uno de los Consejos Autónomos de los MAREZ de dicha zona. (...) Las Comisiones se encargan de atender los asuntos prioritarios para las comunidades y de cumplir con los acuerdos de la Dirección de la JBG respectiva. Generalmente, en cada JBG es factible encontrar las Comisiones de Vigilancia, Salud, Educación, Comercialización, Producción y Justicia. Los miembros de la Dirección de la JBG no forman parte de las comisiones; éstas son elegidas también por las comunidades pero trabajan en paralelo de la Dirección. Para decisiones o dudas, las comisiones se reúnen con la Dirección. Así, la JBG gobierna y las comisiones trabajan de forma autónoma. Los Coordinadores tienen a su cargo los centros de salud y de educación en cada JBG. Finalmente, los Operativos son los llamados promotores de salud y educación que se encargan, entre otras cosas, de llevar a cabo las campañas de salud, atender a las personas que asisten a las clínicas, dar consultas, e impartir clases en sus pueblos. Aun cuando no forman parte del esquema de gobierno, existen múltiples cooperativas o establecimientos comerciales (de ventas y servicios) que coadyuvan al desarrollo de la zona pues el dinero que recaban lo destinan a los MAREZ.*⁴¹⁸

As *Juntas de Buen Gobierno* – cujo nome faz oposição aos “*malos gobiernos*” do México, despontam, então, como a nova forma de organização política das comunidades

⁴¹⁶ ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las Juntas de Buen Gobierno y los Caracoles del Movimiento Zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, p. 215-233, 2006, p. 221.

⁴¹⁷ DARLING, Victoria Inés. La Episteme Zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.35, n.104, p. 1-21, mai. 2020.

⁴¹⁸ ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las Juntas de Buen Gobierno y los Caracoles del Movimiento Zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, p. 215-233, 2006, p. 221.

zapatistas, dando um passo a mais no projeto de autogestão, que não depende da vontade e das garantias do Governo oficial do país. Apesar de não terem abandonado o diálogo amplo com a sociedade nacional e internacional, os zapatistas conseguiram avançar na construção de uma sociedade alternativa, na qual o poder está diluído no conjunto das comunidades, aparecendo em pequenos centros organizativos, apenas como forma de execução de tarefas. Manuel Espinoza afirma que as JBG “não são apenas um espaço de encontro, mas sobretudo dão conta da instauração de atores, processos e organizações de governo” no nível regional.⁴¹⁹

Ainda no documento *Chiapas: la tercera estela*, os zapatistas informam que as Juntas devem atuar para equalizar diferenças entre os municípios autônomos, pautando a equidade entre todas as comunidades que compõem a sociedade zapatista; além disso, são as instâncias que devem: dirimir conflitos; aplicar as “leis” acordadas pelas comunidades; fiscalizar eventuais abusos de autoridade e violações dos direitos humanos; ser a instância para recebimento de donativos; fiscalizar a execução dos projetos e tarefas dos municípios⁴²⁰ e, em suma, ser a entidade que deve zelar pelos interesses dos municípios e servir como elemento de unidade para as regiões autônomas.

É interessante a análise feita por Victória Darling, na qual a autora expõe o método de discussão e construções de decisão das *Juntas de Buen Gobierno*, especialmente o dos territórios tojolabales (grupo indígena). Segundo a pesquisadora, as decisões se dão em assembleias livres, compostas pela totalidade dos membros da comunidade, nas quais aparece uma temporalidade completamente diversa das assembleias e instâncias deliberativas que são utilizadas nos países do Ocidente. Essa temporalidade se liga aos processos ancestrais de escuta e diálogo, aos mitos dos povos maias, que não tinham uma temporalidade definida e linear, mas outra, extremamente alicerçada nos processos da terra e da agricultura, estando muitas vezes ao sabor das mudanças e imprevisibilidades da natureza. Tal concepção se coloca, evidentemente, contra a pressa dos Estados-nação ocidentais, que se definem por espaços urbanos, calendários, pela necessidade do trabalho assalariado e pela própria geografia da vida.⁴²¹ Os zapatistas resgatam e dão voz a essas tradições, intenção expressa na *Quarta Declaración de la Selva*

⁴¹⁹ ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las Juntas de Buen Gobierno y los Caracoles del Movimiento Zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, p. 215-233, 2006, p. 223.

⁴²⁰ SUBCOMANDANTE Insurgente Marcos. Chipas: la tercera estela. *Enlace Zapatista*, Sexta parte: un buen Gobierno, jul. 2003. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-sexta-parte-un-buen-gobierno>. Acesso em: 11 jul. 2021.

⁴²¹ DARLING, Victoria Inés. La Episteme Zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.35, n.104, p. 1-21, mai. 2020.

Lacandona, quando afirmam que “para destruir o relógio da morte do poderoso lutamos. Para um novo tempo de vida lutamos”. Segundo a autora, a tomada de decisões nas Juntas

*asume un proceso de ida y vuelta en cada Caracol o región autónoma. Muchas veces se realiza una consulta desde la comunidad que discute la Junta y luego, se regresa la cuestión problemática a la comunidad para repensar el modo de resolver el tema. En otras oportunidades, la discusión horizontal demora más de lo esperado ya que el debate busca alcanzar consenso entre todos los miembros de la Comisión especial de tratamiento del tema, o Junta. Se trata de procesos decisorios con temporalidad propia, que siguen los tiempos de maduración de las propias comunidades. En ningún caso se designa una instancia administrativa-burocrática, sino que la decisión es de ellos y ellas, y para ellos y ellas.*⁴²²

Além disso, nas assembleias há a efetivação de um poder horizontal encarnado na coletividade, tendo a autoridade executora o papel de ouvir e reproduzir a decisão no momento da ação.⁴²³ Ao encarar o processo decisório como um momento de abertura às opiniões e contingências das comunidades, as assembleias zapatistas rompem com a lógica da decisão final que se impõe ao debate, fomentando o consenso como resultado de um verdadeiro processo de descoberta das vontades e anseios das coletividades.⁴²⁴ Com isso, evita-se, ainda, a formação de uma assembleia que se separe da comunidade, não sendo um órgão formalizado, mas antes um momento de encontro.

A construção das zonas zapatistas é orientada pela pluralidade. Tal condição se impõe até mesmo pela grande quantidade de distintos grupos indígenas que vivem e compõem a sociedade zapatista. Sua unidade não é homogênea ou planificadora, mas, ao contrário, é uma unidade da multiplicidade,⁴²⁵ ligando-se pelos propósitos e pela vontade de constituir formas-de-vida que valem a pena viver, no grande sonho anunciado pelo EZLN ainda na primeira *Declaración*, de 1994, quando afirmavam querer legar aos mexicanos de “depois de amanhã uma vida que não tenham vergonha de viver”.⁴²⁶

A união de grupos com diversas culturas, visões de mundo, mitologias, temporalidades e sonhos criou uma atmosfera que possibilita a aderência ao diferente, a abertura para indeterminações que não podem se fiar em identidades fixas e em projetos políticos cristalizados. Em suas formas políticas experimentadas, os zapatistas fazem de sua vida

⁴²² DARLING, Victoria Inés. La Episteme Zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.35, n.104, p. 1-21, mai. 2020.

⁴²³ DARLING, Victoria Inés. La Episteme Zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.35, n.104, p. 1-21, mai. 2020.

⁴²⁴ DARLING, Victoria Inés. La Episteme Zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.35, n.104, p. 1-21, mai. 2020.

⁴²⁵ DARLING, Victoria Inés. La Episteme Zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.35, n.104, p. 1-21, mai. 2020.

⁴²⁶ *DECLARACIONES de la Selva Lacandona*. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021, p. 18.

comunitária uma declaração permanente da possibilidade de construir outros mundos, mundos em que cabem muitos mundos e que podem romper com o capitalismo, com a representação política separadora, com a concentração do poder e com a miséria econômica. Não só a dimensão multicultural, mas as sinalizações e os avanços dos zapatistas para grupos oprimidos como mulheres, homossexuais, transsexuais, imigrantes e outros demonstram a capacidade de se atualizar e congregar diferentes lutas na frente zapatista.⁴²⁷ Em uma bela conclusão, Victória Darling afirma:

La episteme zapatista consiste en un conjunto de saberes que, articulados, funcionan como cristales para la construcción de interpretaciones sobre la realidad social. Esta episteme no se restringe a la materialidad de lo real, al mundo de lo fáctico, sino que permite pensar más allá de lo que acostumbramos a pensar como interpretación de lo que es, y proyectar lo que podría ser. De ese modo, los conocimientos son dinamizados y enriquecidos colectivamente permitiendo visualizar posibilidades de una realidad que excede los límites del presente. Los saberes zapatistas iluminan aspectos de lo político en el que el antagonismo se expresa a través de prácticas políticas basadas en experiencias de confrontación. De esta manera, abren caminos, señalan rumbos, subrayan obstáculos, anticipan destinos, denuncian desde la exterioridad del sistema estatal dominante la existencia de un modo de ser, estar y hacer política racista y excluyente, proponiendo otro modo de pensar lo común, lo público y lo diverso.⁴²⁸

Em 2019, mostrando a potência viva do movimento, os zapatistas anunciam novos *caracoles*, municípios autônomos e centros de resistências. Conforme o Comunicado do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comandância Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional, são agora doze *caracoles* e *Juntas de Buen Gobierno*, abarcando 27 municípios autônomos.⁴²⁹ O movimento permanece ativo, com informes e textos de reflexão política sendo divulgados constantemente, para dar visibilidade à ação contínua dos zapatistas em Chiapas e região.

Pensar um movimento que ainda está acontecendo é um desafio filosófico que deve ser abraçado pelo pensamento radical. Os zapatistas têm, como é inevitável, suas contradições, erros e problemas que poderão se mostrar fatais ao longo do tempo. Porém é certo que os elementos aqui apresentados colocam esse movimento ao lado de eventos de grande importância revolucionária, como a Comuna de Paris e a Revolução Russa de 1917, mantendo

⁴²⁷ Desde a *Quinta Declaración de la Selva Lacandona*, o EZLN faz referência a grupos marginalizados e oprimidos, clamando a união também de lutas como as ligadas às questões de gênero e sexualidade.

⁴²⁸ DARLING, Victoria Inés. *La Episteme Zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.35, n.104, p. 1-21, mai. 2020.

⁴²⁹ SUBCOMANDANTE Insurgente Moisés. Comunicado do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comandância Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional. *Enlace Zapatista*, México, ago. 2019. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/08/18/comunicado-do-comite-clandestino-revolucionario-indigena-comandancia-geral-do-exercito-zapatista-de-libertacao-nacional/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

viva a prova de que é possível criar comunidades diversas das estruturas sociais predominantes nos estados ocidentais contemporâneos.

Os casos tratados nesse capítulo têm em comum aspectos potentes que continuarão a ser aprofundados no próximo capítulo. Os quatro eventos são experiências insurrecionais que rejeitaram a representação política alienada, colocando em prática formas de delegação de tarefas e execução das decisões coletivas que se valem de cargos temporários e precários, mandatos revogáveis e socialmente controlados, com a permanência do poder político no conjunto da comunidade, e não em órgãos políticos especializados. Além disso, os processos decisórios são construídos de formas dinâmicas e abertas, sem os formalismos das repúblicas parlamentares, levando em conta a cultura e as experiências dos sujeitos envolvidos, em uma relação que modifica até mesmo a temporalidade acelerada e linear que impera nas instâncias de decisão e debate dos parlamentos ocidentais. As tentativas caminham na direção do autogoverno e da autonomia.

Ademais, os exemplos aqui discutidos colocaram em prática novas formas de se relacionar com a propriedade, a produção e as riquezas, em uma lógica que prima pela coletivização da terra e dos meios de produção, rompendo com a acumulação de bens e capital. A própria noção de necessidade é repensada, uma vez que as sociedades experimentadas se pautam pelo compartilhamento e pela ajuda mútua, mitigando a competição individual e a luta por sobrevivência que impera no capitalismo.

Essas características são fundamentais para pensar novos mundos democráticos e libertários, abrindo caminhos para uma filosofia fundada na *práxis* do movimento insurrecional. É isso que o próximo capítulo pretende realizar, refletindo sobre as possibilidades de insurreição no mundo presente, apostando em uma constelação de comunas para compor uma nova paisagem política.

3 COMUNA COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DE SINGULARIDADES ORGANIZADAS

Não há que fazer um esquema do que deveria ser uma insurreição, mas sim trazer a possibilidade do levante àquilo que nunca deveria ter deixado de ser: um impulso vital da juventude tanto quanto uma sabedoria popular.

Comitê Invisível. *A insurreição que vem*, p. 176.

Ao longo da história, os levantes mais potentes foram brutalmente massacrados. Apenas no século XX, temos diversos exemplos de como o extermínio foi utilizado para eliminar qualquer movimento democrático-radical que ganhasse forças para ameaçar os poderes dominantes. Os espartaquistas na Alemanha, os soldados de Makhno,⁴³⁰ os marinheiros de Kronstadt, os anarquistas espanhóis, todos foram movimentos que buscaram rupturas radicais com as estruturas de poder de suas respectivas épocas, e todos também sofreram imensamente por isso, pagando com a própria vida por terem apostado na insurreição.

Mesmo com esse histórico trágico, os levantes da multidão nunca cessaram de ocorrer. A emergência de episódios de violência e ação radical em vários momentos e locais demonstra como as lutas políticas correm pela história da humanidade em um movimento subterrâneo, que aflora de tempos em tempos para tentar dar corpo às lutas caídas do passado.⁴³¹ Enquanto essa pesquisa estava sendo feita, por exemplo, no ano de 2019, milhares de chilenos foram às ruas em protestos potentes contra o governo neoliberal de Sebastián Piñera e pela revogação da Constituição do país, que guardava resquícios da ditadura que governou o Chile entre as décadas de 1970 e 1990. A polícia e o exército chilenos reprimiram brutalmente o movimento, com episódios bestiais como o estupro de manifestantes pelas forças de segurança e os tiros de bala de borracha que deixaram ao menos 19 pessoas cegas de um olho.⁴³²

⁴³⁰ Néstor Ivánovitch Makhno liderou o Exército Insurgente Makhnovista, um grupo armado ucraniano de orientação anarquista que lutou, inicialmente, ao lado do Exército Vermelho dos bolcheviques russos, em 1917, mas depois foi perseguido e traído pelos soviéticos, uma vez que os insurretos não aceitaram se submeter ao centralismo bolchevique.

⁴³¹ TIQQUN. *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 49.

⁴³² CASOS de violência sexual contra manifestantes crescem no Chile. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 nov. 2019. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/crescem-as-denuncias-de-violencia-sexual-contra-manifestantes-no-chile.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2021; MONTES, Rocío. As histórias de quem perdeu a visão nos protestos do Chile: “senti o impacto, caí... saía muito sangue”. *El País Brasil*, 22 dez. 2019. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-21/olhos-feridos-das-revoltas-no-chile-senti-o-impacto-no-olho-cai-no-chao-saia-muito-sangue.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

O assassinato de Rosa Luxemburgo e de seus companheiros pelo governo social-democrata da Alemanha em 1919, ou o massacre dos marinheiros de Kronstadt pelos bolcheviques russos em 1921 são episódios que se conectam com a repressão sofrida pelos chilenos em 2019, cem anos depois. São evidências de que os eventos de abertura e indeterminação que marcam movimentos insurrecionais democráticos enfrentarão a resistência violenta das forças constituídas e de que, caso não consiga desmobilizar o levante por outros mecanismos, o Estado capitalista não hesitará em utilizar da força e do extermínio. Como nos lembra o Comitê Invisível:

É preciso encarar dois tipos de reações estatais. Uma é a de aberta hostilidade, a outra é mais sorrateira e democrática. A primeira apela à destruição sem discussão, a segunda a uma hostilidade sutil mas implacável: não pretende senão recrutar-nos. Podemos ser desfeitos pela ditadura, mas também pelo fato de sermos reduzidos a nunca mais nos opormos senão à ditadura. O fracasso consiste tanto em perder uma guerra como em perder a escolha da guerra a travar. As duas possibilidades são de resto possíveis, como ficou provado na Espanha de 1936: tanto pelo fascismo como pela República, os revolucionários foram ali duplamente vencidos.⁴³³

Portanto, as discussões acerca dos caminhos possíveis para a insurreição precisam partir da radicalidade. É apenas com a desinstituição dos dispositivos do poder constituído atual que poderemos pensar em viver em mundos diferentes do que temos hoje. À clássica pergunta “reforma ou revolução?”, pretendemos dar, nas próximas páginas, os contornos de uma resposta que passa pela aposta na insurreição democrática baseada na ideia de comuna autônoma e livre.

Contudo, inicialmente, discutiremos brevemente alguns conceitos que são importantes para o desenvolvimento e a melhor compreensão deste trabalho. Utilizamos, com frequência significativa, as palavras comunismo, comum e comuna. Esses são termos marcados por múltiplos sentidos e afetos no léxico político-filosófico, o que suscita questões sobre seus usos nas apostas aqui desenvolvidas. Para marcar as delimitações teóricas do projeto aqui construído, opondo-o a outras acepções possíveis dessas palavras, as próximas páginas serão dedicadas a explicitar melhor os sentidos empregados, incluindo também discussões importantes para o desfecho da pesquisa. Em seguida, aprofundaremos a argumentação acerca da comuna, abordada em três dimensões: os vínculos, a organização e a espacialidade.

3.1 Comunismo, comum e comuna

Inicialmente, é importante destacar que não objetivamos esgotar o conceito de comunismo, apenas refletir brevemente sobre seus usos, buscando justificar as razões que nos

⁴³³ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 153.

levam a adotar a comuna, e não o comunismo, como o nome preferencial das situações insurrecionais aqui trabalhadas. Entende-se que não se trata de uma questão bizantina ou de preciosismo teórico, uma vez que as tradições do pensamento e da *práxis* revolucionária são identificadas, não raro, pelo nome que ostentam. Reconhecendo as fantásticas realizações que se deram sob a bandeira do comunismo – como a Revolução Russa de 1917, seria leviano apenas abandonar esse conceito. Não é o objetivo deste trabalho reinventar a roda da revolução, nem mesmo criar novos nomes para as mesmas coisas, mas sim encontrar caminhos na concretude das lutas que possam melhor descrever os levantes e insurreições contemporâneos, sem lutar por qualquer hegemonia conceitual no campo do pensamento radical.

No *Manifesto comunista*, Karl Marx e Friedrich Engels expuseram como o mundo do século XIX foi constituído como um reflexo das relações burguesas e do modo de produção capitalista.⁴³⁴ O diagnóstico para aquela época não é tão diferente do momento presente, no qual as condições para a vida social são construídas também para perpetuar formas de dominação econômica específicas, submetendo o conjunto dos seres a vivências despotencializadas e fechando as saídas para outras possibilidades de existir no mundo. A realidade atual é legatária das condições narradas pelos autores do *Manifesto*, sendo útil compreender como elementos que hoje são vistos como fatos quase naturais foram, na verdade, fruto da ação da burguesia, conforme Marx e Engels expõem:

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente. A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em um só nação, com um só governo, um só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária.⁴³⁵

As estruturas sociais e as instituições que temos hoje, desde a metrópole moderna até o próprio conceito de nação, são construtos historicamente posicionados, com inícios identificáveis nas mudanças sociais dos últimos séculos. A prevalência de determinadas formas organização social não implica uma prova de sua qualidade, mas sim a capacidade de os atores políticos sustentarem determinado modelo para a perpetuação de seus interesses. Este mundo,

⁴³⁴ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 45.

⁴³⁵ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 45.

como já dissemos anteriormente, é apenas um dos possíveis. O comunismo, nesse sentido, é apresentado como outra possibilidade de existir no mundo, bem diversa da experiência dominante atual.

Ademais, cabe destacar que a distinção entre socialismo e comunismo também não é facilmente identificada na obra marxiana; de forma geral, é possível dizer que o comunismo seria apenas a situação final da luta do proletariado, após a superação completa do mundo capitalista. O socialismo, por sua vez, tem raízes histórico-filosóficas profundas, como demonstrado na parte III do *Manifesto comunista*, na qual Engels e Marx fazem uma revisão da “literatura socialista e comunista”, citando várias correntes históricas que debatem o socialismo, como a reacionária e a conservadora.⁴³⁶ Em determinado momento, citam o “socialismo e o comunismo crítico-utópicos”, mas não traçam as distinções entre esses dois conceitos.⁴³⁷ O termo socialismo, ao longo dos dois últimos séculos, foi amplamente utilizado por diferentes partidos de esquerda (e de direita), movimentos sociais e correntes político-filosóficas, o que acarretou uma cacofonia de sentidos e significados dificilmente compatíveis entre si. Com isso, o socialismo chega ao momento presente esvaziado de conteúdo radical, motivo pelo qual também optamos por não o utilizar. O Comitê Invisível, por sua vez, repudia o termo socialismo, avaliando que ele está relacionado apenas às relações internas das sociedades humanas, centrado na ideia de uma unidade coletiva que é composta por relações de externalidades entre os indivíduos, além de opor os seres humanos ao resto do mundo.⁴³⁸ Ademais, o Comitê Invisível afirma que foi Lênin quem falseou o conceito de comunismo, ao equipará-lo ao socialismo, sendo comunismo um termo, até o início do século, mais ligado aos anarquistas e à tradição libertária.⁴³⁹

Karl Marx evidencia, na obra *Crítica do programa de Gotha*, que a sociedade comunista surge de dentro do capitalismo, como não poderia deixar de ser.⁴⁴⁰ Se vivemos em uma sociedade capitalista, a luta por outra forma de vida só pode se dar dentro dessa realidade. O autor sustenta que o denominador comum das sociedades ocidentais é justamente o fundamento

⁴³⁶ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 59-67

⁴³⁷ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 65-68.

⁴³⁸ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 157-165.

⁴³⁹ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 160.

⁴⁴⁰ “Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu”. (MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 30).

capitalista de suas instituições, conformando um sistema que precisa ser combatido e substituído por outro, com estruturas bastante diferentes. Nas palavras de Marx:

Os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais. Nesse sentido, pode-se falar em “atual ordenamento estatal [*Staatswesen*]” em contraste com o futuro, quando sua raiz atual, a sociedade burguesa, tiver desaparecido.⁴⁴¹

Se o comunismo é a forma de se contrapor a esse estado de coisas baseado no capitalismo, cabe compreender brevemente o que é, para Marx, o comunismo. Importante ressaltar que o autor não criou uma fórmula precisa sobre todos as dimensões da sociedade comunista, antes, dedicou-se a refletir sobre os aspectos que precisam ser superados do capitalismo e projetou elementos que são fundamentais para esse processo ocorrer. Nesse sentido, o principal objeto do autor é o modo de produção baseado na propriedade privada, que o leva a defender a destruição de “todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes” pelo proletariado.⁴⁴² Os proletários são os trabalhadores – do campo e da cidade – que não detêm os meios de produção e que dependem da venda de sua força de trabalho para os patrões, estes últimos, detentores de terras, maquinários e demais propriedades que possibilitam a geração de riqueza.

Retomando a argumentação marxiana, o autor defende que o capital é um “poder social”,⁴⁴³ um produto coletivo que só pode funcionar pelos esforços de toda a coletividade. A camada mais baixa dessa sociedade, os proletários, são os atores que efetivamente movimentam a máquina produtiva, sendo constantemente subjugados pelos burgueses e tendo seus esforços produtivos expropriados pelos capitalistas para o enriquecimento pessoal destes. Por isso, os objetivos de um movimento libertador dos trabalhadores consistiriam na supressão da propriedade privada e, por consequência, na abolição de todas as formas de apropriação das forças produtivas.⁴⁴⁴

A burguesia se firmou como classe dominante após a Revolução Francesa, criando também toda uma estrutura social baseada na identidade dessa classe, fruto direto da forma de produção capitalista, como destaca Marx:

⁴⁴¹ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 42.

⁴⁴² ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 51.

⁴⁴³ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 54.

⁴⁴⁴ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 51.

vossas próprias ideias são produtos das relações de produção e de propriedade burguesas, assim como vosso direito não passa da vontade de vossa classe erigida em lei, vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de vossa existência como classe.⁴⁴⁵

É nesse sentido que uma das principais missões do movimento comunista seria, também, a constituição do proletariado em classe dominante, elaborando as identificações entre os trabalhadores como um elemento de ligação das lutas contra o capitalismo.⁴⁴⁶ A força dos proletários reside na sua capacidade de agir enquanto classe produtiva unida, ao ponto de ser capaz de derrubar a supremacia burguesa e, por fim, conquistar o poder político para si.

No *Manifesto comunista*, os autores defendem que é pela mudança das condições materiais da vida que serão alteradas suas condições subjetivas: “ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos; numa palavra, muda a sua consciência”.⁴⁴⁷ Faz sentido, portanto, que a aposta empreendida se concentre em elaborar um ataque firme às formas de produção capitalistas, entendendo que é pela sua abolição que o comunismo poderá efetivamente prosperar. Esse é o aspecto da luta de classes que precisa ser levado a cabo, uma vez que os burgueses se beneficiam da propriedade privada e das apropriações do trabalho pelo capital, sendo preciso que a classe proletária assuma o controle dos meios de produção para que outras formas de sociedade possam ser constituídas. Dessa maneira, nas palavras dos autores, “a revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; não admira, portanto, que no curso de seu desenvolvimento se rompa, do modo mais radical, com as ideias tradicionais”.⁴⁴⁸ Ainda, segundo Marx:

O modo de produção capitalista, por exemplo, baseia-se no fato de que as condições materiais de produção estão dadas aos não trabalhadores sob a forma de propriedade do capital e de propriedade fundiária, enquanto a massa é proprietária somente da condição pessoal de produção, da força de trabalho. Estando assim distribuídos os elementos da produção, daí decorre por si mesma a atual distribuição dos meios de consumo. Se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios trabalhadores, então o resultado seria uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual.⁴⁴⁹

⁴⁴⁵ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 56.

⁴⁴⁶ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 51

⁴⁴⁷ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 57.

⁴⁴⁸ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 58.

⁴⁴⁹ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 34.

Assim, o comunismo exige a transformação do caráter da propriedade, deixando de ser uma propriedade de classe e passando a ser propriedade comum, pertencente a todos da sociedade.⁴⁵⁰ Interessante ressaltar que Engels e Marx, ao menos no *Manifesto*, afirmam que o que caracteriza o comunismo “não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa”,⁴⁵¹ e continuam explicando que o comunismo não priva ninguém de “se apropriar dos produtos sociais”,⁴⁵² em uma definição dúbia que parece deixar em aberto a ideia de abolição da propriedade em favor de *uma outra forma de propriedade*. Nessa operação, suprime-se não apenas o modo de produção capitalista – ou burguês –, mas a própria individualidade burguesa, a base individualista da sociedade.⁴⁵³ Engels e Marx chamavam atenção para o fato de que a propriedade e a liberdade, assim como todos os direitos da sociedade capitalista, existem apenas enquanto direitos de uma classe, a burguesia, excluindo a imensa maioria da população da possibilidade de desfrutar dessa liberdade e da propriedade, uma vez que a existência de um patrão-proprietário implica a subjugação de seus subordinados trabalhadores.⁴⁵⁴ Com a supressão dessas estruturas burguesas, suprime-se o próprio antagonismo de classes, por meio da socialização dos meios de produção que, por consequência, extingue a capacidade de uma parcela da sociedade controlar o restante. Segundo os autores, “em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.⁴⁵⁵

Os autores do *Manifesto comunista* defendem que o comunismo só poderá ser alcançado pela “derrubada violenta de toda ordem social existente”.⁴⁵⁶ Para isso, a primeira fase da revolução comunista consiste na elevação do proletariado a classe dominante, o que Engels e Marx denominam de “democracia”.⁴⁵⁷ Nesse momento, o proletariado usará da força, da “intervenção despótica” (a ditadura do proletariado), para interferir na propriedade privada e

⁴⁵⁰ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 54.

⁴⁵¹ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 53

⁴⁵² ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 54.

⁴⁵³ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 54.

⁴⁵⁴ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 55.

⁴⁵⁵ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 60.

⁴⁵⁶ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 70.

⁴⁵⁷ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 59

nas estruturas produtivas, utilizando-se do poder do Estado para realizar mudanças radicais na sociedade, desde a expropriação da propriedade fundiária, passando pela centralização dos meios de comunicação nas mãos do Estado, até a implementação de educação pública e gratuita a todas as crianças.⁴⁵⁸ Essa etapa, comumente chamada de socialismo, é um momento de transição, necessário para romper com o domínio e as estruturas burguesas, após a qual o comunismo pleno será atingido, quando não mais será necessário o uso da força, nem mesmo a existência da classe proletária como classe dominante:

Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe.⁴⁵⁹

Aqui surge uma das grandes críticas à teoria comunista de Marx, pois a aposta no uso do Estado, mesmo que estrategicamente, para elevar o proletariado à posição superior aos demais, representa uma ruptura brutal com uma perspectiva democrático-radical, como discutido no primeiro capítulo. Contra isso, preferimos a defesa do Comitê Invisível, que sustenta que “o comunismo não é uma finalidade. Não há ‘transição’ em direção a ele. Ele é de todo transição: ele está em caminho. As diferentes maneiras de habitar o mundo jamais cessarão de cruzar-se, de se chocar e, em certos momentos, de se combater”.⁴⁶⁰ O comunismo não é um momento futuro, mas o devir no presente, a capacidade de viver, desde já, de forma diferente. Nesse mesmo sentido, Marcelo Tarì, ao narrar a realidade do processo da Autonomia italiana, afirma que

a luta pelo poder já não queria dizer, como nos clássicos, uma luta pela conquista da máquina de Estado, mas sim a difusão de zonas liberadas nas quais se poderia criar uma forma de vida comunista: contra o Estado, sem transição socialista, sem delegar a ninguém, sem renunciar a nada no plano da satisfação comum dos desejos.⁴⁶¹

Contudo, a defesa do uso do Estado como instrumento da revolução é feita criticamente por Marx. Na *Crítica do programa de Gotha*, o autor deixa claro que o Estado é “uma instituição

⁴⁵⁸ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 58.

⁴⁵⁹ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 60.

⁴⁶⁰ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 184.

⁴⁶¹ TARÌ, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia, Itália 1970*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 43.

transitória, da qual alguém se serve na luta, na revolução, para submeter violentamente seus adversários”,⁴⁶² reconhecendo que o Estado, assim como seus elementos de sustentação, como o direito, serão superados na futura sociedade comunista, por serem apenas reflexos das relações de produção capitalistas.⁴⁶³ ⁴⁶⁴ Na sociedade comunista, superadas as divisões e imposições capitalistas, quando, “juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância”,⁴⁶⁵ a máxima será “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”.⁴⁶⁶ Essa afirmação implica uma concepção nova sobre as formas de distribuição da riqueza social, assim como uma relação de libertação entre o trabalho e a produção, conformando o cerne da sociedade comunista.

A visão do trabalho livre e da justa distribuição da produção está diretamente ligada ao rechaço ao Estado enquanto poder político autônomo, compreendido como desdobramento da divisão do trabalho, formando um organismo que se separa da sociedade.⁴⁶⁷ Marx afirma que o Estado “não é mais do que um despotismo militar com armação burocrática e blindagem policial, enfeitado de formas parlamentares, misturado com ingredientes feudais e, ao mesmo tempo, já influenciado pela burguesia”,⁴⁶⁸ não havendo lugar para ele na futura sociedade comunista. O autor defende que não é possível falar em liberdade ou justiça dentro dos marcos estatais, por sua ligação direta ao modo de produção capitalista; assim, Marx propõe a substituição do conceito de Estado por *Gemeinwesen*, termo alemão equivalente ao francês *commune*, isto é, comunidade, comum.⁴⁶⁹

Interessante notar que, para o Comitê Invisível, grupo bastante crítico sobre determinados aspectos da teoria marxiana, e que escreve quase dois séculos após o autor alemão, “a questão do comunismo é a questão da comunidade”.⁴⁷⁰ Os autores entendem a comunidade como a experiência vivida coletivamente, com a derrubada das barreiras entre os seres e entre os seres e o mundo. São os afetos, as amizades e os agenciamentos dos vínculos

⁴⁶² MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 55.

⁴⁶³ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 33; 55.

⁴⁶⁴ Ainda, conforme expõe Marx, “entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado”. (MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 43).

⁴⁶⁵ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 33.

⁴⁶⁶ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 33.

⁴⁶⁷ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p.44

⁴⁶⁸ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 44.

⁴⁶⁹ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 55.

⁴⁷⁰ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 155.

estabelecidos entre os seres, em determinada situação, que constituem uma comunidade. O comunismo, portanto, é a permanente constituição de comunidades, experiências vividas coletivamente com a destituição das separações sociais, ao abrir-se para o mundo e para os outros em movimentos de ligação que não pretendem se cristalizar nem na identidade econômica do indivíduo moderno, nem na concepção de uma comunidade enquanto entidade unitária e excludente – que equivale à “sociedade” –, pois “não há eu e o mundo, eu e os demais, há eu com os meus, neste pequeno pedaço de mundo que amo”.⁴⁷¹ As noções de indivíduo e sociedade seriam duas grandes ficções reforçadas pela economia, constantemente colocadas como opostas e conflitantes, com o objetivo de promover essa falsa dicotomia entre o ser localizado e o mundo que o rodeia, quando, na verdade, o que existe são vínculos entre fragmentos de seres e fragmentos de mundos, que se tocam e se afetam de muitas maneiras.⁴⁷² Ainda, segundo os autores:

A operação de que vive a ficção social consiste em pisotear tudo o que faz a existência situada de cada ser humano singular, em apagar os vínculos que nos constituem, em negar os agenciamentos nos quais entramos, para, na sequência, recuperar os átomos, bastante estropiados, assim obtidos, e colocá-los em uma ligação de todo fictícia – o famoso e espectral “vínculo social”. De modo que se contemplar como ser social é sempre se apreender desde fora, relacionar-se consigo abstraído de si mesmo. A marca própria da apreensão econômica do mundo é não capturar nada a não ser que seja exteriormente.⁴⁷³

Ademais, a argumentação do Comitê é contrária à de Marx principalmente nas discussões sobre a economia e a produção, uma vez que o Comitê sustenta que o comunismo é o oposto da economia, sendo necessário destituí-la enquanto realidade de mundo, e não a modificar ou a controlar. É nesse sentido que afirmam que “a verdadeira questão comunista não é ‘como produzir?’, mas ‘como viver?’”,⁴⁷⁴ isto é, a centralidade do comunismo está na forma-de-vida, nas práticas e dimensões da vivência que transbordam da economia. Nesse cenário, a forma de produção, o trabalho, a distribuição das riquezas e a propriedade são aspectos que

⁴⁷¹ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 156.

⁴⁷² “Os vínculos entre os seres não se estabelecem de entidade a entidade. Todo vínculo se dá de fragmento de ser a fragmento de ser, de fragmento de ser a fragmento de mundo, de fragmento de mundo a fragmento de mundo. Ele se estabelece aquém e além da escala individual. Agencia imediatamente entre elas porções de seres que, de uma só vez, descobrem-se no mesmo nível, experimentam-se como contínuos. Essa continuidade entre fragmentos é o que se sente como ‘comunidade’. Um agenciamento. É isso que experimentamos em todo encontro verdadeiro. Todo encontro recorta em nós um domínio próprio em que se misturam indistintamente elementos do mundo, do outro e de si”. (COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 168).

⁴⁷³ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 163.

⁴⁷⁴ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 184.

precisam ser encarados para além da economia e do terreno imposto pelo capitalismo, uma vez que as transformações revolucionárias se dão muito mais no microcosmo dos vínculos do que na mudança estrutural das formas econômicas. A deserção em relação ao capitalismo e à economia está incluída na deserção das condições do mundo que separam os seres e impedem a libertação das potências coletivas, não sendo necessariamente o ponto de partida obrigatório, pois o comunismo não é a socialização de tudo, mas sim a destotalização geral.⁴⁷⁵

As discussões sobre o comunismo desenvolvidas por Marx são, certamente, as mais influentes na filosofia moderna; porém, a tradição que debate o socialismo é bastante vasta, como aponta a revisão de literatura realizada na já citada parte III do *Manifesto comunista*. Pensadores como François Marie Charles Fourier, Henri de Saint-Simon e Robert Owen, considerados socialistas utópicos por Marx; assim como Pierre-Joseph Proudhon, importante expoente do socialismo na França do século XI, são todos anteriores ou contemporâneos a Marx, desenvolvendo teorias próprias do socialismo que conflitavam e divergiam dos escritos marxianos.

Depois de Marx, autores de múltiplos matizes ideológicos, ligados às ideias marxistas com maior ou menor intensidade, como Vladimir Lênin, György Lukács, Léon Trotsky, Antonio Gramsci e diversos outros, continuaram a desenvolver teorias sobre o socialismo e o comunismo. Como não é o objetivo do presente trabalho realizar uma arqueologia do conceito, tampouco expor, de forma exaustiva, seus usos, vamos nos abster de especificar as variações e modificações que o conceito de comunismo sofreu no século XX. É importante, contudo, compreender que existem tradições do pensamento que têm no comunismo um conceito-chave, tendo a teoria marxiana estabelecido as bases de *práxis* comunistas nos últimos séculos. Como visto, existem definições e conceitos vinculados à revolução comunista de Marx que constituem um quadro específico para as práticas revolucionárias. Nesse sentido, não existe um *comunismo* abstrato ou transcendente, mas sim ideias sobre o comunismo ativamente construídas por autores e militantes revolucionários, o que implica um conceito que se define, nos dias de hoje, *a priori*, antes mesmo da experiência concreta, por se referenciar e se filiar a determinadas correntes do pensamento e da prática comunistas do passado.

O comunismo traz consigo uma história de debates, amarras teóricas, disputas narrativas e prescrições revolucionárias que são, certamente, ricas e potentes, mas que também criam dificuldades para a ressignificação do conceito e para sua aplicação em contextos diferentes daqueles que são habitualmente categorizados como comunistas. Ao se falar em

⁴⁷⁵ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 184.

movimento comunista, são evocados conflitos que, nesse momento, talvez sejam despontualizadores para as práticas insurrecionais. É preciso, por exemplo, afirmar que o comunismo não é aquilo que Stálin fez na União Soviética; diferenciar as diferentes correntes, como a maoísta ou as leninistas, e dizer o que de cada uma será aproveitado ou descartado; sustentar ou negar a necessidade de constituição de uma classe revolucionária e formular muitas outras ponderações que são imediatamente suscitadas ao se falar nessa poderosa palavra. Em síntese, é possível dizer que o *uso indiscriminado* do termo “comunismo”, assim como de tantas outras belas palavras – como a democracia –, desgastou sua potência para descrever as insurreições do presente.

Não é o objetivo declarar a superação do comunismo como prática ou como ideia, mas sim dizer que é possível ver a realidade por outro ângulo e, por consequência, por outro léxico, como nos lembram Hardt e Negri: “frequentemente descobriremos nosso vocabulário político insuficiente para apreender as novas condições e possibilidades do mundo contemporâneo”.⁴⁷⁶ Nesse sentido, o uso da palavra *comuna* não pretende encerrar um conceito ou uma ideia ontológica. Não é o objetivo desta reflexão substituir as estruturas filosóficas e as tradições do pensamento revolucionário que se desenvolveram sob nomes diversos – como o comunismo. Ao contrário, a opção pela *comuna* se faz justamente por seu caráter aberto, em permanente construção, desvinculado de grandes filosofias que têm parâmetros e métricas já definidos.

A comuna é uma realidade imediata que poderia ser chamada de muitos outros nomes, como ocorre frequentemente na história. O segundo capítulo buscou demonstrar como eventos insurrecionais em diferentes contextos podem ser aproximados em determinados aspectos, identificando, *a posteriori*, as comunas a que podemos nos vincular ou das quais desejamos nos afastar, mas nunca como um receituário que deve ser aplicado à risca para ser considerado potente. Os soviets russos podem ser chamados de comunas, assim como os *Comités de la Defensa* da revolução espanhola ou, ainda, os *caracoles* zapatistas. A comuna suscita novas perguntas; alia-se à geografia e aos afetos de maneiras não plenamente teorizáveis; afirma mundos que não precisam se vincular a essa ou àquela vertente do pensamento crítico. É a situação que, apesar de colocar em prática realidades que podem ser plenamente identificáveis com determinado conceito de comunismo, não busca realizar uma ideia comunista pré-concebida, nem se limitar para caber nos parâmetros de determinada teoria.

⁴⁷⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 11.

O Comitê Invisível afirma que o comunismo é “toda alternativa entre individual e coletivo”,⁴⁷⁷ buscando escapar tanto da esfera privada e atomizada do indivíduo quanto da entidade coletiva social artificialmente construída. Também com esse objetivo, muitos autores buscam, no conceito do *comum*, uma alternativa para pensar e viver o mundo de maneiras diversas das impostas pelas díades modernas. Para contextualizar essas discussões, exploraremos o trabalho de duas duplas de autores, Pierre Dardot e Christian Laval, e Antonio Negri e Michael Hardt, tendo em vista o resgate histórico que realizam sobre o conceito de comum, atualizando as possibilidades de uso dessa palavra nas lutas atuais.

Michael Hardt e Antonio Negri desenvolvem no livro *Bem-estar comum* a aposta em uma vivência democrática baseada no comum. Os autores chamam de comum aquilo que está disponível na natureza, como o ar, a água, as plantas – tudo aquilo que pode ter sido, em maior ou menor grau, capturado pelo capitalismo e inserido na dinâmica da propriedade privada e do uso social permitido e controlado pelos Estados, mas que, ao mesmo tempo, não pode ser totalmente apropriado por esses dispositivos e escapam ao controle total. Além disso, o comum é também o resultado da produção biopolítica e da convivência entre os seres, aqueles elementos da vida que são abundantes e intensamente significativos para a constituição de relações humanas, como os símbolos, a linguagem, a informação e os afetos. A existência de uma multidão produtiva implica essa proliferação de um comum que é, ao mesmo tempo, a base para a socialização moderna e também a consequência das interações da multidão.⁴⁷⁸ A concepção do comum não vem imbuída de uma análise axiológica unívoca de seu uso atual, uma vez que os autores identificam uma profunda ambiguidade e uma permanente disputa nas possibilidades de experimentação desses comuns, trabalhando nas dimensões de incentivo e limitação das formas do comum, como se vê:

Esse conceito do comum não coloca a humanidade separada da natureza, seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se, antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais. Na era da globalização, tornam-se cada vez mais centrais as questões da manutenção, produção e distribuição do comum, nesses dois sentidos – de produção e limitação – e tanto no contexto ecológico quanto socioeconômico.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 171.

⁴⁷⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 8.

⁴⁷⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 8.

Nas formas de produção e desenvolvimento do capitalismo atual, o comum assume cada vez mais centralidade, uma vez que vem sendo privatizado pela economia.⁴⁸⁰ As profissões do cuidado, os serviços de entretenimento, a internet e as empresas de tecnologia operam, em grande medida, pelo uso e captura do comum. A gestão de empresas como a Google, por exemplo, que trabalham com a captura de todas as dimensões da vida para otimizar seus produtos e vender informações, mapeando a localização e os trajetos dos usuários, arquivando preferências e históricos de pesquisa, controlando as necessidades que expomos diariamente ao procurarmos por determinado produto ou serviço: tudo isso é fruto, também, de uma produção constante que nós mesmos, enquanto coletividade, realizamos ao simplesmente vivermos na era da tecnologia. Esse resultado é comum na medida em que não é totalmente apropriado por uma empresa, mas cria, também, identificações, linguagens e marcadores sociais que podem ser usados de outras maneiras.⁴⁸¹ O problema, como lembra o Comitê, é que aqueles que detêm o efetivo controle desses meios e da operacionalização dessas tecnologias são os inimigos.⁴⁸²

Para Hardt e Negri, o comum existe para além das formas que experimentamos no cotidiano, desenvolvendo o argumento de que ele seria uma realidade ontológica, uma vez que “toda instituição social repousa no comum e é definida pelo comum que utiliza, arregimenta e cria”,⁴⁸³ assim como o próprio modelo capitalista depende desse comum para operar. São os usos do comum que definem se ele atua para potencializar as vivências e os vínculos ou, ao contrário, se é apropriado pelo capital em um processo de controle e homogeneização dos seres e do mundo. Um exemplo ilustrativo seria o da metrópole moderna,⁴⁸⁴ que produz o comum pelas interações de seus habitantes (o ruído da cidade, a circulação de pessoas e veículos, os símbolos que se proliferam nas ruas), assim como usa do comum (dos rios, das árvores, da qualidade do ar). Seria possível, portanto, perceber usos livres e autônomos desse comum pelos seres, que são os produtores de suas vidas coletivas dentro da metrópole e poderiam utilizar de todos esses elementos comuns para experimentar formas de vidas diversas. Contudo, as forças do capital atuam para privatizar, monetizar e incluir exceptivamente esse comum no reino da

⁴⁸⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 8.

⁴⁸¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 10

⁴⁸² COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 188.

⁴⁸³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 183.

⁴⁸⁴ Desde já, cabe ressaltar que os autores consideram a metrópole como um “amplo reservatório de bem-estar comum”, uma posição que é criticada por outras linhas argumentativas, como a desenvolvida pelo coletivo mexicano Conselho Noturno, para quem a metrópole só pode ser o oposto da comuna. Alinhamo-nos a estes últimos, cujas ideias serão expostas mais adiante.

economia. É por isso que o mercado imobiliário expande seus conceitos para precificar a proximidade de um imóvel a um bairro culturalmente ativo, ou a distância do imóvel em relação a rodovias movimentadas, ou o nível de poluição do ar, enfim: todos os elementos que não existem propriamente como privados nem públicos, mas que sofrem as investidas apropriadoras do capital para que não sejam percebidos e utilizados enquanto comuns, mas apenas dentro da lógica econômica.⁴⁸⁵

É nesse sentido que Hardt e Negri percebem a ambiguidade existente na ideia de comum. Para eles, “existem formas do comum que aumentam nossa capacidade de agir e pensar juntos”, enquanto outras diminuem essa capacidade.⁴⁸⁶ Interessante notar que os autores consideram que as formas “maléficas” do comum, aquelas que bloqueiam as redes de troca e despotencializam os vínculos entre os seres são, na verdade, formas de *corrupção* do comum, denotando que existe uma valoração do comum como um meio positivo/libertador *a priori*.⁴⁸⁷ São formas de corrupção do comum, além do capital: a família, a corporação e a nação. Contudo, nos três últimos casos haveria uma disputa interna, uma vez que essas instituições permitem o acesso ao comum ao mesmo tempo que bloqueiam seus usos para condicioná-los a determinadas formas de viver. A família, por exemplo, performa positivamente o comum nas experiências de afeto, cuidado e cooperação, mas a formatação atual da família é também opressora, patriarcal e delimitadora de identidades fixas (o pai, o papel submisso da mulher etc.), além de impedir que outras formas de afeto, cuidado e cooperação assumam lugares de destaque nas coletividades humanas, ao posicionar a família como instituição necessária e incontornável, reforçando a ideia de um uso do comum que atua para barrar seu desenvolvimento livre e criativo.⁴⁸⁸

Contra a corrupção do comum, o êxodo desponta como caminho possível. O êxodo não é a fuga necessariamente física de um espaço controlado pelas instituições corruptoras do comum. Como visto, o comum abarca tanto os aspectos tidos como naturais como aqueles fruto da ação humana, sendo impossível pensar fora desse esquema da realidade. O êxodo seria, nesse contexto, a capacidade de contornar as imposições da corrupção do comum pelas instituições, a resistência ativa que procura vivenciar e potencializar as linhas produtivas do comum já

⁴⁸⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, pp. 177-180.

⁴⁸⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 183.

⁴⁸⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 183-184.

⁴⁸⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 184-185.

experimentadas no mundo presente. É a ideia de se subtrair ao esquema dominante de captura da potência produtiva da multidão para erigir vínculos coletivos que façam outros usos do comum.⁴⁸⁹ Conforme defendem Hardt e Negri:

a força de trabalho biopolítica que se subtrai à relação com o capital precisa descobrir e construir novas relações sociais, novas formas de vida que lhe permitam concretizar sua força produtiva. No entanto, este êxodo não significa necessariamente ir para outro lugar. Supõe traçar uma linha de fuga permanecendo exatamente no mesmo lugar, transformando as relações de produção e o modo de organização social sob os quais se vive.⁴⁹⁰

Essas formulações acerca do comum são lastreadas por conceitos e apostas que não necessariamente se coadunam com o projeto construído neste trabalho, a exemplo da ideia de que a forma produtiva do capitalismo atual seria, também, uma porta para a insurreição, tendo em vista a predominância do comum na economia moderna. Também não subscrevemos à centralidade dada ao conceito de comum, que, apesar de fornecer discussões ricas e potentes, parece se sobrepor às realidades das lutas imanentes, em uma tentativa de traçar uma linha hegemônica para a ação revolucionária.⁴⁹¹ Contudo, uma dimensão democrático-radical tem no comum um importante elemento de desinstituição da propriedade privada, do indivíduo e das separações infligidas em todos os aspectos da vida. A aposta em uma vida comum é, em certa medida, o que a comuna traz para o mundo, como será visto adiante.

Antes, porém, cabe destacar o trabalho dos pesquisadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval, que resgatam o comum como um princípio das lutas atuais contra as dinâmicas do capital e dos dispositivos políticos dominantes. Para os autores, os confrontos iniciados na década de 1980 contra o neoliberalismo e a governança global, impulsionados pelas discussões em torno das questões climáticas e de acesso aos recursos naturais, deram início a uma forma de luta que busca se contrapor tanto à propriedade privada propriamente dita quanto às noções estatais de propriedades e bens públicos, que teriam se tornado uma versão coletivizada da propriedade privada, reservada à classe dominante. Os movimentos, então, encontram no comum uma alternativa a esse cenário, um elemento de articulação dos diferentes movimentos que querem instituir novas formas sociais.⁴⁹² Ainda, para os autores,

⁴⁸⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 175.

⁴⁹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 176.

⁴⁹¹ Esse aspecto é criticado também pelo Comitê Invisível, ao questionar a tentativa dos “negrianos” de constituir uma hegemonia na ação revolucionária. (COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 187).

⁴⁹² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 12-15.

termo central da alternativa ao neoliberalismo, o “comum” tornou-se princípio efetivo dos combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso. Longe de ser pura invenção conceitual, é a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Nesse sentido, o termo “comum” designa não o ressurgimento de uma Ideia comunista eterna, mas o surgimento de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação. É também uma maneira de dar as costas ao comunismo de Estado definitivamente.⁴⁹³

A centralidade do comum está lastreada em seu ressurgimento no bojo dos movimentos contestatórios do final do século XX, sendo analisado teoricamente a partir de seus usos por lutas concretas. Dardot e Laval explicam que o termo é resgatado como memória de outro momento histórico, os cercamentos que ocorreram na Europa medieval, quando se modificaram radicalmente as estruturas sociais dos camponeses, que utilizavam as terras de maneira coletiva, comunal.⁴⁹⁴ Essas terras, que eram comuns (*commons*), passaram a ser cercadas para o uso individual, privilegiando a privatização e a exploração desigual da capacidade produtiva das terras, relegando os camponeses à condição de empregados explorados pelos donos das propriedades e rompendo os vínculos comunitários compartilhados por essas coletividades, como já vimos no primeiro capítulo. O uso do termo “comum” pelas lutas das últimas décadas seria uma forma de se contrapor ao que é chamado de “segunda onda de cercamentos”, isto é, a privatização ainda mais intensa das condições da vida.⁴⁹⁵ Contra esse processo, o comum emerge como a apropriação livre e não separada pelos seres de todas as dimensões da vida, em uma relação de uso que não se confunde com a propriedade ou com o pertencimento a identidades fixas.

Dardot e Laval retomam a raiz etimológica da palavra comum para melhor explicarem sua potência no momento atual. Segundo os autores, *comum* é uma junção dos termos latinos *cum* (com) e *munus*, cujo significado seria um tipo de prestação e contraprestação ligadas a encargos, designando o que deve ser cumprido (uma obrigação) e o que é dado em troca como recompensa. Em síntese, o comum seria a relação que se estabelece em uma situação coletiva específica e que coobriga os envolvidos nessa mesma situação, relacionando-se aos conceitos de reciprocidade e partilha. Há, também, uma dimensão constitutiva no comum, uma vez que o agir comum possibilita a criação das normas morais e jurídicas que regulam a ação, no sentido

⁴⁹³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 16.

⁴⁹⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 17.

⁴⁹⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 17.

de que geram obrigações que só podem ser especificadas dentro da própria atividade nas quais os partícipes se engajaram.⁴⁹⁶ Explicam os autores:

É compreensível, sobretudo, que os termos *communis*, *commune*, *communia* ou *communio*, todos formados a partir da mesma articulação de *cum* e *munus*, queiram designar não apenas o que é “posto em comum”, mas também e principalmente os que têm “encargos em comum”. Portanto, o comum, o *commune* latino, implica sempre certa obrigação de reciprocidade ligada ao exercício de responsabilidades públicas. Deduz-se disso que o termo “comum” é particularmente apto a designar o princípio político da *coobrigação* para todos os que estejam engajados numa mesma atividade. Ele dá a entender o duplo sentido presente em *munus*: ao mesmo tempo obrigação e participação numa mesma “tarefa” ou numa mesma atividade – de acordo com um sentido mais amplo que o da estrita “função”.⁴⁹⁷

Ao contrário de Hardt e Negri, os autores franceses não definem o comum como sendo o fruto da produção da multidão, nem como *o que é comum* (no sentido de *coisa* comum), a exemplo do ar ou da chuva. Para eles, o comum é um princípio político que orienta e ordena a instituição social de novas formas de relações sociais, um princípio que direciona o agir comum e a política do comum.⁴⁹⁸ Essa política do comum se coloca contra o capitalismo e, fundamentalmente, contra a propriedade privada e o domínio de alguns sobre os bens e as coisas do mundo.⁴⁹⁹ Ademais, a política do comum rejeita qualquer transição autoritária ou a simples tomada do Estado, distanciando-se de certas correntes do comunismo, procurando um agir comum que seja democrático e que se expanda para todas as dimensões da vida. A democracia é posicionada como elemento necessário na forma política revolucionária do agir comum, defendendo que a finalidade da atividade orientada pelo comum não deve ser separada das “relações que constroem entre si para realizá-la juntos”, isto é, os vínculos criados no agir comum são a base primeira e última para a instituição democrática da nova forma de vida que se pretende criar.⁵⁰⁰

O agir comum é a instituição do autogoverno, uma vez que seu pilar é o comprometimento consciente de seus partícipes, como visto na etimologia da palavra. É um princípio que leva à abertura e à liberdade das ações dentro das molduras estabelecidas pelos próprios atores envolvidos na dinâmica social, prescindindo de normas separadas da

⁴⁹⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 24 e 25.

⁴⁹⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 25.

⁴⁹⁸ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 481.

⁴⁹⁹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 488.

⁵⁰⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 478.

coletividade. Dispositivos como um ordenamento jurídico geral e compulsório deixam de fazer sentido em uma realidade orientada pelo comum, pois suas normas são produzidas na constância da atividade de se viver em conjunto, em uma dimensão precária.⁵⁰¹ Nas palavras dos autores:

A política do comum é sempre transversal às separações instituídas, ela efetiva uma exigência democrática ao mesmo tempo generalizada e coerente: é literalmente “por toda parte”, em todos os domínios, que os homens agem em conjunto e devem ter a possibilidade de participar das regras que os afetam, do governo das instituições nas quais atuam, vivem e trabalham. Essa política do comum não é exclusividade das pequenas unidades de vida e trabalho, separadas umas das outras. Ela deve permear todos os níveis do espaço social, do local ao mundial, passando pelo nacional.⁵⁰²

Nesse sentido, Dardot e Laval definem comuna como o nome do autogoverno local, animado pelo princípio do comum. Eles identificam a comuna em movimentos de ocupação de praças ocorridos na primeira metade da década de 2010, quando esses locais se tornaram espaços de vida, “um lugar onde se experimentava a comunhão de práticas e formas de ação”⁵⁰³ (*Occupy Wall Street*; o movimento do Parque Gezi e outros). Não por acaso, os autores citam o exemplo da Comuna Taksim, um conjunto de pessoas que se organizaram politicamente para ocupar a praça Taksim em Istambul. No bojo do movimento contra as políticas autoritárias de Erdogan na Turquia em 2013, com bandeiras pela democratização da cidade, liberdade de expressão e mudanças estruturais na sociedade turca, surgiu a “Comuna Taksim”, resultado direto da convivência de milhares de pessoas nos protestos e na ocupação do espaço urbano, uma insurreição orientada por dimensões do comum que se converteu na instituição de uma comuna precária e temporária, mas que colocou em ação afetos e práticas radicalmente diferentes das até então experimentadas.

A distinção que os autores fazem entre a comuna e o comum ajuda a esclarecer por que escolhemos dar maior relevância ao primeiro. A comuna seria o momento particular, a afloração do comum que se presentificou em uma ação conjunta dos sujeitos; enquanto o comum é o princípio que rege e anima não só o evento específico da comuna, mas todo e qualquer momento similar. Como veremos, a comuna não pretende ser um princípio universal da ação insurrecional. Assim, temos certas reservas quanto à teoria de Dardot e Laval, por tentarem criar um princípio que antecede, abstratamente, os momentos da ação. Segundo os autores,

⁵⁰¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 485 e 486.

⁵⁰² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 486.

⁵⁰³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 20.

mesmo que só possa ser colocado em prática na imanência, o comum existiria para além das condições específicas que o colocam em circulação, uma vez que é um princípio ontológico. Essa concepção entra em conflito com um pensamento radical que aposta em movimentos abertos e autoconstitutivos, motivo pelo qual trazemos a comuna novamente à centralidade da discussão.

Inserida na busca por um léxico insurrecional potente, a comuna ecoa pela tradição dos oprimidos ao longo da história, antes e depois de seu grande homônimo, a Comuna de Paris. A tentativa deste trabalho, portanto, é a de posicionar a comuna como um nome possível para as situações de insurreição nas quais certos elementos estejam presentes. Seria possível definir a comuna como uma negativa a alguns aspectos da sociedade atual, como o Estado, enquanto unidade separada do poder político; a representação política, como operação de retirada do poder das coletividades ou a economia capitalista proprietária. Mas a potência da comuna que defendemos está principalmente em sua positividade.

A comuna é o que se forma em um acontecimento que altera nossa maneira de estar no mundo, que promove encontros capazes de desinstituir as separações do mundo atual e colocar em ação outros afetos, gestos, relações, enfim, outras formas-de-vida.⁵⁰⁴ É algo próximo ao conceito de *evento* definido por Alain Badiou. Para o autor, há um estado da situação – ou apenas Estado – que existe para delimitar o que é possível e o que não é. Hoje, o estado da situação é o capitalismo, o ordenamento jurídico, a representação parlamentar, entre outros elementos definidores da nossa realidade política no presente. Esse conjunto de elementos atua para estabelecer “a possibilidade dos possíveis”, isto é, para criar as limitações do que pode e do que não pode acontecer, um quadro que restringe as possibilidades e afirma que o que está além dele é impossível.⁵⁰⁵ O Estado atua para fechar todas as saídas, falsear a realidade como se esta fosse um conjunto limitado de possibilidades previsíveis e definidas, quando, na verdade, o que há é o caos potente de inúmeras possibilidades. O evento, por outro lado, é justamente o que escapa ao estado/Estado, é a situação que demonstra ser possível aquilo que o Estado estabeleceu como impossível. Nas palavras do filósofo:

Denomino “evento” uma ruptura na disposição normal dos corpos e das linguagens tal como ela existe para uma situação particular [...]. O que é importante aqui é notar que um evento não é a realização de uma possibilidade interna à situação ou dependente das leis transcendentais do mundo. Um evento é a criação de novas possibilidades. Situa-se não simplesmente no nível das possibilidades objetivas, mas no nível da possibilidade dos possíveis.⁵⁰⁶

⁵⁰⁴ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 111

⁵⁰⁵ BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 72-73.

⁵⁰⁶ BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 72.

É nesse sentido que o Comitê Invisível define a comuna como uma decisão de ruptura com a normalidade para colocar em circulação outras formas de viver em conjunto no mundo: “a comuna constitui-se quando seres se encontram, se entendem e decidem caminhar juntos. A comuna será talvez aquilo que se decide quando seria normal a separação”,⁵⁰⁷ afirmam os autores. O evento que cria a comuna é uma afirmação de *algo diferente* das possibilidades permitidas e incentivadas pelas condições dominantes.⁵⁰⁸ A comuna emerge quando, por exemplo, um grupo de pessoas decide ocupar um imóvel abandonado no centro de Belo Horizonte, estabelecendo ali uma relação de uso comum – não proprietário – com esse espaço, colocando em circulação solidariedades e amizades para acolher os que não têm para onde ir, promover eventos culturais e artísticos, ser um centro de resistência e ação;⁵⁰⁹ ou ainda quando pessoas de vários lugares abandonam suas vidas para lutar, por quatro anos, contra a construção de um aeroporto nas imediações da cidade francesa de Nantes, evitando uma série de desdobramentos nocivos, como a expulsão de famílias pobres, os danos ambientais e a intensificação dos problemas metropolitanos.⁵¹⁰

Percebe-se que se trata de um conceito alargado, que alberga uma gama de experiências e situações espalhadas por todo o mundo. Não era o objetivo final dos parisienses em 1871 criar uma comuna, mas simplesmente viver de forma diferente, vincular-se aos seus pares para presentificar uma realidade que lhes era negada pelos senhores e por toda estrutura social vigente; a comuna é apenas um nome possível para essa outra vida. Essa é a aposta forte deste trabalho: prescindir de conceitos que prescrevam fórmulas pré-concebidas, analisar a concretude das vivências que são colocadas em prática em determinadas situações e salientar que a insurreição já aconteceu ali, não foi derrotada pelo seu eventual fim, mas se fez prova viva da capacidade de romper com as separações dos dispositivos do Estado-capital.

A comuna não é um princípio, um método de ação universal ou a forma final da revolução; ao contrário, ela é a experiência localizada e imediatamente vivenciada pelos seres que a constroem. Apenas a efetiva experiência do momento faz com que uma comuna possa ser

⁵⁰⁷ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 116-117.

⁵⁰⁸ O grupo Tiqqun chama esse processo de *acontecimento*, que seria o que “retira o jogo de si mesmo, neste faz uma dobra, suspende os determinismos passados e inaugura outros segundo os quais ele exige ser interpretado”. (TIQQUN. *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 24).

⁵⁰⁹ Referimo-nos à Kasa Invisível, já citada anteriormente.

⁵¹⁰ A chamada ZAD (*Zone à Défendre* ou Zona a Defender) de Notre-Dame-des-Landes foi um movimento que ocupou partes de um terreno onde seria construído um grande aeroporto na cidade de Nantes (França) e contou com a solidariedade internacional de militantes, sendo também uma forma de ação que se espalhou por outros locais da França e do mundo. Para mais informações: ZONE A Défendre. França. Disponível em: <https://zad.nadir.org/?lang=en>. Acesso em: 12 jul. 2021.

nomeada como tal. Sendo coerente com a argumentação até aqui exposta, o nome *comuna* é um detalhe, um conceito tático que ajuda a dar coesão para as lutas, mas não se defende nenhum apego absoluto a ele. Os irmãos que lutam em Chiapas não dão aos seus *caracoles* o nome de comuna e isso não faz deles menos conectados aos movimentos radicais que adotam essa palavra para designar seus respectivos movimentos. Como afirma o Comitê Invisível:

Toda e qualquer greve selvagem é uma comuna, toda casa ocupada coletivamente sobre bases claras é uma comuna, os comitês de ação de 68 eram comunas, como o eram as aldeias de escravos fugitivos nos Estados Unidos e ainda a rádio Alice, em Bolonha, em 1977. Toda comuna quer ser a sua própria base. Quer dissolver a questão das necessidades. Quer quebrar simultaneamente toda e qualquer dependência econômica e sujeição política, e degenera em meio a partir do momento em que estiver perdido o contato com as verdades que a alicerçam. Existem vários tipos de comunas, que não esperam nem o número, nem os meios, e muito menos “o momento certo” que nunca chega, para se organizarem.⁵¹¹

Feitas as considerações iniciais para justificar a escolha pela comuna como fio condutor da aposta insurrecional aqui defendida, as próximas seções deste capítulo objetivam refletir sobre alguns dos aspectos mais relevantes da ação democrático-radical. Inicialmente, adentraremos nas questões das subjetividades e dos vínculos que se estabelecem nos momentos insurrecionais, um aspecto central para a constituição da comuna na criação de novos mundos. Em seguida, retomaremos a argumentação sobre a organização revolucionária, dando ênfase às discussões sobre a suposta dicotomia entre organização e espontaneidade, apontando para uma espontaneidade organizada (ou uma organização espontânea) que está explicitada também no conceito de forma-de-vida, isto é, uma forma de ação que não se separa da imanência da vida. Por fim, o terceiro elemento abordado será a relação da comuna com a geografia e o espaço que a circunda, havendo ainda algumas considerações sobre as possibilidades de expansão da insurreição para grandes territórios e – por que não? –, para todo o mundo.

3.2 Vínculo comunal: por uma vida mais forte do que a separação⁵¹²

Carlos Drummond de Andrade termina seu poema *Elegia 1938* com os seguintes versos: “coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota / e adiar para outro século a felicidade coletiva. / Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição / porque não podes,

⁵¹¹ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 118.

⁵¹² Alguns trechos desta seção e das duas seguintes são similares às discussões apresentadas no capítulo de livro publicado por Andityas Matos e este autor: MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; RIBEIRO FILHO, Rodrigo Wagner Santos. Uma anarquologia da Comuna de Paris: sobre a potência das práticas revolucionárias. In: BATISTA, Flávio Roberto; MARTINS, Carla Benitez; SEFERIAN, Gustavo. (Orgs.). *Comuna de Paris, Estado e Direito*. Belo Horizonte: RTM, 2021.

sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan”.⁵¹³ O poeta retrata um sentimento muito disseminado na atualidade: a paralisia que é impingida a nós pela percepção de que não é possível mudar tudo aqui e agora. A batalha final é adiada eternamente para um amanhã indefinido, uma vez que as condições objetivas para o levante não estão dadas; assim, preferimos declarar antecipadamente a derrota. Olhamos para o quadro do mundo e vemos a enormidade da tarefa que nos aguarda: Manhattan é grande demais e não tenho em mãos uma única dinamite.

De fato, os dispositivos que imperam no mundo contemporâneo são verdadeiros Leviatãs, forças monstruosas que nos oprimem não só com a espada da violência, mas com sua simples presença, que parece preencher todos os espaços, fechar todas as saídas. E é exatamente aí que reside um dos maiores trunfos do capital e das forças dominantes, uma vez que projetam suas sombras sobre cada dimensão da vida, penetrando nas relações mais íntimas e nos afetos mais profundos. Como afirmam Dardot e Laval, a grande novidade do neoliberalismo foi “ter apagado do pensamento a ideia de que a história não está fadada à eterna repetição do mesmo, de que o futuro pode ser feito de algo diferente do capitalismo”.⁵¹⁴ Contra tal perspectiva, a comuna tem o potencial de quebrar o feitiço imobilizante do espetáculo, ao oferecer a possibilidade de ruptura imediata, de criar fraturas no mundo presente para permitir a emergência de outras vivências.

A comuna não fala mais em termos de revolução total, na deposição de governos e na tomada do Estado e dos meios de produção; ela fala sobre a possibilidade de dizer não a exigências, convenções, imposições e prescrições do mundo e, simultaneamente, de afirmar *coisa diversa* daquela que era esperada. Ou seja, a comuna é a potência de se desviar dos dispositivos de poder dominantes para se criarem novos fragmentos de realidade, autônomos e livres. Na sublevação comunal, não há o objetivo imediato de destruir o Estado ou de tomar todos os meios de produção para si, mas de valorizar o que é criado pelas rupturas presentificadas pela comuna, que estão principalmente no nível molecular, na mudança radical das relações entre os seres e dos seres com o mundo. A vitória da comuna está nos vínculos que a fizeram surgir e, nesse sentido, sua existência já é uma vitória da insurreição.

A insurreição – e a comuna – não implica a abolição imediata e total de todos os aspectos do mundo contra o qual se luta. As técnicas de controle e os dispositivos subjetivantes do poder tiveram séculos (e até milênios) para aperfeiçoarem suas ações; o capitalismo espetacular se modifica e se adapta permanentemente, aprimorando seus mecanismos de atuação. A

⁵¹³ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 67.

⁵¹⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 609.

consolidação do controle do capital e do poder estatal é um processo que se arrasta ao longo da história, com graus de efetividade e intensidade variados em cada tempo e lugar. Portanto, parece despropositado querer que a mudança radical se dê como em um passe de mágica.

Ao discutir momentos como o da Guerra Civil Espanhola, fica explícito como os anarquistas radicais tiveram que lidar com muitos aspectos do capitalismo e das formas institucionais da República enquanto agiam para modificar a realidade. Aceitavam o trabalho assalariado, por exemplo, mas colocavam em ação táticas para pressionar os patrões, com usos diversos de elementos como a violência e a mobilização coletiva. Como exemplo, Enzensberger narra quando os trabalhadores de determinada cervejaria estavam reivindicando melhores salários, mas os proprietários se recusaram a atender as demandas; em consequência, os anarquistas quebraram todos os bares que serviam a cerveja dessa fábrica, o que obrigou os donos da cervejaria a cederem às vontades dos trabalhadores.⁵¹⁵ Percebe-se, portanto, que enquanto o movimento não tinha a força necessária para simplesmente abolir as relações de trabalho, utilizavam-se táticas para atingir resultados parciais.

Dois aspectos são, contudo, importantíssimos: o primeiro é que essas táticas nunca eram efetivadas no campo dominado pelo inimigo, como as negociações sindicais e os pleitos legislativos, entre outros dispositivos projetados para nunca dar a vitória concreta para os trabalhadores. Ao contrário, os anarquistas criavam métodos de pressão que não podiam ser enquadrados nas molduras criadas pelos capitalistas, obrigando-os a ingressar em terreno desconhecido. Em segundo lugar, como já visto, o movimento espanhol nunca teve como finalidade a simples conquista de direitos trabalhistas; os movimentos pontuais como do exemplo citado eram importantes para conseguir vitórias urgentes, mas não eram nem de longe a estratégia maior à qual esses sujeitos dedicavam suas vidas. A energia desses insurgentes estava no planejamento e na criação de condições para a insurreição anarquista que se avizinhava, não deixando que pequenas concessões dos poderosos desmobilizassem esse objetivo.

No mundo atual, são praticamente nulas as perspectivas de uma revolução que consiga derrubar a ordem instituída e substituí-la por outra de uma só vez. Vivemos em uma realidade que opera sem grandes consensos, o inimigo a ser abatido está disperso em infinitos dispositivos, símbolos e instrumentos de opressão e subjetivação. Como afirma o Comitê Invisível, “não há um governo mundial; o que há é uma rede mundial de dispositivos locais de

⁵¹⁵ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 101.

governo, isto é, um aparelho mundial, reticular, de contrainsurreição”,⁵¹⁶ e contra esse emaranhado não é possível um tiro limpo que o destrua totalmente. Além disso, a força das armas, o controle tecnológico e a produção artificial de afetos e desejos, tudo isso está sob a guarda dos poderes instituídos e do capital. Portanto, a guerra frontal em relação a eles só pode significar a derrota de um movimento insurrecional. Mas não é possível esperar que a correlação de forças se altere para que finalmente emerja o movimento vitorioso. Nesse sentido, a comuna é justamente a tática para vencermos nossos inimigos aqui e agora, para concretizarmos a sublevação em microcosmos, condenando os poderosos a governarem para cada vez menos súditos. É, enfim,

fazer-se conscientemente parte contra o todo, a dissolução do trabalho assalariado, os gritos de raiva que se transformam em ações de sabotagem, mas, também, a destruição da representação política e o deslocamento da guerra de posições para a guerrilha difusa. Um partido de todos os sem-partido, uma nova forma molecular de amizade política constituída contra o inimigo de sempre, uma organização pela desorganização da sociedade capitalista, uma máquina de guerra contra o Estado.⁵¹⁷

Hakim Bey expressa essa necessidade ao questionar se “devemos esperar até que o mundo inteiro esteja livre do controle político antes que um único de nós possa dizer que conhece a liberdade”.⁵¹⁸ O Comitê Invisível responde: “continuar à espera é uma loucura. A catástrofe não é o que aí vem, mas o que já se apresenta. Nós situamo-nos desde já no seio do movimento de desabamento de uma civilização”.⁵¹⁹ É preciso, portanto, pensar em termos de rupturas imediatas que possibilitem a libertação⁵²⁰ dos seres em relação à sociedade moribunda que hoje ainda impera. Tais rupturas só podem ocorrer de forma localizada, na imanência da vida cotidiana, como já defendiam os situacionistas. A retomada da autonomia coletiva dos seres, que é capacidade de ser livre e de experimentar a vida plenamente, passa pela condensação de todas as esferas da vida no plano imediato da existência, pelo gesto de se

⁵¹⁶ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 185.

⁵¹⁷ TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia, Itália 1970*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 44.

⁵¹⁸ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 13.

⁵¹⁹ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 108.

⁵²⁰ Hardt e Negri defendem a distinção entre os conceitos de emancipação e libertação. Enquanto o primeiro estaria ligada às identidades fixas e a uma forma despotencializada de liberdade, a segundo é a situação de efetiva liberdade – inclusive em relação a quem podemos nos tornar. Segundo os autores: “A distinção terminológica entre *emancipação* e *libertação* é crucial aqui: enquanto a emancipação luta pela liberdade identitária, a liberdade de ser *quem realmente somos*, a libertação objetiva a liberdade da autodeterminação e autotransformação, a liberdade de determinar *aquilo que podemos nos tornar*. A política fixada na identidade imobiliza a produção de subjetividade; a libertação, pelo contrário, requer a mobilização e o controle da produção de subjetividade, fazendo com que ela continue avançando”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 362).

reapropriar daquilo que foi separado de nós, pela abolição de esferas de poder e de gestão que são colocadas para além da vida cotidiana.

Os espaços de decisão – não apenas os da política institucional, como os parlamentos, mas também os das grandes corporações, dos conselhos das *holdings* – estão sempre em algum lugar que não é *aqui*; a imensa maioria das pessoas têm suas vidas direcionadas e condicionadas por comandos que foram dados não se sabe quando nem onde. “Eis a grande mentira e o grande desastre da política”, nos lembra o Comitê Invisível, “colocar a política de um lado e de outro a vida: de um lado, o que diz, mas que não é real e, do outro, o que é vivido, mas não se pode dizer”.⁵²¹ A esfera de uma política institucional separada, onde ocorrem simulacros de debates e decisões já há muito decididas, são terrenos de despotencialização e de falseamento do verdadeiro local da potência: a vida cotidiana. A aposta na comuna, portanto, é inteligente taticamente ao pensar em formas de sublevação que não precisam de nada além de um pequeno (ou mesmo grande) grupo de pessoas interessadas em fazê-la.

Na tentativa de construir um projeto revolucionário, por vezes gasta-se tempo demais tentando delimitar quem é o inimigo a ser combatido. Seja contrariando o capitalismo, o Estado ou alguma identidade fixa como “o macho” ou “o branco”, muitos movimentos se definem a partir de oposições em relação ao que objetivam destruir,⁵²² aceitando, assim, ainda que inconscientemente, as regras de um duro jogo que os vencedores sabem jogar muito bem.⁵²³ Contudo, ao eleger o inimigo antes mesmo do amigo, perde-se de vista a questão mais potente que anima uma comuna: qual é a forma-de-vida que queremos realizar aqui e agora? A partir dessa resposta provisória, torna-se possível entender *com quem e como* os atos de insurgência podem tomar forma, encontrando as afinidades que se ligam e expandem as potências de uma vida em comum. É pela amizade, portanto, que a comuna pode ser constituída, independentemente da relação que se estabeleça com o inimigo. O amigo, nesse sentido, “é aquele a quem sou ligado por uma eleição, um acordo, uma *decisão* tal que o crescimento de

⁵²¹ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 71.

⁵²² O Comitê Invisível sustenta que “o que está em jogo nas insurreições contemporâneas é a questão de saber o que é uma forma desejável de vida e não a natureza das instituições que a subjugam”, isto é, o mundo que se pretende desinstituir importa muito menos do que aquele que se deseja constituir. (COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 58).

⁵²³ Hardt e Negri afirmam que a “política revolucionária precisa começar na identidade, mas não pode terminar nela”, sustentando a necessidade de se romper com as identidades fixas, uma vez que a noção de identidade se baseia na propriedade – o Eu soberano possui determinada identidade e, no movimento de reafirmar essa identidade, se fecha para o mundo e para o devir, em uma dimensão de separação em relação aos outros e de suas potencialidades múltiplas que são apagadas em nome da unidade identitária do Eu. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 355-371).

sua potência comporta também o crescimento da minha”,⁵²⁴ como afirma o grupo Tiqqun, denotando a capacidade de as singularidades conscientemente se vincularem umas às outras para viverem em conjunto. Ainda sobre a noção de amigo, o Comitê Invisível se posiciona contra a ideia de uma amizade neutra, de afeição descompromissada; a amizade é, em última instância, afinidade entre as singularidades, e

toda a afinidade é afinidade no seio de uma verdade comum. Cada encontro é um encontro no seio de uma afirmação comum, mesmo que seja a da destruição. [...] Nós temos a totalidade do espaço social para nos encontrar. Nós temos as condutas cotidianas de insubmissão para saber com quem contar e desmascarar os amarelos. Nós temos a hostilidade a esta civilização para traçar as solidariedades e as frentes de luta a uma escala mundial.⁵²⁵

Nessa perspectiva, é interessante recordar o argumento de Kristin Ross, para quem a vitória dos insurgentes da Comuna de Paris não correspondeu à decretação formal do fim do Estado, que era o *inimigo* do movimento, mas sim ao fato de que puderam, por meio de ações concretas, fazer com que a vida constituída no seio da insurreição depusesse as várias dimensões que serviam de sustentáculo para o Estado e para outras opressões que imperavam na sociedade anterior à Comuna.⁵²⁶ Eis o valor da dimensão produtiva comunal: ao não estabelecer como fim o combate ao inimigo, a valorização do jogo livre entre as potências coletivas é capaz de desinstituir os dispositivos hostis às formas-de-vida comunais. Não obstante, nas palavras do Comitê Invisível:

O que aqui se constrói não é nem a “sociedade nova” em seu estado embrionário, nem a organização que finalmente derrubará o poder para constituir um novo, é antes a potência coletiva que, por via da sua consistência e da sua inteligência, condena o poder à impotência, frustrando, uma a uma, todas as suas manobras.⁵²⁷

Marcelo Tarì soma-se à discussão ao sustentar que a amizade vem em primeiro lugar para constituir o campo comunista, e não a presença do inimigo,⁵²⁸ uma vez que o compartilhamento de sentidos entre as formas-de-vida é o que conforma o campo das ações revolucionárias. Graças ao jogo das potências dos amigos e dos juramentos mútuos que

⁵²⁴ TIQQUN. *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 46.

⁵²⁵ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 113-114.

⁵²⁶ Ações como o fim do exército regular, o perdão das dívidas dos pequenos proprietários e os salários justos para todos os trabalhadores são medidas que não visavam simplesmente a abolir o Estado, mas a permitir que outras formas-de-vida fossem possíveis. (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 74).

⁵²⁷ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 53.

⁵²⁸ TARÌ, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia, Itália 1970*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 15.

estabelecem entre si, é possível a criação de vínculos e o surgimento de uma força coletiva que relativiza as individualidades isoladas e borra os limites entre as singularidades que vivem uma vida comum, permitindo, assim, a criação de experiências democrático-radicalis. Não por acaso, ao relatar o dia anterior à revolta que deu início à Guerra Civil Espanhola,⁵²⁹ experiência potente que constituiu modos de vida comunais na Espanha, Luís Romero narra que os membros do comitê anarquista da CNT-FAI estão tranquilos, pois “se conhecem há muitos anos; há muitos anos combatem juntos. São tão próximos um do outro que é como se fossem irmãos, ou até mais que isso”.⁵³⁰ Os profundos vínculos forjados na concretude das lutas e compartilhados pelos revolucionários espanhóis foram fundamentais para a realização de um dos mais grandiosos eventos libertários do século XX. A percepção que valoriza a amizade e a conexão entre os sujeitos como sendo o elo vital para a constituição de comunidades verdadeiras nos faz lembrar o famoso texto *Meditações*, de John Donne, cujo trecho foi escolhido por Ernest Hemingway para dar nome ao seu livro *Por quem os sinos dobram*, que narra justamente a Guerra Civil Espanhola:

Nenhum homem é uma ilha, inteiramente isolado; todo homem é um pedaço de um continente, uma parte de um todo. Se um torrão de terra for levado pelas águas até o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse o solar de teus amigos ou o teu próprio; a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntai: Por quem os sinos dobram; eles dobram por vós.⁵³¹

Ademais, devemos nos lembrar que os dispositivos do poder separado do Estado-capital atuam com cada vez maior intensidade para separar as singularidades e cindir os sujeitos de si mesmos e de seus iguais,⁵³² apresentando o mundo como uma grande guerra individualista e competitiva em que triunfa o melhor “empresário de si mesmo”. Nessa perspectiva, ao narrar o processo de constituição do capitalismo e do Estado Moderno, Ellen Wood demonstra como o camponês medieval foi expropriado e distanciado de tudo o que o qualificava enquanto sujeito: o uso das terras, a solidariedade, os costumes, as amizades e as relações comunitárias, fazendo emergir uma “individualidade isolada”.⁵³³ Rememorando esse momento de cisão, a experiência da comuna retoma, de maneiras diversas, os movimentos comunialistas do Medievo,⁵³⁴

⁵²⁹ Ver seção 4 do capítulo dois.

⁵³⁰ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 122.

⁵³¹ DONNE, John. *Meditações*. Trad. Fábio Cyrino. São Paulo: Landmark, 2012, p. 35.

⁵³² TIQQUN. *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 70 e 71.

⁵³³ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 209 e 210.

⁵³⁴ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 237.

transportando essas ricas potências para a Modernidade e colocando em xeque, desde então, alguns dos pilares fundantes do mundo moderno: a economia capitalista, o Estado e a representação política, por exemplo. A ficção social imposta pelo Estado capitalista contemporâneo opera de forma a retirar a capacidade da singularidade de se relacionar com sua própria potência e com as potências que a circundam, e a resposta contra isso deve ser o estreitamento dos vínculos, o adensamento do compartilhamento de afetos e da vivência em comunidade.

A criação de vínculos comunais exige a desconstrução do “eu” uno e a abertura para as indeterminações internas às singularidades.⁵³⁵ Isso porque as singularidades são constituídas por atravessamentos de mundo,⁵³⁶ por afetos, desejos, laços e vínculos que não criam *a* identidade, mas uma pluralidade de fragmentos situados e posicionados na existência em determinado momento, em determinado lugar, com determinadas companhias; uma subjetividade contingente que não se solidifica em nada tão certo e perene como o *Eu* absoluto e proprietário de si mesmo.⁵³⁷ Entendida dessa maneira, é possível viver uma comunidade mutável e aberta quando a mutabilidade e a abertura estiverem internalizadas nas próprias singularidades. É no encontro, na experiência do dia a dia, que esses vínculos podem se forjar. Segundo o Comitê Invisível:

Viver o comunismo não é trabalhar para fazer existir a entidade à qual se adere, mas desenvolver e aprofundar um conjunto de vínculos, isto é, por vezes até cortar alguns. O essencial se passa no nível do ínfimo. Para o comunismo, o mundo dos fatos importantes se estende a perder de vista. É toda a alternativa entre individual e coletivo que a percepção em termos de vínculos vem revogar positivamente. [...] Do mesmo modo, a felicidade própria de toda Comuna remete à plenitude das singularidades, a certa qualidade de vínculos, ao esplendor, em seu seio, de cada fragmento do mundo.⁵³⁸

Por encontrar sua força na imanência do devir-insurrecional, é o *evento* o que possibilita o início e a continuidade de uma comuna. Um encontro entre singularidades que se afetam é um evento que pode constituir a comuna, seja ele a ocupação de uma praça, a resistência coletiva à repressão policial ou a participação em uma greve. O evento é potente precisamente por lhe ser possível emergir em qualquer circunstância, em qualquer lugar,⁵³⁹ pois é nele que

⁵³⁵ O grupo Tiqqun afirma que o “eu” fechado em si mesmo está na origem do próprio Estado moderno, sendo uma forma de amputar as potências dos seres (TIQQUN, *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 66-70).

⁵³⁶ “O mundo não nos rodeia, nos atravessa”, afirma o Comitê Invisível. (COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 94).

⁵³⁷ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 22.

⁵³⁸ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 171.

⁵³⁹ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 52

as formas-de-vida são *vividas* em contextos singulares,⁵⁴⁰ criando espaços para o compartilhamento de afetos e sentidos. Os eventos são virtualmente infinitos, sempre imprevisíveis e indeterminados, não se restringindo apenas ao que motivou o encontro inicial, traduzindo-se antes nas constantes transformações das potências em ato que geram a produtividade pujante das vivências comunais. O que pode permitir a replicação desses eventos dentro de uma comuna é a recusa de que a rotina se cristalice em estruturas constituídas e que, a partir de então, a experiência do encontro seja eclipsada por instituições que normatizem a vida como uma externalidade. Trata-se de aposta de uma comunidade que se constitui como um *evento* diário, uma vez que as exigências da vida coletiva nunca cessarão de provocar mudanças, conflitos e amizades no *dever-comuna*.

Ainda no que diz respeito à ideia de evento, Hakim Bey chamou de Zona Autônoma Temporária (TAZ)⁵⁴¹ uma espécie de enclave livre, um espaço autônomo que escapa do controle e da violência do Estado. Trata-se, nas palavras do autor, de

uma sublevação que não se envolve diretamente com o Estado, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e depois se dissolve para se refazer em outro lugar, em outro momento, antes que o Estado consiga destruí-la.⁵⁴²

A TAZ é uma declaração de comuna que se move no tempo e no espaço, ampliando as possibilidades de se colocar em ato formas-de-vida latentes. Seja na ocupação de um prédio ou na movimentação de dados na *internet*, esse *acampamento de uma guerrilha ontológica* atua constantemente para realizar ações que, de outra forma, seriam impossíveis. Ao postular o caráter temporário das zonas autônomas, Bey afirma que esta não é uma condição necessária, apenas tática.⁵⁴³ O evento que permite o surgimento de uma TAZ – quer dizer, de uma comuna – pode ou não se tornar *perene* em determinado tempo e espaço. Não é por meio dessa circunstância que se deve medir a importância qualitativa da insurreição, e sim pela consideração da intensidade dos vínculos ali forjados: é isso o que torna irreversível a agitação, o episódio do levante, o evento, fazendo com que “a lembrança desses dias e dessas noites” torne o cotidiano do “mundo normal” cada vez mais intolerável.⁵⁴⁴

⁵⁴⁰ TIQQUN, *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 24.

⁵⁴¹ Do acrônimo inglês para *Temporary Autonomous Zone*.

⁵⁴² BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 17.

⁵⁴³ O autor reconhece que podem existir TAZs que tenham durado uma vida inteira pelo fato de terem passado despercebidas. (BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 17).

⁵⁴⁴ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 262.

Do mesmo modo que Bey defende a pluralidade de zonas autônomas distribuídas em rede e Tari afirma que o movimento italiano da década de 1970 viveu uma explosão de autonomias, a ideia de comuna deve ser sempre plural, em um esforço de espalhamento por todos os locais e em todas as dimensões da vida. Se entendermos a comuna como “a organização autônoma da vida a partir dos mais elementares desejos, que afinal não são assim tão elementares: comer, morar, fazer amor, rir, fumar, conversar, ou seja, gozar a vida juntos”,⁵⁴⁵ percebe-se facilmente como qualquer situação pode se converter em comuna, em uma vida comum que se sustente pelos vínculos entre os seres. Todos os aspectos da vida podem ser incorporados no devir comunal: a família, o lazer, os ofícios e as escolas, todos reapropriados pelos seres para ingressarem em uma nova forma de perceber o mundo, uma vivência que não se baseia nas cisões entre as diferentes dimensões da vida, mas na plenitude de uma vida que é simultaneamente perpassada por múltiplas dimensões e sentidos.

Nascida da *conjuratio* entre os amigos, a comuna encontra sua consistência nas relações das singularidades que a constituem, “uma comuna forma-se cada vez que alguns, libertos da camisa-de-força individual, começam a não contar senão com eles mesmos e a confrontar a sua força com a realidade”.⁵⁴⁶ Ao consentir em se ligar ao outro, o sujeito modifica o mundo desde já, transformando inevitavelmente seu entorno e a si mesmo, na medida em que experimenta uma vida radicalmente diversa da que estava acostumado, produzindo subjetividades que, até então, não sabia ser possível. Com isso, abre-se uma brecha no tempo histórico que torna possível reverter o quadro de privações, submissões e desamparo que rege o mundo contemporâneo,⁵⁴⁷ dando lugar à solidariedade e à cooperação, ou seja, à comuna.

3.3 Comuna como partilha do sensível

Uma das questões centrais para a insurreição é sua organização. O segundo capítulo buscou trazer as reflexões dos situacionistas sobre o tema, assim como perceber os elementos da *práxis* insurrecional que contribuem para pensar a comuna no agora. Os zapatistas, por exemplo, organizam-se utilizando-se de práticas e estruturas bastante vinculadas a cultura, tradições e experiências vividas pelas comunidades envolvidas em suas ações. Trata-se de um exemplo no qual o processo de se constituir enquanto uma comunidade organizada está em

⁵⁴⁵ TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia, Itália 1970*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 43.

⁵⁴⁶ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 117.

⁵⁴⁷ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 239.

permanente conexão com a vida e com as singularidades dos seres, evitando criar instituições que se separem do cotidiano.

Contudo, as discussões até aqui apresentadas evidenciam a impossibilidade de se pensar fórmulas gerais de organização para as insurreições, sendo possível apenas analisar o que experiências como a dos zapatistas nos ensinam e perceber as potências que dali emergem, adotando a “metodologia” de Hakim Bey: “em vez de tentar algum tipo de enciclopedismo, adotaremos uma técnica de tiro a esmo, um mosaico de vislumbres”.⁵⁴⁸ Não é possível antever os dilemas que serão enfrentados pelos insurretos, as táticas que as forças reacionárias irão adotar, nem mesmo que tipo de estrutura as singularidades em revolta aceitarão construir. É difícil encontrar quem, antes de 2011, apostasse na ocupação de praças como a ponta de lança da sublevação contemporânea. Os acontecimentos de momentos como as ocupações da Praça *Puerta del Sol*, em Madrid, ou da *Syntagma*, em Atenas,⁵⁴⁹ são consequências cujas origens não estão em nenhum outro lugar a não ser na efetiva permanência dos corpos em luta que tomaram os espaços urbanos.

Mas a existência de acontecimentos como as ocupações de praças no início da década de 2010 demonstra como há, efetivamente, algum tipo de organização que emerge nos episódios de levante multitudinário, por mais horizontais que sejam. Essa reflexão busca combater duas ideias que consideramos nocivas: por um lado, a velha defesa da necessidade de vanguardas revolucionárias, ou seja, partidos, organizações sociais, movimentos hierarquizados, enfim, toda sorte de estruturas que se colocam, em maior ou menor grau, separadas da totalidade das pessoas que estão em luta. Por outro lado, também não parece factível a defesa de uma ação totalmente *descomprometida*, porque essa visão costuma recair em um individualismo no qual prevalece uma ideia de liberdade individual de agir, como um ato niilista para suprir as *vontades* de determinado sujeito. A dimensão da insurreição que defendemos até o momento é sempre coletiva, comunitária. Assim, retomando o conceito de comum, referido por Dardot e Laval, está implícita na insurreição uma coobrigação entre as singularidades que se engajam na luta, não sendo possível falar de simples ação individual descompromissada. Em última instância, há o compromisso com o outro, com o combatente que se coloca ao seu lado para enfrentar o mundo e presentificar outra vida. Contudo, essa coletividade em luta não precisa ser controlada por dirigentes e líderes ou, ainda, ter suas potências canalizadas para fins previamente definidos

⁵⁴⁸ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 41.

⁵⁴⁹ Movimentos populares que tinham como característica a grande profusão de pautas, a ausência de lideranças e a relação intensa com o espaço urbano, gerando ocupações de praças não apenas como forma de protesto, mas também como desencadeador de novas potências e formas-de-vida.

em programas ou estatutos partidários. A única legitimidade que a insurreição requer é a dos corpos em luta, a tomada de decisão pela própria ação concreta das singularidades nela envolvidas. Trata-se, portanto, de uma aposta em um agir coletivo livre e autônomo. Essa é a organização de uma insurreição comunal.

Os quatro exemplos estudados no capítulo anterior estavam repletos de incongruências e contradições, como não poderia deixar de ser. Procuramos destacar como cada um deles não se constituiu em um passe de mágica; havia sempre um histórico, um referencial que unia aquelas pessoas para que pudessem criar as condições – subjetivas e objetivas – da insurreição. Ao mesmo tempo, todos esses eventos foram marcados pela ausência de estruturas centralizadoras hierárquicas, já que não estabeleceram formas pré-concebidas para a organização das insurreições enquanto estas aconteciam. Os soviets, por exemplo, estruturavam-se de formas diversas em cada região ou de acordo com o segmento da sociedade que abarcavam. As formas de ação de cada um desses soviets não tinham um manual a seguir, mas iam se constituindo conforme as necessidades se apresentavam, de forma aberta e com a efetiva participação de seus membros. Não obstante, Enzensberger pondera que a forma de ação dos anarquistas espanhóis antes e durante a Guerra Civil representou vantagens e desvantagens difíceis de mensurar, com problemas que advinham da falta de “coordenação e planejamento central”,⁵⁵⁰ sendo importante destacar que a defesa de formas de ação horizontal e democrática não implica, necessariamente, uma maior chance de vitória.

É importante desmistificar os momentos de insurgências, vistos por vezes como uma conjuração mágica de episódios de revolta, uma confluência de fatores aleatórios que resultou, por acaso, em um levante. Esse discurso serve aos detentores do poder, uma vez que transfere a insurgência para a esfera do acaso, como se estivesse fora do espaço-tempo, falseando, assim, seu caráter intrinsecamente imanente e conectado às realidades das singularidades nela envolvidas. É precisamente por isso que a noção de comuna aponta para algo além de assaltos heroicos contra o mundo,⁵⁵¹ voltando-se para a intensificação dos afetos e dos vínculos que se estabelecem em uma situação posicionada, não mirando no Estado ou no capital (afinal, onde eles estão?),⁵⁵² e sim olhando para si própria, cultivando os laços de amizade e cumplicidade

⁵⁵⁰ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 39.

⁵⁵¹ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos*: crise e insurreição. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 286.

⁵⁵² O Comitê Invisível lembra que o poder “já não se concentra num determinado ponto do mundo, ele é o próprio mundo, os seus fluxos e as suas avenidas, as suas pessoas e as suas normas, os seus códigos e as suas tecnologias. O poder é a própria organização da metrópole”. (COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 155).

que se estabelecem em determinado momento, quando a decisão de compartilhar a vida é tomada – seja na luta das ruas, em uma ocupação de um imóvel abandonado ou na construção de comunidades autônomas (como é o caso, por exemplo, de Rojava).

Hardt e Negri afirmam que o desafio da insurreição é sustentar seus processos revolucionários, “o que não significa fixá-los em procedimentos burocráticos, mas tornar repetíveis seus encontros constituintes e durável o processo de transformação, criando corpos políticos duradouros”.⁵⁵³ Nesse sentido, a comuna se apresenta não como *a* organização da insurreição, mas como a forma-de-vida em devir-insurrecional, isto é, como a prática de viver que produz, no processo de se constituir enquanto experiência, os elementos que dão as condições para sua existência, as normas e estruturas que se confundem com a própria vivência das singularidades que a compõem.

A crítica é dirigida sobretudo à ideia de organização enquanto uma entidade, uma instituição formal e estruturada que procura ordenar e disciplinar o mundo a partir de uma posição externa.⁵⁵⁴ Uma organização é aquilo que se especializa e, portanto, está cindida dos demais aspectos da vida. É justamente por isso que não existe organização que se ocupe de tudo, demandando sempre uma proliferação de organizações que devem gerir diferentes dimensões separadas da vida.⁵⁵⁵ Nesse sentido, as organizações são o oposto da autonomia, visto que a autonomia é o processo de interiorização e apropriação da vida pelo conjunto de pessoas que a compõe, rejeitando qualquer intervenção externa.⁵⁵⁶ Contudo, esse conceito de organização não se confunde com a capacidade da multidão de se organizar, de cuidar de si mesma. Enquanto *a organização* é identificada como uma estrutura fixa e separada, a exemplo de sindicatos, coletivos, partidos, entre outros, *organizar-se* é se preocupar com a saúde das formas-de-vida, atentando-se aos afetos e às relações que unem as singularidades.⁵⁵⁷ Na ação dos *black blocs* que combatem um carro blindado da polícia brasileira, durante manifestações de junho de 2013, há muito mais organização do que nos comitês partidários que tentam pautar esse movimento. É preciso ter confiança, sincronia, tática, munir-se de determinados

⁵⁵³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 375.

⁵⁵⁴ Hakim Bey vai dizer “Quanto ao futuro, apenas os autônomos podem planejar a autonomia, organizar-se para ela, criá-la. Trata-se de uma operação que se faz independentemente, com pouco ou nenhum auxílio externo”. (BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 18).

⁵⁵⁵ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 104.

⁵⁵⁶ “Ninguém organizará mais a autonomia dos outros”, afirma o Comitê Invisível. (COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 187).

⁵⁵⁷ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 170.

equipamentos e combinar para onde recuar – tudo isso é a organização insurrecional, uma prática potente de coordenação do agir comum. O Comitê Invisível resume essa distinção da seguinte maneira:

As Organizações são um obstáculo ao propósito de organização. Na verdade, não existe nenhuma diferença entre o que somos, o que fazemos e o que nos tornamos. As organizações – políticas ou sindicais, fascistas ou anarquistas – começam sempre por separar praticamente estes aspectos da existência. E em seguida o seu formalismo estúpido é apresentado oportunamente como único remédio para esta separação. Organizar-se não significa dar uma estrutura à impotência. É sobretudo estabelecer laços, laços que não são neutros, laços terrivelmente direcionados. O grau de organização mede-se pela intensidade da partilha, material e espiritual.⁵⁵⁸

Hakim Bey diz que os momentos insurrecionais se assemelham às festas: são uma ruptura com a temporalidade ordinária, um momento de suspensão do que é normal para permitir o desencadeamento de um jogo de relações livres, uma zona liberada. A festa é sempre aberta, pois não é ordenada, isto é, os acontecimentos, as dinâmicas, o tempo e o espaço internos à festa são quase impossíveis de serem normatizados com rigor.⁵⁵⁹ É possível planejar uma festa: pode-se dizer onde ela vai acontecer ou a que horas, que tipo de música vai tocar ou quem vai poder entrar, mas, uma vez que a festa acontece, é a espontaneidade dos corpos presentes que ditam o que ali pode ocorrer. A insurreição, assim como a festa, “se contradiz, como alguém que desdenha as fantasmagorias, porque ela quer existir, a qualquer custo, sem se preocupar com a ‘perfeição’ ou com a imobilidade do final.”⁵⁶⁰

Nesse sentido, o oposto das organizações não é, necessariamente, a desorganização absoluta, uma ação desordenada e avessa a qualquer tipo de determinação. Espontaneidade não significa apenas imaturidade, ação irrefletida ou irresponsável. Ao contrário, a espontaneidade pode estar relacionada justamente ao que flui conforme a situação, àquilo que emerge de determinada configuração subjetiva, social e política. Isso porque, como sustenta o Comitê Invisível, fomos acostumados a chamar de organizadas apenas as formas estáticas, controladas e racionalmente projetadas como fins em si mesmos.⁵⁶¹ Os autores afirmam, ao contrário, que há organização – ou melhor, há forma – também no movimento, na vida enquanto ato constitutivo de realidades. Não é necessário criar uma forma externa à vida, mas perceber e

⁵⁵⁸ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 170.

⁵⁵⁹ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 24.

⁵⁶⁰ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 35

⁵⁶¹ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, pp. 277 a 281.

potencializar os elementos já presentes na imanência que podem conformar as formas da ação insurgente, uma intensificação qualitativa das relações do cotidiano,⁵⁶² já que

toda vida, *a fortiori*, toda a vida comum, esconde de si mesma formas de ser, de falar, de produzir, de amar, de lutar, regularidades, portanto, hábitos, uma linguagem – formas. Só que nós aprendemos a não ver formas naquilo que se vive. Uma forma é para nós uma estátua, uma estrutura ou um esqueleto, de forma alguma um ser que se move, que come, que dança, que canta e que se rebela. As verdadeiras formas são imanentes à vida e só se apreendem quando em movimento.⁵⁶³

Como já visto, a comuna se alicerça principalmente nos vínculos das singularidades que a constituem, com a disposição de se deixar modificar e de se tornar diferente do que era antes do evento que é vivido coletivamente. Esse agir comum assume formas diversas, mas não necessariamente se cristaliza em organizações – ou instituições – que passam a constituir uma nova realidade. As formas são precárias e contingentes, mas são consistentes em seus vínculos internos e potentes na abertura para se transformar, agregar novas vivências, multiplicar seus afetos. É preciso, contudo, que haja a dimensão da partilha de significantes, de propósitos, de desejos, pois é isso o que fará da forma uma comuna e não apenas uma junção dos separados enquanto separados. O Comitê Invisível afirma, nesse sentido, que uma forma, para que seja um devir-comuna, “pressupõe a partilha de uma mesma posição política, geográfica – como as seções da Comuna de Paris durante a Revolução Francesa – tal como a partilha de um mesmo conhecimento que circula”.⁵⁶⁴

As formas surgem de maneira situada, mas não podem se ater ao momento que as faz nascer. As organizações têm sempre o signo da rigidez, ao não conseguirem ser fluídas para assimilarem as mutações infinitas que ocorrem em qualquer interação entre as singularidades. A comuna, ao contrário, precisa conseguir aceitar o diferente ao ponto de, em determinado momento, se tornar algo completamente diverso do que foi em seu início.⁵⁶⁵ As condições para o surgimento da comuna são áridas, forçando passagem pelas separações do mundo atual para conseguirem estabelecer uma comunidade que já nasce sitiada e lutando por sua sobrevivência. Mas é importante perceber que, após nascer, a comuna modifica seu entorno, faz florescer novas condições objetivas que não eram possíveis antes de sua existência. Com o novo pequeno-mundo em ebulição, a comuna pode, então, se constituir permanentemente a partir dessas novas

⁵⁶² BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 34.

⁵⁶³ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 278.

⁵⁶⁴ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 145.

⁵⁶⁵ COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 172-178.

condições da imanência. Portanto, perceber o movimento de insurreição como uma potência constituinte passa pela percepção de que a comuna não deve assumir o papel de novo mundo constituído, mas sim ser um movimento eternamente *em constituição*.

Pensar em termos de formas-de-vida, como faz Giorgio Agamben, significa compreender que a vida não pode ser separada de sua forma, isto é, “uma vida para a qual, em seu modo de viver, está em questão o próprio viver e, em seu viver, está em jogo, sobretudo, seu modo de viver”.⁵⁶⁶ A definição pode parecer truncada, mas, na verdade, trata-se precisamente do que estamos falando nas últimas páginas. Quando se defende que a comuna é uma vivência situada, que luta pelo seu direito de existir como tal e que produz seu modo de vida, estamos falando de forma-de-vida, em uma percepção de que não existe o conceito abstrato de vida,⁵⁶⁷ mas sim possibilidades de vidas que precisam estar ancoradas na existência.

Agamben sustenta que o poder político como o conhecemos opera fazendo uma cisão entre a *zoé*, isto é, a vida biológica, sem qualificações políticas, e as formas que essa vida pode assumir e experimentar, ou seja, o *bíos*. O resultado extremo desse processo é a vida nua, matável e insacrável segundo os ritos contemporâneos do direito e de outras organizações sociais. Assim, somos constantemente impedidos de vivenciar uma *forma-de-vida*, uma “vida da potência”, que evoca a vida que não esteja desvinculada de seu modo de viver.⁵⁶⁸ A partir do conceito de forma-de-vida, torna-se ainda mais urgente refletir sobre as submissões que são impostas às existências, uma vez que a precarização das condições sociais, políticas e econômicas cria uma comunidade de sobreviventes, de pessoas que são efetivamente impedidas de acessar as potências dos modos possíveis de se viver para aceitar uma vida que não é digna de ser vivida.

Em uma argumentação próxima à de Agamben, o grupo Tiqqun sustenta que “forma-de-vida não se relaciona *ao que* eu sou, mas *como* eu sou aquilo que sou”.⁵⁶⁹ O conceito aproxima-se, nesse sentido, da crítica à ideia do Eu soberano e proprietário, uma vez que coloca em xeque a importância central de se definir uma identidade (*o que* sou), substituindo-a pela avaliação de *como* coloco em ação no mundo minha singularidade: o modo como existo é o que define, em última instância, o que sou. A existência é irredutível ao acontecimento, apenas em

AGAMBEN, Giorgio. *Uso dos corpos*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 221.

⁵⁶⁷ Agamben defende que vida é um construto social, um conceito político-filosófico, e não um fato natural (técnico-científico). Quando falamos em vida, não nos referenciamos ao corpo biológico, somente, mas às faculdades do pensamento, às capacidades de socialização, às diversas possibilidades de ação que estão contidas em potência na forma de um corpo. (AGAMBEN, Giorgio. *Uso dos corpos*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 221-223).

⁵⁶⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Uso dos corpos*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 236.

⁵⁶⁹ TIQQUN, *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 18.

uma ação situada a forma-de-vida ganha consistência, uma vez que “as formas-de-vida não podem ser ditas, descritas, apenas mostradas, nomeadas, isto é, em um contexto necessariamente singular”.⁵⁷⁰ A forma-de-vida, portanto, relaciona-se diretamente com a experiência. Como não existe o indivíduo-ilha, fechado em si mesmo e pré-constituído, é na experiência vivida que as singularidades vão ganhando forma, conectando-se com os fragmentos da sua própria singularidade e das singularidades que estão ao redor, articulando a miríade de contatos e afetos para dar forma a elas mesmas e à comunidade que integram.⁵⁷¹

Por outro lado, é inegável que a vida compartimentalizada do sujeito econômico contemporâneo impõe barreiras para a emergência de novas formas-de-vidas comuns.⁵⁷² O sujeito separado da comunidade que o rodeia e subjetivado pelos dispositivos capitalistas tem enormes dificuldades para vivenciar um encontro verdadeiro com seus semelhantes. Antonio Negri e Michael Hardt chamam atenção para as “figuras subjetivas da crise”, figuras produzidas pelo neoliberalismo e que se sobrepõem às singularidades, substituindo-as por subjetividades fabricadas e, portanto, inautênticas, reforçando a separação dos sujeitos de si mesmos e dos outros.⁵⁷³ A primeira dessas figuras é a do *endividado*, o sujeito empobrecido controlado pelas dívidas, não só nos aspectos imediatamente financeiros (como a necessidade de trabalhar para ter um salário, precisar comer, morar, etc.), mas também atuando no âmbito moral/psicológico, pois o “endividado é uma consciência infeliz, que faz da culpa uma forma de vida. Aos poucos, os prazeres da atividade e da criação se convertem num pesadelo para aqueles que não possuem os meios de aproveitar suas vidas”.⁵⁷⁴ Em segundo lugar, há o sujeito *mediatizado*, submetido ao processo de invasão das mídias, redes sociais e dispositivos tecnológicos que dispersam as singularidades para criar um sujeito-telespectador que é despotencializado de suas capacidades de criar e pensar autonomamente.⁵⁷⁵ Após, o sujeito *securitizado*, que está constantemente vigiado e em vigilância, controlado pelos mecanismos de segurança, mas também refém do

⁵⁷⁰ TIQQUN, *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 24.

⁵⁷¹ COMITÉ INVISÍVEL. *Motim e destituição*: agora. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017, p. 170

⁵⁷² O indivíduo moderno é cindido de si mesmo e do mundo que o rodeia devido a uma série de operações que objetivam esvaziar as formas-de-vida de seus desejos e inclinações, realizando “a constituição de cada corpo em Estado molecular, dotado, à guisa de integridade territorial, de uma integridade corporal; perfilado como entidade fechada em um Eu oposto ao ‘mundo exterior’”. (TIQQUN, *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 65-67).

⁵⁷³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração*: isto não é um manifesto. Trad. Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 21.

⁵⁷⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração*: isto não é um manifesto. Trad. Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 23.

⁵⁷⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração*: isto não é um manifesto. Trad. Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 27-31.

próprio medo e paranoia.⁵⁷⁶ Por fim, a quarta figura é a do *representado*, que sofre influência de todas as anteriores, com especial enfoque na ausência de poder político, que é sempre delegada a terceiros, condenando o representado à passividade e aceitação.⁵⁷⁷ Essas figuras colaboram para ilustrar as dificuldades que atuam para bloquear os encontros e os vínculos entre as singularidades.

Daí surge a necessidade de, em certa medida, haver a intenção ou a vontade de conjurar a comuna por parte dos seres que se engajam nas lutas concretas, para que não se limitem a vivenciar apenas um encontro do separado enquanto separado que, apesar de resvalar em outras singularidades, não consegue estabelecer ligações importantes e se abrir para as novas possibilidades latentes nos episódios de insurreição.⁵⁷⁸ É preciso estar disposto a se deixar modificar por tais situações e se conectar com os outros na medida em que se partilham afetos e desejos. Não por acaso, Marcello Tari define como comunista aquele que se deixa mudar pelo movimento.⁵⁷⁹

Nessa linha, percebe-se que nos eventos de criação das comunas está presente algo que Jacques Rancière chamou de *partilha do sensível*, ou seja, aquilo que “faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce”.⁵⁸⁰ Assim, para que movimentos democrático-radicais consigam tomar forma, é preciso que as singularidades que se encontram compartilhem de elementos em suas vivências, seja a respeito de onde vivem, com o que trabalham, se sofrem de mazelas semelhantes, entre outras dimensões. Isso não impede que novas subjetividades e sentidos comuns sejam desenvolvidos no decorrer das relações comunais. Ao contrário, a comuna encoraja seus partícipes a irem além da situação que os agregou, levando-os a permanecerem abertos à constante produção de novos símbolos, afetos e formas. Como bem pontua o Comitê Invisível:

Visto que o objeto de qualquer comuna, no fundo, é o mundo, é preciso ter cuidado para não deixar a comuna se determinar totalmente pela tarefa, pela questão ou pela situação que presidiram a sua constituição, e que foram apenas a ocasião para o encontro. No desenvolvimento de uma comuna, portanto, cruza-se um limiar saudável

⁵⁷⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. Trad. Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 33-38.

⁵⁷⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. Trad. Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 42-44.

⁵⁷⁸ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 72.

⁵⁷⁹ TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia, Itália 1970*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 61.

⁵⁸⁰ RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org, 2009, p. 16

quando o desejo de estar em conjunto e o poder que nasce daí ultrapassam as razões iniciais de sua constituição.⁵⁸¹

Precisamente por seu caráter mutante, a comuna não suporta organizações estáticas nem programas fechados, típicos dos grandes projetos revolucionários tradicionais. Como nos lembra o Comitê Invisível, organizar-se nunca significou se filiar a uma organização ou a um partido, mas agir segundo uma percepção comum, não importa qual seja.⁵⁸² A dimensão produtiva da comuna se revela ao não se cristalizar naquilo que ela já foi e, assim, permitir sua constante transformação. Kristin Ross percebeu essa dinâmica ao afirmar que são “as ações que produzem sonhos e ideias, não o contrário”,⁵⁸³ admitindo que, na constância da vivência de projetos comuns, novas possibilidades de formas-de-vida são incessantemente imaginadas e, se possível, vividas. É também nesse sentido que Karl Marx, na terceira de suas *Teses sobre Feuerbach*, sustenta que “a coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionante”,⁵⁸⁴ quer dizer, é a atividade concreta das situações insurgentes que transforma as condições de sua própria existência, sendo necessário modificar sem cessar as formas de ação para se adaptarem às novas condições engendradas.

Em um exemplo de como episódios insurrecionais podem se organizar sem as organizações, Marcello Tari explica, em sua obra *Um piano nas barricadas*, o surgimento, na Itália da década de 1970, da Autonomia. A Autonomia não era um único movimento, mas, antes, um conjunto de grupos de operários, estudantes, intelectuais, movimentos feministas, antigos militantes dos partidos da esquerda tradicional italiana e outros muitos segmentos da sociedade, que passaram a compor um cenário de radicalidade contra as estruturas produtivas capitalistas, rechaçando também os controles morais e violentos do Estado mediante um conjunto de ações que iam desde greves e ação direta até a organização de festivais de música.

Segundo o autor, o processo da Autonomia começou como um estranhamento em relação à fábrica, à forma de produção e às próprias possibilidades de vida que estavam colocadas.⁵⁸⁵ Parcelas dos jovens, das mulheres e das classes despossuídas, tanto trabalhadores

⁵⁸¹ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 258.

⁵⁸² COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 18.

⁵⁸³ Tradução nossa. No original: “*Actions produce dreams and ideas, and not the reverse*”. (ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*, p. 14).

⁵⁸⁴ MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. 1845. *Arquivo Marxista na Internet*. Transcrição autorizada. Edições Avante, 15 jan. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁵⁸⁵ TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia, Itália 1970*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 36.

como desempregados e “vadios”, colocaram-se contra as opções que lhes eram oferecidas pelo Estado italiano e pelo capital: trabalhar em empregos que odiavam, submeter-se a leis e normas que os oprimiam e viver sob condições que os faziam, acima de qualquer coisa, *infelizes*. Apesar de o movimento ter iniciado com o movimento dos trabalhadores das fábricas, logo ultrapassou seus muros, inspirado pela percepção de que o terreno da cidade, o âmbito da vida para além do trabalho, era o campo no qual a disputa política efetivamente deveria ser travada. Os jovens não queriam mais ser operários – a única opção que lhes era ofertada para além da miséria absoluta –, eles “queriam viver, queriam satisfazer suas necessidades, queriam criar novas comunidades”.⁵⁸⁶

A Autonomia não era um grupo organizado formalmente, nela não havia estrutura, cargos, diretrizes ou programas. Foi um processo que surgiu “da autorreflexão prática e indelegável dos rebeldes, que criava e determinava de modo imanente o próprio poder”.⁵⁸⁷ A questão da organização, contudo, fez-se presente, mas prevaleceu a força da ação prática dos revoltosos, como afirma Tarì:

O problema que se colocava para os teóricos era a busca de uma saída política e organizativa tanto para as lutas operárias como para os conflitos sociais que surgiam na cidade. E, como sempre, a resposta nasce da prática, da proliferação autônoma dos comportamentos subversivos, do espontaneísmo organizado do proletariado em liberação. A teoria vem sempre depois.⁵⁸⁸

A Autonomia se constituiu em locais diversos por toda a Itália graças a pequenos grupos de pessoas que se viam ligadas umas às outras pelas condições materiais e subjetivas a que estavam submetidas e pelo seu desejo de se opor a tais condições, tendo se inspirado em exemplos autônomos de comportamentos subversivos.⁵⁸⁹ Novamente, é fundamental a dimensão do encontro das subjetividades que buscam objetivos comuns e se identificam nos encontros propiciados pelos momentos de agitação política.

Alguns operários e antigos militantes comunistas começaram a realizar ações subversivas, como o bloqueio de fábricas, a expropriação de produtos feita coletivamente (eram verdadeiros roubos a mercados e outras lojas, sendo os bens destinados ao uso livre dos sujeitos), autorreduções dos valores das tarifas de energia elétrica e água potável (por vezes um

⁵⁸⁶ TARÌ, Marcello. *Um piano nas barricadas*: por uma história da Autonomia, Itália 1970. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 40.

⁵⁸⁷ TARÌ, Marcello. *Um piano nas barricadas*: por uma história da Autonomia, Itália 1970. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 37.

⁵⁸⁸ TARÌ, Marcello. *Um piano nas barricadas*: por uma história da Autonomia, Itália 1970. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 42.

⁵⁸⁹ TARÌ, Marcello. *Um piano nas barricadas*: por uma história da Autonomia, Itália 1970. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 42.

bairro inteiro decidia qual valor deveria pagar por tais serviços, usando sabotagens e ligações clandestinas para pressionar o Estado), entre outras práticas que buscavam realizar no agora as vidas que aquelas singularidades entendiam serem desejáveis.⁵⁹⁰ Colocou-se em curso uma *antieconomia* que buscava dar sustentação para as necessidades dos envolvidos na Autonomia. Em outras palavras, não se objetivava organizar a revolução futura, mas presentificar o devir insurrecional. Pode-se dizer que esses aspectos conformaram verdadeiras comunas espalhadas por todo o território italiano, criando seu próprio poder de se determinar coletivamente e de organizar as autonomias e subjetividades múltiplas que ali surgiam.⁵⁹¹ Essa dimensão é importante, pois um processo insurrecional precisa, também, preocupar-se com sua autonomia material, abolindo certos elementos do capitalismo para garantir a apropriação dos meios de vida:

Toda comuna não poderá senão tender para a auto-subsistência e experienciar no seu seio o dinheiro como algo irrelevante, no fundo, deslocado. O poder do dinheiro consiste em criar um laço entre aqueles que não estão ligados, ligar desconhecidos enquanto desconhecidos e desta forma, ao criar uma equivalência entre todas as coisas, pô-las todas em circulação. A capacidade que o dinheiro possui, de tudo interligar, paga-se com a superficialidade desse laço, em que a mentira é a regra. A desconfiança é a base da relação de crédito. O império do dinheiro deve ser, sempre, o império do controle. A abolição prática do dinheiro não pode senão resultar do alargamento das comunas.⁵⁹²

É claro que essas práticas só foram possíveis na dimensão coletiva, demonstrando que, para realizar fricções e fraturas no tempo espetacular da produção capitalista, não são necessários programas rígidos ou organizações pré-concebidas, mas apenas procurar compreender os momentos nos quais as subjetividades se tocam, influenciam-se mutuamente e abrem espaço para a ação direta. Trata-se de um movimento que pode experimentar vivências radicais quando os seres renunciam a suas identidades forjadas no seio da sociedade capitalista e tornam-se outros para ingressar nas zonas de influência desses movimentos mutantes e potentes.⁵⁹³ Tari afirma que a Autonomia era também o processo de cada singularidade se tornar autônoma dentro do movimento, estando sua potência

na sua capacidade de fazer interagir todas as diferenças com o tecido comum, isto é, de transformar a vida de todos a partir das expressões da singularidade e vice-versa, ou seja, de deixar que o coletivo transformasse cada vida singular. A Autonomia foi

⁵⁹⁰ TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas*: por uma história da Autonomia, Itália 1970. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 81.

⁵⁹¹ TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas*: por uma história da Autonomia, Itália 1970. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 85.

⁵⁹² COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 137.

⁵⁹³ TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas*: por uma história da Autonomia, Itália 1970. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 68.

o condutor através do qual passavam, nos dois sentidos, esses fluxos que, organizando-se, tornavam-se potências revolucionárias.⁵⁹⁴

Esses breves comentários sobre um período potente de insurreição na Itália da década de 1970 nos ajudam a ilustrar a possibilidade de ação coordenada, consciente e orientada, mesmo que em um contexto extremamente plural, envolvendo o espaço urbano das metrópoles, as fábricas, os recortes identitários, a repressão policial, a tentativa de colonização por formas tradicionais como partidos e sindicatos e outros elementos de tensão. A insurreição é, como resume Tari “a assunção coletiva de todas as possibilidades de subversão do atual estado das coisas”,⁵⁹⁵ mas sem cair em qualquer forma de totalização das realidades, mantendo no seio da unidade insurrecional uma diversidade potente de singularidades que se afetam e constituem o espaço de ação contra o Estado e o capital.

3.4 Por uma geografia do comum

Reinventar a geografia é uma necessidade central em projetos democrático-radicalis que atuem não só para abolir as fronteiras fictícias entre os Estados, mas para também criar novas relações com a terra e a cidade. Como visto, a comuna prescinde de uma revolução total baseada em determinada unidade política, podendo ser declarada em quaisquer relações de interesses compartilhados pelas singularidades envolvidas. É uma experiência situada, mas que não pode ser uma ilha, isolada. Longe de se tratar de uma reedição das discussões sobre socialismo em um só país ou a expansão global do comunismo,⁵⁹⁶ hoje devemos falar de insurgências locais que se conectam mundialmente com experiências e vivências singulares e potentes, encontrando afinidades com situações que podem estar no bairro vizinho ou em outro hemisfério.

No atual momento histórico, as noções de soberania nacional e fronteiras rígidas já não fazem tanto sentido, pois o capital é cada vez mais transnacional, implodindo antigas barreiras e unificando o globo em um único fluxo financeiro que não conhece Estados soberanos, mas

⁵⁹⁴ TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas*: por uma história da Autonomia, Itália 1970. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 66.

⁵⁹⁵ TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas*: por uma história da Autonomia, Itália 1970. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 67.

⁵⁹⁶ Discussão que existiu no bojo da União Soviética, na primeira metade do séc. XX, quando teóricos como Nikolai Bukharin postulavam a necessidade de primeiro fortalecer a URSS enquanto um país socialista para depois pensar na expansão para outras localidades, enquanto pessoas como Leon Trotsky defendiam a necessidade de internacionalização imediata do movimento socialista.

apenas territórios indistintos de exploração e produção capitalista.⁵⁹⁷ É por isso que a tentativa de limitar as ações insurgentes às já esfaceladas unidades políticas da Modernidade constitui um erro estratégico. Não por acaso, as últimas insurreições foram caracterizadas por uma sequência de atos locais, inspirando-se mutuamente por todo o mundo, como ocorreu com a Primavera Árabe, as ocupações de praças em 2011 e, no Brasil, as jornadas de junho de 2013. Esses exemplos conformam o que o Comitê Invisível chama de secessões, isto é, fugas e rupturas em relação às estruturas dominantes do poder neoliberal que criam espaços de autonomia e potência para o desenvolvimento de novas formas-de-vida. Para os autores,

fazer secessão não é se isolar, criar *contraclusters* ou se enclausurar em comunidades. É habitar um território, assumir nossa configuração situada no mundo, nossa forma de aí permanecer, a forma de vida e as verdades que nos conduzem e, a partir daí, entrar em conflito ou em cumplicidade. É, portanto, criar laços de maneira estratégica com outras zonas de dissidência, intensificar as circulações com as regiões amigas, ignorando as fronteiras. Fazer secessão é romper não com o território nacional, mas com a própria geografia existente. É desenhar uma outra geografia, descontínua, em arquipélago, intensiva – e então partir ao encontro dos lugares e dos territórios que nos são próximos – mesmo que longe.⁵⁹⁸

Esse arquipélago de lutas interconectadas abre caminho para pensar a revolução como um conjunto de situações dispersas no tempo e no espaço, sem exigir a tomada jacobina de um Estado ou a guerra civil aberta – embora esta última possibilidade não possa ser descartada, já que as interconexões insurrecionais são cada vez mais difíceis em uma realidade fragmentada e fortemente dominada por dispositivos militares, econômicos e tecnosubjetivantes despoticizadores. É preciso encontrar estratégias que tenham na imanência das condições do tempo de agora sua base de ação, evitando-se, assim, idealizar projetos que só podem ser realizados no eterno amanhã da revolução total que nunca chega. Isso porque a cartografia fragmentada das lutas não precisa ser encarada como uma fraqueza, mas, ao contrário, como um elemento de desativação das forças reacionárias e como tática de descentralização das lutas, dificultando, desse modo, ações decisivas das forças dominantes contra as insurgências em curso.⁵⁹⁹

Hakim Bey inicia seu livro sobre as Zonas Autônomas Temporárias narrando como os piratas, durante o século XVIII, criaram uma comunidade em rede ao longo dos litorais e ilhas por onde seus navios passavam. Seja em uma costa distante das cidades de determinado país,

⁵⁹⁷ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 215.

⁵⁹⁸ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 220.

⁵⁹⁹ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 276.

seja em uma ilha desabitada, os piratas fizeram emergir cidades, vilas e comunidades que escapavam dos Estados nacionais e dos exércitos. Sem precisar fazer um gesto de ataque ao mundo, eles conseguiram criar todo um sistema de vivências independentes e autônomas entre si, mas que se conectavam pelas rotas de pirataria e pelo propósito de existirem enquanto um *fora* da sociedade oficial.⁶⁰⁰ Como o próprio autor recorda, já não há mais ilhas de piratas por aí. O mundo foi todo *ocupado e mobilizado* em torno da sociedade capitalista. Como não é mais possível estar fora do mundo, devemos pensar em como criar esses espaços, essas zonas liberadas, aqui e agora. Segundo Bey:

Estamos à procura de ‘espaços’ (geográfico, social, cultural, imaginário) com potencial para florescer como zonas autônomas – e estamos à procura de momentos em que esses espaços estejam relativamente abertos, seja por conta da negligência por parte do Estado, ou porque de alguma forma escaparam à atenção dos cartógrafos, ou por qualquer outro motivo.⁶⁰¹

Bey prossegue com uma crítica à postura de “gangsterismo territorial” dos Estados nacionais, que precisam se apoderar de cada faixa de terra – e de mar – disponível, incluindo todo o mundo conhecido, em abstrações (como a soberania). Uma dessas abstrações seria o mapa, que finge ser exato para abarcar toda a realidade, mas, na verdade, não consegue capturar nem mesmo a simples dimensão territorial.⁶⁰² No processo de querer disciplinar o mundo todo, as nações e seus mapas buscam fechar o mundo em si mesmo, negar a pluralidade que o espaço possui, movimentando-se e modificando-se com a vida que por ele passa. Fazem lembrar o curto conto de Jorge Luis Borges sobre os cartógrafos de determinado império que, na tentativa de construir um mapa fidedigno, elaboraram um que correspondia, centímetro a centímetro, ao tamanho do Império, ocupando todo o seu espaço⁶⁰³ – um mapa que perdeu toda a sua utilidade. As abstrações do Estado-nação atuam de maneira similar: incapazes de representar a pluralidade das singularidades, servem apenas como fechamento de possibilidades. Se as estruturas estatais correspondessem à comunidade, deixariam de existir enquanto Estado.

Nesse sentido, percebe-se que ruptura com a lógica estatal é consequência da valorização dos vínculos e das experiências de determinada comunidade. É o que defende o Conselho Noturno, um grupo de pensadores e ativistas mexicanos, ao postular a substituição

⁶⁰⁰ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 11 e 12.

⁶⁰¹ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 21.

⁶⁰² BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 20.

⁶⁰³ BORGES, Jorge Luis. Del rigor en la ciencia. In: BORGES, Jorge Luis. *El Hacedor*. Madrid: Alinza Editorial, 1998. *E-book*, p. 40.

do paradigma dominante por um “paradigma do habitar”, isto é, a inversão de toda a constituição do mundo atual.⁶⁰⁴ Atualmente, nossa vida cotidiana é apenas um epifenômeno em relação ao Estado e à organização capitalista do mundo. Um cidadão de classe média mora nos subúrbios de uma metrópole porque é ali o local que lhe cabe no sistema social, após uma série de cálculos relativos a preços dos imóveis, custo de vida, tempo de deslocamento até o trabalho, enfim, todas as variáveis que uma pessoa precisa considerar para pensar no seu habitar atualmente. É possível afirmar, também, que ele foi empurrado para ali. Não havia alternativa. Morar em uma cidade pequena implicaria não ter emprego, morar em áreas mais centrais é se espremer em pequenos apartamentos e, por consequência, desistir de constituir uma família. Ou seja, a habitação, onde nós vivemos e nos relacionamos, é um inconveniente, um problema e um gasto (de dinheiro, de tempo), que só existe para cumprir uma *função* econômica de ordenar e disciplinar não apenas os espaços urbanos, mas a própria vida dos seres. O que se propõe, portanto, é a inversão dessa realidade.

Nesse sentido, o *paradigma do habitar* parte da vida imediata, dos nossos vínculos, do modo como nos relacionamos com nosso entorno, das condições objetivas para que um corpo se mantenha vivo – é absurdo pensar que construímos cidades que cada vez mais destroem as mínimas condições de sobrevivência, poluindo o ar, fechando rios, isolando-se dos produtores de alimentos. A comunidade precisa se constituir a partir desse habitar, e o entorno passa a ser definido conforme as condições práticas da vida de uma coletividade autônoma, e não o contrário. O movimento que se estabelece a partir daí é centrífugo: as áreas de afetação de determinada comunidade são expandidas à medida que seu entorno se identifica com ela, nunca em uma relação de dominação e submissão do outro às condições internas dessa comunidade.

O Conselho Noturno traça sua aposta a partir de uma crítica radical à metrópole, entendida não apenas como as grandes aglomerações urbanas como São Paulo, Tóquio ou Cairo, mas como o paradigma de poder da atualidade, transformando todo o mundo em uma região metropolitana que busca ordenar e disciplinar toda a vida em torno do modo de produção capitalista. A metrópole surge como *fábrica total*, isto é, uma força que mobiliza todas as dimensões da vida para fluxos produtivos globais.⁶⁰⁵ Como apontam os autores, a expansão atual é de uma

mancha metropolitana que faz entrar em uma zona de indiferenciação a cidade e o campo, a capital e a província, o centro e as margens. O surgimento da metrópole surge aqui inseparável da aspiração por um Império Global que pretende destituir a forma-Estado que dominou a modernidade. Na era imperial do capital, o sistema

⁶⁰⁴ CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 23.

⁶⁰⁵ CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 47.

político já não ordena as formas de vida e normas jurídicas num espaço determinado, mas hospeda no seu interior uma localização deslocante que o transborda, no qual pode manter-se incorporada qualquer forma de vida e qualquer norma. [...] A metrópole global integral, que agora se instalou solidamente na sua superfície, é o novo *nomos* biopolítico do planeta.⁶⁰⁶

Essa seria, portanto, a feição atual do mundo totalizado que busca prender as singularidades em grandes aglomerações de seres desprovidos de vínculos. Apesar de milhões de pessoas ocuparem poucos quilômetros quadrados, os encontros entre elas nunca foram tão difíceis. A separação consumada entre os seres, assim como a cisão interna às singularidades, é o objeto de atuação do dispositivo metropolitano, para garantir que cada singularidade atomizada participe de “maneira individual e indiferente da mesma atividade social que as demais”.⁶⁰⁷

Contra esse estado de coisas, sua proposta passa pelas experiências situadas, por encontrar uma localização que não seja essa construção genérica e abstrata da metrópole, trazendo assim a presença para o tempo e o espaço em que se vive. Os autores do Conselho Noturno defendem certa premência em relação ao território, usando prioritariamente o exemplo dos povos originários para reforçar como os vínculos dessas comunidades com a terra, com as raízes territoriais, são fundamentais para dar continuidade às suas existências e resistências, que não foram de todo apropriadas pela governança metropolitana global.⁶⁰⁸ Contudo, a grande maioria de nós não tem identificação alguma com qualquer pedaço de terra. Quantas pessoas ainda moram na cidade de seus avós e quantas vilas e cidades ainda conservam identificação com o que já foram há poucas décadas?

Nesse sentido, sem abandonar o inegável valor de se vincular e se relacionar com um território, preferimos a ideia de Hakim Bey ao dizer que a TAZ é um “acampamento nômade”, que encontra na consciência da consistência de seu corpo toda a localização que necessita para existir.⁶⁰⁹ Mesmo que tenha uma localização temporária, as experiências comunais precisam ser localizadas no tempo e no espaço, seja em uma aldeia indígena que existe há séculos, seja em um encontro nas praças que não durará mais que alguns dias. O lugar por excelência da comuna – da experiência de habitar – é a vida cotidiana com seus vínculos intensificadas, quando no encontro abre-se uma fissura na lógica contemplativa da metrópole e um evento de

⁶⁰⁶ CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 54.

⁶⁰⁷ CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 41.

⁶⁰⁸ CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 106-109.

⁶⁰⁹ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 32.

autonomia e libertação é colocado em movimento, não importando sua duração. O que a comuna quer é existir, é dar vazão às potências de seus partícipes:

A TAZ, por sua própria natureza, faz uso de todos os meios disponíveis para se realizar – ela ganhará vida seja numa caverna ou em uma cidade espacial –, mas acima de tudo ela irá viver, agora, ou assim que for possível, em qualquer forma, mesmo que suspeita ou improvisada, espontaneamente, sem preocupações ideológicas ou mesmo anti-ideológicas.⁶¹⁰

As ideias de Bey são muito vinculadas a suas apostas táticas para efetivar as comunidades autônomas desde já. Podem ou não ser adotadas, de acordo com a situação ou os atores envolvidos. Outra tática bastante interessante de destituição dos controles metropolitanos sobre a vida é a ideia de bloqueio de fluxos e a reapropriação dos saberes para vivências autônomas. O Comitê Invisível ressalta que, ao mesmo tempo que o mundo metropolitano é uma força monstruosa, ele também é extremamente vulnerável.⁶¹¹ Em março de 2021, o mundo assistiu a um único navio cargueiro interromper o fluxo mundial marítimo, ao encalhar por apenas seis dias no Canal de Suez. Foram centenas de milhões de dólares de prejuízo, cargas atrasadas e produtos perdendo o prazo de validade. Esse exemplo singelo demonstra como pequenas ações intencionais e coordenadas poderiam condenar milhões de pessoas a ficarem sem os insumos mais elementares: água, luz, alimentação, internet.

Contudo, não basta atacar a vida metropolitana. É preciso saber o que fazer depois. Se a rede oficial de energia elétrica for sabotada, os insurretos devem ter uma rede de geradores espalhados pelos bairros e localidades importantes. Devem assumir, assim, o controle da infraestrutura e das condições de vida, em um movimento de libertação em relação aos poderes do Estado-capital. “A nossa dependência à metrópole – à sua medicina, à sua agricultura e à sua política – é tal no presente, que não a podemos atacar sem nos colocarmos a nós próprios em risco”, afirma o Comitê, assim como afirmam a necessidade de “pilhar” todo o conhecimento que está concentrado nas mãos dos inimigos.⁶¹² A autonomia só é possível se ela puder se apropriar daquilo que é essencial para sua existência. A insurreição comunal é permeada pela constituição de saberes comuns, pelo compartilhamento de práticas de subsistência e de apoio mútuo com vistas a garantir não só a sobrevivência, mas a plenitude da comunidade.

Portanto, o território surge como elemento de disputa, uma ancoragem para as lutas por um espaço potente de circulação das subjetividades insurrecionais. Saber plantar ou conseguir

⁶¹⁰ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018, p. 34.

⁶¹¹ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 60-61.

⁶¹² COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 124.

se esconder nas ruas de uma grande cidade são situações igualmente importantes para uma insurreição. A vivência concreta em determinado local, a capacidade de se relacionar com ele, pode fazer a diferença entre o sucesso e a derrota, opondo-se permanentemente à tentativa da metrópole de separar as singularidades de seu entorno. Trata-se, nesse sentido, “de densificar localmente as comunas, as circulações e as solidariedades, ao ponto de tornar o território ilegível e opaco para qualquer forma de autoridade”⁶¹³, isto é, “não se trata de ocupar o território, mas de ser o território”.⁶¹⁴ Essa é potência que pode estar contida no habitar verdadeiro, como expõe o Conselho Noturno:

Compreende-se então a função essencial que joga o habitar de volta à terra, que na sua plenitude faz aparecer um mais além da metrópole, um mais além no qual cabe perseverar. Habitar é devir ingovernável, é força de um vínculo e tecido de relações autônomas, é o aperfeiçoamento da alegria de contemplar-se a si mesmos e à própria potência de atuar, o que quer dizer que fora da conexão com esta ordem das coisas não só não há essa penúria econômica que os poderes que governam erguem para continuar a governar – essa ‘guerra de todos contra todos’, esse caos que não é mais do que um reflexo do despotismo imperial –, como também a possibilidade de uma abundância de meios partilhado, esse pôr em comum por pessoas que aprenderam a viver-e-lutar juntas.⁶¹⁵

Essas comunas densificadas podem ser multiplicadas em um espaço que não encontra limites aparentes. Uma pequena iniciativa local pode desencadear revoltas que ultrapassem em muito os limites de uma cidade ou mesmo de um país. A defesa de uma constelação de comunas, ligadas ou não entre si, é o jogo pelo qual podemos ter esperanças de desinstituir em larga escala as estruturas do Estado-capital espetacular. Nesse sentido, o Comitê defende que “uma escalada insurrecional não é mais do que a multiplicação de comunas, a sua ligação e articulação. Dependendo da evolução dos acontecimentos, as comunas reagrupam-se em entidades de maior envergadura ou então fracionam-se”,⁶¹⁶ mas sempre mantêm a autonomia não apenas em relação umas às outras, mas também entre os membros que compõem cada uma delas. O movimento de se ligar, enquanto comunas amigas, não é nada mais do que a reprodução do vínculo que fez a comuna surgir. Assim como as singularidades se ligaram para compartilhar a vida, e isso não implicou sua anulação enquanto singularidades, mas apenas a permissão de afetação mútua, as comunas, quando se relacionam em amizade, irradiam suas potências, ingressando e saindo das áreas de influência, eventualmente até mesmo se unindo ou se afastando.

⁶¹³ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 126

⁶¹⁴ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 126.

⁶¹⁵ CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC Edições, 2019, p. 111.

⁶¹⁶ COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013, p. 137.

Mais uma vez, o que importa aqui são os vínculos formados internamente em cada comuna e entre suas conexões externas. A comuna afeta a espacialidade e as formas de se relacionar, suscitando uma geografia do amigo, aproximando as subjetividades que se afetam positivamente mesmo que distem milhares de quilômetros, ao mesmo tempo em que afasta os inimigos de maneira eficaz, apesar de eles poderem estar na rua ao lado. Cria, assim, “passagens inauditas” entre os que são amigos e “abismos intransponíveis” para os inimigos.⁶¹⁷ Se o espaço físico é muito menos importante do que o vínculo, a nova espacialidade comunal possibilita fatos como a vivência intensa de estrangeiros na luta da Comuna de Paris ou a participação das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola, quando pessoas de diversos lugares do mundo deram a vida por um sonho nascido em solo espanhol.

Nesse sentido, ideias como a de república universal compartilhada pelos *communards* parisienses se conectam com a teoria do confederalismo democrático defendida por Murray Bookchin e retomada pelo filósofo e revolucionário curdo Abdullah Öcalan. Este último compreende o confederalismo democrático como uma forma de organização social que se coloca contra o Estado unificador e autoritário, levando em consideração as experiências históricas específicas das realidades sociais para engendrar novos modos de vida locais.⁶¹⁸ Segundo o autor, o confederalismo “está aberto a outros grupos políticos”,⁶¹⁹ por se tratar de um modo de perceber o poder dissipado na imanência da vida social, sempre aderente às mutações e às multiplicidades das singularidades que compõem toda e qualquer comunidade democrático-radical. As experiências locais, por sua vez, ligam-se em uma confederação de autonomias, ampliando forças e expandindo o campo de circulação das subjetividades. Em uma definição sucinta, a proposta de Öcalan pode ser resumida no seguinte trecho:

Em contraste com um entendimento centralista e burocrático da administração e do exercício do poder, o Confederalismo possui um tipo de autoadministração política onde todos os grupos da sociedade e todas as identidades culturais podem se expressar em reuniões locais, convenções gerais e conselhos. Esse entendimento de democracia abre espaço político a todos os estratos da sociedade e permite a formação de grupos políticos diferentes e diversos. Dessa maneira, também potencializa a integração política da sociedade como um todo.⁶²⁰

⁶¹⁷ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 274.

⁶¹⁸ ÖCALAN, Abdullah. *Confederalismo democrático*. Trad. Coletivo Libertário de Apoio a Rojava. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016, p. 28.

⁶¹⁹ ÖCALAN, Abdullah. *Confederalismo democrático*. Trad. Coletivo Libertário de Apoio a Rojava. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016, p. 27.

⁶²⁰ ÖCALAN, Abdullah. *Confederalismo democrático*. Trad. Coletivo Libertário de Apoio a Rojava. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016, p. 30.

O confederalismo democrático seria uma resposta possível para aqueles que perguntam sobre o dia depois da revolução. A ligação entre comunas autônomas – independentemente da distância entre elas – é uma forma de conciliar a necessária liberdade e a descentralização que cada comunidade democrático-radical precisa ter com uma organização política e afetiva que potencialize a constante expansão da comuna. Isso porque, como sustenta o Comitê Invisível, “a comuna só pode crescer a partir de seu exterior, como um organismo que só vive da interiorização daquilo que o circunda. Exatamente por desejar crescer, a comuna só pode se alimentar daquilo que não a constitui”.⁶²¹ Se uma experiência comunal se enclausura, alimentando-se apenas do que já é ou foi, será engolida pelo mundo que a rodeia e a atravessa. Desse modo, fazer secessão não significa sair do mundo, mas habitá-lo de forma diferente.

A atualidade e a concretude das ideias aqui debatidas tomam forma na luta viva do povo curdo, atualmente em guerra com diversos Estados-nações – Síria, Turquia, Iraque e o proto-Estado chamado ISIS – para estabelecer uma comunidade democrática no Oriente Médio.⁶²² As ondas emanadas de Rojava podem ser sentidas na solidariedade que outras experiências insurgentes prestam ao movimento curdo, estabelecendo relações com realidades tão distantes como a dos zapatistas no México.⁶²³ Em um mundo hiperconectado, a relativa facilidade com que podemos nos comunicar pode ser utilizada precisamente como instrumento de denúncia, divulgação e apoio entre as comunas que emergem diariamente no globo. Nesse sentido, a missão possível para qualquer um é a de traduzir esses movimentos e “organizar o encontro, a circulação, a compreensão e a conspiração entre as consistências locais” para formar uma rede comunal mundial, como conclama o Comitê Invisível.⁶²⁴

Pensar em um mundo diferente do que vivemos hoje é uma tarefa árdua, envolve rupturas internas e externas que não vêm com facilidade. Mas também precisa atuar no espaço infinito da imaginação e das potências dos seres, que existem e resistem apesar da aridez da sociedade capitalista. As provas de que outros mundos são possíveis estão aqui: seja nos vários

⁶²¹ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 243.

⁶²² Rojava, conhecida como “Curdistão Sírio”, é uma região autônoma declarada independente pelo movimento dos curdos, que vivem em permanente conflito bélico e político com os países da região, além de enfrentarem grupos paraestatais como o Estado Islâmico. Sobre o tema em uma perspectiva democrático-radical e feminista, cf.: SIMÕES, Ana Clara; SOUZA, Joyce Karine de Sá. Mulheres curdas: radicalidade, desinstituição e an-arquia no Oriente Médio. In: MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SOUZA, Joyce Karine de Sá (Orgs.). *Democracia Radical: potências (des)constituintes entre a revolução e an-arquia*. Belo Horizonte: Initia Via, 2019.

⁶²³ Diversas campanhas de solidariedade e defesa da luta curda foram criadas nos últimos anos. O EZLN, Exército Zapatista de Libertação Nacional, foi um dos movimentos mais ativos nesse cenário. Cf.: CAMPAÑA Internacional ante amenaza de guerra del ejército turco contra Kurdistán sirio. *Radio Zapatista*, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://radiozapatista.org/?p=32048>. Acesso em: 12 jul. 2021.

⁶²⁴ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 277.

exemplos que procuramos dar ao longo das páginas desse trabalho, seja nos muitos outros eventos que não cessam de acontecer a todo momento ou, ainda, na resistência ativa dos povos originários brasileiros, insistindo em colocar em prática suas formas-de-vida frontalmente conflitantes com o Estado genocida e totalizante. As apostas que animam este projeto são singelas, mas extremamente sinceras em seus propósitos. Se alguma delas houver contribuído para abrir nem que seja uma pequena fresta para a utopia de uma vida que valha a pena ser vivida, certamente terá valido a pena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A impossibilidade de enxergar saídas é, talvez, a maior aliada para perpetuar a submissão das singularidades. Às sociedades contemporâneas são oferecidas alternativas que só podem ser alcançadas dentro das estruturas do próprio Estado: os partidos políticos, os movimentos sociais e as organizações oficiais são alguns dos instrumentos colocados à disposição dos cidadãos para que neles depositem suas esperanças de um futuro diferente. Não há possibilidade de se pensar *contra* o Estado capitalista. E o motivo não é apenas o medo de algum tipo de caos generalizado ou o retorno ao estado de natureza e de guerra de todos contra todos, como postulava Hobbes, mas, principalmente, porque essa alternativa efetivamente *não existe* nas grandes discussões “realistas” que conformam o horizonte de sentido das coletividades subjugadas pelo Estado. O fechamento total do presente sobre ele mesmo, como se fosse uma condição eterna da qual não podemos mais sair – e fora da qual, em certo sentido, nunca estivemos –, é a arma mais eficaz para evitar insurreições.

Nesse sentido, a representação política e sua forma mais usual atualmente, a democracia representativa, cumprem precisamente o papel de fechar as saídas para além da realidade imposta, criando mecanismos que falseiam a liberdade e a autonomia para aprisionar os seres dentro de limites pré-determinados. Não por acaso, os acontecimentos dos últimos anos no Brasil ajudam a ilustrar esse cenário. Quando liberdade concedida para as pessoas se restringe a votar em qualquer político para evitar a ascensão de um candidato abertamente fascista, como foi o caso de Jair Bolsonaro nas eleições brasileiras de 2018, a capacidade de decidir já foi há muito retirada das coletividades e transferida para uma instância superior que é, em sua própria existência, a derrota da liberdade e da autonomia. Isso porque uma autonomia de fato passa pela capacidade de decidir como se vive, por optar por ingressar em determinados circuitos de afetos e forças. Já a dinâmica eleitoral, como a estabelecida no Brasil, pressupõe a adesão tácita e não consentida de todos nós em relação ao sistema político-jurídico que efetivamente *decide* sobre as dimensões da vida social. Ante a terrível possibilidade de colocar um facínora que faz apologia à tortura na cadeira de presidente da República, por que não posso escolher *romper* com o sistema que o permitiu estar ali?

Como discutimos no primeiro capítulo, no cerne da formação das estruturas da democracia representativa está, acima de tudo, a cisão entre a multidão e o *locus* do poder político, reservando este último a uns poucos escolhidos e condenando a grande maioria das pessoas ao papel de passividade e submissão. Isso é o exato oposto da democracia, em sua radicalidade, por ela ser justamente a sobreposição total entre o poder político e as

singularidades que compõem determinada coletividade. Se houvesse democracia, o que será que decidiriam os 89 milhões de eleitores que não votaram em Bolsonaro (entre abstenções, nulos, brancos e os que votaram no outro candidato), número muito superior aos 58 milhões que o escolheram? Não sabemos, e não é permitido que se pense efetivamente sobre isso, enquanto possibilidade real, uma vez que os mecanismos permitidos de exercício do poder político se restringem a cancelar os dispositivos que estão postos. A falsa questão colocada, que impele a pensar que a única alternativa é a eleição do outro candidato, é a prova da derrota da democracia. A verdadeira pergunta deveria ser: quais são as alternativas, entre as infinitas configurações de mundo, que as singularidades que habitam esse território escolheriam viver, se isso lhes fosse permitido? Essa é, cabe ressaltar, uma pergunta que prescinde de resposta, mas basta que ela pudesse ser feita seriamente para que uma experiência democrática fosse vivida. Porque as formas que determinada coletividade pode assumir são, em potência, múltiplas, e o apagamento dessa abertura para o indeterminado é uma operação bastante eficaz, embora nunca se tenha conseguido evitar por completo o surgimento de insurreições.

Ademais, podemos pensar como os indígenas isolados – aqueles que tiveram pouquíssimo ou nenhum contato com essa ficção chamada de Estado brasileiro, continuam experimentando formas-de-vida que não passaram pela agonia de ter que votar nas eleições de 2018. Eles vivem ali porque conseguem, ainda, escapar das forças totalizadoras do Estado-capital, e assim são capazes de colocar em prática formas sociais extremamente diversas daquela que somos obrigados a suportar e performar. Evidentemente, como a expansão do mundo-metrópole não cessa, eles serão logo engolfados pela “civilização” capitalista, obrigados a ingressar nas várias determinações que os dispositivos de poder impõem. Como prova de que não existe mais uma localidade que esteja *fora* do mundo, a eleição do déspota de Eldorado Paulista⁶²⁵ também afeta as comunidades de povos originários isolados, com o aumento desenfreado de desmatamento e queimadas nas florestas, a permissão e o incentivo de invasão de terras indígenas por garimpeiros e grileiros, enfim, uma sucessão de ações e omissões que colocam em xeque as formas-de-vida que ainda conservam uma dimensão de autonomia.

As formas potentes de resistência à eleição de Bolsonaro não poderiam passar pela simples mobilização por eleger outro candidato. O sistema eleitoral, a justiça, os partidos políticos e o parlamento são todos coniventes e cúmplices das condições que permitiram o resultado de 2018. A democracia representativa e o Estado capitalista conseguem conviver

⁶²⁵ Cidade onde Jair Bolsonaro cresceu.

plenamente com os mais virulentos autoritarismos. Agamben nota isso ao mostrar a facilidade com que, no século XX, “as democracias parlamentares puderam virar Estados totalitários, e os Estados totalitários converter-se quase sem solução de continuidade em democracias parlamentares”.⁶²⁶

É o mesmo dispositivo eleitoral, constantemente alimentado por partidos “de esquerda”, que perpetua as condições para que todo tipo de autoritarismo e opressão se utilize do Estado como arma contra a maioria das singularidades. A social-democracia alemã permitiu a ascensão do nazismo, mas antes não hesitou em assassinar os espartaquistas. A França atual prende e agride qualquer manifestante mais exaltado, classificando como terrorismo um pequeno ato de vandalismo contra o patrimônio. Mas a mesma França permitiu que um homem como Jean-Marie Le Pen, líder do partido de extrema-direita Frente Nacional, passasse a vida disseminando o ódio contra judeus, negros e muçulmanos sem sofrer qualquer punição (tanto saiu impune que passou serenamente para sua filha, Marine Le Pen, o posto de vanguarda do fascismo afrancesado). A República espanhola na década de 1930 preferiu trair e massacrar os anarquistas do que permitir que eles a fizessem desaparecer. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores – PT, representante da *esquerda*, venceu quatro eleições entre 2002 e 2014, mas não modificou uma só linha da Lei de Segurança Nacional, que é utilizada para reprimir e ameaçar críticos do Presidente.⁶²⁷ Ao contrário, aliás, durante os governos do PT, a chamada Lei Antiterrorismo foi sancionada,⁶²⁸ aumentando ainda mais o aparato estatal de repressão.

É contra todo esse estado de coisas que as insurreições democrático-radicais se colocam. As comunas são alternativas concretas para escapar das escolhas impostas, uma força não fora do mundo, mas contra *esse* mundo. Uma comuna afirma uma decisão consciente, sua existência flui da escolha livre das singularidades que se conectam, e sua permanência ao longo do tempo decorre da decisão cotidiana dessas singularidades de continuar compartilhando vínculos comuns. Em nada se assemelha às eleições, que exigem apenas um único momento de escolha

⁶²⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010, p. 127-128.

⁶²⁷ Referência à Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, sancionada durante o período da Ditadura Militar brasileira (BRASIL. *Lei n. 7.170, de 14 de dezembro de 1983*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm. Acesso em: 12 jul. 2021).

⁶²⁸ Referência à Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (BRASIL. *Lei n.º 13.260, de 16 de março de 2016*. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/13260.htm. Acesso em: 12 jul. 2021).

passiva entre um rol de candidatos já previamente selecionados pelos dispositivos do sistema – a habilitação jurídica para ser candidato, a capacidade financeira de arcar com as caríssimas campanhas, o acesso às estruturas partidárias e a obrigação de se curvar ao Estado.

Um trabalho que pretendeu falar sobre o tempo de agora não poderia terminar sem citar o terrível momento que enfrentamos. É só com uma compreensão sóbria da enormidade dos desafios atuais que podemos pensar as táticas e as estratégias para superá-los. Não é mais o momento (se é que já foi) de apostar a potência inesgotável da multidão em projetos eleitorais, em reformas ou em transições socialistas. É preciso um fim aterrador para parar esse terror sem fim!⁶²⁹ A ruptura não é total, mas é *radical*, ou não é uma ruptura, mas apenas a renovação sistêmica do mundo capitalista com outras roupagens. E não apenas será, no futuro indefinido, como *já é*, emergindo nas incontáveis lutas potentes que estão dispersas por nosso tempo histórico. As ocupações – de terra, de casas, de espaços – existem aqui e agora, assim como as várias iniciativas de vivências comuns que insistem em aparecer pelo globo. Os zapatistas, Rojava e a Kasa Invisível, todos são exemplos de sucesso, por fazerem de sua simples existência um levante que abre fissuras na terra arrasada do Estado-capital, afirmando que outras formas-de-vida coletiva são possíveis. É preciso, acima de tudo, existir e viver em comum, sem esperar a grande revolução que nos livrará de todos os males, como o Messias sem rosto que pode salvar o mundo dele mesmo. Nós, enquanto singularidades em devir-insurrecional, somos o início de todas as coisas. Começemos o novo mundo onde parece ser mais impossível: aqui e agora.

⁶²⁹ COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições: 2016, p. 30. É uma referência livre a Marx que, em O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, afirma: “antes um fim com terror do que um terror sem fim”, p. 128.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Altíssima pobreza: Regras monásticas e forma de vida* [Homo Sacer, IV, 1]. São Paulo: Boitempo, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra travessia*, Florianópolis, p. 9-16, 2. Semestre/2005.

AGAMBEN, Giorgio. Sobre os limites da violência. Publicado originalmente em *Nuovi Argomenti*, n. 17, 1970, p. 154-174. Trad. Diego Cervelin. *Sopro 79 Panfleto Político-cultural*, Editora Cultura e Barbárie, out. 2012. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/violencia.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. *Uso dos corpos*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.

AGUILAR, Lola Cubells. Las Juntas de Buen Gobierno zapatistas: la construcción del pluralismo a través de la lucha por la autonomía. In: CIFUENTES, Ordóñez; ROLANDO, José Emilio (coords.). *Pluralismo jurídico y pueblos indígenas: XIII Jornadas Lascasianas Internacionales*. Ciudad de México: UNAM, 2005.

ALI, Tariq. As mulheres de outubro. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (A nota que eu cito são as pp. 105 a 118).

BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2012.

BAKUNIN, Mikahil. A Comuna de Paris e a noção de Estado. In: BAKUNIN, Mikahil. *Obras completas*. Tomo 2. Trad. Diego Abad de Santillán. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1977.

BARBOSA, Jonnefer. *Novos espartaquismos*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2018.

BILLER, David. Portuguese Version of ‘How Democracies Die’ Becomes Amazon Bestseller in Brazil. *Bloomberg*, New York City, 22 out. 2018, Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-10-22/dying-democracies-book-turns-amazon-bestseller-amid-brazil-vote>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Trad. Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Jorge Luis. Del rigor en la ciência. In: BORGES, Jorge Luis. *El Hacedor*. Madrid: Alaienza Editorial, 1998. *E-book*.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Panorama. Brasil, Minas Gerais. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. *Lei n. 7.170, de 14 de dezembro de 1983*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. *Lei n° 13.260, de 16 de março de 2016*. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5° da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis n° 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

CAMPAÑA Internacional ante amenaza de guerra del ejército turco contra Kurdistán sirio. *Radio Zapatista*, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://radiozapatista.org/?p=32048>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CANFORA, Luciano. *Crítica da retórica democrática*. Trad. Valéria Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

CASOS de violência sexual contra manifestantes crescem no Chile. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 nov. 2019. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/crescem-as-denuncias-de-violencia-sexual-contra-manifestantes-no-chile.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynard. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. *La ciudad y las leyes: lo que hace a Grécia* 2. ed. Buenos Aires: Fonde de Cultura Económica, 2012.

CHATTERJEE, Partha. Três caminhos para a democracia radical. Trad. Milton Camargo Mota. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 89, p. 169-189, 2013.

COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Trad. Edições Baratas. Brasil: Edições Baratas, 2013.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições: 2016.

COMITÊ INVISÍVEL. *Motim e destituição: agora*. Trad. Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 edições: 2017.

CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC Edições, 2019.

COSTA, Pietro. El problema de la representación política: una perspectiva histórica. Trad. Alejandro Agüero y Maria Julia Sola. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, n. 8, p. 15-61, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DEBORD, Guy. Informe sobre la construcción de situaciones y sobre las condiciones de la organización e la acción de la tendencia situacionista internacional. In: NAVARRO, Luis (coord. e trad.). *Internacional Situacionista*. Textos íntegros en castellano de la revista Internationale Situationiste (1958- 1969). Vol. 1 (La realización del arte), n, 6, ago. 1961. Madrid: Literatura Gris, 1999.

DECLARACIONES de la Selva Lacandona. Palabra y Movimiento, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

DONNE, John. *Meditações*. Trad. Fábio Cyrino. São Paulo: Landmark, 2012.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las Juntas de Buen Gobierno y los Caracoles del Movimiento Zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, p. 215-233, 2006.

GUILLAMÓN, Agustín. *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938): de los cuadros de defensa a los Comités revolucionarios de barriada, las Patrullas de control y las Milicias populares*. 5. ed. Barcelona: Editorial Descontrol, licencia Creative Commons, 2018. Disponível em; <https://www.portaloaca.com/historia/ii-republica-y-guerra-civil/13526-libro-los-comites-de-defensa-de-la-cnt-en-barcelona-1933-1938.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

HAMILTON, Alexander. From Alexander Hamilton to Gouverneur Morris, 19 May 1777. *Founders Online*, National Archives, College Park, 19 mai. 1777. Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-01-02-0162>. Acesso em: 09 jul. 2021.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *Federalists Papers*. Oxford University Press: New York, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio, *Multitude: war and democracy in the Age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. Trad. Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford University Press: New York, 1998.

HOLLOWAY, John. *Change the world without taking power*. Londres: Pluto Press, 2002. *E-book*.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Definições mínimas das organizações revolucionárias*. Originalmente publicado em Internationale Situacioniste n. 11, out. 1967. Disponível em: <http://guy-debord.blogspot.com/2009/06/definicoes-minimas-das-organizacoes.html>. Acesso em: 11 jul. 2021.

KALYVAS, Andreas. Democracia constituinte. Trad. Florência Mendes Ferreira da Costa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 89, p. 37-84, 2013.

LÊNIN, Vladimir Illitch. *O que fazer?* Trad. Edições Avante. São Paulo: Boitempo, 2020. *E-book*.

LÊNIN, Vladimir. *Democracia e luta de classes: textos escolhidos*. Trad. Edições Avante; Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019.

LUMMIS, Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Distrito Federal: siglo veintiuno editores, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Trad. Isabel Maria Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa. A socialização da sociedade (1918). In. LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 173-178.

LUXEMBURGO, Rosa. O que quer a Liga Espartaco? 1918. *Arquivo Marxista na Internet*, 16 abr. 2012. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/14.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MANIFESTO of the Paris Commune. 19 abr. 1871. *Marxist Internet Archive*. Trad. Mitch Abidor, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/france/paris-commune/documents/manifesto.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MARX, Karl. A contribution to the critique of Hegel's Philosophy of Right: an introduction. In: MARX, Karl. *Early writings*. New York: Penguin Books, 1975

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. 1845. *Arquivo Marxista na Internet*. Transcrição autorizada. Edições Avante, 15 jan. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. *Revista Direito & Práxis*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 07, n. 4, p. 43-95, 2016.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade: uma aposta an-árquica na multidão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Representação política contra a democracia radical: uma arqueologia (a)teológica do poder separado*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; RIBEIRO FILHO, Rodrigo Wagner Santos. Uma anarqueologia da Comuna de Paris: sobre a potência das práticas revolucionárias. In: BATISTA, Flávio Roberto; MARTINS, Carla Benitez; SEFERIAN, Gustavo. (Orgs.). *Comuna de Paris, Estado e Direito*. Belo Horizonte: RTM, 2021.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SOUZA, Joyce Karine de Sá. Poder como alienação na sociedade do espetáculo. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE TEORÍA SOCIAL Y TEORÍA POLÍTICA, 2., 2017, Buenos Aires, *Ponencias* [...] Buenos Aires: Grupo de Estudios sobre estructuralismo y postestructuralismo, 2017, p. 1-12, Mesa 47. Disponível em: <http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/wp/index.php/mesas-y-ponencias-2017/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MIÉVILLE, China. Depois de outubro. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017

MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo em la España revolucionaria*. Madrid: Traficante de sueños, 2006.

MONTES, Rocío. As histórias de quem perdeu a visão nos protestos do Chile: “senti o impacto, caí... saía muito sangue”. *El País Brasil*, 22 dez. 2019. Internacional. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-21/olhos-feridos-das-revoltas-no-chile-senti-o-impacto-no-olho-cai-no-chao-saia-muito-sangue.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad. Adriano Pilatti. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

NEGRI, Antonio. Soviete: Dentro e além do século breve. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017

ÖCALAN, Abdullah. *Confederalismo democrático*. Trad. Coletivo Libertário de Apoio a Rojava. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016.

PANNEKOEK, Anton. *Worker's Council*. Oakland: AK Press, 2003.

PARLIAMENT BILL. *Orders of the day*, 11 nov. 1947, v. 444, cc. 203-321. Disponível em: https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1947/nov/11/parliament-bill#column_207. Acesso em: 07 jul. 2021

PLATÃO. *A República*. Trad. Pietro Nasseti. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Trad. Ângela Leite Lopes. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. Trad. José Octávio. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. *E-book*.

REED, John. Soviets in action. Out. 1918. *Marxist Internet Archive*. 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/reed/1918/soviets.htm>. Acesso em: 11 jul. 2021.

RIESEL, René. Preliminares sobre os conselhos e a organização conselhistas. *Archivo Situacionista*. Publicado originalmente em Internationale Situationniste, nº 12, set. 1969. Trad. Juan Fonseca. Campo abierto ediciones, 1977. Disponível em: <https://sindominio.net/ash/is1205.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ROCKER, Rudolph. *Os soviets traídos pelos bolcheviques*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007.

RODRIGUES, Glauco. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 78-99, Ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/58535/37970>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ROSA, Erick. O nascimento da zona autônoma de Capitol Hill. *Mídia 1508*, Rio de Janeiro, 09 jun. 2020. Disponível em: <http://www.midia1508.org/2020/06/09/o-nascimento-da-zona-autonoma-de-capitol-hill/>. Acesso em: 07 jul. 2021.

ROSS, Kristin. *Communal luxury: The Political Imaginary of the Paris Commune*. Nova Iorque: Verso, 2015. *E-book*.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SANTILLÁN, Diego Abad. *Por qué perdimos la guerra: Una contribución a la historia de la tragedia española*. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1940.

SERGE, Victor. *Year One of the Russian Revolution*. Trad. Peter Sedgwick. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1972.

SIEYÈS, Joseph. *A Constituinte Burguesa (Qu'est-ce que le Tiers État?)*. Org. Aurélio Wander Bastos. Trad. Norma Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. *E-book*.

SIMÕES, Ana Clara; SOUZA, Joyce Karine de Sá. Mulheres curdas: radicalidade, desinstituição e an-arquia no Oriente Médio. In. MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SOUZA, Joyce Karine de Sá (Orgs.). *Democracia Radical: potências (des)constituintes entre a revolução e an-arquia*. Belo Horizonte: Initia Via, 2019.

SOUZA, Joyce Karine de Sá. *Desalienar o poder, viver o jogo: uma crítica situacionista ao direito*. São Paulo: Max Limonad, 2020.

SUBCOMANDANTE Insurgente Marcos. Chiapas: la treceava estela. *Palabra EZLN*, México, jul. 2003. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_07_c.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

SUBCOMANDANTE Insurgente Marcos. Chipas: la terceava estela. *Enlace Zapatista*, Sexta parte: um buen Gobierno, jul. 2003. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-sexta-parte-un-buen-gobierno>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SUBCOMANDANTE Insurgente Moisés. Comunicado do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comandância Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional. *Enlace Zapatista*, México, ago. 2019. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/08/18/comunicado-do-comite-clandestino-revolucionario-indigena-comandancia-geral-do-exercito-zapatista-de-libertacao-nacional/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

TARÌ, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia, Itália 1970*. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: GLAC Edições, 2019.

TIQQUN, *Contribuição para a guerra em curso*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2019.

TROTSKY, León. **Nuestras tareas políticas**. Barcelona: Edicions internacionals Sedov/Grupo Germinal, [s.d.]. Disponível em: http://grupgerminal.org/?q=system/files/1904-NuestrastareasPort_2.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021.

VV. AA. *Da miséria no meio estudantil*. Trad. Júlio Henriques. Lisboa: Antígona, 2018.

WIKI PÚBLICA. *We.riseup.net*. Disponível em: <https://we.riseup.net/kasainvisivel>. Acesso em: 07 jul. 2021

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University, 1995.

ZONE A Défendre. França. Disponível em: <https://zad.nadir.org/?lang=en>. Acesso em: 12 jul. 2021. AGAMBEN, Giorgio. *Sobre os limites da violência*. In: *Nuovi Argomenti*, n. 17, 1970, pp. 154-174. Tradução de Diego Cervelin. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/violencia.html>. Acessado em 07 de dezembro de 2019.